

Anais do 1º e 2º encontros de Pós-Doutores do PPGH UFF

Carolina Dantas | Alexandre Lazzari | Márcia
Regina Naxara | Claudia Wassernam | Paulo
Roberto Queiroz | Renata Schittino | Victor Melo |
Vanessa Pedro | José Alexandre Hage | Eoin O'Neil
| Paulo Roberto Moreira

FORUM Capistrano DE ABREU

 PPGH

ISBN 978-85-68785-00-8

*Anais do I e II Encontros
de Pós-Doutores do Progra-
ma de Pós-Graduação em
História da UFF*

A532 Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do programa de Pós-Graduação em História da UFF [recurso eletrônico] / org. Abreu, Martha; Dantas, Carolina Vianna – Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010.

240 p.

ISBN 978-85-63735-00-3

1. História. 2. Congresso. 3. Programa de pós-graduação.
I. Abreu, Martha. II. Dantas, Carolina Vianna.

CDD 900

Sumário

- *Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição – 05*
Carolina Vianna Dantas
- *O buriti solitário e outras invenções: história, lugares e memórias da nação de Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) – 27*
Alexandre Lazzariz
- *Fragments de “Histórias e paisagens do Brasil” (percurso de pesquisa) – 55*
Márcia Regina Capelari Naxara
- *Apresentação da pesquisa de Estágio de Pós Doutorado: análise da trajetória de um grupo de intelectuais marxistas – 65*
Claudia Wasserman
- *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares – 79*
Paulo Roberto Cimó Queiroz
- *O totalitarismo segundo Hannah Arendt – 95*
Renata Torres Schittino
- *Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa: o caso de Cabo Verde – 111*
Victor Andrade de Melo
- *Novas tecnologias da presença: o videofone e a cobertura da imprensa na Guerra do Iraque – 169*
Vanessa Pedro
- *Poder político e regulação do pré-sal: concessão e partilha – 185*
José Alexandre Altahyde Hage
- *Gloriana’s Inglorious Island: war and state formation in the early modern era, a case study – 193*
Eoin O’Neill
- *Além de pardo, nasceu pobre: Experiências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt – Jaguarão/RS, século XIX) – 217*
Paulo Roberto Staudt Moreira

Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição.¹

Carolina Vianna Dantas²

“Negro retinto”³; “homem de cor”⁴; homem público “(...) afamado pela inteligência e filho de africanos (...)”⁵; “(...) líder dos negros. Bem falante, trazendo com esmero e desfrutando certo prestígio político (...)”⁶; “líder da raça negra, suando reivindicações, a falar sempre, muito alto”⁷; “bom negro”⁸; “(...) histórico republicano, que tinha trovada na voz e perdigotos nas palavras (...) de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático (...)”⁹. Registros deixados por memorialistas como esses oferecem pistas importantes sobre o personagem central deste trabalho: Manoel da Motta Monteiro Lopes. Admirador de João Pinheiro, Tolstói e Lombroso, definiu-se como republicano, socialista e defensor dos trabalhadores.¹⁰ Monteiro Lopes, como ficou conhecido em sua época, nasceu livre no mês dezembro de 1867, em Recife, Pernambuco.

Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e Maria de Paula Lopes, seus pais, tiveram ainda mais quatro filhos: José Elias Monteiro Lopes, advogado, exer-

¹ Texto elaborado a partir do projeto de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de apoio a projetos institucionais da Capes com a participação de recém-doutores desde setembro de 2009.

² Bolsista PRODOC no Departamento de História da UFF, vinculada ao Nuphec, Labhoi e Nec.

³ José Maria Bello, *Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, p. 64.

⁴ Edigar de Alencar, *O carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1965, p. 71.

⁵ Alberto Deodato, *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1962, p. 221.

⁶ Edigar Alencar. *Op. Cit.* p. 71.

⁷ Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro, Xenon, 1987, pgs. 197 e 255.

⁸ Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da república*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

⁹ Sebastião Martinez, *Pimenta, amor e chibata*, Rio de Janeiro, H. Antunes, 1977, p. 25.

¹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, agosto, 1909.

ceu o ofício de juiz de direito na cidade de Cameté, no Pará; João Clodoaldo Monteiro Lopes, republicano e advogado bastante conhecido em Recife; Maria Julia e Taciana Monteiro Lopes, professoras, que casaram com homens, assim como seus irmãos, dotados de formação superior – o que ganhou destaque os obituários do nosso personagem principal.

Sobre seus pais, no atual estágio da pesquisa, encontrei poucas informações, não sendo impossível afirmar se viveram ou não a experiência do cativo. Quando citados nos obituários de Monteiro Lopes publicados nos jornais, os nomes de seus pais não vinham precedidos de nenhum qualificativo que pudesse vinculá-los à escravidão. Apenas um memorialista, Sebastião Martínez, que afirmou ter conhecido pessoalmente Monteiro Lopes, mencionou que o “deputado negro” era filho de africanos, sem dizer, contudo, se haviam sido cativos.¹¹ Ao que tudo indica, embora fosse pobre e tenha passado por privações, a família Monteiro Lopes tinha um projeto de ascensão social e de inserção no mundo dos brancos baseado na aquisição da educação formal e na busca por reconhecimento público.

Segundo informação da Gazeta de Notícias, Monteiro Lopes fez seus primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 com o diploma de bacharel em humanidades. No mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em seguida, defendeu tese, doutorando-se. Exerceu a advocacia em Recife até 1892, quando foi convidado para o cargo de chefe de polícia do Estado do Amazonas. Por divergir da situação política do estado não chegou a assumir o posto. No mesmo ano foi nomeado promotor público em Manaus, ocupando mais tarde o cargo de juiz de direito na mesma cidade. Em 1894, partiu em direção à capital federal, exercendo a advocacia na cidade. É razoável afirmar que a essa época Monteiro Lopes já estivesse casado com Ana Zulmira Gomes, pois em 1910, data em que o biografado faleceu (1910), seu único filho, Aristides Gomes Monteiro Lopes era menor de idade e estava matriculado no quinto ano do Colégio Militar.

Monteiro Lopes vestia-se de maneira formal e sóbria - de casaca em tecido pesado e de cor escura e cartola – projetando uma aparência de seriedade e altivez. Residia no subúrbio, perto da Estação do Rocha, localidade onde fica hoje o bairro do Caju e mantinha um escritório nas proximidades da Praça Tiradentes.

Contudo, se Monteiro Lopes veio para o Rio de Janeiro a convite de alguém, se já mantinha contatos na cidade e era conhecido na capital ainda é uma incógnita. Há algumas pistas que indicam que ele teria participado do circuito de quilombos abolicionistas que integravam as cidades de Santos,

¹¹ Sebastião Martínez, *Op. Cit.* p. 24.

Rio de Janeiro e Recife em ações de fuga e acoitemento de escravos. De todo modo, sabemos que Monteiro Lopes exerceu a advocacia na cidade do Rio até 1903, quando era identificado como “advogado de irmandades”, “defensor dos operários”, “líder dos pretos”.

Mas, o fato é que rapidamente conseguiu conquistar reconhecimento público na capital. Por isso é plausível pensar na hipótese de que já tivesse alguns contatos na cidade e que fosse conhecido na capital por sua atuação no movimento abolicionista, na campanha republicana e por suas relações com trabalhadores em Recife. Há indícios que confirmam essa assertiva: a publicação do folhetim *Os miseráveis do Recife*, no jornal recifense *Eco do Povo*, em ano de 1887¹²; o registro do *Correio da Manhã* de que atuou ativamente no movimento abolicionista - chegando a figurar na “vanguarda do movimento”¹³ - e na campanha republicana (não sei se no Recife ou no Rio, ou se em ambas as cidades). Já o memorialista Sebastião Martinez referiu-se a Monteiro Lopes como um “histórico republicano”.¹⁴

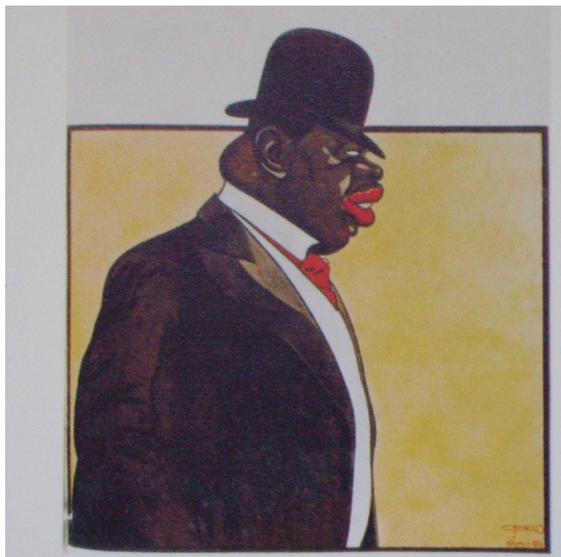


Fig. 1: Monteiro Lopes em charge de J. Carlos, *Careta*, 29/05/1909.

¹² Ver José Ramos Tinhorão, *Os romances de folhetim no Brasil: 1830 à atualidade*, São Paulo, Duas cidades, 1994, p. 75.

¹³ *Correio da Manhã*, 14/12/1910.

¹⁴ Sebastião Martinez, *Op. Cit.*

Além de José do Patrocínio, também estabeleceu relações de afinidade como outros homens da época. Entre ele estão Silva Jardim, Lopes Trovão, Evaristo de Moraes, Pedro Couto, Oswaldo Aranha e Hemetério dos Santos. As biografias de cada qual, por si só, indicam pistas importantes sobre as filiações e opções políticas de Monteiro Lopes.

Mas além desses laços de afinidade, Monteiro Lopes também se associou a algumas instituições e locais importantes, freqüentando seus espaços. São os chamados lugares de sociabilidade, isto é, espaços de fermentação intelectual e política e de relações afetivas, “(...) um ponto de encontro de itinerários individuais (...)”¹⁵ em torno dos quais debateu questões e viveu experiências comuns.

Sabemos também que participava das atividades da Sociedade *União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro* e que era membro destacado da *Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário*.

Não identifiquei uma categoria específica de trabalhadores aos quais a Monteiro Lopes estivesse diretamente ligado, se é que sua ligação com os trabalhadores era tão específica. No entanto, a partir das associações que participaram da mobilização em prol da sua posse e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento é possível identificar os grupos de trabalhadores e associações com os quais se relacionava. Entre esses grupos, destaco: a Sociedade de resistência dos trabalhadores em café, em carvão, em trapiches, militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela; trabalhadores das capatazias da Alfândega e outras “*associações onde o elemento preto superabunda*”.¹⁶ A partir da pesquisa em desenvolvimento é possível afirmar que há fortes indícios de que esses trabalhadores identificaram-se com Monteiro Lopes em função de afinidades/identidades raciais.

Mas, voltando à vida de Monteiro Lopes, sabemos que depois de exercer a advocacia por cerca de 10 anos na capital da república, candidatou-se a intendente municipal sem vínculo partidário. Em 1903, foi eleito e reconhecido como membro do Conselho Municipal do Distrito Federal. Sua atuação nesse órgão destacou-se pela defesa de benefícios para os operários, tendo apoiado

¹⁵ Jean-François Sirinelli, Os intelectuais, In: René Remond. (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996, p. 46.

¹⁶ *A tribuna*, 04/05/1909.

por quase todo o mandato as medidas reformadoras do Prefeito Pereira Passos. Segundo informação da revista *Careta*¹⁷ Monteiro Lopes teria se oposto, somente no final do seu mandato, ao Código de Posturas implementado pelo Prefeito. Mas essa informação precisa ser confirmada e investigada na documentação do próprio Conselho Municipal.

Contudo, ao término do seu mandato de intendente municipal em 1904, candidatou-se novamente ao mesmo cargo sem vinculação partidária e, embora tenha conseguido uma expressiva votação, como informou a *Gazeta de Notícias*, não foi reconhecido. Acabou excluído da legislatura seguinte do Conselho Municipal. No mesmo ano (ou seja, em 1905) viveu episódio semelhante: ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal - como de costume, sem se associar a partidos políticos - foi eleito, mas não reconhecido e diplomado. O próprio Monteiro Lopes admitiu em uma entrevista ao jornal *A Tribuna* que nessas duas ocasiões, ao ser eleito e não reconhecido, foi “esbulhado” em seus direitos por ser negro.

Por sua trajetória como político e homem público Monteiro Lopes era uma figura bastante comentada na imprensa e na cidade do Rio na primeira década do século XX. E, de forma quase sempre pouco sutil, foi recorrentemente atacado por injúrias racistas na imprensa, no teatro e até em marchinha de carnaval. Mas, parece razoável afirmar que a ascensão social conquistada e a ocupação de importantes espaços políticos por Monteiro Lopes certamente despertaram a recorrência de tais injúrias. Como observou Isabel Lustosa, não importava se um indivíduo negro tivesse recebido educação formal, conquistado reconhecimento, ou que fosse uma pessoa influente, era considerado antes de tudo um negro - anátema da inferioridade. E se tivesse alcançado destaque social, ou exibisse publicamente pose e orgulho, também era considerado fora do seu lugar.¹⁸

Assim, tendo sua entrada sistematicamente barrada em instituições como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados, Monteiro Lopes mudou de estratégia: em 1909 apresentou-se novamente como candidato a deputado federal pelo 1º distrito da capital federal, mas agora vinculado ao *Partido Republicano Democrata* e intensificando a mobilização em prol de sua candidatura. Segundo um dos do Partido - o advogado, político Mello Mattos - a agremiação seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e

¹⁷ *Careta*, 13/02/1909.

¹⁸ Isabel Lustosa, *Trapaças da sorte. Ensaios de história política e história cultural*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004, p. 273, p. 281.

a livres pensadores¹⁹, tendo como peças centrais do seu programa a instrução pública e o sufrágio popular.²⁰ Em entrevista ao jornal *A tribuna* do Rio de Janeiro, o próprio Monteiro Lopes informou que a razão de ter filiado-se a um partido político para a eleição de 1909 vinha do fato de ter sido eleito intendente e deputado e ter sido “esbulhado” em seu direito, isto é, não foi reconhecido nem diplomado.²¹

Pela repercussão na imprensa, Monteiro Lopes deve realmente ter trabalhado muito com seus correligionários na divulgação de sua candidatura. O memorialista José Vieira mencionou que na época comentavam que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em função dos gastos com a campanha.²² Exagero ou não, as fontes evidenciam o grande investimento pessoal de Monteiro Lopes em conquistar um lugar na Câmara dos Deputados. Em janeiro de 1909 a campanha estava a pleno vapor, afinal as eleições estavam marcadas para o dia 30 daquele mês. As mesas do seu escritório, localizado em uma casa antiga na esquina das ruas Senhor dos Passos e Sacramento, “(...) estavam cobertas de papéis, requerimentos, certidões, nomes anotados à pressa, lembretes com recados, caixas repletas de cédulas eleitorais (...)”. Homens entravam e saíam “(...) trazendo recados, levando cédulas (...)”.²³ Com esse ritmo frenético de trabalho, incluindo noites em claro e falta de tempo para as refeições, Monteiro Lopes entrava na “(...) luta pela vitória das urnas”, segundo um jornalista de *A tribuna*.²⁴

A revista ilustrada *Careta* foi um dos periódicos que mais publicaram troças e opuseram opiniões à candidatura de Monteiro Lopes a deputado federal em 1909, associando-o sempre a aspectos negativos que iam desde a feiúra até a compra de votos, passando pela burrice e pelo legalismo. A despeito das injúrias racistas, a campanha seguiu em frente e no dia 30 de janeiro deu-se a votação. Vários jornais noticiaram que desde cedo Monteiro Lopes e seus aliados percorreram os locais de votação do 1º distrito da capital para evitar fraudes, chegando a entrar em confronto físico com o político Irineu Machado.²⁵ A *Careta* noticiou com surpresa o resultado oficioso das eleições

¹⁹ *Careta*, 30/01/1909.

²⁰ *A tribuna*, 16/01/1909.

²¹ *A tribuna*, 05/10/1909.

²² José Vieira. *Op. Cit.*

²³ *A tribuna*, 05/10/1909.

²⁴ *A tribuna*, 23/01/1909.

²⁵ *Fon Fon*, 18/02/1909.

de 1909, nas quais políticos tradicionais, como Sá Freire, Serzedelo Correa e Heredia de Sá haviam amargado derrota e choravam a ingratidão do eleitorado. Já Monteiro Lopes, segundo a revista, teria saído vitorioso “por eleição insofismável – preto no branco”.²⁶ A *Fon Fon* também fez troça com a vitória de Monteiro Lopes através da publicação de várias notinhas. Uma delas duvidava do seu reconhecimento e aludiu ao seu eleitorado da seguinte forma: “Se o Dr. Monteiro Lopes for eleito deputado, um dos seus primeiros cuidados será tratar da revisão do contrato da iluminação pública. S.S. excelência vê a cidade muito escura.”²⁷ Outra dizia que seu programa na Câmara seria “tornar as coisas claras quando estiverem pretas.”²⁸ Entre tantas outras²⁹, uma das mais elaboradas e satíricas saiu com o título “Uma questão de preposições” e dizia: “Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante da nação, mas, um representante de nação.”³⁰

Ainda no mês de fevereiro, a imprensa começou noticiar rumores de que Monteiro Lopes não seria reconhecido como deputado federal. Os boatos diziam que o presidente Afonso Pena e o Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, não queriam um negro na Câmara dos Deputados, alegando que isso envergonharia o país.

Diante dos rumores de que não seria reconhecido por ser negro, em 15 de fevereiro de 1909, Monteiro Lopes realizou uma grande reunião com “homens de cor” no *Centro Internacional Operário* para tratar da sua possível exclusão da Câmara de Deputados. A reunião foi presidida pelo veterano da guerra do Paraguai, o sargento reformado negro Libâneo de Souza. Entre outras coisas, deliberaram: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa, às organizações compostas por homens negros na cidade e em todo o país; enviar um “memorial” a Rui Barbosa, pedindo que como representante do Estado da Bahia “onde a maioria é gente de cor”, aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, eleito pelo povo, fosse excluído da representação nacional por ser negro; dirigir uma mensagem ao presidente da província de Minas Gerais, Vescelau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos pregados pelo “inesquecível estadista João

²⁶ *Careta*, 30/01/1909.

²⁷ *Fon Fon*, 06/02/1909.

²⁸ *Fon Fon*, 06/03/1909.

²⁹ *Fon Fon*, 20/03/1909; *Fon Fon*, 10/04/1909; *Fon Fon*, 17/04/1909.

³⁰ *Fon Fon*, 06/03/1909.

Pinheiro”; fazer uma manifestação pública e solene à imprensa livre e independente, que junto com o povo, disseram os aliados de Monteiro Lopes,

(...) têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito.”; convocar “um grande comício popular, onde será, dentro da ordem e da lei, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se estupidamente a família brasileira.³¹

A ata da reunião também dava notícia da expedição de telegrama para a redação do Diário da Bahia, pedindo adesão ao movimento contra a exclusão de Monteiro Lopes, supostamente chefiada pelo Centro Industrial, por fazendeiros ex-negociantes de escravos, cujo porta-voz seria Alcindo Guanabara, “antigo jornalista dos escravocratas.” Telegramas do mesmo tipo foram enviados a Pernambuco e outros Estados. O Centro Internacional Operário providenciou o encaminhamento de uma ação judicial em defesa do deputado eleito.³² Ao término da reunião, esses “homens de cor” fizeram questão de registrar que deram vivas à república, à imprensa livre e à memória de João Pinheiro. Com um desses vivas - “*Viva a República sem o preconceito de cor!*” - todos se dispersaram na “melhor ordem”, de acordo com a ata assinada pela comissão permanente contra a exclusão de Monteiro Lopes publicada nos jornais.³³ A intenção, portanto, era denunciar e combater o suposto plano de exclusão e expor publicamente a discriminação racial a que estaria sendo submetido o “líder dos negros”. A estratégia utilizada foi mobilizar indivíduos negros por todo Brasil, levar a questão às praças públicas, pressionar os chefes políticos estaduais e fazer uso dos espaços da imprensa.

É importante destacar a importância da mobilização baseada em uma identidade racial que os rumores da exclusão de Monteiro Lopes da Câmara de Deputados provocaram. Percebe-se também uma espécie de dupla militância: ao mesmo tempo em que Monteiro Lopes estava comprometido com uma luta pelo que podemos chamar de “igualdade racial” também estava ligado ao movimento operário. A luta dos negros e a luta dos operários estavam

³¹ *Correio da Manhã*, 16/02/1909.

³² Ver Rodolpho Xavier, Uma oportunidade, *A alvorada*, 06/03/1932; Rodolpho Xavier, Revisando o passado, *A alvorada*, 07.06.1952.

³³ *Correio da Manhã*, 16/02/1909.

imbricadas e foram se constituindo no mesmo contexto.³⁴ Por outro lado, o envolvimento de pessoas (a maioria negras) de outros estados da federação nessa mobilização é significativo, pois essa era uma eleição regional (Monteiro Lopes era candidato pelo 1º distrito da capital federal). Essa é uma pista que indica a existência de expectativa por direitos, estratégias de associativismo, mobilização e participação política em comum e para além do voto - direito então bastante restrito. Nesse sentido, vale considerar que esse processo de mobilização em torno da figura de Monteiro Lopes abriu espaço para o questionamento de valores e atitudes dominantes a respeito das relações raciais, rompendo com o silêncio sobre o racismo, sem minimizar o peso que esse tipo de discriminação impunha à ascensão de indivíduos negros naquela sociedade.³⁵

Assim, poucos dias após a primeira reunião no Rio de Janeiro alguns movimentos de mobilização começaram a render frutos: o *Diário do Rio Grande do Sul* publicou um telegrama do seu correspondente no Rio, afirmando que a bancada gaúcha e grande parte da Câmara, pressionados, já estariam a favor do reconhecimento de Monteiro Lopes como deputado. Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi fundado mais um *Centro Etiópico Monteiro Lopes*³⁶, com a presença de 350 cidadãos negros, cujo objetivo era defender a posse do deputado negro. A organização também enviou telegramas aos políticos Pinheiro Machado e a Cassiano do Nascimento pedindo apoio.³⁷

A partir daí teve início uma grande mobilização de entidades formadas por negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia³⁸ e em Pernambuco³⁹, pelo que pude apurar até o momento. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados (e publicados) a jornais por todo o Brasil e em cartas enviadas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás. Em função desse movimento, durante o ano de 1909, nas cidades de Campinas, Pelotas e Santa Maria no Rio Grande do Sul, foram fundados grêmios, associações e até mesmo um clube de futebol com o nome do deputado.

³⁴ José Antônio dos Santos, *Trabalhadores e movimento negro: negociação e conflito no sul do Brasil. Saeculum Revista de História*, João Pessoa, nº 10, jan-jul, 2004.

³⁵ Ver Leo Spitzer, *Vidas de entremeio. Assimilação, marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*, Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 2001, pgs. 128 e 140.

³⁶ Em Pelotas foi fundado o primeiro em fevereiro de 1909.

³⁷ *A opinião pública*, 07/04/1909.

³⁸ *Correio da Manhã*, 18/02/1909 e 19/02/1909.

³⁹ *Correio da Manhã*, 07/03/1909 e 04/05/1909.

A essa altura, o telegramas de organizações compostas por negros já haviam sido enviados aos jornais da capital, vários políticos receberam telegramas e visitas de membros dessas organizações pedindo o respeito à Constituição e às prerrogativas republicanas - movimentação que provocou reações diversas. Mas, diante dessa intensa pressão - em alguns momentos em tom de ameaça - Pinheiro Machado declarou o apoio da bancada rio-grandense à diplomação de Monteiro Lopes.⁴⁰ Cassiano Ricardo, outro político gaúcho, garantiu que se Monteiro Lopes tivesse obtido “o número legal de votos” podia “desde já, considerar-se reconhecido pela Câmara.”⁴¹ Carlos Peixoto, líder da bancada mineira e presidente da Câmara dos Deputados afirmou, segundo o jornal *A opinião pública*, que “o reconhecimento do deputado preto era questão fechada.”⁴²

Em função dos protestos de grupos negros em favor da diplomação de um representante negro na Câmara, a revista *Careta* passou a acusar os próprios negros de estarem ensejando a discriminação e a segregação racial no país:

E por falar em macacos, os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma coisa que não existia: o preconceito de cor. Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio racial. Está aí no que deu a intrigada feita em torno do caso Monteiro Lopes.⁴³

Percebe-se que os protestos pelo reconhecimento de Monteiro Lopes pareceram ameaçadores a alguns, como se a mobilização e a organização política baseada em uma identidade racial e a exigência igualdade de tratamento e direitos fosse um acinte, uma demonstração de indolência, de insubmissão. Os negros estariam ousando sair “do seu lugar”.

Mas de acordo com um jornalista do *Correio da Manhã*, a aglutinação de “todas as classes de homens de cor” em torno da candidatura de Monteiro Lopes foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo no país. Essa “explosão” permaneceu em “estado latente” desde a abolição, quando “ao negro foi concedido um lugar na humanidade (...) subindo na consideração geral e fazendo parte integrante da população da república, deixando de ser uma coisa para ser um cidadão”. A abolição e a república haveriam aberto portas para os negros, prova disto seria a presença

⁴⁰ *Commercio de Campinas*, 01/03/1909.

⁴¹ *A opinião pública*, 12/04/1909; *Platéia*, 29/02/1909

⁴² *Commercio de Campinas*, 01/03/1909.

⁴³ *Careta*, 01/03/1909.

de negros ilustres nas ciências, nas letras, nas artes, no magistério, na medicina, na advocacia, na literatura e no comércio. Faltava apenas um lugar: o congresso nacional. Por isso é que, em 1909, de norte a sul da república havia ligas, clubes e associações onde indivíduos negros se agremiavam regularmente, convergindo “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.” Essa busca por um lugar no parlamento seria a origem do prestígio de Monteiro Lopes entre os negros em todos os estados da república. Ao argumento de que seria vergonhoso diante dos países ditos civilizados ter um representante negro no Congresso, o jornalista rebateu, dizendo que a França – “a mais republicana de todas as repúblicas – não hesitou em reconhecer o representante das Antilhas Francesas, o Sr. Legitimus (...) que soube impor-se à consideração dos seus pares.” Se a França, modelo de civilização, acolheu um negro em seu parlamento, por que o Brasil deveria excluir Monteiro Lopes? Esbulhar-lhe a cadeira “*poderia provocar uma conflagração dos homens de cor*”, alertava.⁴⁴

Ainda sobre os debates acerca da participação política dos negros, no dia 14 de março foi publicada no *Jornal do Brasil* uma carta de Carlos de Laet, cujo objetivo seria, segundo o próprio, colaborar para a “*boa gestão da república*”. Disse que a eleição de Monteiro Lopes poderia ter surpreendido a todos, mas não a ele que acompanhara a crescente popularidade do deputado recém-eleito. Ouviu por toda a cidade, “na alma encantadora das ruas (...) os ecos da boa fama” de Monteiro Lopes. Assim, listou algumas questões que achava urgente de serem tratadas na Câmara, como a defesa do patriotismo financeiro e a melhoria da instrução pública. Para Laet, era com isso que Monteiro Lopes como deputado deveria de ocupar e não da “questão de cores ou raças, tão antipáticas aos bons brasileiros.” Os centros etiópicos, por exemplo, deveriam ser postos na surdina, para que não impusessem “dificuldades aos brancos” e provocassem o mesmo tipo de mobilização, isto é, a criação de “centros caucásicos” nos quais negros fossem não pudessem ingressar. Para o autor, “O melhor é não falar em tal”. Afinal, desde os tempos da expulsão dos holandeses os brasileiros em luta pela pátria se congregariam sob a mesma bandeira. “O negrume dos ódios injustificados” deveriam ser silenciados.⁴⁵ Mas, isso era exatamente o contrário da estratégia de Monteiro Lopes e de seus partidários.

As expectativas eram grandes. A imprensa publicou notas e alimentou a polêmica durante os meses de fevereiro, março e abril de 1909, tratando dos

⁴⁴ *Correio da Manhã*, 04/03/1909.

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, Carlos de Laet, Carta Política, 14/03/1909.

boatos, da apuração dos votos, da entrega de documentos comprobatórios, da contestação e do reconhecimento final do diploma de Monteiro Lopes. Terminado o prazo para a apresentação, debate e julgamento das contestações e defesas (havia duas contra Monteiro Lopes), em 30 de abril, o parecer final foi divulgado: a eleição de Monteiro Lopes e dos outros deputados constantes na lista já citada foi ratificada. No dia 30 de abril a Junta Apuradora reconheceu e diplomou os cinco candidatos mais votados do 1º distrito da Capital Federal. Monteiro Lopes ficou em quarto lugar com 2.164 votos.⁴⁶

Logo após sua diplomação definitiva, em agradecimento ao apoio recebido, Monteiro Lopes visitou órgãos da imprensa e divulgou que viajaria a cada cidade de onde recebeu apoio para confraternizar com seus admiradores. Contudo, antes de partir, era preciso comemorar na capital federal. O deputado decidiu, então, unir em uma só comemoração dois acontecimentos: o aniversário da abolição e a sua posse. Monteiro Lopes compreendeu a sua diplomação, depois de intensa e inesperada mobilização, como parte daquele movimento pela liberdade dos negros iniciado ainda no século XIX, que culminou no dia 13 de maio de 1888. Creio que tenha se esforçado muito para que a sociedade também percebesse os acontecimentos associados dessa forma. Era assim que queria ser visto e guardado publicamente para posteridade: como alguém que conquistou a duras penas a educação formal em instituições renomadas, participou do movimento abolicionista, da campanha republicana e da ruptura de barreiras raciais e do mandonismo oligárquico impostos naquele momento, entrando orgulhosamente pela porta da frente no Parlamento. Unir a abolição e sua posse em uma só comemoração era estabelecer seu lugar (e o lugar dos negros) na história da luta pela liberdade no Brasil e na própria constituição da nação.

Os jornais anunciavam que naquele ano a abolição seria “dignamente comemorada”. A intenção era comemorar e afirmar que todos eram iguais depois da abolição e da república e a eleição de Monteiro Lopes seria a prova cabal disso. Depois dessa conquista eleitoral era preciso assegurar que os negros poderiam de fato ocupar os mesmos espaços dos brancos, inclusive no Parlamento. Junto com uma comissão, Monteiro Lopes tomou a iniciativa de organizar essas comemorações.

No Rio, a *Liga da Educação Cívica* organizou uma apresentação do afamado músico negro Eduardo das Neves, na qual executou suas canções e

⁴⁶ Do 1º distrito da capital federal, Irineu Machado foi o mais votado, com 4.994 votos. O quinto e último candidato obteve 1.766. Ver *Correio da Manhã* 08/03/1909.

modinhas ao violão e ao piano e recitou poesia “Lucia, a escrava”, de Castro Alves.⁴⁷ As casas Rosenvald, Flora e Bogary mandaram colocar flores no túmulo de José do Patrocínio. O ministro da Marinha cedeu duas bandas de música para o evento, assim como os Bombeiros e o Exército; a *Light* cedeu os bondes gratuitamente. Todos os edifícios públicos foram iluminados especialmente para a data. Os comandantes dos navios de guerra leram aos seus subordinados “*patrióticas ordens, comemorando a lei que (...) igualou todos os brasileiros*”. Nos cinematógrafos da cidade e dos subúrbios foram exibidas fitas “*de apoteose à grande data, apresentando diversos retratos de heróis abolicionistas.*” No parque da Praça da República houve festas escolares em homenagem à Lei Áurea.

Nas igrejas da Glória, São José, Candelária e N. S. do Rosário e S. Benedito aconteceram missas pelos abolicionistas mortos. As irmandades do Rosário, Santa Ifigênia e Santo Elesbão celebraram missa em ação de graças na Igreja do Rosário pelo feliz resultado da eleição de Monteiro Lopes. Na porta da casa de João Alfredo (presidente do conselho ministerial que promulgou a Lei Áurea) duas bandas de música tocaram a alvorada.

Na Câmara dos Deputados houve uma sessão solene para comemorar o 13 de maio, “*sendo cumprimentado o Dr. Monteiro Lopes.*” O orador oficial do evento, o negro Dr. Sabino dos Santos, falou e “*concluiu dizendo que a entrada do Dr. Monteiro Lopes para o Parlamento Brasileiro era uma afirmação de que o preto através do desenvolvimento do Brasil aparece sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria.*”⁴⁸ Sabino jogou para longe todos os estíguas e fantasmas da escravidão, aproximando, a partir do exemplo de Monteiro Lopes, os negros do progresso, da nacionalidade e do civismo – valores dominantes naquela sociedade. E, sob a supervisão de próprio Monteiro Lopes, organizou-se a maior das comemorações previstas: uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio no Cemitério do Caju, com direito a discurso de Lopes Trovão e Monteiro Lopes.

Entretanto, desfrutar de forma tão intensa do reconhecimento público e impondo à sociedade um lugar de destaque para si e para os seus tinha um preço. Quanto mais ficava em evidência, mais era atacado. Monteiro Lopes continuou sendo alvo de ofensas racistas na imprensa. O reconhecimento público conquistado era constantemente negado por pessoas que queriam lhe

⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, 13/05/1909. Para ler a poesia acesse http://www.interney.net/blogs/III/2009/04/21/lucia_de_castro_alves/

⁴⁸ *Jornal do Brasil*, 14/05/1909.

impor o que julgavam ser o “seu verdadeiro lugar” (e, por tabela, o dos negros em geral) no pós-abolição.

Na *Gazeta da Tarde* do dia 15 de maio de 1909, um autor anônimo dirigiu um longo texto a Monteiro Lopes. Começou acentuando a suposta retórica empolada do deputado (como se negros não pudessem fazer uso da linguagem formal e erudita), afirmando que, na verdade, ninguém levava a sério aquele homem não passava de negro insolente:

Pretinho audaz e sem escrúpulos, escalando a vida através dessa audácia e dessa ausência de escrúpulos, diz o que lhe parece, como os direitos cômicos que lhe confere a sua ignorância, sem que ninguém lhe preste a atenção. Considerado figura decorativa da política carioca e cabeça de turco das seções humorísticas da imprensa, a gente deixa-o dizer o que entende, justamente porque ele não entende de coisa alguma.⁴⁹

O autor retirava, assim, toda a legitimidade do lugar ocupado por Monteiro Lopes, reafirmando hierarquias sociorraciais e relações de submissão. As comemorações do dia anterior pareceram ao autor do artigo por demais provocativas e insolentes. O autor anônimo seguiu sua argumentação utilizando termos como “*audaz, cretino, cínico*” para se dirigir ao deputado recém-eleito, destacando que ele teria se aproveitado do nome de José do Patrocínio – “*grande morto da pátria*” - para se promover. Segundo ele, Monteiro Lopes teria tido uma relação apenas longínqua e cerimoniosa com Patrocínio. Por essa “*insolência*” Monteiro Lopes mereceria o “*vergalho*”.⁵⁰ As marcas da escravidão haviam deixado feridas abertas.

No entanto, exprimindo opinião diferente, alguns jornais - inclusive de outras partes do país - publicaram homenagens ao dia da abolição e à posse de Monteiro Lopes, o que certamente dotava-o de força para não esmorecer diante das barreiras raciais existentes naquela sociedade. O jornal *Commercio de Campinas* publicou um artigo do jornalista negro Benedito Florêncio⁵¹ comemorando o fato de que 21 depois da abolição o primeiro negro entrava

⁴⁹ *Gazeta da Tarde*. Ecos do dia, 14/05/1909.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ Benedito Florêncio, junto com Lino Guedes e Gervásio de Moraes, fundou, em Campinas em 1923 o jornal *Getulino*. Segundo informações de Petrônio Domingues, o nome do periódico “era uma alusão ao apelido de Luís Gama, o grande dirigente abolicionista. Foi o primeiro jornal a conchamar pela “*emancipação completa*” dos negros no Brasil e circulava com tiragem semanal de 1.500 exemplares. Eram tiragens significativas para a época”. Ver Petrônio Domingues, *Consciência de cor, Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 11, agosto de 2006.

triumfante “*pela porta larga da democracia republicana*” para a representação nacional. Para Florêncio, Monteiro Lopes galgava, através da “*escadaria branca*” da Câmara, uma “*brilhante posição política*”. Um republicano histórico que lutou pela instauração do novo regime ao lado de Silva Jardim merecia a homenagem, pois naquele momento era o mais digno representante “*da raça redimida*”. Essa consagração teria sido fruto do sofrimento, do esforço e do trabalho de todos os africanos e descendentes que tinham vivido e viviam no Brasil - heróis que teriam edificado “*a grandeza decantada deste país fabuloso*”. Libertos da violência da escravidão, disse ele, os negros começaram a buscar a “*educação social*” e a “*civilizar-se a passos de gigante e em vez de aumentarem as estatísticas criminais (...) se acotovelam nos bancos das escolas.*”⁵²

Mais uma vez vemos intelectuais negros esforçando-se para livrarem-se dos estigmas e estereótipos da escravidão e afirmar seu lugar de destaque naquela nação que, sob muitos aspectos, relutava em incluí-los.

Mas ainda havia muito que comemorar. Como havia divulgado, Monteiro Lopes partiria em excursão pelo Brasil para agradecer o apoio à diplomação. E assim o fez em julho de 1909 e entre janeiro e abril de 1910. Por onde passou foi recebido por multidões de negros com festas, presentes, discursos, aclamações, préstitos, bandas de música, comícios e banquetes e etc.

O malho satirizou as viagens de Monteiro Lopes afirmando que, enfim, chegara o dia em que negros teriam as mesmas prerrogativas que os brancos, numa inversão de papéis (quase uma vingança) que incluía os piores vícios nossos parlamentares na época:

⁵² *Commercio de Campinas*, 13/05/1909.



Fig. 2: Zé Povo e Monteiro Lopes em charge de Leo, *O malho*, 03/09/1910, p. 34.

Sátiras à parte, durante a criticada viagem Monteiro Lopes costumava inflamar “massas compactas” de negros. Vejamos por quê. Em um dos discursos de feitos na cidade de Porto Alegre, agradeceu a forma eloquente com que foi recebido no Rio Grande do Sul e lembrou que fora daquele estado que se dirigiram as mais vibrantes manifestações “contra o esbulho que se pretendia fazer ao seu diploma de deputado federal pela capital da república”. Declarou ser “homem de trabalho, acostumado às lutas políticas, confiando

sempre na vitória dos princípios republicanos” e, por isso mesmo, sempre teria acreditado que a “Câmara Republicana” jamais desrespeitaria “o mandato que lhe fora outorgado por um eleitorado livre e independente.” Havia sido eleito pelo voto daqueles que reconheceram seus méritos e os serviços prestados à república. Disse ainda que acreditava “que o negro não [deveria] envergonhar-se de ser negro e que o mulato deve estar sempre ao lado deste”, pois no Brasil não deveria haver “preconceito de cor” pelo motivo de haver aqui uma vasta mestiçagem. A principal estratégia dos negros contra a discriminação deveria ser “instruir e educar seus filhos porque necessariamente eles ocuparão as mais altas posições no Brasil, pois a Constituição em seu artigo 72, mantém a igualdade perante a lei.” Portanto, entendia o deputado que nas escolas públicas os professores não poderiam excluir “o menino pela cor”. A função do professor deveria ser educar e não estabelecer “no ânimo da criança brasileira o ódio e a distinção de raças.” Chegou a dizer que um professor que agisse assim deveria ser considerado um “criminoso”, pois autor de um “atentado maldito”. Atitudes desse tipo, defendeu, deveriam ser censuradas pela imprensa, pelo parlamento e até em comícios populares. A estratégia recomendada por Monteiro Lopes era que o “povo” que se sentisse alvo desse tipo de atentado discriminatório podia e deveria recorrer aos “poderes públicos” para acabar com tal “abuso.” Monteiro Lopes, quando a pátria estava em perigo, ninguém se importava com a cor do soldado, o que se esperava dele eram bravura e altivez na defesa da integridade do país. O que deveria importar seriam os méritos e não a cor ou a raça. O deputado deu, então, vários exemplos. Começou por Henrique Dias - um negro - cujo patriotismo seria maior do que o de qualquer pessoa de outra cor. Depois citou José do Patrocínio na luta pela abolição e o padre Maurício na música. Ambos teriam mostrado superioridade diante de quaisquer brancos. Então, perguntou Monteiro Lopes aos ouvintes: “Como, pois, sermos oprimidos e envergonharmos-nos de nós mesmos?” Mais uma vez, pediu que o Rio Grande do Sul abrisse suas escolas aos negros e antes de interromper fala em função das ovações e aplausos, ratificou: “Negros, instrui-vos, glorificai a república e amai a liberdade!” Uma prolongada salva de palmas soou.

Monteiro Lopes morreu subitamente em dezembro de 1910 antes de completar seu mandato. Contudo, diante de uma trajetória tão complexa - que pode ser desdobrada em vários objetos de pesquisa e oferecer

pistas para tantos outros - é curioso o silêncio historiográfico que cerca esse personagem, assim como outros processos de “mobilização negra” ocorridos durante as primeiras décadas republicanas. E aí estão em jogo questões de memória e historiografia.

Nas trilhas da “nova velha” república

Proclamada um ano após a abolição definitiva da escravidão (1888), a república no Brasil (1889) foi organizada com base em uma nova Constituição (1891) liberal e federalista que eliminou a exigência de renda para o direito de votar. No entanto, concedeu direitos políticos somente aos homens maiores de 21 anos e alfabetizados. O restante da população (entre os quais clérigos, militares de baixa patente, mulheres e analfabetos) ficou à margem do sistema de participação política formal através da representação. Estima-se que apenas 2% da população tinham acesso ao voto na recém-proclamada república.⁵³

A primeira constituição republicana reafirmou, portanto, a exclusão dos analfabetos do direito de votar introduzida em 1881, ao mesmo tempo em que desobrigou o governo federal da responsabilidade pela educação primária, deixando-a a cargo dos estados e municípios, sem elevá-la à categoria de serviço público e gratuito. Apenas na capital federal a União tomou para si o dever da educação primária, determinando também a inclusão da educação moral e cívica nos currículos.⁵⁴

Para José Murilo de Carvalho, o montante da população sem acesso aos direitos políticos buscou a participação através de relações com a máquina governamental, configurando o que o autor denominou de *estadania*, marcada pela despolitização e pela dissociação entre representantes e representados.⁵⁵

Ao refletir sobre a mesma questão, ou seja, as relações entre Estado e cidadãos através da representação, Marcelo Magalhães revelou a existência de outras formas de fazer política na cidade do Rio, a partir do estudo do Poder Legislativo Municipal. O autor demonstrou que para além das relações marcadas pela *estadania* e da atuação em várias “repúblicas” (como o carnaval e as

⁵³ José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁴ José Murilo de Carvalho, Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil, In: José Murilo de Carvalho, *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

⁵⁵ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

festas religiosas), o povo também participou do campo político-institucional, apesar dos parâmetros restritivos de cidadania impostos.⁵⁶ Outras pesquisas⁵⁷ têm apontado conclusões no mesmo sentido, vislumbrando uma pungente vida política na capital federal no que toca à atuação de representantes e representados. Esses autores, baseados em farta documentação, têm se esforçado por relativizar a historiografia que consagrou a despolitização formal da capital federal como marca principal das primeiras décadas republicanas. Uma das consequências da compreensão mais ampla das relações entre Estado e cidadãos, sob outro ponto de vista que não o do esvaziamento político, é a constatação de que o termo “República Velha” está longe de dar conta da diversidade dos debates, iniciativas e propostas do momento.

Embora bastante visitada por historiadores, sobretudo na década de 1980, a história a I república ainda guarda lacunas. Uma delas certamente é a questão da mobilização negra, mais especificamente da participação política (formal e não formal) da população negra

Nas últimas décadas, mormente a partir da década de 1980, a historiografia brasileira produziu trabalhos a partir de novos paradigmas e procedimentos, como a denominada a “*history from below*”, a micro-história, a história cultural, a história social da cultura, a história política e etc. Produzir história do ponto de vista dos “de baixo” correspondeu a uma revisão das perspectivas consagradas até então, marcadas por uma concepção excludente e previamente definida acerca das visões e das práticas populares. Através de novas fontes e abordagens, temas antigos foram retomados e novos objetivos surgiram, adensando a compreensão do período pós-abolição, das relações entre a república e seus cidadãos, da cultura popular e da experiência operária.

A obra de E. P. Thompson é, de certo, um ponto de inflexão nessa renovação. Sob a inspiração da chamada *New left*, a análise dos conflitos entre grupos sociais, dos consensos dentro de um mesmo grupo, das tradições de atores históricos específicos passaram a ser enfocados a partir de novas balizas. Assim, as pesquisas que enfocaram a I república ganharam novos contornos.

⁵⁶ Marcelo de Souza Magalhães. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?, In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Baptista Bicalho; Maria de Fátima S. Gouvêa. (Orgs.) *Culturas Políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2005.

⁵⁷ Ver Américo Freire & Carlos Eduardo Sarmiento, As três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969), *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999; Américo Freire, *Uma capital para a república: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*; Rio de Janeiro, Revan, 2000.

Os estudos sobre parcelas pobres e excluídas da população (habitação popular, cultura popular, práticas religiosas e associativistas, revoltas, relações entre a república e seus cidadãos e usos do espaço público) incorporaram novos sujeitos, antes ausentes da historiografia relativa a I república.⁵⁸ Partindo do cotidiano, as formas exploração e de dominação, as estratégias de resistência, conflitos, negociações, participação política, formas de organização e atuação desses novos sujeitos passaram a fazer parte do horizonte de pesquisa dos historiadores brasileiros.⁵⁹

Por outro lado, além das pesquisas sobre sindicatos, partidos e condições de trabalho, temas como greves; imprensa operária; circulação de idéias; lutas por direitos trabalhistas e sociais; práticas de negociação com os poderes públicos; lazer; educação; formas de organização de várias categorias profissionais; repressão; festas; sociedades dançantes; clubes de futebol; apropriações e o manejo das leis entraram na pauta dos historiadores. A classe operária passou a ser concebida dentro sua própria lógica e autonomia, com seus projetos, formas de organização e atuação particulares.

Como desdobramento dessas pesquisas elaboradas entre os anos de 1980 e 1990 sobre escravidão, pós-abolição, movimento operário e cultura popular emergiu uma substancial revisão na historiografia. Revisão baseada na certeza de que, apesar de todas as formas de dominação, exploração e de repressão, homens e mulheres foram os atores principais de sua cultura e história.

Sem dúvida, hoje a experiência histórica dos afro-descendentes durante a I república é mais bem conhecida do que na década de 1970. Contudo, há alguns silêncios nessa historiografia, embora a renovação dos estudos sobre a escravidão e sobre os trabalhadores urbanos tenham redimensionado ques-

⁵⁸ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados. Op. Cit.*, Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botiquim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986; Maria Clementina Pereira da Cunha, *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986; Martha Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1989; Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-192*, Rio de Janeiro, Forense, 1989.

⁵⁹ Ver em relação à participação política: José Murilo de Carvalho, *Os bestializados, Op. Cit.*; Eduardo Silva, *As queixas do povo*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988; Marcos Bretas, *A guerra nas ruas. Povo e polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

tões em torno das identidades, das etnias e do racismo.⁶⁰ Vários trabalhos de pesquisa⁶¹ vêm complexificando o argumento de que a população negra estava muito distante de uma suposta *anomia social* produzida pela escravidão, como salientavam as teses dos anos de 1960. Tampouco ficaram à espera de políticas públicas que os integrassem à república e à nação, forjando suas próprias estratégias de intervenção e inclusão, ainda que em um contexto no qual uma cidadania restritiva perpetuava desigualdades sociais e raciais após o fim da escravidão. Mas, como apontou Flávio Gomes, esses silêncios são mais historiográficos que históricos.⁶² Se a atuação da chamada imprensa negra, das sociedades beneficentes e de lazer são as faces mais conhecidas da mobilização negra na I república, personagens como Monteiro Lopes, Salvador de Paula, Jaime Camargo e Dr. Jacarandá, assim como suas atuações políticas, permanecem obscuros.⁶³

⁶⁰ Mariza de Carvalho Soares, *Os devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000; Marina de Mello e Souza, *Reis negros no Brasil escravista. História da festa e coroação do Rei Congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002; Martha Abreu & Hebe Mattos, *Etnia e identidades: resistências, abolição e cidadania*, *Tempo*, Niterói, nº 6, vol. 3, dezembro/1998; Maria Inês Cortes de Oliveira, *Quem eram os negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia*, *Afro-Ásia*, Salvador, nº 19/20, 1997; Maria Inês Cortes de Oliveira, *Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades de africanos no século XIX*. *Revista USP*. São Paulo, nº 28, 1995-1996.

⁶¹ Olívia Maria Gomes da Cunha. & Flávio Gomes. (orgs.), *Quase cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007; Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha*, Campinas, Editora UNICAMP, 1999; Alvaro Pereira do Nascimento, *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*, PPGH-UNICAMP, Campinas, tese de doutorado, 2002; Maria Cecília Velasco e Cruz, *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em trapiche e café*, Rio de Janeiro, 1905-1930, *Afro-Ásia*, Salvador, nº 24, 2000; Maria Cecília Velasco e Cruz, *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da I república*, FFLCH-USP, São Paulo, tese de doutorado, 1998; Sidney Chalhoub, *Op. Cit.*; Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. Op. Cit.* Martha Abreu, *Eduardo das Neves (1874-1919): histórias de um crioulo malandro*, In: Denise Pini Rosalem Fonseca (Org.), *Resistência e Inclusão: história, cultura, educação e cidadania afro-descendentes*, Rio de Janeiro, PUC/RJ/Consulado Geral dos Estados Unidos, 2003; Martha Abreu, *Outras histórias de Pai João: conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular- 1880-1950*, *Afro-Ásia*, Salvador, v. 31, p. 235-276, 2004; José Antônio Santos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa em Pelotas (1907-1957)*, Pelotas, EDUFPEl, 2003; João José Reis, *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988; Marialda Garcia, *Os arcanos da cidadania: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX*, FFLCH-USP, São Paulo, dissertação de mestrado, 1997.

⁶² Flávio Gomes, *Negros e política*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2008, p. 26-27.

⁶³ *Idem*, p. 44-45.

Nesse sentido, o caminho proposto por Stuart Hall é promissor. Partindo do princípio de que “*negro*” não é uma categoria essencialista, apontou para a importância de se dirigir o olhar “(...) *para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra*”.⁶⁴ Assim, ao investigar a trajetória e os itinerários de Monteiro Lopes será possível contribuir para a compreensão de um importante aspecto da mobilização negra na I república, ainda muito pouco explorado pela historiografia.

Refletir sobre as estratégias utilizadas por uma parcela da população negra para se mobilizar, ocupar espaços políticos, dar visibilidade às suas expectativas, expressar suas ideias sobre “preconceito de cor”, república e cidadania e lutar pela legitimidade de sua presença pública também faz parte do horizonte de reflexão proposto aqui. Busca-se com isso ampliar a compreensão das expectativas de direitos, projetos de intervenção e poder e aprofundar a análise dos significados do que era fazer política para importantes setores da população negra naquele momento. Outro desdobramento consequente dessa investigação é o aprofundamento do debate historiográfico em torno da nova “velha” república.

Enfim, examinar um aspecto da “participação política negra” na I república através da experiência concreta de um personagem histórico tão instigante demanda esquadriñar os movimentos e os fragmentos da vida de um homem que expressava orgulho de ser negro, a despeito das práticas discriminatórias das quais foi alvo constante e da evidente desigualdade socio racial no período.

⁶⁴ Stuart Hall, *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte, Humanitas, 2003, p. 327.

O buriti solitário e outras invenções: história, lugares e memórias da nação de Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916).

Alexandre Lazzariz¹

Belo Horizonte, primeiro de agosto de 1929, os jornais da cidade anunciavam a solenidade de inauguração do monumento a Afonso Arinos de Melo Franco. Os editorialistas consideravam aquela uma justa e tardia homenagem ao escritor mineiro que tanto fizera para que a vida do sertão tivesse lugar na literatura nacional. O autor representava um orgulho para o estado de Minas Gerais justamente pela profunda “brasilidade” de sua obra. O monumento em pedra, um monozzbuição à cultura nacional.²

O jovem poeta Carlos Drummond de Andrade, convidado junto com outros letrados pela redação do jornal Estado de Minas para falar do homenageado ilustre, destacava a importância do seu legado literário em tom menos ufanista e mais crítico do atual contexto intelectual. Afonso Arinos teria sobrevivido à crítica modernista que acusou de artificial e ornamental a literatura da geração a que pertenceu. Mas para Drummond, o modernismo produzira nada mais que uma literatura “imbecil” e “sem caráter”, que teria muito a aprender com o velho Arinos que, “solicitado pelas tendências mais opostas, realizou o milagre da continuidade na dispersão, permanecendo mineiro de Paracatu em todos os acampamentos deste mundo de Deus”. O autor teria permanecido o mesmo enquanto o mundo mudava à sua volta, tal como a velha e resistente palmeira solitária elevada a monumento nacional no seu texto “Buriti perdido”, e sua literatura traduzia aquela nobreza de valores.

¹ Professor visitante no Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Ver *Estado de Minas*, 01 de agosto de 1929, pgs. 1 e 3; *Idem*, 02 de agosto de 1929, pgs. 1 e 6; *Minas Gerais*, 02 de agosto de 1929.

“Buriti perdido” foi escrito provavelmente na primeira metade da década de 1890, durante os anos em que Afonso Arinos viveu como advogado e professor em Ouro Preto. Inserido no livro de contos “Pelo sertão”, publicado em 1898, esse breve texto faz um elogio poético à palmeira que se ergue solitária nos campos dos sertões. Elevada à condição de melancólico monumento nacional, a árvore é celebrada pelo escritor como um símbolo da continuidade e da unidade da nação: do futuro civilizado com o passado selvagem das terras brasileiras, da natureza com a história, da modernidade com a tradição:

Tu me apareces como o poema vivo de uma raça quase extinta, como a canção dolorosa do sofrimento das tribos, como o hino glorioso de seus feitos, a narração comovida das pugnas contra os homens de além!

Porque ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram? (...)

Talvez passassem junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras; (...)

Gerações e gerações passarão ainda, antes que seque esse tronco pardo e escamoso. (...)

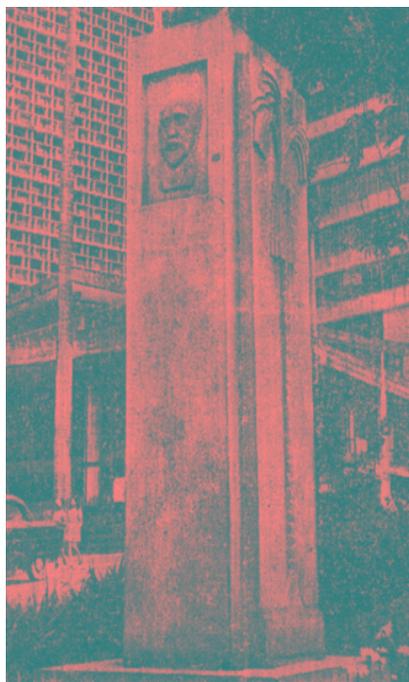
Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido. (...)

Então, talvez, uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que reverbe na mente de cada um dos filhos desta terra.³

Percebe-se que não se trata de mera nostalgia ou tradicionalismo. Para o autor do texto, o progresso era tanto inevitável como desejável, mas preservar a lembrança do passado como monumento também garantiria a presença da história nacional e dos laços coletivos na mente dos filhos da terra. Carlos Drummond de Andrade interpretava o Buriti Perdido como uma metáfora do próprio Arinos que, fiel a si mesmo, teria insistido em continuar contando as histórias do passado sertanejo enquanto vivia cada vez mais envolvido nas demandas da civilização. Já o autor do monumento, o escultor modernista Celso Antonio de Menezes, pretendia perenizar aquela homenagem na forma, dita pela imprensa como “sadiamente moderna”, de um simples bloco de pedra que ostentava de um lado uma palmeira e do outro a efígie de Arinos, esculpidas em alto relevo.

³ Afonso Arinos de Melo Franco, Buriti perdido, *Obra completa*, Rio de Janeiro, INL, 1968, p. 70.

Ironicamente, a cidade erguida no sertão para ser a capital de Minas representava na frieza da pedra a árvore que o homenageado imaginara preservada como testemunha viva do passado e como um símbolo antes de tudo sentimental do vínculo com a terra. Mais contraditório ainda era localizar-se na Praça da República o monumento a quem sempre foi um monarquista convicto e recusou-se a qualquer colaboração com o regime republicano. Ainda que, posteriormente, a praça tenha mudado de nome e passado a chamar-se Praça Afonso Arinos, não deixa de causar estranhamento essa homenagem de sinais trocados apenas treze anos após sua morte.⁴ O novo contexto intelectual e político, no entanto, parecia permitir aos contemporâneos enquadrar a memória do escritor e sua obra nos valores do momento sem maiores constrangimentos.



Monumento a Afonso Arinos, Belo Horizonte

Fonte: Suplemento Literário do jornal *Minas Gerais*, ano III, n.º 89,
11 de maio de 1968.

⁴ Muitos anos depois, em 1959, os construtores de outra cidade “moderna” erguida em pleno sertão lembraram-se da visão de Arinos e a homenagearam plantando um buriti em uma praça de Brasília, acompanhado de uma placa com a transcrição do parágrafo final de Buriti perdido.

Nos jornais da Belo Horizonte de 1929, a homenagem a Afonso Arinos disputava espaço entre as manchetes das novidades da campanha da Aliança Liberal e as repercussões da adesão do governador mineiro Antonio Carlos à candidatura de Getúlio Vargas. Diante das autoridades municipais e estaduais e da prestigiada e influente família Melo Franco⁵, o deputado Mario Matos, em nome da Academia Mineira de Letras, fez do discurso solene um elogio de qualidades de Arinos que pareciam selecionadas sob medida para o momento político: a mineiridade, o sentimento patriótico, a ânsia de unidade e de centralismo. Seu monarquismo intransigente era interpretado como uma lúcida reação a um período de anarquia republicana, seu catolicismo representava adesão aos corretos valores da ordem, da unidade e da hierarquia.

Político, domina-o por completo a sinceridade: - foi um historiador, isto é, um tradicionalista, um homem que estudava a atividade construtiva de seus semelhantes em benefício da Pátria.

Quando se proclamou a República, espalhando-se por todo o território nacional uma impressão de esfacelamento e anarquia, Afonso Arinos, mais uma vez, deu uma demonstração de seu patriotismo: foi monarquista, unitário, arquitetonico. Animava-o o desinteresse da sinceridade.

Mas o sentido culminante de seu espírito político é a crença.

Afonso Arinos, cedendo à sede de unidade que lhe presidiu ao destino, era católico.⁶

Ao longo da década de 1920, a apropriação do legado de Afonso Arinos e a construção da sua memória póstuma não foram exclusividade dos políticos e literatos mineiros. O intelectual católico Alceu Amoroso Lima estreou na crítica literária em 1922, já com o pseudônimo Tristão de Athayde, fazendo o elogio do sentimento nacional e do pioneirismo regionalista do autor que conhecera e admirara na infância.⁷ Sob o patrocínio da família Prado (à qual Afonso Arinos fora ligado por casamento), sua peça “O contratador dos Diamantes” era encenada pela aristocracia paulistana com um fervor patriótico e orgulho

⁵ O monarquismo de Afonso Arinos contrastou com a pronta adesão dos demais membros da família, de tradicional presença na política mineira, ao regime republicano. O irmão Afrânio de Melo Franco ainda participou ativamente do movimento de 1930 e destacou-se na diplomacia brasileira. O sobrinho homônimo, Afonso Arinos de Melo Franco, jurista e escritor, foi um nome de relevo na história política brasileira do século XX.

⁶ *Minas Gerais*, 02 de agosto de 1929.

⁷ Alceu Amoroso Lima. *Afonso Arinos*, 3ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, Educam, 2000.

nativista que só se tornaram moda após a I Guerra Mundial.⁸ A simpatia dos modernistas por Arinos o preservava das críticas dirigidas aos literatos de sua geração, mas produzia o esquecimento de suas relações muito próximas com os principais literatos cariocas e de sua integração ao *status quo* da Academia Brasileira de Letras e do IHGB.

Afonso Arinos, em sua própria época, era bem recebido nos círculos letrados, mas preferiu estabelecer-se em Paris e lá se dedicar aos negócios da família Prado, da qual tornara-se íntimo, e a longas excursões pela Europa e pelos sertões brasileiros. A militância na imprensa monarquista se encerrou com a morte do amigo Eduardo Prado em 1901. Manteve, ainda assim, suas convicções e conquistou a amizade da família real brasileira no exílio em Paris. Tornou-se um homem rico da *Belle Époque*, - erudito, cosmopolita e viajante - e, ao mesmo tempo, um apreciador contemplativo dos hábitos e paisagens rurais brasileiros. Apreciava viajar tanto em modernos automóveis, trens e navios a vapor como em lombo de mula na companhia de tropeiros analfabetos. Sua vida terminou junto com a era otimista que se encerrava com a Grande Guerra europeia. Faleceu em 1916, durante a viagem de retorno para a Europa, voltando de uma das seguidas visitas que fazia ao Brasil. Nos anos seguintes, parte significativa de sua obra inédita seria publicada e sua memória celebrada de diversas formas em uma conjuntura agora francamente favorável ao nacionalismo e à celebração do nativismo, do tradicionalismo e do folclore.⁹ Seu legado não foi unívoco. A identidade nacional passou a ser interpretada em sua obra por intermédio de muitos conceitos: autenticidade, tradição, unidade, modernidade, mineiridade, sertanismo, regionalismo, catolicismo...¹⁰

O que tornou este autor tão suscetível a leituras, apropriações e usos de sua memória, enquanto outros foram combatidos em nome do modernismo? Talvez retornar à associação feita por Drummond entre autor e personagem, no caso da palmeira solitária que resistia ao tempo, possa trazer alguma luz para a questão. Arinos tinha obsessão pela continuidade de um certo passado nacional que julgava cada vez mais necessário junto a um presente que não

⁸ Ver Nicolau Sevcenko. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

⁹ As publicações póstumas foram: *Lendas e tradições brasileiras* (1917); *O contratador de diamantes* (1917); *A unidade da Pátria* (1917); *O Mestre de Campo* (1918); *Histórias e paisagens* (1921).

¹⁰ Para uma mostra da fortuna crítica do autor, basta conferir as comemorações do seu centenário no Suplemento Literário do jornal Minas Gerais, edições de abril e maio de 1968. A própria publicação de sua "Obra Completa" dá-se nesse mesmo ano, com uma biografia escrita pelo prestigiado sobrinho homônimo Afonso Arinos de Melo Franco.

cessava de se transformar. Era também o “fracasso heróico” de sua vida, nas palavras de Drummond, que fazia aumentar a simpatia por suas qualidades interiores, retratadas na irônica imagem do pacato descendente de bandeirantes sem conquistas e sem poder, satisfeito em fazer turismo pelo mundo e pelos sertões do Brasil.

As ambiguidades do autor permitiam que as tendências literárias e intelectuais modernistas e regionalistas que se seguiram olhassem para sua obra com simpatia. Mas também permitem que o consideremos relativamente integrado com aspectos de cultura histórica e imaginação nacional dos homens letrados de seu próprio tempo. Tendo vivido em uma época de intensa elaboração e de polêmica a respeito da identidade nacional entre a elite de literatos e bacharéis do final do século XIX no Brasil, seus pontos de vista representavam uma das vertentes de intensos debates e antagonismos em torno de temas como raça e nação, tradição e progresso, nacionalismo e cosmopolitismo.¹¹ Em tempos em que a “comunidade imaginada” da nacionalidade era construída em grande medida por meios literários e impressos,¹² elaborar narrativas e teses que associassem costumes populares e valores nacionais era uma missão espinhosa e polêmica entre muitos letrados brasileiros de formação erudita e europeizada. Arinos, no entanto, tinha entusiasmo por essa tarefa e elaborou uma forma muito própria de combinar as noções de tradição, povo, história, folclore e nacionalidade.

Não por acaso, ele foi professor de História Universal do Ginásio Mineiro de Ouro Preto, desde 1891 até sua primeira viagem à Europa e posterior mudança para São Paulo em 1896. Seu apreço pela finalidade educativa e nacionalizadora da erudição histórica se evidencia também por sua preocupação com a preservação do arquivo histórico da cidade (logo transformado no Arquivo Público Mineiro), do qual era assíduo freqüentador. Esse também

¹¹ Sobre debates letrados a respeito da identidade nacional brasileira no final do século XIX, ver Cláudia Neiva de Matos. *A poesia popular na República das Letras: Silveo Romero folclorista*. Rio de Janeiro, Minc/Funarte/ Ed. UFRJ, 1994; Ângela Alonso, *Idéias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil-Império*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; Roberto Ventura, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas. *Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920*, In: José Murilo Carvalho (org.) *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 123-151; Leonardo Afonso de Miranda Pereira, *Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário*, In: Márcia Capelari et alii (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*, Piracicaba, Ed. Unimep, 2003, pp. 53-72.

¹² Sobre o conceito “comunidade imaginada”, ver Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

é o seu período de mais intensa produção literária e durante o qual será reconhecido e estimado pelos círculos letrados do Rio de Janeiro, tornando-se grande amigo de Olavo Bilac. Publica contos e artigos em jornais mineiros e cariocas, dos quais alguns posteriormente serão selecionados para compor o livro “Pelo Sertão”, de 1898. Essa será a obra que o tornará conhecido de um público mais amplo e que lhe dará o direito a ser admitido na Academia Brasileira de Letras em 1903, ano em que também é admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mesmo sem a pretensão de produzir uma obra historiográfica propriamente dita, Afonso Arinos trouxe a história para o centro da discussão da nacionalidade. Os discursos, palestras e artigos publicados na imprensa revelam o autor justificando suas convicções monarquistas e seu objetivo de promover uma literatura com finalidade cívico-pedagógica e que conciliasse originalidade literária e nacionalidade, em nome da qual pretendia unificar tradição oral, arte literária e história baseada em arquivos. Finalmente, também revelam o sonho de uma arquitetura da unidade nacional fundada na continuidade com o passado, no valor dos costumes populares e das diferenças regionais (ainda que fosse defensor do centralismo monárquico) e na importância das hierarquias sociais e políticas.

Este texto pretende mostrar como o autor enfrentou essas questões de modo singular e mais complexo do que sugere seu enquadramento como escritor regionalista pelos críticos literários. O estudo de sua obra busca evidenciar especialmente como ele próprio usou o passado e a literatura para justificar suas convicções monárquicas e nacionalistas, evocando lugares e memórias da história nacional e descrevendo costumes e personagens do sertão das Minas Gerais.

Exílios do passado no presente.

“Pelo sertão – histórias e paisagens” é um livro composto de doze contos que possuem em comum apenas os cenários do interior do país. Em alguns deles sequer há um enredo, tratando-se de poemas em prosa, impressões e reminiscências do autor, descrições de “paisagens”. Nesse último gênero é que ele fala mais diretamente da passagem do tempo e do sentido de objetos e monumentos que sobrevivem à sua época. Em “A cadeirinha” e em “A velhinha”, narra em primeira pessoa e em tom melancólico a forte impressão que lhe causaram encontros com objetos e pessoas em cidadezinhas em ruínas

do interior de Minas Gerais. A presença física do passado é perturbadora, fora de contexto e, por isso, poética. A cadeirinha artisticamente trabalhada que serviu para transportar damas da nobreza e agora jazia abandonada em uma sacristia, o idoso que esperava pela morte e enfrentava a zombaria das crianças, a velhinha solitária e sua casa cheia de lembranças de pessoas queridas agora ausentes, eram todos exilados do tempo, perdidos em um mundo que não era mais o seu. Mas não se tratava de crônicas saudosistas, e sim reflexões sobre um mundo em constante transformação, a exigir uma permanente renovação de tudo. Em sua visão, porém, o aperfeiçoamento e o progresso geral se davam às custas de uma unidade e grandeza perdidas, idealizadas no passado.

Mas é assim a vida: as espécies, como os indivíduos, vão desaparecendo ou se transformando em outras espécies e em outros indivíduos mais perfeitos, mais complicados, mais aptos para o meio atual, porém muito menos grandiosos que os passados. (...) Parece que o progresso marcha para a dispersão, a desagregação e o formigamento. Um grande organismo tomba e se decompõe e vai formar uma inumerável quantidade de seres ávidos de vida. A morte, essa grande ilusão humana, é o início daquela dispersão, ou antes a fonte de muitas vidas.¹³

Há em Afonso Arinos uma aceitação resignada de alguns dos pressupostos evolucionistas e naturalistas do pensamento científico de sua época e da crença na marcha inexorável do progresso. Uma vez extinto o tempo das coisas, alegava, não havia mais necessidade de mantê-las intactas, nem de expô-las em museus, pois assim elas perdiam sua graça e dignidade para sempre, como acontecia com a cadeirinha do século XVIII: “Deves preferir a paz do aniquilamento à glória de figures numa coleção de objetos antigos, exposta à curiosidade dos papalvos e às lorpas considerações dos burgueses, mofada e tristonha.”¹⁴ Uma exceção seria a sobrevivência de segredos e reminiscências íntimas junto com as coisas velhas mas que, de qualquer forma, acabariam com a morte do proprietário. Defender a perpetuação do passado era inútil, mas os documentos e relíquias conservavam a função de despertar a imaginação e o sentimento de comunhão com os dramas do passado:

Nesta nossa terra, onde as tradições tão depressa se apagam, tão cedo se esquecem as velhas usanças, - o encontro, muito raro, de algum objeto antigo tem sempre para mim algumas coisa de delicado e comovente. Móveis ou telas, papéis ou vestuários - (...) - eles me falam ao sentimento como uma música

¹³ Afonso Arinos de Melo Franco. *A cadeirinha*, *Op. Cit.*, p. 67-68.

¹⁴ *Ibid.* p. 68

longínqua e maviosa, onde se contam longas histórias de amor, ou se referem dramas pungentes de não sabidas lutas e misérias”.¹⁵

O vínculo com o passado, para o autor, não deveria depender tão somente de memórias individuais ou coletivas, mas principalmente do culto da história e das lendas nacionais, ou seja, das narrativas que evocavam a unidade e a continuidade que foram perdidas. Esse era o sentido da preservação do “Buriti perdido” em uma praça da grande cidade que se ergueria no sertão: um monumento nacional, a relembrar às futuras gerações as lendas primitivas e a épica conquista do território, o passado comum que atestava a existência de uma nação. E esta não poderia ser imaginada sem o um vínculo profundo da história com a natureza e geografia dos sertões. O próprio “buriti perdido” representava isso, pois não se tratava de uma obra dos homens do passado, mas da natureza que resistiu a eles.

Natureza, história e povo fazem parte das experiências de um viajante ao subir a serra do Espinhaço, narrada no breve conto “Paisagem alpestre”. Após as profundas sensações provocadas pela paisagem que se descortina no alto da serra, seguem-se o encontro com a história, representada em um chafariz de pedra dos tempos coloniais, e com o povo, representado nos lavradores que trabalham entoando uma canção folclórica. A inscrição gravada na pedra da fonte e os versos cantados pelos camponeses são transcritos no texto, conferindo um sentido documental ao conto.

“Desamparados”, outro conto brevíssimo de “Pelos sertões”, também é sobre as reflexões de um viajante. Este interrompe a contemplação da natureza na serra entre Minas e Goiás ao encontrar um maltrapilho andarilho do sertão. As descrições da viagem pelo interior profundo do país e do encantamento com a paisagem, juntamente com o encontro com o povo que ali vive e com as ruínas do passado, têm a função de explicitar ao leitor as experiências fundadoras da sensibilidade nacional do narrador dos demais episódios desse livro.

História do Brasil em aventuras nas Minas Del Rei.

A frequência de Afonso Arinos aos arquivos de Ouro Preto, onde se dedicava a um paciente estudo dos documentos coloniais, não resultou em alguma obra historiográfica propriamente dita. Entretanto, com certeza lhe forneceu as fontes que inspiraram diversas narrativas que mesclavam ficção e história sem a preocupação de estabelecer uma fronteira clara entre os dois

¹⁵ *Idem*, A Velhinha, p. 89-92.

gêneros de escrita. Os contos “Manuel Lúcio”, “A Fuga” e “O contratador de diamantes” são passados no tempo colonial, com referências geográficas e cronológicas precisas. Os dois últimos, levando a indicação “fragmento” no título, levam a crer serem partes de obras maiores inacabadas ou não publicadas. “O contratador dos diamantes”, pelo menos, deu origem a uma peça teatral só publicada após sua morte. Outras publicações póstumas, os romances “O Mestre de Campo” e “Ouro! Ouro!”, seguiam a mesma pretensão de descrever em pormenores os costumes da sociedade colonial mineira.¹⁶

As intenções pedagógicas dessa literatura histórica são evidentes. Um tema banal, como o amor não correspondido, no conto “Manuel Lúcio” servia para transportar o leitor aos primórdios da exploração do território do ouro pelos bandeirantes paulistas. Manuel Lúcio Paes, servidor fiel do guarda-mor das minas, é mortalmente ferido em uma das freqüentes revoltas de mineiros, descritos como índios e negros, contra os fazendeiros. O infeliz capataz morre sem ter declarado seu amor platônico pela filha do patriarca. Além do drama sentimental, essa também era uma história da missão civilizadora das primeiras fazendas da região e dos violentos conflitos que surgiam com a resistência aos novos senhores do sertão em “ferozes lutas de famintos”.¹⁷

Em “O contratador dos diamantes”, novamente é a família patriarcal das minas que tem seus costumes retratados. Dessa vez a história passa-se no Distrito Diamantino do século XVIII e anuncia-se o conflito iminente entre as pretensões controladoras da Coroa e a autoridade local do contratador das minas de diamante Felisberto Caldeira Brant. Aqui não mais se descreve a rude vida da fazenda, mas a elegância dos salões da nobreza que a riqueza da mineração criou. A resistência que o contratador pretende opor às medidas punitivas que se anunciavam é apresentada pelo autor como um prenúncio da emancipação da Colônia.¹⁸

O breve conto “A fuga”, outro fragmento de obra incompleta, narra as dificuldades e sofrimentos enfrentados por dois escravos em fuga das minas reais de diamantes, dramatizando seus esforços para cruzar o rio Jequitinhonha e alcançar a liberdade.¹⁹ Nos contos de Arinos, a sociedade colonial que deveria originar uma nova nação independente se revela hierárquica e exploradora dos escravos, porém paternalista e tolerante com mestiços e libertos. A opressão

¹⁶ *Idem*, O Mestre de Campo, p. 385; Afonso Arinos de Melo Franco, Ouro! Ouro!, p. 457.

¹⁷ *Idem*, Manuel Lucio, p. 78.

¹⁸ *Idem*, O contratador dos diamantes: episódio do século XVIII - Fragmento, p. 97.

¹⁹ *Idem*, A fuga: fragmento de um conto histórico, p. 93.

absoluta é exercida quase exclusivamente pela metrópole. Na peça teatral em que apresentou por inteiro a narrativa do “Contratador dos Diamantes”, a massa popular dos escravos e libertos é fiel à autoridade paternal de Felisberto Caldeira Brant e a dança do congado na semana santa, descrita em detalhes, parece selar a aliança entre povo e nobreza.

O cotidiano da sociedade colonial das minas e suas aspirações de liberdade também aparecem no romance “O mestre de campo”, que apenas foi publicado postumamente, em 1918. A história narra que em Vila Nova da Rainha encontrava-se foragido um jovem fidalgo português, envolvido em conspiração contra o rei na metrópole. Vivendo clandestinamente na Colônia, trabalhava como fiel administrador da propriedade de Paulo Barbosa do Vilar, o Mestre de Campo, um juiz de paz negro, rico proprietário de minas e escravos. O comandante português do destacamento que tem a missão de capturar o fidalgo, por sua vez, revela seus preconceitos diante dos negros e mulatos ricos da colônia. Outro personagem importante, irmão Lourenço, o misterioso fundador do convento do Caraça, confirma as lendas de que também se tratava de um nobre português foragido.

A narrativa que mescla ficção, história e lenda é um recurso que o autor utiliza deliberadamente para despertar o sentimento patriótico no leitor. Em outro texto publicado postumamente, o artigo “O ermitão do Caraça”, Arinos revela a pesquisa que realizou nos arquivos mineiros para comprovar a veracidade da história do rico minerador negro que recebeu do Governador da Colônia o título de Mestre de Campo. Sua busca por indícios incluiu até mesmo uma visita às ruínas da antiga propriedade, feito que parece se refletir na descrição minuciosa do terreno e do sítio encontrada no conto.²⁰

A história do fidalgo exilado do Reino que teria servido ao Mestre de Campo e também a da identidade do irmão Lourenço permaneciam sustentadas apenas na tradição oral. De qualquer forma, no passado colonial historiado e romanceado por Arinos, os critérios de nobreza, dignidade e autoridade não se subordinavam às diferenças raciais. O preconceito de cor, herança da colonização e da escravidão, parecia diluir-se na sociedade das minas descrita pelo autor. Em sua obra, negros e mestiços são incorporados de forma positiva como agentes da epopéia da formação da nacionalidade, embora por vezes sejam descritos como de caráter instável, sugerindo como causa alguns atributos da herança racial. Nos demais contos, alguns “tipos do sertão” foram descritos como mestiços representantes da originalidade do homem brasileiro.

²⁰ *Idem*, O Mestre de campo, p. 385-456; O Ermitão do Caraça, p. 838-846.

Bravios e brasileiros animais humanos das Gerais

“A Esteireira”, “Joaquim Mironga” e “Pedro Barqueiro”, contos que pretendem descrever personagens marcantes do mundo sertanejo, foram os responsáveis pelo primeiro reconhecimento de Arinos como um escritor respeitado entre os literatos brasileiros mais renomados. Foram publicados em jornais e revistas literárias do Rio de Janeiro entre 1894 e 1895. Mesmo residindo e trabalhando no interior do país, foi durante esses anos que Afonso Arinos fez os contatos e firmou as amizades que o tornariam conhecido nos meios literários da capital.

Durante a crise da revolta da Armada, em 1893, diversos literatos e jornalistas críticos do governo Floriano Peixoto fugiram do Rio de Janeiro para escapar do ambiente de ânimos exaltados e inevitáveis perseguições. Muitos refugiaram-se justamente em Ouro Preto, onde foram acolhidos pelo jovem monarquista Afonso Arinos, que abriu as portas de sua casa, transformada em ponto de encontro e de boemia literária para os recém-chegados. Ele se torna, então, o guia de escritores como Olavo Bilac, Álvares de Azevedo Sobrinho e outros tantos pelas ladeiras da antiga cidade, contando a eles histórias do sertão e os apresentando aos arquivos dos tempos coloniais.

Quando cessam as hostilidades, os literatos deixam as montanhas de Minas e retornam ao Rio de Janeiro e à atividade cotidiana da imprensa. Animado pelo incentivo dos novos amigos, o escritor mineiro participou do concurso literário do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, em março de 1894. Apresentou o conto “A Esteireira”²¹, que obteve o segundo lugar entre mais de noventa competidores, em seleção que teve Sílvio Romero entre os avaliadores. Um relativo sucesso, sem dúvida, mas que não recebeu aclamação unânime entre os literatos da capital. O crítico Valentim Magalhães, escrevendo no periódico *A Semana* sob o pseudônimo Joaquim Alves, considerou “demasiado violenta” e “inverossímil” a história contada pelo escritor mineiro.

A esteireira que dá nome à principal personagem e também ao conto que provocou tanto espanto no crítico é uma bela e ciumenta mulata, de temperamento orgulhoso e corpo forte e sensual. O narrador atribuía suas características psicológicas e físicas diretamente à condição mestiça que reunia “a graça da européia” e a “sensual indolência das filhas d’África”. Era apaixonada por um fugitivo da polícia, ele também mulato e de temperamento difícil. Uma crise de ciúmes a leva a executar um plano feroz: atrai sua rival

²¹ *Ibid*, p. 72-77.

para uma armadilha, a mata friamente com uma navalhada e ainda bebe todo o seu sangue para ocultar os rastros do crime. Em seguida procura o namorado e foge com ele para as matas, onde passam a viver unidos, em estado semi-selvagem, como “dois rebentos opulentíssimos da exuberância tropical”. O final da história também é trágico e violento, pois Ana Esteireira e Filipinho são perseguidos pelos soldados e resistem ferozmente à tentativa de prisão, até tombarem mortos.

Aquele era um conto narrado de forma quase documental, em primeira pessoa, e a frase inicial queria atestar uma suposta veracidade: “Conheci-a no sertão”. E foi justamente a incredulidade ou incompreensão do crítico quanto a esse testemunho que causou uma indignada reação do autor. Afonso Arinos publicou um extenso artigo na Gazeta de Notícias, acusando Joaquim Alves de opinar sem conhecer o sertão, sua gente e seus costumes²². O fato era verdadeiro e ele, que nascera e crescera no interior do Brasil, sabia do que falava e não admitia que um fino literato habituado aos salões afrancesados da capital lhe dissesse como retratar o bravio “animal humano” das Gerais. Eram dois mundos que se desconheciam mutuamente, afirmava, o da civilização das grandes cidades e o dos rudes habitantes do sertão. Ele se propunha a dar voz a estes últimos, a dar testemunho de sua existência fazendo uso da “verdade violenta da narrativa”. Verdade, aliás, que afirma ter muito impressionado seus amigos Coelho Neto e Olavo Bilac quando dela tomaram conhecimento.

Na motivação de Afonso Arinos em aventurar-se na literatura existia, no entanto, mais do que a necessidade de dar testemunho da realidade singular que conheceu de perto, e também mais do que a mera vaidade literária. O título de sua resposta ao crítico, “Nacionalização da arte”, já indicava isso. Por mais violentos e rudes que fossem os tipos do sertão, argumentava, a arte tinha a “missão social” de expressar a realidade, produzir “documentos para o estudo da psicologia de um povo” e revelar o “sentimento coletivo”. Era o valor da autenticidade e, portanto, da nacionalidade, que deveria orientar a literatura, e não o ideal da perfeição estética, com suas convenções e artificialismos. O que realmente o entusiasmava era poder revelar ao mundo aquelas peripécias de homens e mulheres brutos do Brasil central, certo de que ali se escondia a energia e a vitalidade que, bem lapidada pelo tempo e pelo progresso, se tornaria a matriz de um caráter nacional original e verdadeiramente brasileiro.

Capatazes, tropeiros, jagunços, mulatos arredios e escravos fugidos surgem com frequência em suas histórias como protagonistas de cenas violentas

²² *Idem*, Nacionalização da arte: parecer de um curioso, p. 874-881.

tas, mas sem condenação moral explícita de suas atitudes e até com evidente simpatia por parte do narrador. Os personagens parecem fundir-se com as forças incontrolláveis da natureza e são capazes de praticar tanto crimes brutais como indiscutíveis gestos de grandeza. O escravo fugitivo Pedro Barqueiro, por exemplo, temido pelos jagunços e odiado pelos patrões, era implacável com seus perseguidores. No entanto, demonstrou grandeza ao poupar a vida de um jovem peão que ousara prendê-lo e que, por sua vez subjugado, demonstrara coragem diante da morte iminente.

“Joaquim Mironga” e “Pedro Barqueiro” foram publicados na Revista Brasileira, dirigida por José Veríssimo. Tiveram a peculiaridade de serem narrados na voz do protagonista principal, como se este estivesse a contar oralmente sua história para o leitor em uma roda de conversa ao pé do fogo. Joaquim Mironga, vaqueiro veterano, com o vocabulário e o modo de falar peculiar do sertanejo, conta um episódio trágico ocorrido durante as revoltas liberais de 1842 na região do Rio Preto, quando o filho do seu patrão perdeu a vida em uma escaramuça. Tal como os demais, Joaquim Mironga não é apresentado ao leitor como um personagem fictício, ele deve deixar a impressão de ser o mais histórico e real possível. Com estes “tipos do sertão” o objetivo é fazer com que o leitor sofisticado da cidade grande sintam-se surpreendido pela “verdade violenta” da vida dos autênticos brasileiros, do verdadeiro “povo” em processo de formação de uma nação, vivendo à margem do progresso das cidades cosmopolitas do litoral.

Tivesse o episódio do concurso literário acontecido apenas alguns anos depois, talvez o autor não tivesse que argumentar tanto para convencer seus colegas de que a verdade violenta dos sertões de seus contos não era pura invenção ficcional. A irrupção do confronto de Canudos e suas conseqüências foram interpretadas por Afonso Arinos quase como uma confirmação da autenticidade das suas narrativas. Em artigos na imprensa, denunciou a tragédia como conseqüência dessa contradição entre a rude vida de um povo tal como era e as pretensões artificiais de civilização de um governo republicano distante e alheio a essa realidade. Já vivendo em São Paulo durante aqueles acontecimentos, dirigindo a imprensa de propaganda monarquista do amigo Eduardo Prado e sofrendo ameaças por causa disso, ele antecipa algumas das interpretações que seriam consagradas anos depois por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. O governo, por desconhecer o sertão e seus habitantes e optar pela repressão militar, é que teria acabado por tornar violento e incontrollável

o fanatismo daqueles sertanejos. Chega a considerar que a guerra, ao menos, teria servido para mostrar ao governo a verdadeira face da nação:

Até aqui, só eram brasileiros os habitantes das grandes cidades cosmopolitas do litoral; até aqui, toda a atenção dos governos e grande parte dos recursos dos cofres públicos eram empregados na imigração ou no tolo intuito de querer arremedar instituições ou costumes exóticos. (...) E essa força, que assim apareceu, há de ser incorporada à nossa nacionalidade e há de entrar nesta como perpétua afirmação da mesma nacionalidade. Ela há de, assimilada pela civilização, assegurar nossa independência, impondo-nos ao respeito das nações estrangeiras.²³

O massacre teria revelado finalmente a face esquecida da nação, os sertanejos abandonados à própria sorte e agora incorporados a ferro e fogo à civilização. Essa assimilação era inevitável e necessária porque, somente eles, adaptados aos rigores daquela natureza tropical e selvagem, poderiam formar o povo de uma nação forte e independente. Sua convicção a respeito disso era tanta que nessa época chegou a escrever uma novela pretendendo nada menos do que narrar a saga de Canudos do ponto de vista dos homens e mulheres sertanejos que dela fizeram parte. A história foi publicada em capítulos no jornal *O Commercio de São Paulo*, sob o pseudônimo Olívio Barros, em seguida reunidos no livro intitulado “Os jagunços”, impresso nas oficinas do próprio jornal em 1898.²⁴ Embora a obra pareça não ter tido obtido maiores repercussões políticas e literárias, o livro impressiona pela tentativa de empreender uma narrativa da formação do arraial de Belo Monte dos primeiros seguidores até sua destruição misturando personagens fictícios e reais, reconstruindo a experiência dramática ali vivida inteiramente baseado naquilo que conhecia ou acreditava conhecer do mundo dos valores e sensibilidade dos sertanejos de Canudos. Naquele momento, retratar os jagunços como heróis trágicos de uma aventura épica certamente ainda era uma atitude inusitada e um desafio à opinião dominante.²⁵

O povo do Brasil

Podemos finalmente passar ao conto escolhido pelo autor para abrir o livro “Pelos Sertões” e interpretá-lo como um dos mais significativos do ponto

²³ *Idem*, A campanha de Canudos: o epílogo da guerra, p. 645.

²⁴ *Idem*, Os Jagunços, p. 121-384.

²⁵ Sobre outra tentativa de narrativa romanceada da saga de Canudos, provavelmente influenciada pela de Afonso Arinos, ver, Maria Silvia Azevedo, *O rei dos jagunços de Manuel Benício: entre a ficção e a história*, São Paulo, Edusp, 2003.

de vista do autor sobre a formação do “povo” brasileiro. Em “Assombramento”, um grupo de tropeiros, conduzindo seu carregamento, acampa junto à tapera de uma antiga fazenda abandonada.²⁶ Aquele era um grupo representativo tanto da unidade como da diversidade nacional, formado por uma reunião de sertanejos oriundos de diferentes regiões do Brasil. O chefe da tropa, Manuel Alves, era de Cuiabá. Entre seus comandados estavam um tocador de viola cearense, o gaúcho Joaquim Pampa e outro peão chamado José Paulista.

Já a fazenda mal-assombrada, com seu tesouro escondido, aguardava que alguém corajoso como o chefe cuiabano terminasse por descobrir, ainda que acidentalmente, a história oculta do lugar. Embora o autor não mencione essa intenção, como não interpretar a casa de fazenda abandonada como uma metáfora do passado patriarcal da nação, esquecido nos arquivos, à espera de historiadores e literatos dispostos a revelar seus tesouros e mistérios? Ainda mais tendo em vista que a descoberta do segredo daquele lugar e o ferimento do chefe, naquelas circunstâncias misteriosas, tiveram o efeito de despertar a religiosidade dos peões e fortalecê-los moral e espiritualmente em sua jornada pelas profundezas do Brasil. Alguns contemporâneos testemunharam que o autor do conto manifestava uma devoção propriamente mística pelas viagens sertão adentro que empreendia regularmente.²⁷

O tropeiro é um dos tipos sertanejos escolhidos por Arinos para resumir, em seus valores e modo de vida, as virtudes nacionais esquecidas pelos letrados das cidades. Considerado o mais simpático e interessante de todos, o tropeiro, com sua tenacidade e honestidade, além da disposição para a cooperação e o trabalho em equipe, seria o primeiro responsável pela integração e unidade nacionais. Escrito em 1903, o artigo “Tropas e tropeiros” presta homenagem a eles descrevendo com detalhes as tarefas e as tradições daquela profissão fundamental para a existência da nação. Mas menciona também outros tipos e subtipos que se diferenciam por suas profissões e regiões, espalhados pelo território nacional:

O jangadeiro do norte diverge bastante do vaqueiro, e estes dois com as respectivas variantes – pescadores, barqueiros, igariteiros para o primeiro; jagunços, peões, gaúchos, campeiros para o segundo – são os mais numerosos.²⁸

²⁶ Afonso Arinos de Melo Franco. *Assombramento: história do sertão*, *Op. Cit.*, 1968, p. 49.

²⁷ Miguel Couto, Afonso Arinos e o sertanejo, *Minas Gerais – Suplemento Literário*, 11 de maio de 1968, p. 9.

²⁸ Afonso Arinos de Melo Franco, *Tropas e tropeiros*, *Op. Cit.*, 1968, p. 826.

De um mosaico de profissões e costumes populares teriam surgido as tradições orais que compunham o repertório folclórico do país, onde os brasileiros das cidades deveriam buscar a inspiração do sentimento patriótico e a identidade nacional. No ano de 1915, durante a última viagem da França para o Brasil, que se prolongou devido à guerra européia, o autor de “Pelos sertões” dedicou seu tempo a uma série de conferências para a alta sociedade paulistana intitulada “Lendas e tradições brasileiras”. Durante a festa de encerramento do evento, obrigou seu refinado público a escutar grupos de cantorias de reisado, não para oferecer um mero espetáculo, mas uma aula de educação patriótica:

Eu sou o sineiro que subo à torre para chamar-vos ao culto da Pátria. (...) E vistes e aqui estais para ouvirdes o que vossos avós já ouviram, a fim de que o possais transmitir a vossos filhos, formando assim o elo da cadeia chamada a tradição de um país. É ela que faz dos habitantes de uma região um povo, dá a este povo uma alma, uma individualidade própria entre os outros povos da terra. É ela quem dá aos povos as supremas energias para as lutas e se não é ela quem arma os soldados, é ela quem lhes incute esse extraordinário sentimento, sem o qual são impossíveis as verdadeiras vitórias – o amor da Pátria!²⁹

A menção a soldados e combates fechando a conferência já era um sinal do sentido belicoso do nacionalismo nos tempos que corriam. Pouco antes de falecer, em fevereiro de 1916, Arinos pronunciou uma última conferência, desta vez em Belo Horizonte, intitulada “A unidade da Pátria”. Naquela ocasião, lamentou que o Brasil se encontrasse “regionalizado” em demasia, com as velhas Províncias voltadas para si mesmas, e clamou por uma cruzada em nome da unidade da Pátria. A culpa de toda a situação, declarou, era resultado da omissão das elites do país. O que ainda mantinha o país unido era o povo simples que, sempre migrando entre as diferentes regiões e misturando diversos costumes, unia esforços na tarefa de desbravar os sertões e consolidar o domínio do território nacional:

Esse dever de aliança para a ação compete tanto mais à classe culta, quanto, até agora, quem mantém a união brasileira não são os homens superiores, mas o povo. É o baiano, vindo em numerosos bandos, a pé, a cavalo e em barcos, para trabalhar nos cafezais de São Paulo, e volvendo aos lares para celebrar ao som da viola e do caxambu, no meio de descantes característicos, as festas da padroeira; é o cearense, partindo dos sertões do Araripe e do Içó para levar a vida e o trabalho às florestas misteriosas do Amazonas; é o mineiro, rompendo

²⁹ *Idem*, *Lendas e tradições brasileiras*, p. 786.

para o Sul e para o Norte, a ocupar terras e explorar os rios; é o marmeladeiro de Santa Luzia de Goiás, que leva o seu doce ao seringueiro do Pará; é o apanhador de poaia de Mato Grosso; é o mercador de guaraná do Arinos e do Tapajós; é o muladeiro do Sul; é o cavalariano do Norte; é o barqueiro (...); é o tropeiro (...); é o boiadeiro (...). E toda essa gente que trança, lida e sofre, vai tecendo a rede de solidariedade da população brasileira, sem rivalidades de nascimento, nem de língua, nem de religião.³⁰

O discurso fazia uma ode aos brasileiros de diferentes costumes que, sem tomar conhecimento das fronteiras estaduais, se aventuravam sertão adentro, migrando e integrando o país em sua luta diária pela sobrevivência. O espírito da nacionalidade surgia daquelas epopéias anônimas, à espera de quem as registrasse em merecida grandeza literária. Aquele seria, porém, um trabalho inconsciente de construção da nação, vindo de baixo, mas que não encontrava uma necessária resposta consciente por parte das elites. O Brasil era uma nação que tinha um povo calejado na rudeza da vida dos sertões, pronto para formar um exército invencível em uma eventual defesa da Pátria. Mas esse povo, afirmava, não tinha uma classe dirigente à altura de sua tarefa.

Apesar de oferecer exemplos de superioridade moral para a nação, o “povo” brasileiro não formava um corpo político, nem poderia. Era dócil e resignado demais para levar adiante uma revolução popular. A salvação do país sempre dependeria da iniciativa vinda de cima, que, naquele momento da história, parecia faltar. O culto dos exemplos históricos de patriotismo na construção da nação por parte dos dirigentes da Pátria, portanto, era outro elemento fundamental do nacionalismo que Arinos pregava aos seus pares.

Comemorando, rememorando e combatendo

Cerca de vinte anos antes, em outra conferência realizada em sessão solene do Ginásio Mineiro, o então jovem professor de História explicava a missão patriótica do seu ofício, destinado a educar a mocidade nos exemplos superiores. Ali, não se tratava de zelar pela ortodoxia da história nacional, mas de oferecer grandes cenas humanas à contemplação dos jovens e assim formá-los brasileiros de espírito largo e caráter elevado. Considerava que em toda a América do Sul as nacionalidades estariam ainda em plena formação, com a síntese de elementos diversos ainda por acontecer. Ao historiador e educador cabia preparar as consciências para a grandeza futura:

³⁰ *Idem*, A unidade da pátria, p. 889.

Estamos ainda no período de elaboração do caráter nacional: os elementos donde provém os tipos americanos não se fundiram ainda perfeitamente, embora, como já dissemos, possamos notar os traços gerais, o esboço da diferenciação nacional. Estamos, pois, num período crítico, em que a ação e reação dos diversos fenômenos se acentuam, parecendo muita vez, ao olhar profano, a confusão e a anarquia. Não, não podemos desesperar. (...)

Ainda é cedo para contemplarmos o grande período das nacionalidades quando, mais do que as armas ou as vitórias, a arte, as ciências e as letras individualizarem esses diferentes povos americanos.³¹

Arinos expressava assim o sentido que dava à sua tarefa de educador, de agente da causa da arte, da ciência e das letras no contexto de uma nacionalidade ainda em estado primitivo, situação comum a todas as nações da América do Sul. A nacionalidade plenamente formada corresponderia a um estado de sofisticação equivalente ao da “civilização” das potências européias, porém também seria fruto de uma originalidade cultural. Os costumes dos homens brutos do sertão ainda estavam longe desse estágio, mas somente a partir deles é que se desenvolveria plenamente a nacionalidade com sua manifestação avançada nas letras, ciências e artes.

O ensino da história nacional, portanto, não servia à pregação de um tipo de nacionalismo considerado “exclusivista e brutal” que conduziria à guerra e à ruína. Defendia a idéia de que cada povo oferecia uma contribuição específica ao progresso humano. Estava implícita em seu discurso a mensagem de que o ensino do orgulho cívico aos brasileiros não poderia aceitar teses sobre a superioridade de alguns povos ou raças sobre outros. Para ele, o ensino da história não poderia ser apenas uma doutrinação nacional, mas deveria oferecer um quadro rememorativo e contemplativo da diversidade de costumes e lições morais destinado à formação humanista das elites dirigentes:

Mas, meus senhores, tereis notado que eu falei de moral e de história, que relembrei episódios ou passagens, muitas delas vulgares. Estranhareis, porventura. Eu, porém, me dirijo principalmente à mocidade, cuja educação, em pequenina parte, me está confiada. É justo, portanto, que eu porfie por levantar-lhe o caráter, ampliar-lhe o coração, dilatar-lhe o espírito à contemplação das grandes cenas humanas. Nós somos já, ela precisa de ser, mais ainda, brasileira; não no sentido exclusivista e brutal que não se compadece com a moralidade do século e que, na

³¹ *Idem*, Cristóvão Colombo e a descoberta da América, p. 627.

Grécia, foi a causa de sua ruína política. Mas no sentido generoso e humano, moralizador e científico, que os pensadores modernos atribuem ao concurso ou à colaboração de um povo na obra coletiva do progresso humano.³²

A educação histórica que o conferencista oferecia aos filhos das mais importantes famílias mineiras era acima de tudo moral e pretendia, dessa forma, torná-los líderes generosos e tolerantes, ainda que se destacassem da sociedade que os cercava por sua superioridade intelectual. Era preciso reconhecer o valor e solidarizar-se com as demais nações sul-americanas, assim como com o próprio povo brasileiro. Afinal, se os jovens deviam compreender a nação como um todo orgânico, era preciso que reconhecessem, em alguma medida, o “povo” brasileiro como agente da história nacional, ainda que devidamente subordinado às suas elites.

Essa questão fica clara em outro texto publicado no mesmo ano daquela conferência no Ginásio Mineiro, onde o autor interpreta o papel de Tiradentes na história mineira e nacional. Nesse artigo, a grandeza do herói histórico é atribuída à sua condição de “homem do povo”. O desafortunado alferes encarnou o tipo heróico de propagandista da independência antes por sua proximidade com o povo do que pela justeza de suas idéias políticas. Significativamente, Afonso Arinos não representou Tiradentes como herói político, mas como profeta, missionário e místico, além de utilizar expressões como “amigo dos humildes”, “lendário sertanejo” e “lendário mineiro”.

Na opinião do humilde autor destas linhas, Tiradentes vale por todos os incondidentes, porque ele representa a alma cândida e simples, generosa e meiga, afoita e brava do mineiro do povo, do filho inculto dessa minha terra.³³

Alguns aspectos dessa caracterização podem ser encontrados também na propaganda republicana que adotou Tiradentes como mártir da causa, como, por exemplo, o aspecto místico.³⁴ A elaboração de Arinos, no entanto, segue em direção contrária. Indiretamente, o que o autor faz é desconstruir o mito do herói republicano, pois o apresenta como culminação de uma narrativa histórica que inicia com as conquistas dos cavaleiros ibéricos e segue com os bandeirantes e os mineradores que ocupam e desbravam o sertão da colônia.

³² *Ibid*, p. 628.

³³ *Idem*, O passado de Minas e a inconfidência, p. 620.

³⁴ Sobre o uso de Tiradentes na construção do imaginário republicano, ver José Murilo de Carvalho. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Tiradentes representava esse povo anônimo que formava a nacionalidade em linha de continuidade direta com o passado colonial e com as raízes místicas e guerreiras dos povos ibéricos. Um povo muito mais propenso, deduz-se, a ser guiado por uma monarquia esclarecida e liberal do que pelos letrados republicanos que, de modo equivocado, estiveram à frente da causa da independência.

O “espírito da nacionalidade” teria surgido naquele passado colonial, nas lutas contra o despotismo da metrópole. Nem a autonomia nem a unidade da Pátria ainda seriam viáveis no tempo da inconfidência, muito menos uma República. Aquela não teria sido sequer uma conspiração ou uma revolta efetivas, mas apenas “propaganda em ação” da causa da independência, da qual Tiradentes pagou o tributo de sangue. Não como líder de uma ruptura com a tradição monárquica, mas como herói de mais uma revolta contra a metrópole, entre outras que a antecederam e a sucederam. E ainda por cima, seria um herói que já pertencia mais ao domínio das lendas na memória popular do que à História propriamente dita, informada pelos arquivos. Se a independência nacional tinha um herói histórico, para Afonso Arinos esse fora D. Pedro I, como veremos a seguir.

Uma visão clara das convicções de Afonso Arinos a respeito da história nacional e de seus verdadeiros heróis pode ser obtida pela leitura dos artigos comemorando datas históricas que publicou no jornal *O Commercio de São Paulo* em 1897 e 1898.³⁵ Nesta fase, já tinha abandonado as aulas no liceu mineiro e dedicava-se à campanha monarquista dirigindo o jornal de propriedade de seu amigo Eduardo Prado. Ali, já não se tratava de fazer da história um instrumento de educação moral das elites, mas de utilizá-la para combater a reconstrução da memória nacional tentada pelos propagandistas republicanos. Estava em jogo naquele momento, para Arinos, não apenas o convencimento dos leitores sobre a superioridade das instituições monárquicas sobre as republicanas, mas a defesa do respeito ao passado e à tradição como condição de sobrevivência da própria nacionalidade brasileira. Ele transformou a memória dos grandes nomes, feitos e datas significativas da história nacional no território da sua disputa política particular com os republicanos.

Uma de suas mais arraigadas certezas era de que foram as instituições monárquicas que garantiram a unidade nacional após a independência. Por isso atribuía grande importância histórica a D. Pedro I, por ter mantido uma

³⁵ Uma seleção destes artigos foi publicada em livro em 1900, em São Paulo, com o sugestivo título *Notas do dia – Comemorando*. Ver Afonso Arinos de Melo Franco, *Op. Cit.*, 1968, p. 609-688.

tradição que evitou a fragmentação e anarquia que atingiu as ex-colônias espanholas.³⁶ “O maior e o melhor bem do Brasil é ainda agora a sua unidade, que não teria existido sem a adesão de D. Pedro à causa da independência”, voltaria afirmar mais de uma década depois, em palestra proferida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³⁷. A própria etapa da Regência, com todas as suas crises, teria revelado maior patriotismo e empenho dos homens públicos brasileiros pela construção de uma nação estável e civilizada do que na conturbada República daqueles dias, considerada por ele um retrocesso civilizatório.³⁸

A memória póstuma de D. Pedro II, por sua vez, recebia repetidas homenagens com o objetivo de relembrar as supostas grandes virtudes do regime que o monarca personificou: estabilidade política, unidade nacional, progresso econômico e científico, glórias militares, tranquilidade social, abolição pacífica da escravidão, respeito internacional... O Império era descrito como uma verdadeira idade de ouro, enquanto o atual regime republicano representava a vitória da ganância, da anarquia, da violência e do egoísmo interesseiro.³⁹

Sete anos depois da morte do imperador, a causa monárquica é, incontestavelmente, a da civilização do Brasil. Para sê-lo, foi preciso que viesse a República, que durasse até agora e pudesse, por isso mesmo, servir de termo de comparação. (*O aniversário de hoje*, FRANCO, p. 679)

Entre as desgraças que a República teria trazido ao Brasil, a guerra de Canudos é citada com frequência. “Foi do cerne de nossa nacionalidade que irrompeu a luta dos sertões”, afirmava. Apesar de também condenar o fanatismo daqueles sertanejos, que considerava conseqüência do abandono, reconhecia que sua fé e seu monarquismo eram evidências de uma manifestação profunda do caráter nacional. Incapaz de reconhecer essa realidade, o regime republicano teria optado por exterminá-los de forma criminosa. Assegurava que coisa semelhante jamais aconteceu ou aconteceria durante o Império, convicto de que até mesmo as violências da guerra do Paraguai se justificavam por uma causa mais nobre e patriótica.⁴⁰

³⁶ Afonso Arinos de Melo Franco, 7 de setembro, *Op. Cit.*, 1968, p. 641.

³⁷ *Revista do IHGB*, tomo 74, parte 2, 1912, p. 673-680.

³⁸ Afonso Arinos de Melo Franco, *Op. Cit.*, 1968, *Festas acabadas*, p. 674.

³⁹ *Idem*, Dois de dezembro: aniversário natalício de D. Pedro II; D. Pedro II; *Idem*, O aniversário de hoje, p. 649; 652; 677.

⁴⁰ *Idem*, A campanha de Canudos: o epílogo da guerra; *Idem*, Dois de dezembro: aniversário natalício de D. Pedro II, p. 643; 649)

Figuras ilustres que foram fiéis a D. Pedro II até o final receberam artigos elogiosos em sua memória. Entre elas, André Rebouças e sua opção pelo exílio voluntário junto ao imperador mereceram destaque, pois ele representaria a harmonia social e racial estabelecida pelo trono e agora perdida com a República. É certo que nesse aspecto, ao incorporar o negro e o mestiço na história e na cultura nacionais, Arinos não se distanciava tanto de diversos homens de letras republicanos que já adotavam essa perspectiva.⁴¹ No entanto, o personagem e o episódio histórico que foram selecionados para a homenagem fazem toda a diferença. Afinal, Rebouças foi escolhido por representar a fidelidade do povo ao imperador deposto:

[André Rebouças] personificou a gratidão e a lealdade do povo para com a família imperial banida. (...) Esse rasgo de dedicação partiu de um mestiço e de um homem do povo, que a Providência incumbira de concretizar naquele horrível momento a dignidade e o coração da Pátria.⁴²

Outro dos grandes males que atribuía ao regime republicano brasileiro eram o autoritarismo militar e o jacobinismo, que juntos formavam o que ele chamava de governo da “população fardada” ou, pejorativamente, dos “patriotas”.⁴³ Condenava veementemente os motins políticos urbanos, onde já não via mais “a alma cândida e simples, generosa e meiga, afoita e brava” daquele povo que já tinha personificado no herói Tiradentes. Agora se tratava de uma turba bárbara e autoritária, como aquela que empastelou *O Commercio de São Paulo* quando chegou a notícia da derrota da expedição militar contra Canudos. Com a queda da monarquia, teriam caído também as garantias da civilização e da liberdade. Esta última era uma condição do regime representativo e era incompatível com a agitação popular. A própria revolução francesa, uma das datas que comemora em seus artigos, não deveria ser lembrada apenas pela data da queda da Bastilha. Seu maior legado para a humanidade não era o governo popular, alegava, mas a combinação das liberdades do regime representativo com a tradição monárquica. Naqueles dias, o presidente francês seria nada mais do que um “monarca eletivo” de uma

⁴¹ Ver Carolina Vianna Dantas. Cultura histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (orgs.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. pp. 229-248.

⁴² Afonso Arinos de Melo Franco, *André Rebouças, Op. Cit.*, 1968, p. 653-4.

⁴³ *Idem*, 1894-1898, p. 669.

França que permanecia aristocrática e centralizada. A insurreição popular, porém, permanece um anátema:

Podem, pois, os franceses simbolizar na tomada da Bastilha sua grande revolução. Não é, porém, o despotismo dos reis, somente, cujo fim a derrocada da sombria prisão de Estado representa; é também o fim da Fronda, da Comuna, da setembrizada; é o fim de todos os despotismos – sejam eles de assembléias, do povo ou dos reis. É o império da lei e da justiça, da razão e da liberdade.⁴⁴

As melhores heranças da Revolução eram o liberalismo e os Direitos do Homem. Apesar de tudo, a França não teria abandonado suas melhores tradições, com sua história se constituindo em “um elo sem interrupção, desde os monarcas feudais”. Essa devoção pela tradição e pela continuidade fazia Afonso Arinos se escandalizar com as tentativas republicanas de suprimir e substituir símbolos do regime imperial e próprio nome de D. Pedro II nos espaços públicos. Considerava aquilo um erro, uma tentativa de “apagar de nossa memória aquilo que nós fomos”, uma inaceitável negação do passado da Pátria.⁴⁵ Qualificou de estupidez inacreditável a retirada do escudo da Casa de Bragança de uma antiga embarcação que serviu a D. João VI e foi restaurada para servir em solenidades oficiais da República.⁴⁶

Durante seu engajamento pela causa da monarquia, portanto, Afonso Arinos estabeleceu o campo da memória e da história nacionais como seu território de combate preferido e manipulou a seu modo o sentido de eventos e datas históricas. Sua escolha política era sempre justificada com argumentos históricos, a ponto de admitir abertamente, em polêmica com o jornal *Estado de São Paulo*, que fazia uso da História do Brasil em benefício de sua causa. Mas alegava estar sempre amparado em “autoridades insuspeitas” e “pelos decretos, as leis, os relatórios, as exposições de motivos, as proclamações, as mensagens e as ordens-do-dia escritos e publicados desde 15 de novembro até hoje”. (*O 7 de abril*, FRANCO, p. 683) Era dessa forma que pretendia provar, por exemplo, que a ação do Exército na abdicação de D. Pedro I representava o sentimento nacional por preservar o Império e a unidade nacional, enquanto que na proclamação da República a força armada representava apenas o interesse de sua própria classe. Utilizar habilmente a autoridade dos historiadores

⁴⁴ *Idem*, 14 de Julho, p. 636.

⁴⁵ *Idem*, 7 de Setembro, p. 642.

⁴⁶ *Idem*, *A galeota real*, p. 687.

e dos arquivos a seu favor, essa era sua estratégia para contestar a legitimidade do regime republicano.

Nem historiador, nem regionalista

Compreende-se, portanto, que a paixão de Afonso Arinos pelos arquivos históricos, pelo passado e pela memória serviu de inspiração e ferramenta tanto para seu engajamento político monarquista como para sua atuação como educador consciente da missão de formar a consciência cívica das elites. Percebe-se, também, o uso recorrente do passado e da história nacional para esses fins em sua literatura, evidentes no mosaico de pequenas histórias que compuseram seu único livro de contos e no apreço pelas qualidades morais dos personagens das mais variadas condições, raças e nacionalidades.

A literatura, assim como a história, também foi utilizada como instrumento a serviço de suas convicções políticas, destinada a servir especialmente à educação do sentimento nacional dos brasileiros. Significativamente, no discurso pronunciado na sessão de admissão do IHGB, em 21 de agosto de 1903, onde foi acolhido como sócio daquela instituição, Afonso Arinos declinou da missão de historiador e preferiu se definir como alguém que tentou ser um poeta à procura de “um corpo para a alma brasileira”. Não só descartou a possibilidade de contribuir de forma científica para a história nacional como exortou seus novos colegas a fazerem o mesmo:

Ora, deste modo, senhores, não há história senão quando há cultura científica verdadeira, isto é, quando os povos terminaram a sua mocidade, quando têm constituído o seu patrimônio de feitos, quando as letras e as artes já perpetuaram esse patrimônio sob mil formas na memória e no sentimento dos homens. Neste sentido, nós não temos história, nem historiadores: cumpre fazê-la, antes de escrevê-la. Deixemos este encargo às gerações do porvir, para as quais, em vez de fazer a história da nossa pátria, incumbe-nos o dever de constituir a própria pátria. Nós precisamos hoje de fazer como Tito Lívio: tomar a história como instrumento de eloquência e patriotismo, ou, como os Gregos, de torná-la uma arte apenas, um meio de educação cívica. A nossa geração, tantas vezes culpada, não pode ser juiz de si mesma. E nós precisamos agora justamente das qualidades que inquinam de mau o historiador: precisamos de ter bem acentuada uma opinião política e precisamos de ter acentuado o patriotismo. (...) Por isso, meus senhores, a missão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não é tanto a de ser geográfico e histórico quanto a de ser brasileiro.⁴⁷

⁴⁷ *Revista do IHGB*, tomo 76, parte 2, 1905, p. 216.

Falando para os consócios da instituição fundada para zelar pela escrita da história nacional, Afonso Arinos minimiza essa missão e faz anteceder a ela o problema da própria formação da nação, impossível de acontecer sem a consolidação de uma memória dos grandes feitos de seu passado e de um arraigado sentimento patriótico na população. Ele não se coloca contra os princípios de uma historiografia rigorosamente científica, certamente aludindo ao então dominante modelo da escola metódica francesa, mas descarta sua viabilidade no Brasil. Era preciso trabalhar antes para cultivar nos brasileiros “o respeito pelas coisas permanentes, amor pelas coisas definitivas, o instinto da estabilidade”⁴⁸ sem o quê não haveria nem ordem social nem nação com uma história para ser contada.

O discurso justificava o modo pouco convencional do autor de participar da escrita da História do Brasil. Não só frequentava os arquivos empoeirados como ainda percorria o interior do país em busca do sentimento profundo da nação, em contato direto com a natureza, com os sertanejos, com os cantos, as lendas e as festas populares. Essa vivência singular é que o inspirava a utilizar “as letras e as artes” como sua ferramenta de construção da pátria. Ao mesmo tempo, também fazia um chamado para o engajamento político e educativo antes que rigorosamente científico da instituição da qual começava a participar. Ainda que, nessa época já defendesse a idéia do Primeiro Congresso de História Nacional ⁴⁹, que seria promovido pelo Instituto somente em 1914, fica evidente que sua prioridade era combater era o regime republicano e federalista, acusado por ele de comprometer a unidade do país e tentar apagar a monarquia e seus símbolos da memória nacional.

Dessa perspectiva, a fala de Arinos não estaria provocando desconforto ao ser pronunciada naquela instituição fundada sob a “imediata proteção” de D. Pedro II, que ainda abrigava grandes nomes do Império e tinha até então relações difíceis com os governos republicanos. Quanto à missão patriótica, ela triunfaria como objetivo maior da instituição, não exatamente segundo o modelo singular de Arinos, mas por diversos modos ela acabaria se tornando uma premissa fundamental na gradativa retomada do prestígio do IHGB que viria nas décadas seguintes.⁵⁰

⁴⁸ *Ibid*, p. 218.

⁴⁹ Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2007, p. 80.

⁵⁰ Sobre o IHGB durante o primeiro período republicano, Lucia Paschoal Guimarães, *Oo. Cit.*.

Afonso Arinos não foi nem pretendeu ser um historiador de ofício, mas fez da sua obra um meio de divulgação de um ponto de vista em certa medida singular e ao mesmo tempo integrado na cultura histórica compartilhada com os homens letrados de seu tempo. Para isso, mesclou os diversos gêneros sem se preocupar em definir sua arte como estritamente literária, folclorista ou histórica. Apropriou-se do repertório historiográfico e arquivístico que estava ao seu alcance para estimular a imaginação e o sentimento nacional entre seus contemporâneos, sempre com a expectativa de corrigir aquilo que considerava tendências políticas equivocadas de uma época de mudanças.

A leitura da obra de Afonso Arinos realizada neste trabalho também procura mostrar que ele interagiu com as questões intelectuais e políticas de seu tempo de forma muito mais sutil e complexa do que sugerem homenagens póstumas que procuraram classificar sua obra em conceitos anacrônicos como regionalismo e modernismo. No entanto, mesmo sem desejar, ele ajudou a cristalizar um repertório simbólico a respeito da identidade nacional brasileira que foi amplamente apropriado e utilizado por esses movimentos estéticos e intelectuais.

Nunca esteve no horizonte desse autor criar algum movimento literário ou intelectual regionalista, apesar de seu entusiasmo pela história das Minas Gerais. Entendia o regionalismo, no sentido político, como uma ameaça para o sentimento nacional e para a unidade do país. Seria mais correto descrevê-lo como um literato nacionalista preocupado com a memória nacional e que se empenhou em descrever de forma contemplativa e poética aquilo que considerava serem os fundamentos profundos da nacionalidade brasileira na natureza, na história e nos costumes.

Também não era, como o comparou poeticamente Carlos Drummond de Andrade, como uma palmeira solitária à margem das grandes tendências literárias de sua época. A historiografia recente vem demonstrando que o mundo das letras no Brasil do início do século XX não era tão distanciado das questões políticas nem tão cosmopolita e artificialmente europeizado como os críticos modernistas da geração posterior fizeram supor. Muitos acreditavam ainda que o folclore era um caminho para a descoberta da originalidade nacional, que das músicas e das festas populares poderiam ser selecionadas manifestações artísticas mais aceitáveis aos gostos eruditos, que as tradições rurais dos sertões do país ou a arte das ruas nos dias de festa não eram apenas

costumes retrógrados destinados a serem eliminados pelo progresso, mas sinais de uma suposta e desejada autenticidade.⁵¹

É certo que Afonso Arinos afirmava não se sentir tão à vontade nas cerimônias da Academia Brasileira de Letras como quando ficava na companhia da aristocracia paulistana da família Prado, da família imperial em Paris ou dos humildes tropeiros que o acompanhavam nas viagens sertão adentro. No entanto, como lhe advertira o amigo Olavo Bilac no discurso que fez para sua acolhida na instituição, ali não estava mais em companhia de rebeldes literários avessos a todo tipo de tradicionalismo. Muito pelo contrário, o argumento da tradição tornava-se cada vez mais freqüente naquele meio apenas aparentemente isolado da vida social e política.⁵²

Interpretar o escritor em diálogo com seu contexto ainda pode ser uma estratégia eficaz para compreender o sentido dos usos e da prática da literatura na história.⁵³ E o caso de Afonso Arinos pode se tornar ainda mais importante para que se conheça melhor a amplitude do debates sobre a nacionalidade brasileira no início do século XX. Ainda mais se sua obra for considerada apenas um indício da diversidade de pontos de vista construídos por letrados desse período que, levando em consideração uma tradição e história peculiar de sua província natal, pensavam em soluções para a difícil arquitetura intelectual da identidade de uma nação percebida como desigual, complexa e multifacetada.

⁵¹ Ver a esse respeito Martha Abreu, *Op. Cit.*; Maria Clementina Pereira da Cunha (org.), *Carnavais e outras f(r) estas: ensaios de história social da cultura*, Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2002; Leonardo Afonso de Miranda Pereira, *Op. Cit.*; Cristina Bertoli Ribeiro, *Folclore e nacionalidade na literatura brasileira do século XIX*, *Tempo*, n.º 20, vol. 10, p. 155-170, 2006; João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

⁵² Afonso Arinos de Melo Franco, *Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903) – Discurso do Sr. Afonso Arinos*, In: *Discursos Acadêmicos – Tomo I – Volumes I a IV, 1897-1919*, Rio de Janeiro, ABL, 2005., pp. 141-160; Olavo Bilac. *Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903) – Resposta do Sr. Olavo Bilac*, In: *Discursos Acadêmicos – Tomo I – Volumes I a IV, 1897-1919*, Rio de Janeiro, ABL, 2005, pp. 161-176

⁵³ Sobre as possibilidades da história social da literatura, ver, Sidney Chalhoub; Leonardo Afonso de Miranda Pereira (org.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

Fragmentos de “Histórias e paisagens do Brasil” (percurso de pesquisa)¹

Márcia Regina Capelari Naxara²

HISTÓRIAS E PAISAGENS DO BRASIL. . . Do norte, do centro, do sul; do litoral e do sertão. Contadas e descritas por contistas e romancistas, mas também por cronistas, memorialistas e viajantes – brasileiros ou não – que percorreram a terra e conviveram com a gente. Por que não reunir em alguns volumes – cada um dedicado a uma região do Brasil – as páginas melhores, ou as mais características, do romance, do conto, da crônica, das reminiscências, das narrativas de viagem, de modo a se ter uma coleção de livros que seja um retrato, tão vivo quanto possível, da terra e da gente do Brasil.³

Com este parágrafo Ernani Silva Bruno introduz cada um dos dez volumes que compõem a coleção, formada por “antologias regionais” destinada ao “grande público”. Sem adentrar para os possíveis significados de “regionais”, Bruno, para a escolha dos textos e excertos e para a organização da coleção, arbitrou uma divisão que desdobrou algumas das regiões definidas pelo IBGE em 1941⁴, tendo em vista, nas suas palavras, “a maior ou menor produção literária em que se refletem as suas ‘histórias’ e as suas ‘paisagens’”. Não como justificativa, mas como explicação, referencia alguns dos critérios que

¹ Pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no PPGH da UFF sob supervisão da Prof^a Dr^a Ana Maria Mauad.

² Professora do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Franca, pesquisador 2 - Cnpq.

³ Primeiro parágrafo da apresentação da coleção *Histórias e paisagens do Brasil*. Seleção de contos, crônicas, memórias e narrativas de aventuras e viagens. Seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno, org. de Diaulas Riedel, São Paulo, Cultrix, 1958-59, p.9. (presente em todos os dez volumes que compõem a coleção).

⁴ “... região norte (Amazonas e Pará); região nordeste, compreendendo o nordeste ocidental (Maranhão e Piauí) e o nordeste oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); região leste, compreendendo o leste setentrional (Sergipe e Bahia) e o leste meridional (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal); região sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e região centro-oeste (Goiás e Mato Grosso)□. Ernani Silva Bruno, *O que é a coleção*. (Texto comum a todos os volumes). *Idem*, p.12.

estiveram em questão quando da divisão do país em regiões: geólogo Betim Pais Leme (“zonas estruturais”); Sousa Brito (produção econômica); Josué de Castro e Joaquim Ribeiro (tipos regionais de alimentação popular); Roquette Pinto (influência racial predominante); João Ribeiro e Capistrano de Abreu (regiões histórico-geográficas)... Critérios que, de acordo com Bruno, teriam sido tomados em consideração quando da divisão do território em cinco grandes unidades administrativas, adotada em 1941 pelo IBGE (norte, nordeste [ocidental e oriental], leste [setentrional e meridional], sul e centro-oeste).⁵

- I. OS RIOS E A FLORESTA – Amazonas e Pará.
- II. O SERTÃO, O BOI E A SECA – Maranhão, Piauí, Ceará e R. Grande do Norte.
- III. OS CANAVIAIS E OS MOCAMBOS – Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
- IV. COQUEIRAIS E CHAPADÕES – Sergipe e Bahia.
- V. A CIDADE, O MAR E AS SERRAS – Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.
- VI. O PLANALTO E OS CAFEZAIS – São Paulo.
- VII. PINHEIRAIS E MARINHAS – Paraná e Santa Catarina.
- VIII. O PAMPA E OS CAVALEIROS – Rio Grande do Sul.
- IX. O OURO E A MONTANHA – Minas Gerais.
- X. AS SELVAS E O PANTANAL – Goiás e Mato Grosso.

Retomo um pouco da trajetória que me conduziu ao reconhecimento dessa coleção. Vem de longa data o meu interesse pela reflexão sobre diferentes produções textuais e visuais a propósito do ou sobre o Brasil, com grande ênfase para o século XIX, tendo em vista pensar questões identitárias e formulações que procuraram aproximar a busca de uma ou várias identidades formadoras da nação.

Na pesquisa de que resultou a dissertação de mestrado publicada com o título *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro – 1870-1920*, o esforço foi centrado na procura e compreensão do que pudesse ser considerado uma genealogia da desqualificação do brasileiro – que, de adjetivação à população pobre, em especial negra ou mestiça, ganhou contornos amplos, no sentido de recobrir a nacionalidade. Apreendida como (in) visível, na percepção

⁵ *Idem*, p.11 e 12.

de vários autores, desde a famosa frase de Louis Couty, “le Brésil n’a pas de peuple”, e, mais adiante, na sensibilidade de Euclides da Cunha e Roquette Pinto (entre outros) em afirmações aproximadas ao reconhecimento do povo brasileiro como estrangeiro/esquecido em sua própria terra (e história).

Na sequência, em trabalho com narrativas de viagens e romances, publicado com o título *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*, procurei desenvolver algumas reflexões sobre como se pensou e representou o Brasil a partir da tensão entre o desejo da descrição, “verdadeira do mundo real/realidade” e a presença do que denominei sensibilidade romântica, como tensão que perpassa as narrativas que procuraram, cada qual a seu modo, dar a conhecer o Brasil, apreendido na confluência de sentidos e sentimentos vinculados ora ao pitoresco, ora ao sublime. Representações ambivalentes entre seus espaços naturais e suas gentes: os primeiros exaltados em sua magnificência; os demais, diminuídos em sua importância.

Quase que por espelhamento, o estranhamento que possibilitou ver no Brasil um país sem povo, ou o lamento de nele ver um povo “esquecido” e “estrangeiro” em sua própria terra, pude encontrar um outro sentimento – simultaneamente semelhante e diferenciado –, desta vez manifestado por membros da elite brasileira, pelo sentirem-se estranhamente estrangeiros, também em sua própria terra. A frase é de Joaquim Nabuco, em *Minha Formação* – “o sentimento em nós é brasileiro, a imaginação é européia” – lembrando a idéia do exílio como sensibilidade vivida, inclusive pelo Imperador Pedro II.⁶

O conjunto de leituras possibilitou equacionar alguns elementos de ordem geral nas formas como se pensou o Brasil:

- Leituras que, na sua maior parte, foram realizadas na confluência, dicotomia, ambigüidade e/ou ambivalência entre civilização e barbárie.
- Leituras realizadas, me parece, no que François Hartog denomina “regime moderno de historicidade”, marcado por uma noção de temporalidade que articula passado, presente e futuro na chave da ideia de progresso – com preponderância do futuro como elemento

⁶ Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: Stella Bresciani & Márcia Naxara (Orgs.), *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, Campinas, Ed.Unicamp, 2001, p.427-451. Publicado com o título *La nostalgie du futur – la sensibilité romantique dans les représentations du Brésil au XIXe. Siècle*. In: Pierre Ansart (Dir.), *Le Ressentiment*. Bruxelles, Bruylant, 2002, p.193-209.

de inteligibilidade, ou seja, a procura de conhecimento do passado para a compreensão do presente e projeção do futuro.⁷

- E, ainda, leituras que atribuem força ao meio/natureza na conformação das sociedades, sentido em que se concretizam: ou seja, meios e sociedades civilizados em contraposição a meios e sociedades em estado de barbárie (claro que há nuances, não há preto e branco claramente definidos – em especial para o Brasil que carregava a força de um mestiçamento dificilmente encontrado em outros lugares).

No conjunto, alguns elementos ganharam força, em especial quando lidos como oposições complementares. Algumas noções me parecem ter peso significativo: “fronteira”, “deserto”, “sertão”; as oposições “cidade *versus* campo”, “litoral *versus* sertão”, como partes ou manifestações do conflito maior já anunciado – “civilização *versus* barbárie” – e em sua pluralidade e polissemia: cidades e cidades, sertões e sertões.

O presente projeto, na medida em que eu consiga circunscrevê-lo, resulta dessa ordem de preocupações e veio do contato primeiro com um dos volumes da *Coleção*, da associação a outros textos, autores e temas que caminharam meio que ao sabor das demandas e dos estímulos intelectuais com colegas, em especial das leituras e discussões no *Núcleo História e Linguagens Políticas* (UNICAMP) e da participação em eventos acadêmicos. A sua elaboração inicial teve duas motivações: (1) a participação no simpósio temático *Imagens do Brasil disseminadas em prosa em verso: histórias sem data, lugares à margem*⁸, que propunha debater, na fronteira entre história e literatura, o lugar da nossa produção literária e historiográfica; e (2) o contato com a *Coleção* já indicada que, nos seus dez volumes, reúne textos de gêneros variados, selecionados por Ernani Silva Bruno, na perspectiva da divulgação de aspectos do Brasil, aproximando-se a uma antologia das suas diferentes regiões, por meio de sua produção literária. O próprio autor adverte: “Fique bem claro que os volumes desta série pretendem ser menos antologias da literatura de cada região, do que antologias de cada região através da literatura – o que é sensivelmente outra coisa”.⁹ A seleção incide sobre textos, de gêneros variados, do século XIX e

⁷ François Hartog, *Tempos do mundo, história, escrita da história*, In: Manoel Luiz Salgado Guimarães, (org.). *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 15-25.

⁸ Simpósio temático proposto por Joana Muylaert de Araújo (UFU), no X Congresso Internacional ABRALIC 2006 (UERJ, julho/agosto de 2006).

⁹ Ernani Silva Bruno. Apresentação, *Op.cit.*, p.10.

primeira metade do XX e o fio que a orienta colocou, necessariamente para o autor, a definição de uma divisão/configuração regional, como já mencionado. Foram ilustrados (sobrecapas e páginas centrais) por Guilherme Valpeteris, com desenhos livremente inspirados pelos textos e, sem dúvida, compostos a partir de elementos dos variados imaginários – paisagens e tipos humanos – já então formulados sobre as diversas regiões do país.

Como afirmei de início, a empreitada que reuniu o editor Diaulas Riedel¹⁰ e o historiador Ernani Silva Bruno, no momento em que foi realizado, mostra sintonia com o movimento mais amplo de reflexão sobre o Brasil, politicamente interessado em pensar a nação a partir de sua história e literatura, além do esforço de ampliação do público leitor.

Projetos para pensar, imaginar e construir a brasilidade nas suas mais diversas manifestações culturais, movimento de “recuperação” e reconstrução da memória/história nacional – levantamento e valorização do seu patrimônio histórico e cultural –, por meio da publicação de textos considerados fundadores com relação às descrições de suas características – povo e natureza –, como o efetivado pela *Coleção Brasileira* (não sem significado, denominada *Biblioteca Pedagógica Brasileira*), e pela publicação paralela de outros textos e imagens que, dada a sua natureza, aproximavam-se do sentido de contar a história e a diversidade dos costumes do país. Antigos e novos relatos, de antigos e novos viajantes, que percorreram o Brasil interior e os seus inúmeros e inumeráveis sertões – viajantes estrangeiros do século XIX foram traduzidos e publicados (a maior parte deles editada em português pela primeira vez), ao lado das impressões e registros de contatos contemporâneos, como os resultantes dos empreendimentos de Roquette-Pinto e Cândido Rondon, entre outros hoje menos conhecidos. Os textos são impregnados da proposta de conhecimento do país, da necessidade de sua integração territorial a ser realizada pela conquista do sertão pela civilização. A considerar, ainda, a riqueza de outras produções para além da escrita literária, ensaística e historiográfica, de que o Brasil é rico, no vasto campo de manifestações das artes – fotografia, música, cinema, teatro. Importa assinalar, também, que parte desse crescimento editorial foi dedicado à edição de imagens – álbuns de fotografias –, alguns deles resultantes de viagens, como o publicado pela Imprensa Nacional (1945), *Encantos do Oeste*,

¹⁰ Editor da Cultrix até 1997 [Pensamento-Cultrix – a Ed. Pensamento, criada em 1907, agregou o Cultrix em 1956 (O Estado de S. Paulo, 26/06/2007)].

de Agenor Couto de Magalhães, que percorreu, registrando em fotos, caminho semelhante àquele de seu ancestral, o General Couto de Magalhães¹¹

A presente coleção, me parece, está inserida e deve ser lida na perspectiva de constituir elemento desse movimento incessante (e, ao que parece, eterno) de busca do Brasil no e pelo Brasil; busca do outro em si, do *alter*, ou das inúmeras alteridades, que, no conjunto, permitam e tornem possível pensar a relação diversidade/unidade, ou seja, o país/nação. O contato com os textos selecionados por Bruno levou a uma série de reflexões relacionadas às formas como se pensou e interpretou (ou como se pensa e interpreta ainda hoje) o Brasil como nação. Indagações centradas nas rupturas e permanências com as representações e construções do século XIX no decorrer do XX e ainda, recentemente, neste início do século XXI. Por este motivo, restabelecer o campo de diálogo em que se dava este projeto identitário constitui um dos eixos centrais desta pesquisa.

Do contato inicial e preliminar com a coleção em relação a estudos e pesquisas anteriores em que trabalhei algumas das formas pelas quais se pensou o Brasil e o povo brasileiro, bem como da bibliografia pertinente ao tema, ganha relevância uma primeira indagação, ou melhor, talvez uma constatação a propósito da reiterada renovação e retomada (ainda que com variações) das nossas origens, em especial quanto à sua colonização e formação racial; e quanto à sua natureza e inserção na civilização ocidental, como forma de explicação da nação.

Sem dúvida, a indagação é um pouco mais complexa: trata-se de verificar não somente a questão da reincidência temática, mas da permanência de uma 'configuração' singular, um certo tipo de texto de leituras de Brasil (refiro-me às publicações dos anos 1930 a 1950) que, do meu ponto de vista, parecem permanecer na perspectiva formal do que poderíamos considerar como leituras da sociedade e da natureza brasileiras realizadas dentro dos paradigmas do positivismo ou de uma história positivista. Tomo ainda em consideração, também, a permanência do caráter das formulações elaboradas no século XIX, que adentraram o XX¹², nas quais se verifica que, quando se tratou de falar do

¹¹ Utilizei esse texto para a feitura de Encantos e Conquistas do Oeste: Desvendar fronteiras e construir um lugar político, In: Maria Ap. S. Gutierrez & Márcia Naxara, *Fronteiras – paisagens, personagens, identidades*, São Paulo, Olho D'Água, 2003, p. 225-248.

¹² A questão da permanência é tomada num duplo sentido: o primeiro diz respeito a que as interpretações mesológicas, com caráter determinista adentram o século XX e constituem elemento de longa duração nas interpretações sobre o Brasil; a segunda realça que, mesmo com o desenvolvimento das cidades e do mundo urbano, quando se trata de procurar caracterizações representativas do Brasil, ainda hoje, busca-se o exótico, o específico, ou seja, justamente os elementos que se considera o afastam do mundo reconhecido como civilizado.

e sobre o Brasil, prevaleceram e tiveram continuidade interpretações com a predominância marcante do mundo considerado e apresentado como interior – o(s) sertão(ões) e a(s) floresta(s) – tomados por característicos, específicos e autênticos – exóticos em sua representatividade. De certa forma, o *sertão* sendo tomado como alteridade do Brasil que se queria ver e construir como civilizado e que, no entanto, ao dizer de si, procurava (e procura) o exótico como característica marcante, vinculada à constatação de que, quando se pensa e representa o Brasil, seja pelo texto, seja pela imagem, predomina a procura do pitoresco e da natureza grandiosa e grandiloqüente, assim como das histórias carregadas de imaginação e de elementos sobrenaturais que, grande parte das vezes, remetem para mitos de formação ou de explicação cosmogônica. Mitos e explicações que, tomados por especificidades, o que realmente são, puderam ser lidos como descompasso e desacerto, o que, efetivamente, não são. Uma procura de conhecer e dar a conhecer realizada em processo de alteridade constante – alteridade consigo e com o outro – o estrangeiro – alteridade com os signos do próprio país, alteridade com a sua natureza (sempre representada como misteriosa e desconcertante), alteridade com a diversidade da sua população.

Dessa forma, ainda que Bruno problematize a questão de forma bastante pertinente ao colocar o propósito da coleção, do primeiro contato, a partir de alguns de seus volumes e, mais especificamente de três deles – “As selvas e o pantanal” (Goiás e Mato Grosso), “O planalto e os cafezais” (São Paulo) e “A cidade, o mar e as serras” (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal) – tendo a deprender a assertiva de que ao se falar de regional no sentido de caracterização das diferentes partes do Brasil, não se está fazendo referência somente aos seus diversos espaços geográficos e/ou culturais, mas se estabelecendo um crivo pelo qual regional adquire a significação de mundo não urbano e, por consequência, não civilizado ou menos civilizado – ou seja, tomado em consideração pela falta. Significação que recobre, no limite, praticamente todo o país, de que resulta a construção de uma ideia de Brasil em que o regional é o não urbano e, de certa forma, onde tudo falta.

Temas relacionados a aspectos identitários, com aproximação às preocupações sobre a(s) nacionalidade(s) que colocam a pensar o par identidade/alteridade, bem como aos sentimentos a eles associados, têm acompanhado de forma incisiva, e já há bastante tempo, as reflexões que venho desenvolvendo, em torno do estudo e compreensão de construções identitárias, em especial da nação e do povo brasileiros. Estudos em que tomei como suporte para a

análise sensibilidades marcantes na cultura ocidental, presentes tanto na historiografia como na literatura, e que constituem elementos centrais no que diz respeito às formulações e construções históricas de identidades grupais, locais, regionais e/ou nacionais.

A busca de elementos identitários, de reconhecimento da nação, como já afirmado, tem longa tradição, busca incessante de elementos identificadores da nacionalidade capazes de *dar forma* sua “fundação” e “formação”, caminhos buscados tanto pela literatura como pela história: a primeira, pela formação; a segunda ao ser tomada por mestra da vida. Gêneros fundadores que, cada um a seu modo, demarcaram a existência de uma longa tradição de produção de “retratos do Brasil” (expressão remetida a Paulo Prado). Neste sentido, referencio dois trabalhos recentes que considero exemplares. Willi Bolle que, em *grandesertão.br*¹³, considera que Guimarães Rosa, ao reconstruir *Os Sertões* em *Grande Sertão – Veredas*, na sua leitura o “romance de formação do Brasil”, sintetizou essa busca incessante, promovendo uma guinada no enfrentamento da questão, de forma a colocar o Brasil diante de seu outro, ou seja, de suas enormes diferenças sociais.¹⁴ Stella Bresciani, por outro caminho, em *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*¹⁵, procurou também atribuir significados a essa “tradição” de conhecimento do Brasil que aproxima razão e sensibilidade, mostrando o quanto esse movimento se sustenta a partir da construção histórica de “lugares comuns”, tornados elementos constitutivos e instituintes das numerosas interpretações do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX; “lugares comuns” passíveis de prender história e literatura na armadilha de estar a retomar incessante e repetitivamente o passado colonial brasileiro e sua “formação primeira” em busca de respostas a questões que acabam por constituir um fundo comum que se esgota no próprio questionamento – busca-se nos “males de origem”, para utilizar uma outra expressão comum, a explicação para os “males” do presente.

Trata-se, portanto, não somente de buscar caminhos que contenham elementos que integram e compõem a construção das representações e ima-

¹³ Ver, em especial, o Prefácio. Willi Bolle, *grandesertão.br – O romance de formação do Brasil*, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2004.

¹⁴ Para o autor, a questão primordial do Brasil, definida j| no início do primeiro capítulo, é a ausência de um verdadeiro diálogo entre os donos do poder e o povo que caracteriza também a nossa época, constituindo-se num sério entrave para a plena emancipação do país. *Idem*, p.17.

¹⁵ Maria Stella Bresciani. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*, São Paulo, Ed.UNESP, 2005.

gens identitárias de si e do outro e de reconhecer diferenças elaboradas como alteridade, não somente com relação ao que está fora do Brasil (como nação), mas para as que o constituem internamente e o formam como sociedade e como nação,¹⁶ por meio de elementos que atribuam sentido e dêem visibilidade, que sejam apreensíveis tanto pelo intelecto como pela sensibilidade, esta última importante para o desencadeamento dos sentimentos de pertencimento.

O conjunto dos temas presentes nos excertos e textos coligidos por Bruno remete para uma espécie de “constelação da hinterlândia brasileira”, consubstanciada em imagens, percepções e concepções enfeixadas na polissemia contida na palavra “sertão” e nas suas moveções imagens e representações, ou seja, nos inúmeros sertões, entre os que povoaram e povoam o imaginário sobre o Brasil, constituindo elemento fundamental de sua identidade. “Sertão” ou “Sertões” como lugar (es) de difícil definição, localização e delimitação, capaz(es) de projetar longe a imaginação dos homens, imagem/imagens de grande força plástica, estética e política ao longo da nossa história. Noção necessariamente presente para se pensar o Brasil, seja na perspectiva da sua natureza, contrastante em seus espaços geográficos, seja na da sua população dispersa pelo imenso território, ‘perdida’ em meio às veredas de que nos fala Guimarães – estabelecida *nos* ou vagando *pelos* sertões, serras, florestas, grotões e rincões, definindo lugares por meio de uma nomenclatura fluida que, no entanto, os aproxima em suas diferenças – interior, sertão, possuindo em comum, no geral, a oposição ao urbano, citadino, civilizado, cosmopolita. Sertão que é também, sem dúvida, lugar de fronteira, margem, espaço móvel, “boca do sertão” onde barbárie e civilização se encontram e entram em contato, contribuindo para a possibilidade de se lhe adicionar um imaginário também móvel, tanto no espaço como no tempo. O Brasil podendo ser visto e analisado, portanto, como terra de contrastes marcantes em seus espaços geográficos e humanos, abrigando diversas temporalidades simultâneas, que coexistem (de forma mais ou menos aproximada), se (des) conhecem e se estranham, colocando em destaque a necessidade de análises pautadas pelo (re) conhecimento e diferenças e análise de alteridades.

¹⁶ São interessantes, a propósito, as reflexões de Octavio Souza em: Octavio Souza, *Fantasia de Brasil. As identificações em busca da identidade nacional*, São Paulo, Escuta, 1994. Em abordagem psicanalítica, a questão inicial que o autor propõe, ao trabalhar com parte da produção que no século XX preocupou-se com a formação da identidade nacional, diz respeito a que a diferença “está na base de qualquer requisição de identidade” para apontar que “toda a discussão sobre a identidade nacional teve como uma de suas principais questões o dilema entre a originalidade e a cópia: como ser diferente dentro de um universo cultural formado pela importação de cânones estrangeiros?”. Para a citação ver: Octavio Souza, *Op. Cit.*, p.15.

Apresentação da pesquisa de Estágio de Pós Doutorado: análise da trajetória de um grupo de intelectuais marxistas.

Claudia Wasserman¹

O objetivo desta pesquisa, provisoriamente intitulada “Do pensamento Nacional-Desenvolvimentista ao pensamento Neoliberal: o ostracismo dos intelectuais marxistas” é acompanhar a trajetória de um grupo de autores brasileiros, com atividade política intensa, cuja produção intelectual localizou-se no período entre os anos 1960 e 1970 e que tiveram o materialismo histórico como embasamento teórico. Alguns destes intelectuais, na maior parte economistas, sociólogos e cientistas políticos, trabalhavam nas Universidades, em Centros de Pesquisa e Institutos de estudos e de investigação social. Sua preocupação principal era explicar o país e suas dificuldades, tentando encontrar, através de suas interpretações, as possíveis saídas para resolução dos problemas do país. Neste sentido, elaboraram diagnósticos e construíram projetos para o Brasil. Deveriam ser reconhecidos como “Intérpretes do Brasil”², ainda que nem todos tenham sido assim distinguidos até hoje.

¹ Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em História, claudia.wasserman@ufrgs.br

² O “Intérprete do Brasil” pode ser definido como um intelectual envolvido politicamente, que tinha objetivo de diagnosticar a situação do país, através da interpretação da sua história e de seu povo, propondo soluções para os problemas detectados e atuando ativamente para execução de suas propostas. De acordo com José Carlos Reis, no livro “As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC”, “...os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é... A partir de certas crises, rupturas, mudanças bruscas, as interpretações conhecidas envelhecem e são ou substituídas por outras ou recriadas”. José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 15. Mesmo reconhecendo a possibilidade de que as “interpretações” dos autores selecionados para esta pesquisa tenham “envelhecido”, não se justifica que tenha sido esquecida ou menosprezada a sua contribuição para o diagnóstico e a solução dos problemas do país daquela época.

A maior parte destes intelectuais iniciou sua trajetória na Universidade de Brasília, congregados em torno do projeto desenvolvido por Darcy Ribeiro para a mesma. Foram vítimas do Golpe de 1964 e forçados ao exílio; reuniram-se no Chile e no México e continuaram pensando alternativas para o Brasil. Com a anistia, voltaram para o país, tendo bastante dificuldade de recuperar os postos anteriores, bem como suas antigas atividades profissionais e intelectuais.

Quando André Gunder Frank faleceu, em 2005, Theotônio dos Santos fez um comentário para homenagear o antigo professor, que resume assim o percurso deste grupo: “Em seu seminário [de André Gunder Frank], estávamos eu, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, que seríamos posteriormente consagrados como a corrente radical da teoria da dependência. Discutimos muito o tempo todo. Mas não há dúvida de que assumimos um compromisso intelectual e político comum que durou toda uma vida, através de dois exílios políticos do Brasil ao Chile e do Chile ao exterior. E, em nosso caso, numa anistia que nos lançou a um Brasil profundamente comprometido com o capital financeiro internacional.”³ “Exilado no Chile, como nós, André se incorporou em 1967 ao Centro de Estudos Sócio-econômicos (CESO) da Faculdade de Economia que eu dirigi. Aí estavam, outra vez, Ruy e Vania, o que nos permitiu realizar muitos trabalhos conjuntos.” “O golpe no Chile destruiu o CESO e nos dispersou outra vez. Eu e Vania fomos para o México, onde fomos recebidos com uma solidariedade comovedora. Andre e Ruy foram, inicialmente, para a Alemanha. Ruy veio posteriormente para o México e se incorporou ao Doutorado de Economia da UNAM que eu dirigia. Frank iniciou um périplo pelo mundo, terminando por um bom período na Holanda, onde se aposentou.”⁴

Outro depoimento interessante destes encontros é fornecido por Ruy Mauro em suas “Memórias” produzidas em 1987, “como exigência acadêmica” para a sua reintegração à Universidade de Brasília: “Ali estavam grandes amigos meus, como Vânia e Theotônio, junto a uma vasta colônia de exilados brasileiros, que enquanto estive no Chile, contou, em momentos diversos, com Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rabelo, Maria da Conceição Tavares; em pouco tempo, eu faria novas amizades entre os chilenos e hispano-americanos, como Tomás Vasconi, Inés Reca, Pío García, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, reencontrando também

³ Theotônio dos Santos. *Andre Gunder Frank (1929 – 2005)*, In: http://www.achegas.net/numero/vinteetres/teotonio_anexo_23.htm, p. 1, acesso em 30 de junho de 2009.

⁴ *Idem*, p. 2.

Andre Gunder Frank, que lecionava na Universidade do Chile, e sua esposa, Marta Fuentes”.⁵

Na correspondência de André Gunder Frank, encontrei a seguinte informação a respeito do grupo: “Na Universidade de Brasília, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e sua mulher Vânia Bambirra eram meus alunos; e Marta era aluna de Vânia. Nenhum de nós tinha ainda pensado no que viria a se transformar a nossa Teoria da Dependência. É claro que tampouco podíamos saber que a América Latina e o nosso envolvimento político iriam, mais tarde, abranger nossas trajetórias pessoais, intelectuais e políticas.”⁶

Os extratos autobiográficos de alguns destes intelectuais, consagrados como “a corrente radical da Teoria da Dependência”, me permitiram selecionar para este trabalho de pesquisa o “núcleo duro” do grupo: André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. A escolha destes autores não é fortuita e não se deve apenas as suas memórias afetivas, inclusive porque muitos outros nomes aparecem ao longo destes depoimentos. A opção se deve, sobretudo porque estes autores foram aqueles que, nos anos 1960 e 1970, disputaram, com maior intensidade, o significado dos conceitos de dependência e de desenvolvimento, contrariando e se opondo as demais correntes de interpretação presentes no cenário intelectual brasileiro e latino-americano da época.

A análise de grupos intelectuais requer alguns cuidados metodológicos específicos, visto que para a interpretação de grandes grupos sociais, tais como classes e setores profissionais, a história já possui métodos consagrados a sua disposição. Neste caso, trata-se da análise de um pequeno grupo de amigos, geograficamente localizado, que estudaram na mesma escola e que tiveram a experiência do exílio e do retorno, tudo isto mais ou menos simultaneamente. Por isso, por estarem sempre juntos, trabalhando, se ajudando, discutindo os problemas do Brasil e militando nas mesmas organizações políticas, seus oponentes atribuíram ao grupo certo ponto de vista, da mesma forma que eles próprios construíram visões sobre o grupo. Metodologicamente, será necessá-

⁵ Ruy Mauro Marini, *Memória*, In http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm, p. 16 e 17, acesso em 30 de junho de 2009.

⁶ “At the University of Brasília, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, and his wife Vania Bambirra were my students; and Marta was Vania’s. None of us had yet thought of what would become our dependence theory. Of course, neither could we then know how Latin American and our political developments would later entangle our personal, intellectual and political paths.” André Gunder Frank, *Autobiographical Essays (1991-1995)*, In: <http://rojas-databank.info/agfrank/online.html#auto>, acesso em 30 de junho de 2009.

rio, portanto, ir além das concepções construídas pelo próprio grupo acerca de seu papel no contexto político e intelectual da época e, ao mesmo tempo, superar alguns pontos de vista sobre o grupo, construídos pelos seus oponentes.

Embora admitindo dificuldades metodológicas, concordo com Raymond Williams acerca da oportunidade de analisar grupos pequenos, neste caso um grupo de intelectuais: “O grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem ou muito marginais ou muito pequenos ou muito efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, (...), é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas.”⁷

O grupo formado por Marini, Gunder Frank, Bamberger e Santos desenvolveu um forte antagonismo em relação aos significados hegemônicos e freqüentes atribuídos ao desenvolvimento capitalista no Brasil e às possibilidades de superar a dependência. Este antagonismo foi o principal fator definidor de sua aliança. Por isso se reuniram e, pelo mesmo motivo, foram agrupados pelos seus oponentes como um só grupo. Ainda assim, mesmo que o objetivo desta pesquisa seja investigar a trajetória do grupo, a análise de cada indivíduo particular poderá revelar especificidades intelectuais que somente podem ser identificadas pela interpretação de seus textos e a partir de seus debates internos. Por causa da oposição que sustentaram em relação ao pensamento hegemônico, acabaram se reunindo e sendo identificados como uma corrente de pensamento, mas também deverão ser analisados individualmente a partir de suas idiossincrasias pessoais e as diferenças com os demais membros do grupo.

Meu objetivo é percorrer o mesmo itinerário destes escritores para entender o significado desta aliança e de suas especificidades. Interessa-me, sobretudo, compreender a sociedade, a qual eles se auto-atribuíam a capacidade de entender e de transformar. Quero também saber por que estes intelectuais tiveram dificuldades de reintegração depois da anistia, já que aqueles que se sentiram política e ideologicamente ameaçados pelo seu “marxismo radical” estavam supostamente retirando-se da vida pública. É possível que as disputas em torno dos temas desenvolvimento e dependência, anteriores ao Golpe de 1964, ainda estivessem vigentes após a redemocratização e que a “corrente

⁷ Raymond Williams, A Fração Bloomsbury, *Plural*, Sociologia, USP, São Paulo, 1 sem. 1999, p. 40.

radical da Teoria da Dependência” ainda representasse uma ameaça ao pensamento hegemônico a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil⁸.

Imersos em um ambiente nacional-desenvolvimentista nos anos 1960, os críticos radicais das teorias da modernização, voltaram a um país que, no início dos anos 1980, estava impregnado de idéias ostensivamente neoliberais⁹. O contexto brasileiro anterior ao Golpe, posterior à redemocratização e os ambientes que eles encontraram no México e no Chile também deverão ser examinados para entender melhor esta trajetória.

André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos Júnior e Vânia Bambirra nasceram por volta dos anos 1930. Foram, possivelmente a última geração de intelectuais ligados à esfera pública. Gente que, segundo Emir Sader: “Seguia escrevendo ensaios elegantes para pequenas revistas, em linguagem acessível à ampla comunidade intelectual. O peso do academicismo só se fez notar fortemente na geração nascida depois de 1940.”¹⁰ Esta observação de Sader, no artigo intitulado *Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração*, também pode ser considerada autobiográfica, embora ele tenha nascido em 1943. O tema foi abordado igualmente pelo norte-americano Russel Jacoby, cuja pesquisa trata dos “últimos intelectuais” dos Estados Unidos, desaparecimento que, segundo Jacoby, deveu-se a

⁸ Outras hipóteses para a dificuldade de reintegração do grupo depois da anistia, bem como do escasso reconhecimento que receberam as teorias por eles desenvolvidas, se referem ao tipo de engajamento político que eles estabeleceram a partir do golpe, à manutenção de posições revolucionárias em um ambiente de redemocratização conservadora e liberal, à adesão ao Partido Democrático Trabalhista, mais precisamente ao “brizolismo”, em um ambiente político dominado pela “nova esquerda” do PT e pela social-democracia propugnada pelo PSDB. Ao longo da pesquisa, todas estas hipóteses deverão ser examinadas a luz da história de sua trajetória, evidenciada pelas fontes e por entrevistas, bem como a partir da sua produção intelectual.

⁹ Ainda que as práticas ligadas ao neoliberalismo somente tenham se consolidado no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Melo, as idéias do Consenso de Washington já eram correntes em toda a América Latina, sobretudo no Chile, onde foram aplicadas pelo governo ditatorial de Augusto Pinochet. No Brasil, o governo de José Sarney já apresentou medidas fortemente marcadas pelo neoliberalismo. Mas, antes disso, já existiam economistas e intelectuais brasileiros, tais como Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões, que defendiam o neoliberalismo e exerciam forte influência em instituições de pesquisa e acadêmicas, tais como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade do Brasil (depois UFRJ) e o Conselho Nacional de Economia (CNE). Para mais detalhes sobre este viés do pensamento econômico brasileiro ver Bielschowsky, 2000, p. 37-76.

¹⁰ Emir Sader, *Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração*, In: *Sociologias*, n.º.14, Porto Alegre, July/Dec, 2005, p 159.

três fatores: “a reestruturação das cidades, o desaparecimento da boêmia e a expansão da universidade”.¹¹

Vítimas da profissionalização, da especialização excessiva, da segurança da vida acadêmica, da construção de campus longe dos centros urbanos e da divisão, cada vez mais acentuada, das ciências sociais, os intelectuais ligados à vida pública e preocupados em intervir nos assuntos da sociedade cedem lugar aos “docentes” que “negligencia os problemas políticos essenciais”¹² e ainda que, muitos deles, continuassem possuindo uma posição política radical e de esquerda, suas atitudes e sua produção intelectual não refletiam mais isto.

A trajetória dos autores aqui pesquisados responde a estas mudanças no papel do intelectual entre os anos 1960 e os anos 1980. Mudaram os intelectuais, as sociedades latino-americana e brasileira, e as instituições que abrigavam estes pensadores e cientistas sociais. De acordo com Paulo d’Avila Filho, “O rumo dos acontecimentos fez esmaecer o brilho da contribuição de vários intelectuais, (...), nos fazendo crer que suas aspirações jazem sepultadas”.¹³ Um dos objetivos deste trabalho é resgatar, além do “brilho da contribuição”, as aspirações políticas destes intelectuais que persistem como metas da sociedade brasileira. Quando iniciou a trajetória intelectual destes autores, no início dos anos 1960, na recém fundada Universidade de Brasília, prevalecia a figura do intelectual engajado, que buscava uma ligação com o povo e sentia-se dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, indignado com a desigualdade social e com o subdesenvolvimento, disposto a utilizar sua caneta como arma de transformação.

O início de um percurso

André Gunder Frank foi convidado por Darcy Ribeiro para lecionar na recém fundada Universidade de Brasília (UnB) em 1962. Frank nasceu em Berlim, em 1929, mas deixou o país aos quatro anos, com seu pai, que fugia do nazismo. Aos 11 anos, fixou residência nos Estados Unidos e cursou economia em uma escola da Pensilvânia. O doutorado em economia foi realizado em Chicago, onde, apesar de ser ótimo aluno, foi convidado a se retirar por incompatibilidade com as teses do grupo hegemônico na *Escola*, liderado por Milton Friedman. Desde 1960, Andréas Gunder Frank passou a viajar pelo

¹¹ Russel Jacoby, *Os últimos intelectuais a cultura americana*, São Paulo, Trajetória Cultural, 1987, p. 18.

¹² Emir Sader, *Op. Cit.*, p, 160.

¹³ Paulo Mesquita D’Avila Filho, 2009, p. 9.

Terceiro Mundo. Gunder Frank chegou ao Brasil em uma época que, “o país estava irreconhecivelmente inteligente”¹⁴.

Conectadas com o desenvolvimento econômico do Brasil, as atividades culturais e intelectuais tiveram grande estímulo a partir dos anos 1950. O processo de industrialização ganhou impulso, concorrendo para uma urbanização acelerada, para o aumento do êxodo rural, acompanhado do crescimento do proletariado e pela necessidade de explicar estas transformações. O alvo econômico do governo Vargas (1951-1954) era a remoção dos obstáculos ao crescimento. Almejava investir em energia elétrica, transportes, comunicações e petróleo. O início da produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial do país, já que o aço constitui a matriz para vários ramos ou tipos de indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), criado em 1952, impulsionou grandes empreendimentos industriais e obras de infra-estrutura. O vislumbamento de que o país poderia superar a condição de periferia, foi acompanhado de perspectivas intelectuais otimistas. Estas previsões de progresso eram comuns em vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil, o Chile, a Argentina e o México.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) havia sido constituída em 1948, a partir destas expectativas. No Brasil foram criados, em 1952, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, mais tarde, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ambos com objetivo de discutir e projetar os rumos do desenvolvimento nacional. De outra parte, o Partido Comunista do Brasil (PCB) fundara em 1954, a Liga de Emancipação Nacional, para dar unidade as diversas manifestações de defesa da soberania nacional e de luta antiimperialista no Brasil. Não eram as Universidades os lugares que preferencialmente abrigavam os intérpretes do Brasil. Os antecedentes diretos das interpretações do capitalismo brasileiro haviam sido fornecidos por intelectuais não acadêmicos, ligados ao PCB, como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., entre outros. O debate entre nacionalistas, de um lado, entreguistas, de outro, e a prédica antiimperialista formavam o contexto intelectual que André Gunder Frank testemunhou ao chegar ao Brasil. Estas polêmicas tinham raízes no contexto de definição dos rumos do desenvolvimento econômico brasileiro.

¹⁴ Roberto Schwarz *apud* Heloísa B. de Hollanda; Marcos Gonçalves, *Cultura e Participação nos anos 60*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 8.

A Universidade de Brasília, fundada em 21 de abril de 1962, representou uma inovação ao abrigar intelectuais de esquerda, politicamente atuantes. O educador Anísio Teixeira foi o idealizador e fundador da UnB, e seu discípulo, o antropólogo Darcy Ribeiro foi o primeiro reitor da Universidade. Eles sonhavam com uma instituição voltada para as transformações, diferente do modelo tradicional. Juridicamente concebida como uma fundação, a UnB ampliava a independência em relação ao Estado. Sua organização estava baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra¹⁵ e da faculdade, próprias da universidade tradicional; o projeto pedagógico privilegiava o trabalho docente em equipe, a relação ensino-pesquisa; e dava estímulo à realização de cursos livres, debates e seminários e à abertura de cursos de pós-graduação. Sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical, constituíam outro diferencial da instituição que abrigava intelectuais comprometidos em compreender e projetar as transformações que o país sofria naquela metade de século.

O encontro de André Gunder Frank, com Marini, Bamberger e Santos ocorreu na UnB, em 1963. Nesta época, os pós-graduandos e professores da instituição, entre os quais estavam Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luís Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez, Perseu Abramo e Vania Bamberger, iniciaram um seminário permanente de leitura de *O Capital*. Procuravam aplicar as análises de Karl Marx à interpretação do desenvolvimento histórico latino-americano. Nesta mesma época, os grupos de leitura de *O Capital* disseminaram-se nas Universidades brasileiras e no mundo todo. Um dos grupos mais referidos no Brasil foi organizado pelo filósofo José Arthur Giannotti, na Universidade de São Paulo (USP), a partir de 1958 e reuniu, em uma primeira edição, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Francisco Weffort e outras importantes figuras da escola sociológica paulista. De acordo com as memórias de Roberto Schwarz, que participou em uma versão posterior de encontros deste grupo,

¹⁵ Os princípios do regime de cátedra-propriedade possuem influências centenárias, como a de Universidade de Coimbra, por exemplo. A universidade latino-americana se desenvolveu influenciada pelo sistema europeu e, sobretudo, ibérico. O antigo catedrático configurava-se como proprietário absoluto que conservava sob sua tutela um domínio do saber, tal como um senhor feudal. As cátedras eram ocupadas por docentes de modo permanente. Eles decidiam a respeito dos professores assistentes e alguns tinham uma relação de senhores feudais com as áreas de conhecimento que ocupavam. Foi contra este sistema que Darcy Ribeiro se insurgiu, classificando-o como “loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção”.

“na época os círculos de leitura de Marx se multiplicaram em todo o mundo, uma ‘coincidência’ que vale a pena examinar.”¹⁶

As leituras marxistas, sobretudo de *O Capital*, foram impulsionadas por uma conjuntura de crítica ao capitalismo, mas responderam, em geral à necessidade de afrontar as atrocidades cometidas por Stálin na URSS e recuperar o prestígio da esquerda no campo intelectual; ao impacto da Revolução Cubana que confrontava as teses do marxismo oficial dos Partidos Comunistas e sua confiança na aliança com uma suposta “burguesia progressista”, à necessidade de explicar os movimentos urbanos e rurais que ameaçavam o edifício nacional-desenvolvimentista e populista nesta parte subdesenvolvida do planeta e, finalmente, respondia a uma necessidade de “transformar o mundo acadêmico em um espaço de crítica permanente, marcado por uma concepção científica superior”.¹⁷ Os grupos de leitura de Marx pretendiam se diferenciar de uma tradição intelectual ensaísta e não fundamentada, necessariamente, em teorias gerais que corroborassem a análise empírica.

O grupo brasileiro permaneceu na sombra, assim como outros grupos de leitura em vários Estados periféricos do país, enquanto o grupo uspiano se sobressaiu e tem até hoje bastante visibilidade, ainda que a maior parte dos “paulistas” tenha feito, segundo um editorial não assinado da Revista *Marxismo e História*, “um pouco mais do que estudar o livro, passando posteriormente ao papel de intelectuais orgânicos do capital.”¹⁸ Sader chega a referir o grupo paulista como encastelados em uma “torre de marfim”, em função de sua equidistância “diante do enfrentamento entre o governo Jango e a direita”.¹⁹

O debate acerca da contribuição de cada grupo geograficamente localizado de intelectuais marxistas, dedicados à leitura e à disseminação de Karl Marx e dos demais clássicos, prossegue nas “memórias” de Schwarz, publicadas no jornal Folha de S. Paulo em 1995, e de Sader, publicadas pela Revista Praga, em 1996/20. São acusações mútuas que referem o “provincianismo dos paulistas”, a “promiscuidade dos cariocas com o nacional-desenvolvimentismo”, o

¹⁶ Roberto Schwarz, Um seminário de Marx, *Jornal Folha de S. Paulo*, Caderno “Mais!”, 08/10/1995, p. 2.

¹⁷ *Idem*, p. 4.

¹⁸ *Revista Marxismo e História: Datas redondas em tempos quadrados*, Grupo de Estudos e Trabalho em Teoria da História – Marx (GETTHI-Marx), nº zero, setembro de 2007, p. 2.

¹⁹ Emir Sader, *Op. Cit.*, p. 174.

²⁰ A versão que possuo do artigo está reproduzido na Revista Sociologias, por isso, as referências ao texto serão feitas a partir desta versão.

“desprezo dos paulistas pela falta de rigor dos intelectuais cariocas”, a “versão simplista dos paulistas”, entre outras insinuações e críticas.²¹ Seja como for, Sader observa com propriedade que “A versão simplista dos Paulistas não dava conta (...) dos autores introduzidos por comunistas cariocas (...) Tampouco fazia justiça aos projetos universitários pioneiros de Darcy Ribeiro, iniciados com a Fundação da Universidade de Brasília e que teriam continuidade com outra Universidade piloto no ABC Paulista.”²²

Os debates de Schwarz e Sader giram em torno dos aportes dos grupos do sudeste do país: um localizado na USP, em São Paulo, e o outro, no PCB e no ISEB, no Rio de Janeiro e, portanto, fora do meio acadêmico. Segundo Pureza ²³, tratava-se de uma disputa entre marxistas acadêmicos e marxistas partidários, exemplificada na luta de espaço e de afirmação intelectual travada entre a intelectualidade uspiana e werneckiana.

De fato, nestas interpretações e nos depoimentos dos que fizeram parte de um ou outro grupo, o aporte específico e original da chamada “corrente radical da Teoria da Dependência” foi, em geral, menosprezado. Sader ²⁴ teve a preocupação de mencionar a polêmica ocorrida em 1979, entre Fernando Henrique Cardoso/José Serra e Ruy Mauro Marini, revelando a importância desta corrente nas disputas pela definição dos rumos do capitalismo brasileiro. Mesmo assim, tudo indica que o grupo de Brasília foi vencido política e intelectualmente, a julgar pela omissão destes autores na plêiade dos “Intérpretes

²¹ É bom mencionar que os textos de Roberto Schwarz e de Emir Sader foram escritos no contexto da recente eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República em 1995 e, neste sentido, disputam a contribuição do mesmo para a interpretação da economia e sociedade brasileiras. Sendo o artigo do primeiro mais laudatório em relação aos aportes de Cardoso e o artigo de Sader mais crítico. Ver Emir Sader, *Op. Cit* e Schwarz, *Op. Cit*.

²² Emir Sader, *Op. Cit*, p. 174.

²³ André R. Pureza, *O Marxismo Acadêmico: Um campo para as reflexões sociológicas*, 2004, In: <http://www.webartigos.com/articles/5658/1/o-marxismo-academico-um-campo-para-as-reflexoes-sociologicas/pagina1.html>, acesso em 11 de julho de 2009, p. 3-5.

²⁴ Emir Saders, *Op. Cit*.

do Brasil”.²⁵ Entender a trajetória desta “derrota” pode nos esclarecer muito sobre os problemas atuais do Brasil.

O grupo que iniciou sua trajetória na Universidade de Brasília tinha origem acadêmica variada. Gunder Frank havia realizado seus estudos superiores completos em Universidades norte-americanas, com destaque para Escola de Chicago; Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena (MG), mas realizou a graduação em Administração Pública, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE), uma divisão da Fundação Getúlio Vargas, e realizou uma “complementação” de dois anos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (*SciencesPo*); Theotônio dos Santos também nasceu em Minas Gerais, em Carangola, e estudou no Curso de Sociologia, Política e Administração Pública, na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Vânia Bambilra é graduada em Ciência Política, igualmente pela UFMG. Os três fizeram Mestrado em Ciência Política, em Brasília, onde então, Gunder Frank ministrava seus cursos, convidado por Darcy Ribeiro, que almejava aumentar na UnB a densidade de docentes qualificados (com título de Doutorado).

Um desafio desta pesquisa é descobrir se alguma das idéias e das atividades compartilhadas entre estas personagens foram elementos de seu “vínculo” e se contribuiriam diretamente para sua formação e distinção como grupo. Caberá perguntar se existiu algo sobre a forma como eles se vincularam que indicasse fatores sociais e culturais mais abrangentes.

Estas perguntas se justificam porque tanto em depoimentos dos anos 1960/70, quanto em depoimentos posteriores, muitos outros intelectuais são mencionados, tanto na UnB, quanto no CESO, CEI (Colmex) e CELA (Unam), mas quando se trata dos autores deste estudo, eles sempre aparecem agrupados,

²⁵. As palavras de Luis Buñuel nos ajudam a esclarecer as omissões: “... a memória, indispensável e portentosa, é também frágil e vulnerável. Não está ameaçada somente pelo esquecimento, seu velho inimigo, mas também pelas falsas recordações que vão invadindo-a dia após dia...a memória é invadida constantemente pela a imaginação e fantasia, e dado que existe a tentação de acreditar na realidade do imaginário, acabamos por fazer uma verdade da nossa mentira...” Alguns livros de história do Brasil que deveriam ter mencionado estes autores e as disputas teóricas e políticas nos quais se envolveram e que ignoraram a sua existência são coletâneas destinadas a realizar um mapeamento do ambiente da esquerda e do marxismo brasileiros no século XX, entre as quais eu destacaria *As Esquerdas no Brasil*, organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, e *História do Marxismo no Brasil*, organizados por João Quartim de Moraes, Marcos del Royo, Daniel Aarão Reis Filho e Marcos Ridenti. Ver, Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.), *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia: 1964...*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 e João Quartim de Moraes, *História do Marxismo no Brasil: volume II. Os influxos teóricos*, Campinas, Editora Unicamp, 1995.

difícilmente são citados isoladamente. O que sugere que existia algo mais do que afinidade intelectual, amizade, coincidência de percurso etc.

Williams²⁶ recomenda “levar em consideração não apenas as idéias e atividades manifestas, mas também as idéias e posições que estão implícitas (...) uma vez que os conceitos aos quais tais grupos são referidos pertencem, essencialmente, às definições e perspectivas dos próprios grupos” e, eu acrescentaria, de seus oponentes.

Estes conceitos atribuídos ou auto-atribuídos, como é o caso da definição “corrente radical da teoria da dependência” podem implicar em circularidade ou em obscurecimento. Obscurecimento do que o grupo realmente era e o que representava social e intelectualmente. Particularmente, neste caso, a definição “corrente radical da teoria da dependência”²⁷ é circular e, ao mesmo tempo, obscurece a importância do grupo porque é resultado da derrota política e intelectual do mesmo. Por não serem considerados os fundadores da Teoria da Dependência²⁸, eles aceitaram a alcunha “radicais” e assim passaram a se auto-denominar; ao mesmo tempo, a palavra *radical* carrega um significado pejorativo na luta política brasileira, sempre enaltecida como positivamente conciliadora.

Igualmente, as categorias criadas por estes autores para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, tais como subimperialismo, super-exploração do trabalho, desenvolvimento do subdesenvolvimento, entre outras, foram superadas, sobretudo porque respondiam aos propósitos políticos de seus criadores e que foram derrotados, e não pela capacidade que tinham ou têm de explicar a realidade brasileira.

Depois da derrota política deste grupo, suas categorias de análise foram menosprezadas e às vezes foram substituídas por outras, mais eufemistas, e que servem para explicar as mesmas coisas.

²⁶ Raymond Williams, *Op. Cit.* p. 142.

²⁷ Investigar quem denominou o grupo como “corrente radical da Teoria da Dependência” será um dos objetivos do estudo. Suponho que Agustín Cueva teve um papel importante para a consolidação desta denominação, ao iniciar uma polêmica com o grupo, publicada no livro *Teoria Social y Procesos Políticos em América Latina*, de 1979. Ao mesmo tempo, me proponho a explicar porque e quando eles próprios passaram a se denominar como “radicais” em artigos, entrevistas, etc. Ainda é bom ressaltar outras denominações atribuídas pelos seus outros oponentes, que serão examinadas ao longo da trajetória do grupo. Ver Agustín Cueva, *Teoria Social y Procesos Políticos en América Latina*, México, Edicol, 1979.

²⁸ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto foram considerados os fundadores da Teoria da Dependência a partir da divulgação do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado pela primeira vez em 1970.

A minha hipótese é de que as definições atribuídas ou auto-atribuídas ao grupo obscureceram principalmente a profundidade do latino-americanismo destes autores que foram mais capazes do que outros intelectuais de pensar além do âmbito do Estado Nacional, ao passo que seus oponentes quiseram reafirmar a idéia de um Brasil diferente dos vizinhos, mais potente e com maior capacidade de superar a dependência que os demais e, sobretudo sem eles²⁹.

O que os tornou latino-americanistas não foi apenas o périplo latino-americano (isto muitos outros fizeram também), mas foram as influências teóricas, as posições políticas, entre outros fatores que serão analisados ao longo desta história.

Sites de interesse para a pesquisa

Site do ILPES: <http://www.eclac.org/ilpes/>

Site do CEBRAP: <http://www.cebrap.org.br/>

²⁹ Um exemplo desta derrota, e de como prevaleceu a idéia de “Brasil-Potência”, foi a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso. Tal política procurava situar o Brasil como potência regional, afastada do discurso terceiro-mundista e almejando proeminência global por meio da liderança na região e buscando aproximação com os países desenvolvidos.

*A grande empresa conhecida como
Mate Laranjeira e a economia
ervateira na bacia platina
(1882-1949):
notas preliminares¹*

Paulo Roberto Cimó Queiroz²

Na história da região correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul, poucos temas têm chamado tanto a atenção quanto sua economia ervateira e, em seu âmbito, a empresa conhecida como *Companhia Mate Laranjeira*. De fato, a economia política da erva-mate esteve, no passado, relacionada a todos os demais aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo (sem excluir a própria política exterior do Estado nacional brasileiro).

Para iniciar a discussão desse tema, é preciso lembrar que a parte sul do atual Mato Grosso do Sul (vale dizer, o extremo sul do antigo Mato Grosso)³ fazia parte da vasta área, correspondente à porção central da bacia platina, onde era nativa a árvore da erva-mate (*Ilex paraquariensis*). O hábito de usar as folhas dessa árvore em uma bebida, como uma espécie de complemento alimentar, remonta, como se sabe, aos antigos habitantes dessa região, sobretudo os Guarani. Tendo sido esse hábito adotado pelos conquistadores europeus e seus descendentes, formou-se na América ibérica um amplo mercado

¹ Texto elaborado no âmbito de um estágio de pós-doutoramento realizado na UFF, sob a supervisão do Prof. Luiz Carlos Soares, entre agosto de 2008 e julho de 2009.

² Professor da graduação e do mestrado em História da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).

³ Como se sabe, a porção meridional do antigo Mato Grosso foi transformada, em 1977, no novo estado de Mato Grosso do Sul. Para facilitar a redação e, ao mesmo tempo, evitar o anacronismo, essa porção é referida, neste trabalho, como “antigo sul de Mato Grosso”, “sul do antigo Mato Grosso” ou simplesmente SMT.

consumidor, inicialmente abastecido pela produção do Paraguai e mais tarde, já a partir do século XIX, também pela produção brasileira.

No que concerne ao SMT, sabe-se que, já em 1817, Aires de Casal preconizava o aproveitamento dos ervais nativos⁴. A efetiva exploração, contudo, precisou esperar a abertura do rio Paraguai à navegação brasileira, em fins da década de 1850, quando a região ganhou um fácil acesso ao principal mercado consumidor da erva (a Argentina). Mesmo assim, a economia ervateira sul-mato-grossense somente ganhou maior impulso após a guerra contra o Paraguai, que, tendo desorganizado a produção nessa república, ampliou os espaços para a entrada do produto brasileiro no mercado platino.

No SMT, os ervais estavam situados em terras devolutas, de modo que as concessões para exploração consistiam em contratos, aliás, temporários, de *arrendamento* (e não de venda) dessas terras – as quais eram habitadas esparsamente por populações indígenas e, de modo ainda mais esperso, por não-índios (sendo consideradas, na verdade, um “sertão bruto”). A primeira concessão foi obtida, em fins de 1882, por um empresário chamado Tomás Laranjeira. Segundo costuma referir a historiografia, Laranjeira iniciara suas atividades no SMT em 1873, como fornecedor da comissão demarcadora dos limites com o Paraguai, e obteve sua concessão graças às relações de amizade que estabelecera com os dirigentes provinciais.⁵

Desde o início a economia ervateira assumiu, no SMT, feições distintas em relação às províncias sulinas brasileiras (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nessas últimas, a extração e o primeiro beneficiamento (“cancheamento”) eram feitos por numerosos pequenos proprietários, cuja produção era vendida aos chamados “moinhos” – os quais por sua vez a exportavam já pronta para o consumo. Já no SMT configurou-se, durante um bom tempo, uma situação de monopólio, na qual uma única empresa (a de Laranjeira) se encarregava da extração e exportação (sendo a erva exportada, aliás, apenas cancheada). De fato, Laranjeira era amigo também, coincidentemente, do primeiro governador nomeado para Mato Grosso após a instauração da República, e por esse meio obteve do governo federal provisório, já em junho de 1890, direitos exclusivos sobre a exploração de uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado (Decreto nº 520,

⁴ Manuel Aires de Casal, *Corografia brasílica*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976. p. 126, nota 10.

⁵ Virgílio Corrêa Filho, *À sombra dos herveas mato-grossenses*, São Paulo, Ed. S. Paulo, 1925; Odaléa C. Diniz Bianchini, *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*, Campo Grande, Ed. UFMS, 2000.

de 23.6.1890). Em julho do ano seguinte, Laranjeira obteve também autorização para organizar, sob a denominação de *Companhia Mate Laranjeira*, uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar a referida concessão (Decreto nº 436C, de 4.7.1891). Essa companhia foi efetivamente constituída no Rio de Janeiro em setembro de 1891, sendo que, das 15.000 ações em que se distribuía seu capital (3 mil contos de réis), nada menos que 14.540 foram subscritas por uma outra empresa, recém-fundada, denominada *Banco Rio e Mato Grosso* (cf. Escritura de constituição da sociedade anônima “Companhia Matte Laranjeira” [5.9.1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 62, registro 1565). Embora tenha assumido, ao longo do tempo, diferentes nomes e configurações, essa empresa ficou historicamente conhecida pelo nome adotado em 1891 e manteve uma posição predominante nos ervais sul-mato-grossenses até a década de 1940.

De fato, na década de 1890 a exploração ervateira era a mais lucrativa de todas as atividades econômicas desenvolvidas em Mato Grosso, visto que o produto era de boa qualidade e o mercado consumidor (a Argentina) era firme e seguro. Assim, a Companhia Mate Laranjeira (CML) passou a investir na formação de uma vasta infraestrutura de extração e transportes. Como resultado desses investimentos, que se estenderam pelas décadas seguintes, ela veio a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terra e até mesmo dois trechos de ferrovia do tipo *Decauville*, além de instalações próprias para construção e reparação de veículos de tração animal e de embarcações fluviais. Ela mesma, enfim, comandava diretamente suas operações de importação e exportação. Para fazer funcionar todo esse aparato, a empresa chegou a mobilizar milhares de trabalhadores, dentre os quais a maioria era constituída pelos chamados *mineros*, isto é, aqueles empregados na coleta da erva, executada no interior das matas – contingente esse formado por indígenas e principalmente por paraguaios, que migravam para o SMT ou eram recrutados diretamente no interior do Paraguai⁶.

Cabe notar que ao Banco Rio e Mato Grosso, acima referido, ligavam-se importantes membros da elite política mato-grossense – tendo sido sua

⁶ Cabe notar que, segundo os relatos disponíveis, o trabalho dos *mineros* era extremamente penoso e desenvolvido em condições análogas à escravidão, uma vez que o trabalhador, além de ser engajado mediante um adiantamento, ficava obrigado a abastecer-se nos armazéns da própria empresa e não podia deixar o trabalho enquanto não saldasse integralmente seus débitos (cf., por exemplo, Isabel C. Martins Guillen. O trabalho de Sísifo: “escravidão por dívida” na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945), *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 615-636, jul./dez. 2007.

presidência exercida inicialmente por Joaquim Murtinho e em seguida por seu irmão Francisco. Esse banco, contudo, foi liquidado entre 1902 e 1903. A CML desapareceu juntamente com o banco, cujo acervo foi contudo adquirido, pelo menos formalmente, por Tomás Laranjeira. Em seguida, Laranjeira associou-se à empresa argentina *Francisco Mendes & Cia.* na formação da sociedade *Laranjeira, Mendes & Cia.*, igualmente sediada em Buenos Aires, que sucedeu a antiga CML nos negócios da erva no SMT. Em 1917, mantendo embora os mesmos proprietários, a firma *Laranjeira, Mendes* – que era uma simples sociedade mercantil – deu lugar, ainda na Argentina, a uma sociedade anônima, denominada *Empresa Mate Laranjeira*.⁷ Em 1929 foi recriada no Brasil, como uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro, mas controlada pela *Empresa* argentina, a Companhia Mate Laranjeira – a qual igualmente manteve o antigo contrato de arrendamento de ervais com o estado de Mato Grosso, com validade até fins de 1937. O Estado Novo varguista, contudo, agora responsável pelas terras devolutas, recusou-se a renovar esse contrato, de modo que, ao longo de todo o período ditatorial, a empresa permaneceu operando a título precário. Findo o Estado Novo, a CML logrou, ao que parece, inicialmente, um entendimento com os novos dirigentes do estado de Mato Grosso, com vistas à continuação de suas atividades ervateiras. Seu novo contrato, no entanto, teve pouca duração: ainda em 1949 o estado decidiu rescindi-lo, chegando assim ao fim, oficialmente, o longo domínio da empresa sobre os ervais mato-grossenses⁸.

No presente texto, busco *mapear*, por assim dizer, os principais pontos problemáticos que envolvem a história da economia ervateira sul-mato-grossense e, em especial, a trajetória da CML – pontos esses que fundamentaram minha proposta de pesquisa no âmbito do estágio de pós-doutoramento realizado em 2008/2009.

A esse respeito, uma primeira constatação a ser feita é a de que a enorme relevância assumida pela empresa, isto é, a amplitude e a longa duração de sua presença nos ervais, levou-a a “sequestrar”, por assim dizer, grande parte da história e da memória de toda a região ervateira. De fato, pelo que consta em boa parte das obras sobre a história sul-mato-grossense, como já notou Guillen, o leitor é levado a pensar que “no começo nada existia, então

⁷ D. Francisco Mendes Gonçalves Panegórico de e sua grande obra, a *Mate Laranjeira*. Rio de Janeiro: Tip. Mercantil, 1941, p. 8.

⁸ A empresa, contudo, embora se tenha retirado do ramo ervateiro, continua a existir até os dias atuais, dedicando-se a atividades agropecuárias.

veio a Matte Laranjeira e se fez a história da região fronteiriça”.⁹ Em outras palavras, muitos estudiosos têm sido levados a confundir, mais do que seria justo e desejável, a história da economia ervateira sul-mato-grossense com a história da empresa, como se fossem ambas uma só e mesma coisa. Essa confusão nem sempre é inocente, pois, como aponta a mesma autora, a ênfase na presença da CML “na história, e na memória, é datada, construída por aqueles que defendiam os interesses da Companhia num momento histórico muito específico”.¹⁰ Além disso, ao que me parece, a confusão deriva também da escassez de estudos, em vista da vastidão do tema – sendo isso o que explica, por exemplo, o fato de que até mesmo em trabalhos acadêmicos se verifique uma tendência a identificar o fim da atuação da empresa com o fim do próprio “ciclo” ervateiro do SMT.

Desse modo, a empresa tende a aparecer não como um agente histórico entre outros mas como um verdadeiro *monumento* – o que produziu, ademais, outras conseqüências. Refiro-me à tendência a se imaginar e retratar essa grande empresa quase como um ente atemporal, isto é, a-histórico, como se ela já houvesse nascido, qual autêntica Minerva, com toda a sua imensa estrutura, e tivesse atravessado o tempo de sua duração nos ervais mantendo-se sempre idêntica a si mesma, independentemente das situações conjunturais e da diversidade dos interesses e dos sujeitos concretos que a conformaram ao longo do tempo.

Na verdade, contudo, o universo da economia ervateira sul-mato-grossense foi algo muito mais complexo, impossível de ser reduzido à exclusiva presença da CML. Do mesmo modo, a empresa não ficou sempre imune, nem passou ilesa pelas transformações ocorridas em seu ambiente ao longo das sete décadas entre o início formal do empreendimento de Laranjeira e o encerramento dos contratos com o estado; ao contrário, embora mantendo sempre grande poder de intervenção nesse ambiente, a empresa foi forçada, em variável medida, a adaptar-se.

Em contraposição ao referido “sequestro” da memória dos demais atores, cabe lembrar que, desde a primeira metade do século XIX, o SMT passara a acolher numerosos novos povoadores, vindos sobretudo do sudeste brasileiro,

⁹ Isabel C. Martins Guillen, *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)*, Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991, p. 21; Isabel C. Martins Guillen, *O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul* Revista Científica, Campo Grande, UFMS, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996, p. 38,

¹⁰ Isabel C. Martins Guillen, *Op, Cit*, 1996, p. 38.

num movimento típico do fenômeno conhecido como *frente de expansão*¹¹. No período posterior à guerra com o Paraguai, continuaram a chegar à região numerosos migrantes, vindos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (sendo que a migração de gaúchos teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista). Para o extremo sul, encaminharam-se também significativos contingentes de imigrantes paraguaios. Esses povoadores dedicavam-se à pequena agricultura e à pecuária bovina, sendo que, na região ervateira, não se furtavam também à elaboração de erva-mate, tanto para consumo próprio como para comércio.¹² Portanto, a presença desses outros atores criava, por assim dizer, um universo “paralelo” à empresa, embora parcialmente vinculado a ela.

Assim, desde princípios do século XX o virtual monopólio exercido pela grande empresa sobre os ervais começou a ser questionado, sob a pressão dos migrantes (sobretudo gaúchos) e de parcela da elite dirigente mato-grossense. Um importante marco, a esse respeito, foi uma lei estadual que, em 1915, ao mesmo tempo em que manteve os arrendamentos da empresa (ainda que bastante reduzidos em sua extensão), garantiu aos posseiros estabelecidos na região dos ervais a “preferência para aquisição” dos respectivos terrenos, de tal modo que, entre 1919 e 1924, o Estado expediu centenas de títulos de propriedade de lotes situados nessa região.¹³ Nos anos seguintes, esses “produtores independentes” tenderam a organizar-se, sendo que, na era Vargas, receberam certo apoio oficial, sobretudo após a criação do Instituto Nacional do Mate (1938). Formaram-se, assim, várias cooperativas de produtores – as quais, aliás, permaneceram no ramo ervateiro mesmo depois que a CML tendeu a retirar-se dele, a partir da década de 1950.

Com relação ao suposto caráter “atemporal” da empresa, cabe lembrar que ela, ao contrário, passou por notáveis transformações, relacionadas à natureza das pessoas ou grupos em seu comando, à situação do mercado consumidor, às vicissitudes do processo de povoamento da região ervateira e às mudanças de orientação política em âmbito estadual e nacional. Ao mesmo tempo, evidentemente, alguns traços de sua constituição e atuação mostraram efetivamente uma maior durabilidade.

¹¹ Para os conceitos de *frente de expansão* e *frente pioneira*, ver José de Souza Martins, *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*. *Estudos Históricos*, Marília, n. 10, p. 33-41, 1971; José de Souza Martins, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, São Paulo, Hucitec, FFLCH/USP, 1997.

¹² Virgílio Corrêa Filho, *Op. Cit.*, p. 17.

¹³ *Ibid.*, pgs. 83-86, 91.

Trajatória empresarial

No tocante a essa trajetória, um primeiro momento corresponde ao período em que o empreendimento esteve sob o comando pessoal de Tomás Laranjeira – personagem aliás freqüentemente qualificado, em um sentido mais positivo que negativo, como um “aventureiro”, isto é, um “desbravador”. Para Arruda, de fato, Laranjeira “não contava com uma estrutura de organização empresarial moderna e não possuía capital suficiente para a constituição de infra-estrutura necessária para dinamizar a produção”.¹⁴ Assim, pode-se talvez caracterizar a empresa de Laranjeira como “pré-industrial”.¹⁵ Parece efetivamente delinear-se, nessa fase, uma subordinação da esfera da produção (isto é, a extração e o cancheamento da erva) à da comercialização, com a particularidade de que o aparato de industrialização/comercialização situava-se diretamente no mercado consumidor, isto é, a Argentina. Afirma-se de fato que, com vistas a assegurar o êxito de seu empreendimento, Laranjeira buscou “firmar a qualidade do seu produto no mercado consumidor de Buenos Aires”, o que foi obtido “graças aos esforços e auxílios prestados pela importante firma daquela praça Francisco Mendes e Cia.”¹⁶ Pelo que se informa, Francisco Mendes Gonçalves, um português nascido na ilha da Madeira, teria conhecido Tomás Laranjeira por ocasião da guerra com o Paraguai, quando eram ambos comerciantes e fornecedores do exército brasileiro, e já nessa ocasião eles teriam idealizado o futuro negócio da erva. Assim, após a guerra, “por conveniência do próprio negócio, D. Francisco se radicou em Buenos Aires, onde contraiu matrimônio e constituiu seu lar, fundando em 1874 a sociedade comercial Francisco Mendes & Companhia, que se dedicou à venda e distribuição dos produtos” enviados por Laranjeira.¹⁷

Uma nova fase, contudo, teria início com a constituição da CML, em 1891. Na avaliação de Arruda, com a entrada, no negócio, dos capitais providos pelo Banco Rio e Mato Grosso, “a exploração sofreu uma transformação, organizando-se em moldes empresariais, o que permitiu a instalação de uma

¹⁴ Gilmar Heródoto Arruda, In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 235.

¹⁵ Ver, a esse respeito, *Ciro Cardoso & Héctor Brignolli, Os métodos da História*, 2. ed. Trad. João Maia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981, p. 338-340; Eulália L Lobo, *História empresarial*, In: *Ciro Cardoso; Ronaldo Vainfas (Org.), Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 218.

¹⁶ *A indústria da herva mate*, 1914, p. 1.

¹⁷ *D. Francisco Mendes Gonçalves Panegórico de e sua grande obra, a Mate Laranjeira, Op. Cit.*, p. 7.

infra-estrutura mais sofisticada”¹⁸. Tal avaliação é reforçada por Fernando Faria, segundo quem a companhia procedeu à “formação de complexas ramificações do monopólio do mate, através da associação e compra de empresas ervateiras na Argentina e no Paraguai”.¹⁹

A julgar pelo que registra o citado *Panegírico*, a constituição da CML não teria afetado a velha associação de interesses e a “divisão de trabalho” entre Laranjeira e Mendes Gonçalves. De fato, o referido texto registra a mudança apenas de passagem e em tom de absoluta naturalidade. Com “o correr dos tempos”, diz-se, aos dois personagens iniciais “se associaram no Brasil os Drs. Joaquim Duarte Murtinho e Francisco Murtinho [...], constituindo-se assim a Companhia Mate Laranjeira, que passou a ser a elaboradora e exportadora do produto para a firma Francisco Mendes & Companhia, [a qual] continuou se ocupando de sua colocação nos mercados argentinos”.²⁰ As referências de Faria, contudo, permitem colocar em dúvida a rósea versão desse documento, na medida em que se noticiam ações, por parte da CML, que parecem indicar uma certa mudança, ou diversificação, das antigas relações entre Laranjeira e Mendes Gonçalves. Em 1893 ou 1894, por exemplo, a empresa comprou “uma fábrica de moer e acondicionar erva-mate de propriedade de Francisco Mendes & Companhia”, a fim de “não só aproveitar os benefícios provenientes da grande produção que levamos ao mercado, como também integrar as funções desta companhia com o preparo completo do seu produto antes de entregá-lo ao consumidor”²¹. Desse modo, pode-se deduzir que a CML estava, de certa forma, avançando sobre os espaços dos Mendes Gonçalves, numa expansão tanto horizontal quanto vertical de seus negócios.

Uma nova fase, de todo modo, se iniciaria após a liquidação do Banco Rio e Mato Grosso e o desaparecimento da sociedade anônima brasileira Companhia Mate Laranjeira. A julgar pelo pouco que ainda se sabe sobre esse assunto, teria havido então uma reversão nas tendências há pouco mencionadas, pelas quais a CML parecia estar investindo sobre esferas antes ocupadas por

¹⁸ Gilmar Heródoto Arruda, *Op. Cit.*, 1986, p. 234-235. Vale notar, contudo, que o processo de produção, tal como realizado na empresa, não parece haver chegado a envolver a utilização de quaisquer mecanismos de complexa tecnologia. Ao contrário, prevaleciam, apenas com poucos aperfeiçoamentos, os métodos ancestrais, cujas origens remontavam aos antigos processos indígenas e jesuíticos – embora uma autora avalie ser possível considerar o “rancho ervateiro” como uma unidade fabril (GUILLEN, 1991, p. 211).

¹⁹ Fernando A. Faria, *Os vícios da Re(s) pública: negócios e poder na passagem para o século XX*, Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993, p. 226-227.

²⁰ D. Francisco Mendes Gonçalves *Panegírico de e sua grande obra, a Mate Laranjeira*, *Op. Cit.*, p. 7.

²¹ Cf. Fernando A. Faria, *Op. Cit.*, p. 226.

Francisco Mendes & Cia. É certo que, ainda aqui, a historiografia enfatiza uma *continuidade*, apenas mesclada de novos elementos: segundo Corrêa Filho, a nova empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.* representava uma mudança “apenas de fachada”, isto é, não afetava a “essência da indústria”, a qual continuaria “monopolizada, como antes, pelo mesmo grupo capitalista” – grupo esse agora apenas acrescido, nas palavras do autor, por um “recém-vindo”, isto é, *Francisco Mendes & Cia.*²² De todo modo, se a CML parecia disposta, nos anos anteriores, a verticalizar seus negócios às custas do espaço de Francisco Mendes, tal tendência (caso efetivamente existisse) ficava agora neutralizada com a presença direta de Mendes na sucessora da CML. Seja como for, desde então o centro de decisões e de direção das operações no SMT se transfere efetivamente para Buenos Aires, onde permaneceria pelas décadas seguintes – cabendo ressaltar que a esse período pertence, segundo a avaliação de Arruda, o “apogeu” da empresa, que teria ocorrido precisamente na década de 1920.

Um outro período, enfim, parece haver-se iniciado em 1929, quando é recriada no Brasil, como já foi dito, a Companhia Mate Laranjeira, como uma sociedade anônima controlada pela matriz argentina²³. Ao que parece, essa mudança foi determinada pela nova conjuntura do mercado da erva-mate na região platina, em função da crescente produção nacional argentina.²⁴ Sabe-se de fato que, desde o início do século XX, a República Argentina (que não possuía, em seu território, senão uma pequena extensão de ervais nativos) começou a estimular a *plantação* de ervais, com vistas a libertar-se de sua dependência dos produtos importados. Assim, a partir da década de 1930 a Argentina alcançou praticamente uma situação de auto-suficiência, e desde então suas importações de mate do SMT “restringiram-se ao mínimo necessário à formação de produtos tradicionais, de paladar mais acentuado, proporcionado pelo mate mato-grossense”.²⁵

²² Virgílio Corrêa Filho, *Op. Cit.*, p. 42-43. A suposta continuidade é afirmada também pelo citado *Panegírico*, p. 7-8.

²³ D. *Francisco Mendes Gonçalves Panegírico de e sua grande obra, a Mate Laranjeira, Op. Cit.*, p. 8. Logo em seguida (1935), aliás, fundiram-se na Argentina a *Francisco Mendes & Cia.* e a *Sociedad Anónima Empresa Mate Laranjeira* dando origem à *Empresa Mate Laranjeira Mendes S. A.*, que existe até os dias de hoje naquele país.

²⁴ Adriana Patricia Ronco, *La Mate Laranjeira y el monopolio del comercio de la yerba mate (1890-1930)*, *Jornadas de Historia Económica*, 19., San Martín de los Andes, oct. 2004, p. 1-2.

²⁵ Alvanir de Figueiredo, *A presença geo-econômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*, Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1968, p. 251.

Desse modo, parece possível entender o episódio de 1929 como uma tentativa da empresa no sentido de separar a “parte boa” da “parte má”, pois, como assinala Ronco, “*La Cia. Francisco Mendes continuó su actuación en la Argentina y con éxito, a diferencia de la Mate Brasil que sufrió las consecuencias de la crisis de la yerba*” (2004, p. 21). Além disso, pode-se talvez identificar aí uma tentativa de dotar o ramo brasileiro de uma maior mobilidade, no sentido, eventualmente, de buscar uma diversificação de atividades, com vistas a compensar a tendência de diminuição das exportações do produto sul-mato-grossense.

Relações com elites políticas e governos

Dentre as características que acompanharam por longo tempo a história da empresa, destaca-se a íntima vinculação entre as esferas pública e privada, na medida em que, desde o início da atuação de Laranjeira, a obtenção e a renovação dos arrendamentos dependeram sempre de disposições governamentais. Nessas circunstâncias, encontra-se difusamente presente na historiografia mato-grossense/sul-mato-grossense a idéia de que os interesses em torno da Companhia tenderam a determinar, pelo menos durante a Primeira República, as composições políticas em Mato Grosso. Estudos preliminares que acabei de efetuar sobre o Banco Rio e Mato Grosso, contudo, sugerem ser necessário evitar a idéia de que as alianças e rupturas políticas tiveram sempre em Mato Grosso, nessa época, um fundo econômico, isto é, a necessidade, por parte “dos Murtinhos”, de proteger “suas” concessões ervateiras.²⁶ Sugere-se, de modo diverso, que tais rupturas e alianças podem explicar-se sobretudo por razões propriamente políticas, isto é, a busca de prestígio e de diversos outros benefícios associados ao exercício do poder. Sabe-se, de fato, que importante parcela das elites políticas mato-grossenses, representada por Generoso Ponce e a família Corrêa da Costa, antes aliada aos Murtinho, rompeu com estes em 1899 e tornou-se desde então uma forte adversária dos privilégios concedidos à CML e suas sucessoras. Penso, contudo, que essa ruptura foi motivada acima de tudo por razões especificamente políticas, conforme acima mencionado. Desse modo, as palavras de ordem contra a CML tornam-se, desde então, sobretudo um instrumento de luta pelo poder – circunstância

²⁶ Paulo R. Cimó Queiroz, Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902), Congresso brasileiro de história econômica, 8/Conferência internacional de história de empresas, 9, Campinas, set. 2009, *Anais...* Campinas, ABPHE, 2009.

essa muito favorecida pelo já referido incremento da migração gaúcha para o SMT e a consequente criação, nessa região, de uma nova base social para as pretensões de poder de Generoso Ponce e seus aliados.

Os termos dessa equação foram, de todo modo, bastante alterados a partir da década de 1920, quando o crescimento do nacionalismo brasileiro fez aumentarem as críticas à forte presença dessa “empresa argentina” justamente nas “fronteiras perigosas” com o Paraguai, num contexto marcado por desconfianças e rivalidades entre o Brasil e a Argentina (desse modo, a própria separação formal entre os ramos argentino e brasileiro da empresa, em 1929, pode haver sido influenciada também por esses motivos). Essa situação tornou-se ainda mais aguda depois de 1930, quando a empresa passou a sofrer diversos reveses relacionados às novas políticas do Estado nacional brasileiro – tanto que ela precisou, por exemplo, nacionalizar seu capital e seus dirigentes.²⁷ De fato, a chamada “Marcha para Oeste”, lançada por Vargas logo no início do Estado Novo, desdobrou-se, entre outras coisas, num esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras sul-mato-grossenses. A região da fronteira com o Paraguai, no extremo sul do SMT, foi objeto de preocupações especialmente agudas, devido à grande presença de cidadãos paraguaios e seus descendentes (de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani). Além disso, importantes setores do Estado Novo consideravam o domínio da CML sobre vastas áreas um empecilho ao povoamento da região por contingentes nacionais. Nesse contexto se inserem, portanto, diversas medidas estadonovistas no sentido de enfraquecer a Companhia, como por exemplo a recusa em renovar suas concessões, a imposição de taxas sobre a erva cancheada, o apoio aos produtores independentes e a criação, nas áreas de atuação da empresa, de *territórios federais* e colônias agrícolas nacionais (cf. QUEIROZ, 2008).

Relações com os demais atores

Um outro importante aspecto da trajetória da empresa consiste em suas relações com os demais agentes econômicos presentes na região – relações essas que, se assumiram contornos de *concorrência*, podem ter assumido também um certo sentido de *complementaridade*, e podem ser estudadas em duas vertentes principais: uma ligada à esfera da produção da erva e a outra relacionada ao abastecimento dos vastos domínios da empresa.

²⁷ D. Francisco Mendes Gonçalves Panegórico de e sua grande obra, a Mate Laranjeira, *Op. Cit.*, p. 8.

Com relação à primeira vertente, algumas referências, encontradas sobretudo em textos memorialísticos, indicam que, na fase inicial da empresa, eram cordiais as relações entre Laranjeira e outros ocupantes do espaço em que atuava, isto é, os migrantes vindos no movimento da frente de expansão. A esse respeito, é interessante o relato, embora fortemente apologético, de Astúrio Monteiro de Lima, antigo morador da região. Ele escreve que Laranjeira, “não sendo um ganancioso, nem um egoísta, sempre amparou a quantos apareceram para trabalhar e produzir. Ele mesmo indicava os melhores lugares para a fundação da moradia e posse de cada um que chegava procurando um rincão para viver”.²⁸ Do mesmo modo, Linhares assinala que, sendo gaúcho, assim como os fugitivos da Revolução Federalista, Tomás Laranjeira teria dado “a melhor das acolhidas” aos primeiros desses “retirantes” que chegaram ao sul de Mato Grosso.²⁹ Assim, parece possível notar uma relativa despreocupação de Laranjeira com relação à presença de possíveis competidores – o que por sua vez pode reforçar a hipótese da predominância, nessa fase, da esfera comercial sobre a produtiva. Nessa perspectiva, pode-se de fato supor que o próprio Laranjeira se colocasse não apenas como produtor mas também (ou talvez principalmente) como *intermediário* entre a zona de produção e os mercados consumidores; em outras palavras, do ponto de vista do Laranjeira comerciante, a eventual produção de erva, por parte de terceiros, antes reforçaria que comprometeria sua posição, na medida em que tal produção terminaria por convergir, na maior parte, para suas mãos.

Essa postura tolerante em relação aos migrantes desapareceu, contudo, algum tempo depois da constituição da CML³⁰ – o que pode ser talvez interpretado como uma indicação do caráter mais propriamente industrial da nova empresa, que já não estaria disposta a permitir que terceiros eventualmente se beneficiassem de uma infraestrutura na qual ela havia investido vultosos capitais. Em outras palavras, ao antigo interesse no monopólio comercial se equiparava em importância, agora, o interesse também no monopólio da produção, de modo a maximizar o retorno dos investimentos realizados. Seja como for, o fato é que a historiografia abunda em relatos sobre a política de

²⁸ Astúrio Monteiro de Lima, *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*, São Paulo, Ed. Soma, 1985, p. 14.

²⁹ Temístocles Linhares, *História econômica do mate*, Rio de Janeiro, Ed. J. Olympio, 1969, p. 150.

³⁰ Virgílio Corrêa Filho, *Op. Cit.*, p. 43-44; Temístocles Linhares, *História econômica do mate*, Rio de Janeiro, Ed. J. Olympio, 1969, p. 151.

repressão, frequentemente violenta, pela qual a empresa buscou manter suas concessões livres de “intrusos”.³¹

Contudo, a dinâmica da frente de expansão mostrou-se mais forte que tais recursos de coerção. Além disso, tendo obtido, como foi dito, o apoio de importante parcela das elites políticas, os novos povoadores lograram obter importantes triunfos, consubstanciados na mencionada lei de 1915. Os ex-possesores, pouco a pouco convertidos em produtores independentes de erva-mate, foram enfim favorecidos por certo apoio estatal, como já referido, e em seguida pela retração da Companhia. O mercado argentino, embora decrescente, continuou a sustentar sua produção, de modo que nas décadas de 1940 e 1950 tiveram “grande impulso” as cooperativas de produtores³². Desse modo, o “ciclo” ervateiro (mantendo ainda suas características tradicionais, a saber, a produção de erva apenas cancheada, destinada ao mercado externo e baseada no extrativismo) pôde na verdade sobreviver à Companhia e manter-se até meados da década de 1960, quando o mercado argentino cerrou-se definitivamente.³³

Para finalizar este item, cabem aqui algumas referências à segunda vertente acima mencionada, que coloca, na verdade, a seguinte questão: até que ponto a grande empresa ervateira se constituiu, nessa região, em um *enclave*? A esse respeito, conviria examinar, por exemplo, as eventuais relações entre a empresa e produtores independentes de gêneros alimentícios, bem como o eventual fornecimento, a terceiros (comerciantes ou consumidores finais), de gêneros de consumo importados pela empresa. No presente texto limite-me, contudo, a registrar certas indicações de que as atividades da empresa no ramo da navegação fluvial, voltadas ao transporte de gêneros recebidos em Presidente Epitácio (ponto terminal, às margens do rio Paraná, da Estrada de Ferro Sorocabana), atendiam a um número relativamente elevado de pessoas, ligadas ou não, direta ou indiretamente, aos trabalhos da erva.³⁴

³¹ Gilmar Arruda, *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Laranjeira*, Londrina, Ed. da UEL, 1997.

³² Capataz Caati Athamaril Saldanha, In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 472-473; ver também, Laércio Cardoso de Jesus, *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*, Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2004.

³³ Capataz Caati Athamaril Saldanha, *Op. Cit.*, p. 504.

³⁴ Cf. Paulo R. Cimó Queiroz, *A navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional*. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 165-197, jan./jun. 2004.

Conclusão

Por sua grande complexidade, e em face da exiguidade do espaço, deixo de referir-me aqui à questão da organização da produção, onde se destaca o tema da força de trabalho – tema esse que, para além de sua importante dimensão econômica, possui uma candente dimensão humana, relacionada, sobretudo à sorte dos *mineros*. Note-se apenas que, com relação a esses trabalhadores, são bastante difundidos os relatos que descrevem a dureza, quando não o horror, de sua vida nos ervais³⁵. Outros autores, contudo, embora sem negar a dureza nem o eventual horror, assinalam que, no mundo dos ervais, desenvolveu-se uma sociabilidade complexa, em que os trabalhadores, pelo fato de deterem os conhecimentos indispensáveis ao processo de produção, dispunham de uma certa parcela de poder no confronto com os patrões.³⁶

Enfim, a despeito da brevidade das considerações aqui efetuadas, penso haver demonstrado a necessidade de uma maior atenção sobre a trajetória da CML. Se é verdade que a história da economia ervateira sul-mato-grossense não pode ser reduzida à dessa empresa, é igualmente verdadeiro que esta foi um ator decisivo naquele contexto, e uma melhor compreensão de sua história certamente contribuirá para o conhecimento das demais facetas desse complexo e fascinante mundo. É certo que, como foi parcialmente visto aqui mesmo, essa trajetória tem motivado uma produção historiográfica já considerável (à qual se poderia agregar ainda uma volumosa produção de caráter memorialístico). Contudo, permanecem nessa história numerosos aspectos obscuros ou quase enigmáticos – o que, certamente, é perfeitamente compreensível em face da vastidão do tema e das dificuldades de acesso às fontes.

Tais são portanto as circunstâncias que justificaram meu projeto de pesquisa no pós-doutorado, o qual se propôs a trazer novos enfoques e informações por meio, sobretudo, do exame da documentação da própria empresa. De fato, no curso do referido estágio de pós-doutoramento pude localizar e reproduzir uma ampla documentação relativa não só à *Companhia Mate Laranjeira* como também ao *Banco Rio e Mato Grosso*, à *Laranjeira, Mendes & Cia.* e à *Empresa Mate Laranjeira, S.A.* – documentação essa encontrada em arqui-

³⁵ Rafael Barrett, Lo que son los yerbales, In: *Obras completas [de] Rafael Barrett*, Asunción, RP Ediciones, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1988; Hernâni Donato, *Selva trágica: a gesta ervateira no suestematogrossense*, São Paulo, Autores Reunidos, 1959.

³⁶ Gilmar Arruda, *Op. Cit.*, 1997; Isabel C. Martins Guillen, *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)*, Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991.

vos e bibliotecas situadas no Rio de Janeiro, em Cuiabá e em Buenos Aires. Até o momento, contudo, somente me foi possível efetuar uma análise mais detalhada das fontes relativas ao Banco Rio e Mato Grosso, do que resultou o trabalho aliás já citado no presente texto. Desse modo, apenas num segundo momento, uma vez completado o estudo da documentação levantada, poderei contribuir de modo mais efetivo para a importante tarefa delineada no projeto, a saber, destituir a CML da sua condição de um *monumento atemporal* para situá-la no interior da *história*, transferindo-a do terreno do *mito* (vale dizer, de uma dimensão quase *sagrada*) para um terreno mais “profano”, isto é, aquele do processo histórico real.

O totalitarismo segundo Hannah Arendt.

Renata Torres Schittino¹

O conceito de totalitarismo é bastante controverso. Usado por muitos autores para referir-se aos regimes nazista e stalinista conta com várias versões e explicações distintas. Na verdade, nem sequer a correspondência histórica com os movimentos de Hitler e Stálin aparece como referência absoluta. Robert Kurz, por exemplo, propõe que a noção de totalitarismo, concebida para designar uma forma de governo, seja ampliada para abarcar a economia capitalista totalitária. Aliás, segundo ele, a associação entre totalitarismo e movimento, estabelecida por Hannah Arendt para explicar o fenômeno, revelaria a própria essência do capitalismo. “Atendo-se às ditaduras totalitárias de Estado (algo compreensível em 1951), Hannah Arendt ignora completamente quanto suas formulações sobre a essência do totalitarismo aplicam-se com exatidão ao caráter de um mercado cada vez mais totalitário e, portanto, à própria democracia ocidental.”²

A intenção de Kurz é considerar a relação entre economia de mercado, democracia e totalitarismo, defendendo que a mesma pretensão à expansão, à “mobilização total” e ao movimento pode ser encontrada sob essas aparentemente distintas facetas. “Na verdade, estamos às voltas com uma patente continuidade da história capitalista, na qual as ditaduras dos Estados totalitários e a ‘mobilização total’ das guerras mundiais não são um modelo fundamentalmente oposto, antes representam um determinado continuum histórico e uma forma de imposição da própria ‘economia de mercado’ e da ‘democracia’”.³

A indicação sobre a semelhança entre totalitarismo e democracia também se evidencia na hipótese defendida por Giorgio Agamben. Em seu

¹ Pós-doutoranda pela UFF vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), com apoio da FAPERJ. Esse texto insere-se no desenvolvimento da pesquisa de pós-doutorado iniciada em setembro de 2009, *Por que totalitarismo? Reconsiderações sobre a validade do conceito*.

² Robert Kurz, *Quem é que é totalitário? Os abismos de um conceito ideológico para todo o serviço*, p. 3. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz35.htm>

³ *Idem*.

Homo sacer, o autor trabalha a hipótese da origem comum entre essas formas de governo. Partindo das análises de Hannah Arendt na *Condição humana* sobre a vitória do *labor* na modernidade, ou seja, da valorização do biológico na política, e da suposição de que os estudos de Michael Foucault, que parecem bifurcar-se entre o exame das formas de controle do sujeito e o avanço do poder biopolítico, têm um vínculo que é a própria origem comum entre a concepção dos direitos humanos e do totalitarismo, Agamben desenvolve suas considerações sobre a vida nua e o espaço de exceção na política.

Segundo ele, desde o aparecimento da idéia de política na Grécia, o âmbito da necessidade, a *bíos*, esteve excluído da *zoé*.⁴ Para o autor, essa exclusão caracteriza de tal modo a política, que constitui sua própria sustentação e pode ser compreendida como uma inclusão que fundamenta a noção de política. Assim, a política estaria baseada na existência de uma zona de interseção que “tolhe e conserva a vida nua”. A especificidade da modernidade e a explicação dos regimes de exceção do século XX devem estar relacionadas ao desmanche desse esquema político tradicional. “(...) decisivo, é, sobretudo, o fato de que lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção. O estado de exceção no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente sujeito e objeto do ordenamento político e dos seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele.”⁵ Agamben defende que a ascensão do biológico na modernidade está relacionada ao fim da metafísica da política. Para entender esse processo é necessário remeter à dissolução do paradigma da exclusão-inclusão da vida nua que sustentou a noção de política durante séculos. A liberação da vida nua está na base tanto da formação das sociedades democráticas, quanto dos regimes totalitários, permitindo, ao mesmo tempo, o surgimento da política de controle total e da

⁴ De Foucault ver, especialmente: Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes, 2000; Michel Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Cadernos da PUC/RJ, 1979.

⁵ Giorgio Agamben, *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p. 16-17.

concepção do direito natural, que coloca a vida natural como valor extremo, e garante a teórica igualdade entre os membros da espécie humana.

Desde as primeiras evocações do conceito de totalitarismo, que parece ter sido implantado por Giovanni Amendola em 1923, o termo foi utilizado de formas distintas para tratar de experiências históricas variadas. Se inicialmente seria possível acreditar que a noção de totalitarismo significava alguma coisa como o reverso da democracia, e o próprio Amendola se referia ao totalitarismo como concentração de poder, já se fala atualmente na “íntima solidariedade” entre essas formas de governo, para usar a expressão de Agamben.⁶

Giovanni Gentile usou o conceito para referir-se ao governo de Mussolini e imaginava abarcar o aspecto da participação popular que esse líder recebia. Em 1954, Stanislav propõe que a denominação totalitária sirva, não para caracterizar um controle de fato total, mas para diferenciar os regimes de Hitler e Stálin de outras formas de governo não-democrático, estabelecendo uma espécie de gradação do controle entre despotismo, tiranias e autoritarismos. Desse modo, podemos situar as leituras que vislumbram tipologias das formas de governo, como a de Samuel Huntington que formula um quadro de possibilidades de regimes autoritários diferindo-se entre si pelo grau de coerção.⁷

Em meio aos usos e recusas do conceito, a obra de Hannah Arendt marca inevitavelmente sua história. A análise arendtiana esforça-se por mostrar como o nazismo e o stalinismo configuram uma nova forma de governo que não pode ser caracterizada como ditadura, tirania ou autoritarismo, nem tampouco como democracia ou populismo. A maior relevância do livro de Arendt, *Origens do totalitarismo*, que se tornaria um clássico sobre o tema, é apontar e defender o ineditismo desses movimentos. A autora não concebe o totalitarismo como uma forma de autoritarismo, nem indica que se trata de uma variação de grau entre diversos tipos de controle social, como se o totalitarismo significasse o poder total do líder.

Interpretações posteriores, como a de Norberto Bobbio, destacariam o caráter inovador da abordagem de Arendt, mas, como na maioria dos casos, ainda considerando o totalitarismo como uma forma ampliada de autoritarismo.

Em Arendt o totalitarismo aparece como uma tendência-limite da ação política na sociedade de massa, um certo modo extremo de fazer política, caracterizado por um grau máximo de penetração e de mobilização monopolística da socie-

⁶ *Idem*, p. 18.

⁷ Xosé Luis Barrero Rivas, “Totalitarismo”, In: *Dicionário de filosofia moral e política*, p. 1. Disponível em: http://www.ifl.pt/ifl_old/dfmp_files/totalitarismo.pdf

dade, que ganha corpo na presença de determinados elementos constitutivos. O totalitarismo, enquanto tal, assume diversos aspectos e está associado a diversos fins e diversas metas, conforme o sistema político particular no qual encarna o relativo ambiente econômico-social.⁸

Nesse sentido, alguns autores sustentam que a particularidade do totalitarismo diante das diversas formas de poderio autoritário seria a combinação da coerção e da apatia política. Em meio à discussão sobre as faces do controle social e opressão dos agentes históricos, supõe-se que o fenômeno totalitário assume características específicas em realidades distintas como no caso da Alemanha, da URSS, do Camboja e da China comunista, mas deve ser considerado como uma manifestação autêntica diante de outras formas de autoritarismos dada à relação com a nova figura do homem de massas típico do século XX.⁹ Apesar do reconhecimento da singularidade do totalitarismo, a originalidade da concepção arendtiana ficaria associada apenas à ênfase no surgimento do homem apático que compõe a sociedade de massas.

A novidade totalitária

Nossa pesquisa examina a concepção arendtiana do totalitarismo, buscando indicar a singularidade do seu trabalho em meio ao debate sobre o tema. Supomos que o termo foi muito desvalorizado pelas lutas políticas concernentes ao contexto da guerra fria, sendo rejeitado pela esquerda, que não admitia a aproximação entre nazismo e stalinismo, e, muitas vezes, manipulado pela direita, exatamente com a intenção de demonizar o regime soviético. No caloroso debate político do pós-45, Hannah Arendt foi considerada uma pensadora liberal ou, até mesmo, uma defensora do conservadorismo, por indicar a aproximação entre o regime de Hitler e Stálin, e a sua hipótese acerca da novidade totalitária acabou sendo simplificada e rejeitada.

Na verdade, os historiadores até hoje têm bastante receio na aplicação do termo, não apenas por conceberem as diferenças fundamentais entre o nazismo e o comunismo soviético, mas, também, por acreditarem que a concepção de uma opressão total sobre os agentes históricos não corresponde à realidade do

⁸ Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino, *Dicionário de política*, Brasília, Editora Unb, 2004, p. 1255.

⁹ Devemos considerar a discussão sobre as formas do autoritarismo em Leo Strauss, *On Tyranny*, New York, Free Press, 1991; Franz Leopold Neumann, *The democratic and the authoritarian state*, Glencoe, The Free Press, 1957. Para o exame do totalitarismo veremos ainda: Leonard Shapiro, *El totalitarismo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1981; Karl Loewenstein, *Political power and the governmental process*, The University of Chicago Press, 1957.

período. Tal como se refutou a noção de absolutismo para referir-se à centralização do poder nas mãos do monarca na idade moderna, argumentando-se que os reis não detinham o poder absoluto, a idéia sobre a existência de um poder total contempla cada vez menos a abordagem da historiografia contemporânea que enfatiza a pluralidade dos discursos dos agentes históricos, destacando o aspecto diversificado e tenso na composição social e política.

Entendemos que a suposição arendtiana acerca da originalidade do totalitarismo, que justifica o uso do novo e específico conceito, deve ser compreendida tendo em consideração sua obra como um todo, e, particularmente, precisa ser avaliada através do exame da sua teoria da responsabilidade e de suas narrativas das trajetórias individuais de *Homens em tempos sombrios* e de *Eichmann em Jerusalém*. Nossa hipótese é que, ao sugerir a possibilidade de distinguir entre o certo e o errado durante o nazismo e ao atribuir responsabilidade política à Eichmann e àqueles que de alguma forma contribuíram ou participaram no movimento totalitário, a autora não vislumbra a supressão dos agentes históricos como fator determinante na caracterização do totalitarismo, contrariando a idéia de que ele seria a concretização da anulação total dos sujeitos e que poderia ser definido pelo binômio líder-massa.

Primeiramente, é preciso ter em vista que a questão do totalitarismo perpassa toda a obra de Arendt e não é exagero dizer que constitui o núcleo que movimenta praticamente todas as suas indagações. A vida da autora, como a de muitos pensadores de sua geração, foi inevitavelmente marcada pela ascensão do nazismo na Alemanha. Sendo judia, Arendt viu-se obrigada a deixar seu país e refugiar-se na França, de onde partiu para fixar residência nos Estados Unidos, quando a perseguição anti-semita intensificou-se.

A evocação dessa história pessoal é bastante significativa, pois o pensar arendtiano é intensamente marcado por questões suscitadas pelo genocídio judeu. Ela mesma reconhece que seu interesse por política manifesta-se na experiência desses “tempos sombrios”. Não apenas seu primeiro grande trabalho, *Origens do totalitarismo*, refere-se ao problema dos campos de concentração e ao aparecimento de tais regimes inéditos. O tema suscita toda sua preocupação em responder *O que é política* e em analisar *A condição humana*, observando o caráter plural da existência dos homens sobre terra. Seu relato do julgamento de *Eichmann em Jerusalém* demonstra claramente sua necessidade de compreender os meandros da experiência totalitária. E ainda suas análises sobre *A vida do espírito* são movidas pela dúvida acerca da capacidade

de pensar e julgar e as possíveis ligações entre as atividades espirituais e a prática política. Também seus artigos, tais como aqueles reunidos em *Entre o passado e o futuro*, revelam seu desassossego quanto à ruptura da tradição pelo totalitarismo e a dificuldade contemporânea de herdar o passado quando não há mais qualquer fio autoritário ligando-o ao futuro.¹⁰

Se a aproximação de Arendt impõe o encontro com o problema do totalitarismo, não se pode deixar de demarcar que sua consideração da temática baseia-se na concepção da originalidade do fenômeno. Para a autora, nunca houve na história política experiência como essas que apareceram no século XX com Hitler e Stálin.

A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendida mediante categorias usuais do pensamento político, e cujos ‘crimes’ não podem ser julgados por padrões morais tradicionais e punidos dentro do quadro de referência legal de nossa civilização, rompeu a continuidade da história ocidental.¹¹

Definir os parâmetros da novidade totalitária é tarefa fundamental para a compreensão do uso da noção de totalitarismo por Arendt. Para ela, é necessário arregimentar um novo conceito para referir-se à nova realidade trazida à baila pelos movimentos totalitários. Esse aspecto inovador do totalitarismo, que demarca na concepção arendtiana a ruptura da tradição ocidental, precisa ser explicado a partir da consideração do lugar da novidade na obra da autora. Isso é importante para não se imaginar que o totalitarismo e o holocausto adquirem caráter demasiado exagerado. Na verdade, é necessário entender que a história, para Arendt, se desenrola justamente quando o acontecimento inovador se anuncia. Supondo que a capacidade do homem de começar algo novo no mundo é uma das características cruciais da condição humana, a qual se concretiza pela possibilidade da ação dos homens, ela defende que a

¹⁰ Veja a referência completa dos títulos arendtianos: Hannah Arendt, *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000; Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*. Hannah Arendt, *Um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999; Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1997; *O que é política?*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999; Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, São Paulo, Cia das Letras, 1987; Hannah Arendt, *A vida do espírito*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991; Hannah Arendt, *A dignidade da política*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993; Hannah Arendt, *Responsabilidade e julgamento*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004; Hannah Arendt, *Compreender- Formação, exílio e totalitarismo*, São Paulo/Belo Horizonte, Companhia das Letras/Editora UFMG, 2008.

¹¹ Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, Op. Cit, p. 54.

irrupção de novos incícios tem uma ligação direta com a escrita da história. É o acontecimento que marca o aparecimento da novidade no mundo e interpõe a ruptura de uma determinada continuidade, deixando atrás de si uma história a ser contada.

Para nossa questão do totalitarismo não interessa desenvolver mais complexamente a noção arendtiana da história, mas precisamos deixar anunciado que existe na sua concepção a diferenciação entre a ação, efetivada pelos homens, que garante a concretização dos novos começos e a historiografia. Ou seja, não há história em si, como um processo que se desenrola autonomamente - aliás, um dos seus grandes esforços é rejeitar essa versão moderna da história como um processo autônomo dotado de sentido -, mas, antes, a ação dos homens de um lado e a narração dos eventos, de outro. A ação não faz histórias, como se fosse possível aos homens produzir a história como quem fabrica um produto, objetivando início, meio e fim. Ao contrário, um dos pontos principais da ação é ser imprevisível em certa medida. Em Arendt, a ação deixa atrás de si histórias ao instaurar o novo começo, permitindo que histórias sejam contadas sobre os feitos humanos.¹²

Ressaltando a importância da ação dos homens e a sua competência constitutiva, da capacidade de iniciar a novidade no mundo, podemos ter uma idéia mais apropriada do significado da novidade totalitária. Se a história compõe-se de um mosaico de incícios e fins interpostos pela ação humana, a ênfase totalitária no movimento da história concorre para interditar a própria possibilidade da ação. A enorme novidade do totalitarismo seria a substituição da espontaneidade humana, qual seja, a própria possibilidade de criar e iniciar novas histórias, pela lei do movimento.

Nesse sentido, devemos buscar entender por que a leitura arendtiana não determina que o totalitarismo seja uma forma de governo distinta em grau das ditaduras. A argumentação da autora sobre o ineditismo desses regimes revela que há uma distinção qualitativa entre as formas de governo autoritárias e o totalitarismo. Um traço fundamental nessa diferenciação é perceber que, no caso do totalitarismo, a autoridade não está fora e acima do corpo político, mas acaba também envolvida no movimento que faz funcionar os regimes totalitários. Arendt usa a imagem de uma cebola para ilustrar a diferença en-

¹² O tema da história foi amplamente trabalhado na minha tese de doutorado *Hannah Arendt, a política e a história*, defendida no Departamento de História da PUC-RJ, em 2009. Sobre a questão da novidade deve-se buscar entender que a novidade totalitária não é única na história conforme vislumbrada por Arendt, mas constitui a própria composição da sua noção de história.

tre os totalitarismos e os governos autoritários e tirânicos ou despóticos, que tradicionalmente são representados pela forma da pirâmide, indicando que a liderança está no alto e a massa está em baixo. Na forma da cebola, como Arendt quer mostrar, o líder do regime não está no alto ou fora, ao contrário, está envolvido por diversas camadas que o preservam da realidade do mundo exterior. E se a “lei do Reich é a lei do Führer”, também o próprio líder parece sucumbir ao movimento que caracteriza o totalitarismo, donde provém a concepção de que “o direito é aquilo que é bom para o movimento”.¹³

Para a autora, a idéia de que o líder é a encarnação da lei e controla tudo no totalitarismo é uma falsa impressão que os regimes transmitem ao mundo não-totalitário graças à roupagem de normalidade que sustenta o movimento. A representação da cebola indica justamente isso: como uma camada recobre a outra de tal modo que a realidade totalitária se distingue extremamente da realidade não-totalitária, constituindo-se, na percepção arendtiana, como uma realidade fictícia. A autora usa esse termo para salientar a deturpação da história que esses movimentos infringem – compreendem a si mesmos como encarnação da lei da história e da natureza, cerceando o horizonte do futuro e modificando à vontade a história do passado. Veja o caso mais explícito da retirada de Trotski da história soviética. Retirada, inicialmente teórica, a qual se segue a eliminação física. De modo geral, pode-se dizer que é na manipulação da realidade, sustentada pela ideologia e efetivada pelo terror, que se fixa, de acordo com a interpretação arendtiana, a novidade totalitária.

Segundo ela, o totalitarismo diferencia-se das tiranias e regimes autoritários porque não emerge simplesmente da supressão das leis vigentes, mas procura legitimar-se através daquilo que está na própria origem da legalidade positiva. Dessa forma, pretende restringir todo contato público ou privado entre os homens, afetando a capacidade de agir, sentir e pensar. Isso significa que através das leis de movimento que consideram tudo como parte de um processo destinado da história ou da natureza, o totalitarismo impõe uma forma totalmente lógica de mundo. A ideologia totalitária seria, então, menos a defesa de uma determinada idéia e mais a própria lógica da idéia.

(...) a forma totalitária de governo muito pouco tem a ver com o desejo de poder ou mesmo com o desejo de uma máquina geradora de poder, com o jogo do ‘poder pelo amor ao poder’ que caracterizou os últimos estágios do domínio imperialista. (...) O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe diferença entre

¹³ Hannah Arendt. *Origens do totalitarismo*, *Op. Cit.*, p. 424 e 461.

fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento).¹⁴

Devemos observar como o totalitarismo, segundo Arendt, caracteriza-se menos pelo engajamento fervoroso que pela incapacidade dos indivíduos de considerar a experiência real e tirar suas próprias conclusões. A ideologia totalitária não é exatamente uma mentira ou um falseamento da realidade, mas a substituição da experimentação do mundo comum por uma determinada premissa ideológica - como a evolução biológica da raça ou a luta de classes. A figura apática de Eichmann ilustra a imagem do nazista exemplar, que apenas exercia sua função sem se questionar sobre as razões ou conseqüências do sistema. Tal como era incapaz de refletir sobre o mal, também não tinha condições de ser um partidário exaltado de um projeto político. Para a autora, toda a “maldade” que Eichmann engendrou não estava fundada em planos maquiavélicos ou em quaisquer distúrbios de personalidade que indicassem alguma corrupção do seu espírito, mas, sobretudo, na sua incapacidade de refletir.

Quanto mais se o ouvia, mais claro ficava que sua inabilidade para falar estava intimamente relacionada à sua incapacidade para pensar, especialmente para pensar considerando o ponto de vista de outras pessoas. Não havia qualquer possibilidade de comunicação com Eichmann, não porque mentisse, mas porque estava ‘fechado’ às palavras e à presença de terceiros e, portanto, à realidade como tal.¹⁵

A distinção elaborada por Arendt entre as experiências de isolamento e solidão revela a efetivação da novidade totalitária. O isolamento caracteriza-se por um afastamento dos indivíduos da esfera pública na qual se relacionam como pares e é próprio das tiranias e dos regimes autoritários. Nessa condição, os homens vêem arruinada sua cidadania política, perdendo sua capacidade de agir, embora conservem a dignidade da vida privada, onde ainda podem tomar decisões morais. A novidade implementada pelos totalitarismos é a experiência da solidão. Nessa situação, o isolamento não se refere apenas à vida pública dos indivíduos, mas subtrai também o espaço da esfera íntima, limitando a “capacidade humana de sentir e pensar tão seguramente como destrói a capacidade de agir.”¹⁶ Diferentemente do isolamento, a solidão ataca de modo incisivo a vida humana em suas distintas instâncias. O quadro

¹⁴ *Idem*, p. 526 e 456-7.

¹⁵ *Idem*, *Eichmann em Jerusalém, Op.Cit.*, p. 318.

¹⁶ *Idem*, *Origens do totalitarismo, Op. Cit.*, p. 527.

totalitário vislumbrado por Arendt é o seguinte: os indivíduos encontram-se desprovidos das relações humanas que deviam garantir a permanência do mundo comum, e, na solidão, têm dificuldade de pensar e refletir sobre a realidade contentando-se em aplicar uma premissa ideológica para explicação da vida. A experiência da solidão, induzida pela devassa da vida pública e privada das pessoas, significa a própria perda do senso de realidade que só pode ser obtido quando há um espaço de comunicação entre os homens. Essa perda de sentido se manifesta claramente nos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração, que é de fato onde o totalitarismo se realiza perfeitamente. A dificuldade de distinguir entre sonho, ou melhor, entre pesadelo e realidade, demonstra, em última instância, o que se passou com toda a população alemã.¹⁷ O que devemos observar é que isso que Arendt chama de incapacidade de reflexão, muitas vezes, é uma dificuldade de reconhecimento da nova realidade totalitária. Sem entender o que se passava, muitos acabaram interpretando de modo equivocado o caráter do totalitarismo.

Segundo a autora, a ruptura totalitária insurge com a vigência dessa lógica inédita que interfere na própria possibilidade de pensar e julgar. Se na legalidade positiva há a manutenção do distanciamento entre a lei e a justiça, ou seja, entre critérios gerais a serem aplicados a situações específicas pelos indivíduos, no totalitarismo não se trata da aplicação de qualquer prescrição normativa, mas sim, da encarnação da lei de movimento onde o julgamento é realizado de antemão. Os homens não precisam pensar nada ou decidir nada, pois tudo já está determinado. O que lhes resta fazer é auxiliar o movimento da história ou da natureza. Por isso, a noção de totalitarismo afina-se mais com a pretensão de estabelecer uma explicação total da realidade que com o suposto poder total do líder.

O que Arendt percebe é que fundar a concepção de mundo numa premissa, cancela aos homens seu contato com a experiência sensível e com seus pares. Instaura uma verdadeira perda do mundo. Assim, a novidade

¹⁷ Após a divulgação de relatos e narrativas de vítima dos campos, a historiografia se pergunta pela própria capacidade de representação da realidade, discutindo acerca da possibilidade de narrar o inenarrável experimentado nos campos. A literatura sobre esse assunto é vasta. Cito apenas algumas referências. Primo Levi. *É isto um homem?*, Rio de Janeiro, Rocco, 1988; Dominick LaCapra, *History and memory after Auschwitz*, Ithaca, Cornell UP, 1998; Saul Friedlander, (org.) *Probing the limits of representation. Nazism and the 'final solution'*, Cambridge/ London, Harvard Univeisty Press, 1992.

mais surpreendente desses regimes é a tentativa de supressão das relações humanas, tanto no convívio público, como no privado. Trata-se da pretensão de eliminar o espaço entre homens que garante o sentido de realidade comum, substituindo-o por uma realidade mais verdadeira baseada num pressuposto dado pelo movimento.

A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive à que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete liberar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei. (...) Nessas ideologias, o próprio termo ‘lei’ mudou de sentido: deixa de expressar a estrutura de estabilidade dentro da qual podem ocorrer os atos e os movimentos humanos, para ser a expressão do próprio movimento.¹⁸

O caso Eichmann

Ao propormos a releitura do debate sobre totalitarismo e a reconsideração da noção arendtiana desse conceito e desse evento, concebemos a necessidade de relacionar a tese de Arendt apresentada em *Origens* às suas análises das reações e ações das pessoas que participaram, compactuaram ou rejeitaram o nazismo. Nossa pesquisa analisa as narrativas arendtianas das trajetórias dos homens durante o totalitarismo, com o intuito de compreender em que medida o anonimato e a superfluidade pode interferir nas vidas individuais. Acreditamos que nesses textos, a autora deixa ver os agentes históricos, suas escolhas e responsabilidades, e em que medida o totalitarismo pode ser entendido como um regime de total supressão dos agentes históricos. Em outras palavras, ao buscarmos compor um quadro de possibilidades de atitudes dos agentes históricos durante o período totalitário, observamos como Arendt não

¹⁸ Hannah Arendt. *Origens do totalitarismo*, *Op. Cit.*, p. 514-516.

ddefine o totalitarismo a partir do binômio líder-massa ou como a realização da supressão da responsabilidade dos sujeitos.¹⁹

Com a análise da trajetória de Eichmann, que a autora desenvolve a partir do julgamento do nazista em Jerusalém, a concepção do totalitarismo que surge em *Origens do totalitarismo* parece tomar forma mais acabada. Arendt cunha um novo conceito para designar a personalidade dos envolvidos no movimento – a banalidade do mal.²⁰

Ao mencionar uma réplica de Eichmann, que dizia ter sido fundamental, para sua permanência no cargo do partido, o fato de não ter encontrado absolutamente ninguém que fosse contra a sua atuação ou indagasse o caráter das deportações, a autora encaminha seu veredicto, concluindo sobre a incapacidade de pensar do chefe nazista. Essa incapacidade não era mera estupidez ou um mau radical como detectara anos antes em *Origens*, mas uma espécie de relutância em não refletir sobre a situação em que se encontrava. Eichmann não conseguia – e não precisava – pensar o totalitarismo. Ele simplesmente teria seguido o rumo da história e o curso dos acontecimentos como a maioria de seus concidadãos. Nas palavras de Arendt, “Eichmann contou que o fator

¹⁹ Tratamos aqui apenas do caso de Eichmann, mas nossa pesquisa empreende a consideração de outras narrativas biográficas traçadas por Arendt. Incluem-se aí os textos sobre Jaspers, Benjamin e Heidegger, reunidos em seu livro *Homens em tempos sombrios*. O trabalho se desenvolve seguindo os rumos do revigoramento da história política e de sua retomada dos agentes históricos. Como propõe René Rémond, trata-se de uma abordagem renovada da política, que desde a crítica dos *Annales* no início do século XX à dita história historicizante fulgurava como equivalente da história factual, centrada nos acontecimentos de curta duração e na narração das trajetórias dos ilustres homens do Estado. A renovação da história política encontra importante eco na difusão da noção de “cultura política”, que, conforme a prescrição de Serge Bernstein parece fazer jus à incorporação pela história política do alargamento e da flexibilização do conceito de cultura. Ao considerar a pluralidade e a movimentação das idéias que permeiam uma sociedade, a política deixa de estar relacionada exclusivamente a instâncias específicas de poder, como Estado e partidos, e pode ser compreendida também a partir do exame de pequenos grupos e de homens comuns. Nesse sentido, nicho importante da historiografia política contemporânea está na análise da memória e da identidade de determinados grupos sociais. Ver RÉMOND, R. “Um história presente”. In: René Remond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996. Antes do destacado livro organizado por Remond, a história política já encontrava defensores da renovação, dentre os quais, podemos citar o conhecido Jacques Julliard, na década de 1970. Cf. também BERSTEIN, S. “A cultura política.” In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli, *Para uma história cultural*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.340-363. Fredrik Barth, *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra-capas, 2000.

²⁰ Nadia Souki, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, Belo Horizonte, Editora Humanias/UFGM, 1998.

mais potente para acalmar a sua consciência foi o simples fato de não ver ninguém, absolutamente ninguém efetivamente contrário à Solução Final.”²¹

Sua ‘banalidade’ era justamente ser um homem comum ou mediano que seguia regras e obedecia ordens. Curioso notar que Arendt não duvida do depoimento de Eichmann o qual acompanhou em Jerusalém. Sua impressão foi de que ele era limitado pela sua vulgaridade. Eichmann não tinha nada de maquiavélico. Era um exemplo comum do ‘respeitável’ alemão que a autora tanto quis compreender. Um homem da burocracia, pai de família e obediente, que se dizia seguidor da moral kantiana.

“Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo II de ‘se provar um vilão’. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma outra motivação. E se a aplicação em si não era de forma alguma criminoso; ele nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo.”²²

Eichmann é o modelo do homem moderno naquele sentido mais caricatural do homem da burocracia. Não pensa, não reflete, e, possivelmente, não cometeria o mal com suas próprias mãos. Esse seria quase um bom homem não fosse pelo fato de avultar-se como um autômato. O problema de Eichmann é que é como se ele não estivesse lá. Não estivesse experimentando a realidade dos acontecimentos.

Na análise de Eichmann parece ficar claro um dos aspectos centrais do totalitarismo: o engendramento da superfluidade. O fato de o homem moderno ter se tornado supérfluo pode ser identificado como um dos maiores problemas das sociedades massificadas, onde os homens perdem a possibilidade de se revelar uns aos outros e surgem desolados na multidão anônima. A superfluidade, como destacada por Arendt, não é apenas um elemento das vítimas do totalitarismo, mas um aspecto que envolve os próprios dirigentes do partido e, em última instância, até mesmo Hitler. Com essa suposição entrevemos que já não seria possível entender o totalitarismo pelo binômio tradicional líder-massa. Mas concluir acerca dessa superfluidade e da massificação como ponto essencial do totalitarismo não seria concordar que os regimes totalitários

²¹ Hannah Arendt. *Eichmann em Jerusalém, Op. Cit.* p. 133.

²² *Idem*, p. 310.

retiram a capacidade de ação dos sujeitos históricos e excluir as tensões que permeiam a concretização dos regimes?

O que queremos iluminar e compreender com a retomada da narrativa arendtiana de Eichmann e das trajetórias dos homens analisadas pela autora ao longo de sua obra é justamente os meandros que perpassam a constituição dessa superfluidade totalitária. O importante é entender como, por um lado, Arendt aponta a superfluidade, falando da tentativa totalitária de extinção da ação e dos juízos dos homens, que conduz para o automatismo e parece revelar a existência de uma zona cinzenta que sobrepõe algozes e vítimas, e, por outro, não aceita a desculpa da burocracia ou da coerção como meio de livrar-se da responsabilidade. No julgamento de Eichmann, Arendt destaca que sua ‘escolha’ de participar do totalitarismo não pode ser obscurecida pelo argumento da roda na engrenagem, que o advogado de defesa tentou emplacar, fazendo crer que o réu era apenas um instrumento da máquina nazista. Apesar de indicar a dificuldade de reflexão de Eichmann, a autora não pretende inocentá-lo.

O que exigimos nesses julgamentos em que os réus cometeram crimes ‘legais’ é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar entre o certo e o errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas o seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos a sua volta.²³

Pela sua proposição podemos ver que, ao contrário de justificar a culpabilidade, ela pressupõe a capacidade de julgamento e auferir responsabilidade mesmo sob auspícios totalitários. Seus argumentos indicam que, diferentemente do que querem nos fazer supor os envolvidos com o nazismo e mesmo a geração alemã do pós-guerra, existe responsabilidade pelo Holocausto e que essa responsabilidade tem relação com as decisões e julgamentos que os atores políticos fizeram em determinado momento histórico. Se houve nazismo não foi apenas porque havia líderes nazistas ou porque havia qualquer movimento automático da história que encaminhasse para tal regime, mas sim porque houve cooperação, participação e omissão.

Nossa suposição é a de que um traço importante da concepção arendtiana do totalitarismo é perceber que, apesar da pretensão de dominação total do homem e da realidade fictícia que erige para tornar o sucesso do movimento equivalente ao próprio destino da história, a responsabilidade pessoal ainda

²³ *Idem*, p. 318.

continua valendo mesmo sob a opressão totalitária. A retomada das vidas das pessoas que experimentaram de alguma forma esse período sombrio da história é o que parece mostrar a diferença entre os que puderam resistir e os que se empenharam em participar.

Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa: o caso de Cabo Verde¹

Victor Andrade de Melo²

Introdução

O cosmopolitismo dos contactos e o domínio de várias línguas do comércio (...) por patrícios quase analfabetos; a reconhecida capacidade laboral dos ilhéus e o discreto orgulho na organização de desportos de vanguarda urbana (cricket, futebol, golfe, tênis), a merecer destaque na imprensa londrina, pela maestria técnica dos seus cultores face a relevantes equipas estrangeiras, são valores que também enriqueceram e foram enraizando no homem da ilha a consciencização cabo-verdiana da diferença (...). Não será equivocado perguntar (...) se a iniciática celebração do Eu coletivo pelo desporto não terá quiçá contribuído, também, como a imprensa, a literatura e demais tradições nativistas dos fins do século passado e primórdios deste, para a construção dialéctica do nosso protonacionalismo.³

O ano era 1954 e Amílcar Cabral, um dos líderes das lutas pela independência de Guiné Bissau e de Cabo Verde, um dos mais importantes intelectuais africanos do pós-Segunda Grande Guerra, assim saudara a fundação do Clube Desportivo e Recreativo de Bissau:

Prezados amigos (...) nos reunimos aqui para a inauguração de nosso clube desportivo. Este é o primeiro clube da cidade e não é um clube muito vulgar.

¹ Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, tendo em vista a candidatura ao Pós-Doutorado em História (categoria II), sob a supervisão do Prof. Dr. Daniel Aarão Reis.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Corsino António Fortes, Prefácio, In: Antero Barros, *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*, Praia, COC/CPV, 1998, p.6.

Vamos formar, sem dúvida, algumas equipas de futebol. Talvez até tenhamos seções de natação e voleibol. Depois darei os pormenores. Vamos jogar futebol de acordo com as regras. Para isso vamos ter algumas aulas teóricas. Uma aula teórica é o mesmo que uma aula na escola, só que nas nossas aulas vou explicar-lhes as regras que existem no mundo inteiro para um jogo de futebol. Nos intervalos entre os jogos, quero contar-lhes diversas coisas interessantes sobre o nosso país e nosso povo.⁴

Tratava-se de uma antiga idéia de Cabral, ligada a suas experiências e longo envolvimento anterior com a prática esportiva. Filho de cabo-verdianos⁵, nascido na Guiné (em 1924), com oito anos Amílcar chegou ao arquipélago (com sua família que retornava à terra natal), onde frequentou escolas de São Vicente e Praia e se engajou em diversas associações juvenis, nas quais começou a tomar consciência da situação das colônias.

Bom jogador de futebol e apaixonado pelo esporte em geral (como seu irmão Luis Cabral, futuro dirigente máximo da Guiné independente, na juventude atleta de voleibol), Amílcar foi um dos fundadores e presidente da Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde (1941, São Vicente), uma das mais importantes escolas do país, logo sendo reconhecido como líder e dinamizador de atividades. Em 1944 e 1945, foi ainda secretário do Boavista Futebol Clube (sediado em Praia).

Em 1945 se deslocou para Lisboa, para estudar como bolsista no Instituto Superior de Agronomia. Por lá esteve envolvido, como dirigente e militante, com as atividades da Casa dos Estudantes do Império, da Casa de África e do Centro de Estudos Africanos, instituições nas quais se formou uma parte importante das lideranças das lutas anti-coloniais. Presença constante nos eventos esportivos, Amílcar uma vez mais se tornou um dos destaques da equipe de futebol, tendo sido até mesmo convidado a jogar no Benfica.

Um pouco de sua paixão pelo esporte pode ser visto na caricatura realizada por seu colega de turma José Carlos Sousa Veloso, publicada no livro de final de curso (1945-1946) do Instituto de Agronomia: é retratado de uniforme, meióes e chuteiras; nas mãos livros de Engels, Lênin e Dostoievski; seu amor por Cabo Verde é explicitado por suas lágrimas caindo sobre a representação do arquipélago em um globo ⁶.

⁴ Amílcar Cabral *apud* O. Ignátiev, *Amílcar Cabral*, Moscou, Editora Progresso, 1984, p.90.

⁵ Seu pai era Juvenal Cabral, um professor primário bastante envolvido com os movimentos nativistas em Cabo Verde.

⁶ Acervo da Fundação Mário Soares/Lisboa, disponível em <http://www.fmsoares.pt/acb/Dossier01/documentos/expo02/1.htm>, acesso: 24 de maio de 2008.



Desde que regressara à Guiné, em 1952, Amílcar se mobilizara para criar um clube esportivo exclusivo para os naturais da colônia, já vislumbrando que essa agremiação deveria investir na elevação do nível cultural dos associados. Na verdade, o intuito era multiplamente político.

Era uma estratégia para gestar um espaço possível para a realização de encontros e atividades políticas, em um momento em que estava proibido o direito de reunião. Tinha também o intuito de garantir o que compreendia ser um direito básico de todos, não só dos que eram originários de Portugal. Como lembra Ignátiev: “Evidentemente muitos tinham ouvido falar na existência de escolas e clubes desportivos para crianças na capital da Metrópole, Lisboa, mas isso era em Lisboa. Com um clube desportivo em Bissau só se podia sonhar”.⁷ Amílcar ainda enxergava essa iniciativa como uma ferramenta para despertar a consciência da população para sua condição colonial, a conclamando a participar em processos de resistência ativa.

Não surpreende, portanto, que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) desconfiara da iniciativa, logo a proibindo:

o Eng.º Amílcar Cabral e a sua mulher comportaram-se de maneira a levantar suspeitas de actividades contra a nossa presença nos territórios de África com exaltação de prioridade de direitos dos nativos e, como método de difundir as suas idéias por meios legalizados, o Eng.º pretendeu e chegou a requerer

⁷ O Ignátiev, *Op. Cit.*, p. 89.

juntamente com outros nativos, a fundação de uma agremiação desportiva e recreativa de Bissau, não tendo o Governo autorizado.⁸

A PIDE identificará claramente que os envolvidos com a criação do clube faziam parte de movimentos contrários à condição colonial:

eram anti-situacionistas o João Vaz, ajudante de mecânico, de 33 anos, natural de S. Tomé, Carlos António da Silva Semedo Júnior, de 21 anos, estudante, a estudar em Lisboa; Pedro Mendes Pereira, enfermeiro de 1ª classe de 52 anos, Inácio Carvalho Alvarenga, 42 anos; Julião Júlio Correia, de 50 anos de idade, Martinho Gomes Ramos de 35 anos, Victor Fernandes, de 30 anos, Bernardo Máximo Vieira, de 33 anos, tendo esses mesmos indivíduos assinado a petição referida no sentido da criação de um clube denominado clube desportivo e recreativo de Bissau, destinado ao desenvolvimento de actividades nativistas, superiormente orientadas pelo engenheiro Amílcar Cabral.⁹

De fato, muitos dos futuros líderes das lutas anti-coloniais na Guiné estiveram envolvidos com o Desportivo e Recreativo de Bissau. Bobo Keita, Carlos Correa, Constantino Teixeira e Nino Vieira, entre outros importantes militantes, foram jogadores de futebol, tanto companheiros em jogos organizados por Cabral quanto atletas de outros clubes locais¹⁰. A experiência do clube foi certamente uma das mais relevantes ações que antecederam e contribuíram para a criação do Partido Africano para Independência (PAI), depois renomeado para Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC).

Um indício interessante da importância do esporte enquanto espaço de tomada de consciência pode ser visto em um depoimento de Bobo Keita¹¹, que fora jogador da Seleção Provincial da Guiné. Segundo ele, o futebol foi sua via de entrada na política. Seu contato inicial com a questão da independência se deu quando fora jogar em países que já tinham rompido os laços coloniais, como Gana e Nigéria. Posteriormente, quando teve conhecimento das lutas do PAIGC, junto com outros sete jogadores:

⁸ Citado por Leopoldo Amado, *Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau (Parte I)*, 2006, Disponível em: <http://guincla.blogspot.com/2006/12/3140.html>. Acesso: 14 de dezembro de 2006.

⁹ *Idem*.

¹⁰ Vieira e Correa atuaram na União Desportiva Internacional de Bissau, a UDIB; Keita no Benfica de Bissau; Teixeira no Sporting de Bissau.

¹¹ José Vicente Lopes. *Cabo Verde: os bastidores da independência*, Praia, Instituto Camões/Centro Cultural Português, 1996, p.661.

Deixamos a Guiné no dia 30 de dezembro de 1960 e chegamos a Conakry no dia 12 de janeiro de 1961. O futebol foi nosso trampolim, fomos jogando pelo caminho até chegarmos a Conakry. Quiseram integrar-me na Seleção da Guiné-Conakry, mas não aceitei, porque o que eu queria era lutar pela independência de meu país.¹²

O envolvimento de líderes e militantes de movimentos políticos com o esporte também pode ser encontrado em outras colônias portuguesas à época. Marcelo Bittencourt lembra do Clube Desportivo e Recreativo Botafogo, de Luanda, que reunia um grupo ligado ao nacionalismo angolano:

Nos anos 50 do século passado, um dos locais dessa agitação seria o Botafogo. O clube era um local de encontro que permitia fazer algum trabalho clandestino de conscientização política. O nome era devido ao clube carioca e se dedicava, na sua área desportiva, quase integralmente ao futebol.¹³

Ainda sobre Angola, afirma Melo

Há, na verdade, um histórico de envolvimento de líderes das lutas pela independência com as atividades esportivas. Aníbal de Melo, Demóstenes de Almeida (chamado nos dias de hoje de patrono do esporte angolano), Câmara Pires e Saldanha Palhares estiveram entre os que mobilizavam a juventude para agremiações esportivas que tinham, de fato, objetivos políticos claros, entre as quais podemos citar o Atlético de Luanda, o Unidos e o Estudantes do bairro Operário, o Benfica de Marçal e o Fluminense do bairro Indígena. O próprio atual presidente do país, José Eduardo dos Santos, em 1960 criou, em Sambizanga, o grupo revolucionário Nzagi, que em função do controle português aparecia publicamente como Ginásio Futebol Clube.¹⁴

De Moçambique, podemos lembrar a atuação do poeta José Craveirinha, que fora na juventude praticante destacado de atletismo, basquete e futebol. Como jornalista, foi responsável pela seção de esporte do semanário “O Brado Africano”, um dos veículos pioneiros do movimento nativista naquela colônia. Sobre a importância de tal envolvimento, afirma:

Nasci ainda mais uma vez no jornal O Brado Africano. No mesmo em que também nasceram Rui de Noronha e Noémia de Sousa.

¹² *Idem*, p.662.

¹³ Marcelo Bittencourt, *As relações Angola-Brasil: referências e contatos*, In: Rita Chaves, Tânia Macedo, Carmen Secco (orgs.), *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*. Maputo, Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 2003, p.119.

¹⁴ Victor Andrade de Melo, *O esporte e a construção da nação: apontamento sobre Angola, Afro-Ásia*, Salvador, 2008, no prelo.

Muito desporto marcou-me o corpo e o espírito. Esforço, competição, vitória e derrota, sacrifício até a exaustão. Temperado por tudo isso.¹⁵

Sua cobertura de eventos esportivos não se resumia ao tradicional comentário acerca dos resultados das competições: usava seus escritos sobre o esporte para por em discussão a questão colonial, a exclusão, o racismo; buscava despistar o controle e a censura, inserindo a prática esportiva no quadro de tensões pró-independência¹⁶.

Nuno Domingos capta bem o sentido da ação de Craveirinha no contexto de Moçambique daquele momento, algo observável também nas outras colônias portuguesas:

O futebol era, porém, uma actividade mais democratizada, uma possível forma de expressão, num contexto em que os africanos estavam impedidos, com a excepção de uma pequena minoria, de acederem a um conjunto de direitos e actividades monopolizados pela sociedade colonialista. O texto de Craveirinha, valorizando uma actividade menor, no sentido da sua nobreza social, procura tornear o poder simbólico exercido pelo regime colonial. Não estando a salvo de algumas críticas pela forma como, porventura, romantiza excessivamente o “jogo africano”, Craveirinha (...) procura combater o poder colonialista através de uma “revolução do olhar” sobre a actividade humana, retirando do universo simbólico colonialista a hegemonia da construção de imagens sobre a inteligência ou a criatividade.¹⁷

Cabo Verde, contudo, merece uma consideração diferente por pelo menos dois motivos: a) ao contrário dos outros países, as lutas anti-coloniais não ocorreram no território cabo-verdiano, mas sim em Guiné-Bissau; b) o processo de construção da identidade cabo-verdiana (ou, se quisermos antecipar, da “cabo-verdianidade”) é significativamente diferente das outras colônias.

Anjos trabalha a hipótese de que:

no caso cabo-verdiano - uma identidade assentada sobre uma certa noção de fidelidade (o crioulo como o dependente do senhor branco), ao elevar-se a identidade nacional manteve os esquemas de pensamento e as relações sociais da qual se originou. (...) Na concepção de mestiçagem está inserido um

¹⁵ Citado por Nataniel Ngomane, José Craveirinha: nota biobibliográfica, *Via Atlântica – Revista da área de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa*, São Paulo, n.5, 2002, p. 15.

¹⁶ Para mais informações, ver estudo de Victor Andrade de Melo, *Op. Cit.*

¹⁷ Nuno Domingos, Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano, *Análise Social*, Lisboa, v.XLI, n.179, 2006, p. 414.

modelo de relação de reciprocidade branco-nativo, com o qual a concepção de nação não rompe, mas sim reformula. Isso tanto para o nacionalismo enquanto doutrina e como sentimento nacional.¹⁸

Gabriel Fernandes, em seu belo estudo sobre a formação identitária cabo-verdiana, sem discordar completamente de Anjos (2003), chama a atenção para que não se entenda tal processo como um mimetismo absoluto, concluindo que sejam entendidas as práticas políticas locais “não tanto a partir da imitação e/ou reapropriação dos enunciados nacionalistas centrais quanto de um processo peculiar de interação e de lutas políticas na periferia colonial”.¹⁹

Essa investigação basicamente tentará discutir o papel e a presença do esporte no processo de construção da nação cabo-verdiana (na sua relação com uma maneira peculiar de leitura do ideário e imaginário da modernidade), partindo do pressuposto de que a prática esportiva é um dos indicadores privilegiados que podem nos informar algo sobre esse processo, considerando que é “mister que a análise se desloque para essas ações individuais conformadoras e/ou (re)construtoras da nação, em vez de se centrar única e exclusivamente nas ações nacionais conformadoras e construtoras dos indivíduos”.²⁰

Modernidade, esporte, lazer

No decorrer do século XVIII, a articulação entre o desenvolvimento de um novo modelo econômico (que tem como uma das marcas centrais o modo de produção fabril), uma nova organização política (o fim do Estado-Absolutista, o liberalismo e a gestão da idéia de Estado-Nação), a melhor estruturação de um conjunto de idéias acerca da vida em sociedade (o Iluminismo) e a ascensão de uma classe social (a burguesia) inaugura um momento histórico marcado pela ruptura com o passado: “A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo”.²¹ As revoluções Norte-Americana, Francesa e Industrial são marcas visíveis desse conjunto de

¹⁸ José Carlos Gomes dos Anjos, Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde, *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, 2003.

¹⁹ Gabriel Fernandes, *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis/Praia, Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 16.

²⁰ *Idem*, p.7.

²¹ Reinhart Koselleck, *Crítica e crise*, Rio de Janeiro, Contraponto/EdUERJ, 1999, p.9.

ocorrências cujos desdobramentos múltiplos vão ser sentidos mais profundamente nos séculos seguintes.

A estruturação das fábricas, e seu estabelecimento nas cercanias da cidade, tendo em vista facilitar a circulação de mercadorias, transformaram a urbe no novo lócus privilegiado de vivências sociais, sede das tensões que vão se estabelecer na transição entre o novo e o antigo regime. À necessidade de gestar um novo conjunto de idéias, adequadas e necessárias ao novo modelo de sociedade em construção, adenda-se a reorganização dos tempos sociais: a artificialização do tempo do trabalho (que progressivamente não mais seguirá o ritmo da natureza, mas sim as marcas do relógio, um objeto cada vez mais difundido)²² dá origem a um mais claro delineamento do tempo livre, crescente inclusive em função das reivindicações e lutas operárias.

Nesse cenário, o avanço tecnológico, um dos desdobramentos do “espírito das luzes”, central na configuração do novo modelo econômico e fundamental para a potencialização da produção, vai influenciar e mesmo gerar novas formas de diversão²³. A ciência, que se estabelece como marca simbólica do novo tempo, contribui para a gestação de uma nova excitabilidade urbana marcada pelas noções de velocidade, mobilidade, progresso.

O conhecimento científico também ocupa papel de grande importância na determinação da nova organização das cidades, inclusive estabelecendo os parâmetros de controle necessários à consolidação do modelo de sociedade em construção; a nova urbanidade deveria facilitar tanto o trânsito de mercadorias quanto a exposição dos símbolos que interessam aos protagonistas do processo. As reformas urbanas, observáveis denotada e pioneiramente em Londres, Chicago, Nova Iorque e Paris, logo servirão de inspiração para outras localidades espalhadas pelo planeta.

Nas décadas finais do século XIX, a chamada Segunda Revolução Industrial vai ser marcada não só pela potencialização desses aspectos antes narrados como também pela conquista de novos mercados mundiais, algo

²² Para mais informações ver Edward Palmer Thompson, O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial, In: Edward Palmer Thompson, *Costumes em Comum*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

²³ Devemos lembrar que a luz elétrica e o trem, por exemplo, potencializaram as vivências de lazer; no primeiro caso por ampliar as alternativas de atividades noturnas, no segundo caso por facilitar a realização das viagens e o alcance de novas localidades. Vale ainda destacar que o avanço tecnológico gerou novos produtos como o fonógrafo e o cinema (mais tarde o rádio e a televisão, entre outros).

cada vez mais possível em função do avanço dos meios de transporte e dos meios de comunicação.

Progressivamente as noções de espetáculo e consumo, por todo o mundo, vão ser determinantes para a configuração do novo *modus vivendis*²⁴. Devemos ter em vista que:

O conceito de espetáculo é uma tentativa – parcial e inacabada – de trazer ao campo teórico uma série variada de sintomas em geral tratados pela sociologia burguesa ou pela esquerda convencional como etiquetas anedóticas aplicadas de forma um tanto leviana à velha ordem econômica: “consumismo”, por exemplo, ou “sociedade do lazer”; a emergência dos meios de comunicação de massa, a expansão da publicidade, a hipertrofia das diversões oficiais.²⁵

Na verdade, deve ficar claro que a idéia de “espetáculo” aqui tratada não se resume ao novo formato e presença social das diversões ou somente ao aumento da influência dos meios de comunicação, mas sim de uma nova lógica de organização (ética e estética) que paulatinamente vai marcar todas as instâncias sociais, inclusive as diversões e os meios de comunicação (que, aliás, também ocuparão crescentemente importante espaço enquanto alternativa de lazer): a imagem vai cada vez mais se constituir no parâmetro central mediador da realidade.

Estamos, assim, de acordo com o que afirma Tom Gunning:

Por modernidade refiro-me menos a um período histórico demarcado do que a uma mudança na experiência. Essa nova configuração da experiência foi formada por um grande número de fatores, que dependeram claramente da mudança demarcada pela Revolução Industrial.²⁶

Para esse autor, a idéia de circulação é chave para entender esse novo conjunto de vivências:

Em todos esses novos sistemas de circulação, delinea-se o drama da modernidade: um colapso das experiências anteriores de espaço e tempo por meio da velocidade; uma extensão do poder e da produtividade do corpo humano e a conseqüente transformação deste por meio de novos limiares de demanda e perigo, criando

²⁴ Uma importante discussão sobre as noções de espetáculo e de consumo pode ser obtida na obra de Guy Debord, *Sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

²⁵ T. J. Clark *A pintura da vida moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p.43.

²⁶ Tom Gunning, O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: Leo Charney, Vanessa Schwartz, (orgs.), *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo, Cosac & Naify Edições, 2001, p. 40.

novas formas de disciplina e regulação corporais com base em uma nova observação (e conhecimento) do corpo.²⁷

O depoimento de Paul Valéry, publicado originalmente em 1934, um relato de um homem que viveu intensamente a década final do século XIX, dá-nos uma medida de como era sentido aquele *fin de siècle*:

Quer se trate de política, economia, modos de viver, divertimentos, movimento, observo que o modo de ser da modernidade é exatamente o de uma intoxicação. Precisamos aumentar a dose, ou trocar o veneno. (...). Cada vez mais adiante, cada vez mais intenso, cada vez maior, cada vez mais rápido, e sempre mais novo, essas são as exigências (...). Precisamos, para sentir que estamos vivos, de uma intensidade cada vez maior dos agentes físicos e de diversão perpétua.²⁸

Nesse cenário, o lazer, a nova configuração da diversão no âmbito desse conjunto de mudanças, será impregnado por todas as dimensões do ideário da modernidade em construção e tempo/espaco cada vez mais estratégico para a conformação dos novos ditames sociais. Na mesma medida, capta e expressa, incorpora e ressignifica as tensões do processo.

Uma vez mais vemos a articulação entre as questões econômicas e um novo conjunto de dimensões sociais e culturais, algo notadamente relacionado à emergência de uma nova classe social. Como bem coloca Alain Corbin:

O burguês aparece “em grande medida como o homem com tempo livre”. E isto, mais uma vez, não quer dizer que se trate de um ocioso, longe disso: ele tenta, como os seus contemporâneos, evitar o vazio das horas. É, como qualquer um, obrigado a empregar o tempo e tem que encontrar numa ocupação razão para viver. Mas as actividades a que se consagra respondem imperativamente a três condições: têm que ser voluntárias, honoríficas e desinteressadas (...). Podemos perguntar se, bem longe de obcecada pelo lucro, como muitas vezes se diz, a sociedade burguesa do século XIX não aspirava antes ser uma “sociedade de lazer”.²⁹

Aqui há algo a observar. Logo a burguesia percebeu que não havia qualquer incoerência entre lucro e lazer. As diversões poderiam servir tanto para reforçar laços e estratégias comerciais quanto se tornaram em si possibilidade de investimento, tão logo as camadas populares começaram também

²⁷ *Idem*, p. 40.

²⁸ Paul Valéry, *Degas dança desenho*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003, p. 147.

²⁹ Alain Corbin, *Do lazer culto à classe de lazer*, In: Alain Corbin (org.), *História dos tempos livres*, Lisboa, Teorema, 2001, p. 63.

a ocupar seu tempo livre, buscando alternativas em um mercado gerenciado pelos novos empresários que aproveitavam as oportunidades que surgiam. Tais atividades passaram também a ser fundamentais na construção de uma nova ordem cultural que ajudava a referendar o seu poder. Trata-se, assim, de um espaço/tempo social marcante para a construção das experiências modernas:

se quisermos compreender o que houve de radicalmente novo e diferente na modernidade do século XX, temos também de reconstruir o apelo libertador do “moderno” para um público de massa – um público que era, em si mesmo, tanto um produto quanto uma vítima do processo de modernização.³⁰

É nesse contexto que vai emergir com força um novo (ainda que guarde importantes semelhanças com práticas análogas de períodos anteriores) fenômeno social que ocupará espaço e importância cada vez maior na sociedade moderna: o esporte. Ele só pode ser compreendido imerso no espírito de seu tempo:

(...) esse espaço dos esportes não é um universo fechado em si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não se aplicam só a ele. Quero simplesmente dizer que não se pode estudar o consumo esportivo, se quisermos chamá-lo assim, independentemente do consumo alimentar ou do consumo de lazer em geral.³¹

No decorrer do século XIX, o esporte deixará de ser considerado apenas um jogo de azar e será cada vez mais relacionado às noções de saúde e higiene, algo ligado tanto às necessidades da produção quanto às intencionalidades de controle corporal e disciplinamento. Na verdade, fundamentalmente estará inserido na nova lógica social pautada pela centralidade do binômio espetáculo/consumo, identificado simultaneamente como uma “forma de viver”, adotada pelos “modernos”, e como uma “diversão” que goza de grande popularidade entre indivíduos de todas as camadas sociais.

Sem dúvida, o esporte progressivamente constituir-se-á em uma representação de valores e desejos que permearam o imaginário dos séculos XIX e XX: a superação de limites, o extremo de determinadas situações (comuns em

³⁰ Mirian Bratu Hansen, Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamim) sobre o cinema e a modernidade. In: Leo Charney, Vanessa, Schwartz (orgs.), *O cinema e a invenção da vida moderna.*, São Paulo, Cosac & Naify Edições, 2001, p.502.

³¹ Pierre Bourdieu, Programa para uma sociologia do esporte, In: Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p.210.

um momento onde a tensão e a violência foram constantes), a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um conceito de beleza, a celebração das idéias de velocidade, eficiência, produtividade.³²

Na Inglaterra, a palavra *sport* já era de uso corrente desde o século XVI, sendo utilizada para definir práticas diversas: atuação teatral, performance musical, diversões em geral e fundamentalmente a caça com fins não utilitários. Há aqui uma polêmica lingüística. Aparentemente *sport* é derivado do francês medieval *desport* (que significava divertimento). De qualquer forma, do ponto de vista do surgimento de um fenômeno social específico, devemos considerar que é mesmo na Inglaterra que vemos as primeiras manifestações mais concretas, que inclusive depois chegaram à França, sendo também no continente chamadas de *sport*, uma prova da influência que vinha do outro lado do Canal da Mancha.

Em 1617, James I mandou publicar a “Declaração da Sua Majestade Real sobre os assuntos relacionados aos esportes permitidos”, reeditado em 1618 e uma vez mais sob o reinado de Charles I (1625-1650). O *Book of Sports*, como se tornou conhecido, marcava um importante enfrentamento ao puritanismo e ao ascetismo. Como afirma Weber:

A oposição fanática dos puritanos às disposições do Rei, permitindo legalmente certa diversão popular no domingo, fora do horário dedicado à Igreja, não era interpretada apenas como uma perturbação do repouso do sábado, mas também como uma ofensa, uma digressão intencional da vida santificada que causava. E, por seu lado, as ameaças de severas punições por parte do Rei a qualquer ataque à legalidade daqueles esportes eram motivadas pelo seu propósito de quebrar a tendência ascética anti-autoridade do puritanismo, que era tão perigosa para o Estado.³³

Na verdade:

os puritanos sustentavam sua característica mais marcante, o princípio da conduta ascética; sua aversão pelo esporte não era uma mera questão de princípio. O esporte seria aceito se ele servisse a um propósito racional, o da recuperação necessária à eficiência física. Mas como meio de expressão espontânea de impulsos indisciplinados, era lhes suspeito; e à medida que fosse apenas

³² Victor Andrade de Melo, *Cinema e esporte: diálogos*, Rio de Janeiro, Aeroplano/Faperj, 2006.

³³ Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Martin Claret, 2005, p. 125.

um meio de diversão, de estímulo ao orgulho, de despertar de baixos instintos ou do instinto irracional da aposta, era obviamente condenado. O regozijo impulsivo da vida, que afastava tanto do trabalho na vocação como da religião, era, como tal, inimigo do ascetismo racional, quer fosse na forma de esporte senhorial, de salão de baile, quer como taberna do homem comum.³⁴

Na Inglaterra do século XVIII, fazer *sport* estava mais diretamente relacionado à uma prática aristocrática no campo: caçar, pescar, atividades com cavalos. É nesse mesmo momento que vão surgir algumas atividades organizadas de caráter mais popular, a partir da ação de empresários, entre os quais se destacam o boxe e o remo. Posteriormente, já nas décadas iniciais do século XIX, quando tais práticas foram apreendidas no âmbito das *public schools* inglesas, como ferramenta de formação de uma nova elite, ao esporte foram anexados outros valores, relacionados às peculiaridades do novo contexto sociocultural. Nos anos finais daquele século, sua organização já estará bem definida: uma relativa autonomia, um mercado gestado ao seu redor, calendário e instituições próprias, um corpo técnico especializado³⁵.

A princípio, em seu formato moderno, uma invenção inglesa, logo a prática desembarcou em outros países no seio dos contatos materiais e simbólicos que marcaram fortemente o século XIX com seus navios a vapor, telégrafos, comércio mundial. Nesse processo as influências não foram lineares e lidaram com as peculiaridades históricas e culturais locais. Devemos ter em conta, aliás, o alerta de Reis e Rolland:

O que impressiona, numa visão panorâmica, ao lado da força da tradição, que se mantém e resiste, e se reproduz, redefinida, é a plasticidade dos processos de modernização, como conseguem se adaptar, assimilar, trocar, incorporar, evidenciando notável capacidade de fagocitar tendências diversas, alimentando-se de sua seiva, entranhando-se nelas, transformando as pessoas, as condições e vida, a natureza e as relações sociais, transformando-se no contexto de caminhos complexos, tortuosos, gerando, em consequência, manifestações e feições, aspectos e características extremamente diversas.³⁶

³⁴ *Idem*, p. 125.

³⁵ Para uma discussão sobre o delineamento do campo esportivo, ver Pierre Bourdieu, Como é possível ser esportivo?, In: Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

³⁶ Daniel Aarão Reis, Denis Rolland, Apresentação, In: Daniel Aarão Reis, Denis Rolland (orgs.), *Modernidades alternativas*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2008, p. 10.

Na França, por exemplo, Vigarello (2001) demonstra que, ainda que desde o século XVIII já houvesse muitos jogos em vias de institucionalização, é somente a partir da década de 1840 que a palavra *sport*, vinda da Inglaterra, passa a ser corrente; o conjunto de atividades organizadas ao seu redor, a partir de então, segundo o autor, tem pouca relação com as práticas anteriores. As corridas de cavalos, por exemplo, já até existiam antes, desde pelo menos 1777. Mas essas pouco tem haver com o que a partir das décadas de 1820-1840 se estrutura. Uma importante marca desse novo momento é a criação, em 1833, do Jockey Club nacional.

O grande diferencial francês será o rápido desenvolvimento de “esportes tecnológicos”, como o ciclismo e o automobilismo: os desafios possíveis ao corpo humano tornaram-se pequenos perante as enormes possibilidades que se abriam com o uso de novos aparatos, algo que teve relação com um contexto em que se sentia cada vez mais a necessidade de novidades, que por sua vez deveriam ser cada vez mais assombrosas.

Já nos Estados Unidos, é somente depois de vencidos os problemas ocasionados pela Guerra da Secessão (1861-1865) que o esporte vai melhor se organizar, ainda que seus primeiros momentos já possam ser encontrados no período pós-independência (1776). Inserido no contexto do rápido processo de industrialização e urbanização, tal desenvolvimento será ainda mais denotado, até mesmo porque, como lembra Alain Corbin (2001b), aquele país desenvolveu, se não pioneiramente, uma prerrogativa dos ingleses, certamente a principal experiência de lazer em massa no século XIX, algo possível na medida em que os norte-americanos consideravam o tempo livre não como perdido, mas como ganho, como uma riqueza: também como meio de educação, mas fundamentalmente como possibilidade de felicidade, uma parte da cultura democrática, exaltação da liberdade que deveria marcar e expressar a escolha política daquele país.

Após os anos 1860, cresceu rapidamente o número de clubes e competições, terreno fértil para o surgimento dos primeiros ídolos, ícones de uma nação que se construía. À prática esportiva rapidamente se anexaram idéias de patriotismo e nacionalismo, fundamentais para um país que logo assumiria a liderança industrial mundial, se preparava para futuramente assumir o protagonismo político, mas que ainda dava seus primeiros passos e tinha uma população majoritariamente formada por imigrantes.

Enfim, como lembra Steven Riess

Os Estados Unidos no final do século XIX tornou-se um dos primeiros países nos quais o esporte foi uma obsessão frequente. A Inglaterra foi a primeira nação moderna na qual o esporte foi uma importante instituição, e a fascinação americana pelo esporte começou como um produto de sua herança colonial inglesa.³⁷

No Brasil, que no decorrer do século XIX também passava por transformações, mas que se encontrava em posição periférica e tinha que lidar com particularidades que só mais tardiamente o permitiria sintonizar-se mais profundamente com o que ocorria no cenário internacional, a primeira agremiação especificamente esportiva, ligada ao turfe, surge em 1849 (o Club de Corridas), declaradamente inspirada nas experiências francesas e inglesas. É mesmo nos anos finais do XIX que se observará um ampliar da presença social do esporte, o crescimento do número de modalidades e o estabelecimento de novos sentidos e significados para a prática esportiva, relacionados às mudanças na sociedade brasileira, que começava a mais fortemente desejar ser moderna; o remo é o esporte símbolo desse novo momento³⁸. O seu esporte de excelência, contudo, aquele que marcará o país internacionalmente e se constituirá em um forte elemento narrativo de construção de identidade nacional, somente dará seus passos mais efetivos nos anos iniciais do XX, ainda que seus primórdios possam já ser encontrados na década final do XIX: o futebol.

Já que Cabo Verde foi uma colônia de Portugal, vale a pena dedicar algumas linhas a esse país. Ainda que estivesse próximo do centro dos acontecimentos europeus que marcaram a transição de séculos, tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista das relações historicamente estabelecidas (especialmente com a Inglaterra), sua posição era, e tem sido, nas palavras de Boaventura Souza Santos³⁹, semiperiférica⁴⁰. Além disso, o país ainda tinha que dividir espaço simbólico como uma de suas antigas colônias, o Brasil, que logo compartilharia o espaço de emissor privilegiado das marcas do que hoje chamamos imprecisamente de lusofonia.⁴¹

³⁷ Steven Riess, *Sport in industrial America – 1850-1920*, Illinois, Harlan Davidson, 1995, p. 1.

³⁸ Victor Andrade de Melo, *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2001; Victor Andrade de Melo, *Dicionário histórico do esporte no Brasil – do século XIX ao início do século XX*, Campinas, Autores Associados, 2007.

³⁹ Boaventura de Souza Santos, Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português, *Análise Social*, vol. XXI, n° 87/ 88/89/, 1985.

⁴⁰ Para uma discussão sobre a peculiaridade do espaço de Portugal na Europa da transição dos séculos XIX e XX, ver estudo de Fernando de Sousa, A. H. de Oliveira Marques, *Portugal e a regeneração*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.

⁴¹ Onésimo Almeida, *Propósito da lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é*. 2008, disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13158>, acesso: 01 de março de 2009.

Depois de um período de grande agitação política, os reinados de D. Pedro V (1853-1861) e de D. Luís (1861-1889) foram marcados por uma tranquilidade maior, a despeito de algumas breves crises internas e de Portugal seguir muito dependente de outras nações européias, notadamente da Inglaterra.

Tal estabilidade, por motivos diversos, será abalada na década de 1890, fazendo exponenciar as contradições da monarquia constitucional. Na verdade, desde a década de 1870, e mais fortemente nos anos 1880, republicanos e socialistas começaram a se organizar, fundando mesmo partidos políticos que gozaram de alguma popularidade, reputação e relevância de atuação.

O Ultimato de 1890, que se seguiu à participação limitada de Portugal na Conferência de Berlim (1885), definitivamente obliterou os intuítos portugueses no continente africano (o “Mapa Cor-de-Rosa”) e desencadeou internamente uma onda de indignação contra a monarquia, considerada fraca para lidar com as questões internacionais. Portugal sentia os efeitos da crise que se abateu sobre a Europa na década de 1890, as dificuldades de participar do novo cenário internacional no âmbito da segunda vaga da Revolução Industrial e ainda tinha que internamente lidar com as reivindicações de uma crescente classe média de características urbanas.

Naquele momento, já eram notáveis as iniciativas de industrialização (que vinham de meados do século XIX), mesmo que ainda em grande parte sob a responsabilidade de estrangeiros. Havia também uma rede férrea e de transportes já mais desenvolvida. As idéias liberais, que chegaram a Portugal nas décadas finais do século XVIII, mais claramente seguiam conquistando espaço e seus efeitos eram perceptíveis não somente na economia e na política, como também na educação, na música, na arquitetura, notadamente na literatura, também nas artes plásticas. Intelectuais e artistas preconizavam a necessidade de modernização do país (com destaque para a Geração de 1870, liderada, entre outros, por Eça de Queiroz). Eram sensíveis as mudanças no âmbito dos costumes.

É nesse cenário que se organiza o campo esportivo em Portugal, algo que não chega a surpreender: em outras localidades a instituição do esporte também teve forte relação com o crescimento de uma classe média urbana, com a industrialização, com o propagar de idéias liberais e o desenvolvimento de um pensamento científico, que contribuía para a emergência de maiores preocupações com a saúde e com a higiene.

Como demonstra Manuela Hasse, se a princípio o *sport*, praticado pela nobreza e alta burguesia, correspondia “a hábitos e costumes ingleses, daí uma certa condescendência favorável a invasão de um novo elemento da cultura”, logo “estudantes, empregados de escritório ou de comércio e operários da indústria” estariam envolvidos: a prática popularizar-se-ia.⁴²

Não tardou para que ao seu redor fossem construídas representações que extravasavam a simples questão da diversão, ainda que essa dimensão seguisse importante e cada vez mais forte conforme melhor se estruturava uma indústria do entretenimento no país. Regeneração moral e física logo será considerada como uma das principais justificativas da importância do esporte para o progresso da nação.

Não surpreende que Ramalho Ortigão, um dos líderes da Geração de 1870, em seu livro “John Bull - Depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização inglesa” (1887), comente de forma crítica:

Deixamos perder a tradição dos nossos antigos jogos atléticos – a péla, a bola, a barra, as canas, a argolinha, o pato, a malha, a carreira – e não os substituímos por nenhum exercício correspondente. Não há uma carreira de tiro, nem uma sala de armas, nem um parque de ginástica. Não fazem excursões a pé, mochila às costas, [...]. Não remam, não caçam, não pescam, não esgrimem, não atiram ao alvo.⁴³

Como lembra Ernesto Rodrigues, o resumo do capítulo XIX já expressa bem os contrastes que Ortigão estabeleceu entre a Inglaterra e Portugal no que se refere à valorização da prática de atividades físicas: “O ‘atleticismo’ na sociedade inglesa e a espinhela caída na burguesia de Lisboa. – O sedentarismo burocrático e a vida rural. – Acção do espiritualismo dos governos sobre a musculatura das raças”.⁴⁴

De outro lado, Rodrigues lembra que Pinto Carvalho, em 1899, faz um balanço bem mais positivo:

Hoje faz-se mais ginástica do que nunca, as praças de touros triplicaram, constituíram-se sociedades atléticas e cinegéticas; temos o ciclismo, as carreiras de tiro, o jogo de pau, as regatas, o pugilato, do box, tão amado de Ricardo III

⁴² Manuela Hasse, *O divertimento do corpo – corpo, lazer e desporto na transição dos séculos XIX e XX, em Portugal*, Lisboa, Temática, 1999, p. 305.

⁴³ Ramalho Ortigão *apud* Ernesto Rodrigues, *Jogos de letras*, Lisboa, 2004, disponível em: <http://culturaport.blogs.sapo.pt/arquivo/170255.html>, acesso: 2 de novembro de 2008.

⁴⁴ Ernesto Rodrigues, *Jogos de letras*, Lisboa, 2004, disponível em: <http://culturaport.blogs.sapo.pt/arquivo/170255.html>, acesso: 2 de novembro de 2008.

e de Byron; nenhum dos que disputam os lauréis do chic, nenhum dos que se curvam aforçadamente ao jugo tirânico da moda deixa de trazer na idéia a tincta de esgrimir o florete como Grisier, a espada com Saint-Georges, ou de atirar à pistola como Junot; metemos uma bala de carabina no alvo com a mesma perícia de um atirador aos pombos de Monte Carlo; entregamo-nos aos exercícios físicos com todo o fervor de nossas almas e de nossos nervos; [...]. Honramo-nos de possuir escola de toureio e velódromos, as grandes solenidades hípicas das corridas cavaleares e o pedestreanismo – o diabo a quatro!⁴⁵

De qualquer forma, ainda está para ser mais profundamente estudada uma peculiaridade portuguesa no desenvolvimento do campo esportivo, seja em suas terras européias seja em suas colônias na África. Talvez o caso de Cabo Verde, bem como a de outros países ex-colônias de Portugal na África, traga mesmo alguma pista para que a essa dimensão possa ser melhor desvendada.

Esporte em Cabo Verde: primeiros apontamentos

Primórdios do esporte em Cabo Verde

Como demonstra João Nobre de Oliveira, não foi pequeno o número de clubes fundados no arquipélago entre o quartel final do século XIX e quartel inicial do século XX. Mesmo que oferecessem um amplo conjunto de atividades, de acordo com sua intencionalidade central podemos classificá-los em: a) recreativos; b) artísticos, notadamente teatrais; c) esportivos; d) filantrópicos.⁴⁶

De natureza e intuítos diversos, entre essas agremiações há alguns elementos em comum: a) serviram como pontos de encontro e identificação da elite local; b) foram importantes espaços para marcar uma nova sociabilidade e presença pública feminina; c) com suas ações, contribuíram para a formação intelectual e cultural não só de seus agremiados como de outros interessados dentro do seu raio de ação; d) expressavam o desejo de sincronia com uma estrutura de sensibilidades em construção no cenário internacional, algo que tem inclusive relação com os primórdios dos movimentos nativistas cabo-verdianos; e) sua formação era claramente uma influência estrangeira, notadamente inglesa.

Na segunda metade do século XIX, expande-se o comércio internacional com o uso de navios a vapor, que necessitavam de entrepostos para

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ João Nobre de Oliveira, *A imprensa cabo-verdiana: 1820–1975*, Macau, Fundação Macau, 1998.

abastecimento de carvão. Como Cabo Verde ocupava uma posição geográfica estratégica, no caminho de várias importantes rotas, e dadas as características do Porto de Mindelo (Ilha de São Vicente), por lá são instalados diversos depósitos, notadamente de capital inglês.

Na verdade, essa ilha foi uma das últimas a ser habitada: isso só efetivamente ocorreu quando a primeira companhia de ingleses por lá se estabeleceu no final da década de 1830, a East India Company. A empresa fora fundada nos anos iniciais do século XVII e servia à coroa inglesa fazendo o transporte de produtos (algodão, seda, chá, ópio, entre outros) do Oriente (Índia, China, entre outros) para Londres.

Rapidamente em São Vicente se estabeleceram outras companhias inglesas: Royal Mail (1850), Patent Fuel (1851), Visgent Miller e Miller's & Nephews (1873-1880), Cory Brothers & C. (1875) e ao final do século a S. Vicente de Cabo Verde (Ramos, 2003). Com isso, desencadeia-se um surto de desenvolvimento e uma significativa alteração da paisagem da cidade (Mindelo), inclusive devido à instalação da infra-estrutura necessária à nova atividade comercial.

A presença dos ingleses certamente ultrapassou os limites comerciais: foram comuns as oportunidades de inter-relações e trocas culturais, inclusive no que se refere à prática de esportes. Na verdade, era habitual a criação de clubes ligados às empresas britânicas. Por exemplo, já em 1849 fora criado o East India Club, agregando funcionários da companhia⁴⁷. Tratava-se de um típico clube de “gentlemen” ingleses, oferecendo a seus associados atividades que se estabeleciam como elementos de *status* e distinção e alternativas de encontro, inclusive para os que se encontravam distantes de Londres. Entre as práticas estavam o rúgbi, o golfe e o cricket.

Os ingleses, assim, levaram esses hábitos para onde se estabeleceram. Vale lembrar o caso do Calcutta Cricket Club, a mais antiga agremiação desse esporte a ser fundada fora da Grã-Bretanha, em 1792⁴⁸. Em muitas oportunidades, não havendo possibilidades de compor um time exclusivo, convidavam-se os locais a formar equipes adversárias.

Ramos nos mostra que também em São Vicente os ingleses organizaram suas atividades esportivas:

⁴⁷ A força dessa instituição era tamanha que mesmo com o fim da empresa a agremiação segue existindo até os dias de hoje. Para mais informações: <http://www.eastindiaclub.com/index.cfm>.

⁴⁸ Para mais informações: <http://www.cfc1792.com/home.asp>.

Devo esclarecer que os ingleses possuíam cá no Mindelo, 5 courts de ténis espalhados pela cidade e 2 estrados de cimento armado para a prática do cricket, sendo um na chã de Alecrim e outro na antiga Salina, hoje Praça Estrela. Desses 5 courts, o primeiro foi construído no século passado no Quintalão da Vascónia, mesmo junto ao citado Pavilhão da Salina e além disso, eles construíram também 2 campos de golfe, nos arredores da cidade.⁴⁹

Assim, ao discorrer sobre essa influência no desenvolvimento de hábitos esportivos entre os habitantes de São Vicente, Ramos é categórico:

apesar dos britânicos viverem isolados do povo, havia sempre nacionais que os acompanhavam no seu dia-a-dia, por exemplo, como serventes, ajudantes, como caddies no golf, no ténis, apanha-bolas no futebol, aprendendo, imitando os costumes e o estilo característico dos ingleses, transmitindo simultaneamente à geração...Eles deixaram profundas raízes e marcas indeléveis, quer nos grandes da sociedade e também nos habitantes humildes de S. Vicente (...) No desporto, então, é que nos deixaram profundamente vincados, em todo desporto praticado em S. Vicente, desde o futebol, o ténis, o cricket, o golf, o basebol (o chamado rodeada pau ou corrida pau), o footing, a natação, o cross, o uso constante do short branco e camisola e meias altas da mesma cor.⁵⁰

Na verdade, em Cabo Verde houve duas situações: em muitas oportunidades os locais trabalhavam como funcionários dos clubes restritos de ingleses, tendo contato com as novas práticas; em menor número os cabo-verdianos eram convidados a formar uma equipe adversária.

Esse espaço de interface ajudou a construir uma idéia comum no início da configuração de um movimento nativista local: a de que os cabo-verdianos eram distintos, europeizados. Além disso, era mais uma atividade de diversão em um momento em que isso se valorizava progressivamente, um claro diálogo com uma das dimensões da modernidade⁵¹.

Segundo informa Antero Barros, o primeiro a organizar uma equipe de cricket em Cabo Verde foi o inglês John Miller, da companhia Miller's & Cory's, no que logo foi seguido pelo funcionário Morgan, da Wilson & Sons, e por John Planker, da Western Telegraph. Os jogos eram disputados, já em 1879, em um campo construído na antiga Salina. Eram grandiosos os torneios promovidos:

⁴⁹ Manuel Nascimento Ramos, *Mindelo d'outrora*. Mindelo, Gráfica do Mindelo, 2003, p. 95.

⁵⁰ *Idem*, p. 92.

⁵¹ Para mais informações sobre a emergência e valorização do lazer no âmbito da construção do ideário e imaginário da modernidade, ver estudo de Victor Andrade de Melo, *Esporte, lazer e artes plásticas: diálogos*, Rio de Janeiro, Apicuri/Faperj, 2009, no prelo.

Os espectadores lá fora à volta do campo eram o povo em geral que apreciava bastante esse desporto e ia aprendendo e aperfeiçoando os seus conhecimentos por essa modalidade desportiva praticada pelos britânicos em S. Vicente. Com muita atenção fixavam a técnica de “bowler”, do “wicket keeper”, da colocação do “bat” na marca do tapete e na dos jogadores ao largo do estrado.⁵²

Não tardou para que os Mindelenses começassem a também organizar seus jogos, seja aproveitando os horários vagos das canchas inglesas (algo nem sempre visto com bons olhos pelos estrangeiros) seja criando seus espaços próprios (ainda bem precários, é verdade).

Em 1913, conforme informa Ramos, Jonatham Willis e George Smalcomb solicitaram um terreno para a construção de um pavilhão de cricket no Alto de Chã d'Alecrim, lá instalando o St. Vicent Cricket Club. O campo da Salina ficou para que os mindelenses realizassem seus jogos (uma evidência de que eles já eram bastante comuns).⁵³

Alguns anos mais se passaram e os nativos criaram sua agremiação própria: o Clube Africano de Cricket (1915), seguido pela fundação do Grémio Sportivo Caboverdeano (1916) e do Club Sportivo Mindelense (1922). Com isso, aumentaram as rivalidades entre os estrangeiros e os da terra, como lembra o músico B.Leza:

Ainda nos lembramos aquelas saudosas tardes cheias de sol doirado, em que os ingleses desembarcavam na ponte da Alfândega ou no cais número um, trazendo as bandas de música que enchia de alegria as ruas do Mindelo até o Campo da Salina ou da Matiota, onde se disputavam os desafios de cricket ou de futebol, entre caboverdianos e ingleses.⁵⁴

De fato, a primeira agremiação esportiva formada majoritariamente por nativos parece ter sido mesmo o Club Mindelo, fundado anteriormente à agremiação de cricket (em 1904). Mesmo se apresentando como uma “associação literária e de instrução”, previa em seu artigo 2º: “proporcionar o desenvolvimento físico por meio da ginástica”. Como observa Oliveira: “Note-se (...) a primazia dada às atividades físicas. Talvez resultado da influência britânica, mas que anuncia já os clubes do século vinte em que a cultura cede o primeiro lugar ao desporto na motivação dos sócios”.⁵⁵

⁵² Antero Barros, *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*, Praia, COC/CPV, 1998, p. 94.

⁵³ Manuel Nascimento Ramos, *Op. Cit.*

⁵⁴ Citado por Antero Barros, *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*, *Op. Cit.*, p.11.

⁵⁵ João Nobre de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 95.

A referência à ginástica é um claro indicador da busca de sintonização com um novo conjunto de exigências da modernidade, entre as quais os cuidados com o corpo, com a saúde e com a higiene. Certamente isso tem mesmo relação com a influência britânica, com os novos parâmetros de vida trazidos pelos ingleses que habitavam Mindelo.

É notável que a partir dos anos 1910 cada vez mais surgiu na colônia:

um novo tipo de clubes, mais virados para os elementos populares e em que a componente desportiva se sobrepuja a todas as outras. A abertura a todos e a primazia dada ao desporto até não eram novidades no Mindelo, novidade era a quase ausência de referências culturais nos estatutos das novas associações.⁵⁶

É nesse cenário que são fundados, em São Vicente, além dos já citados, o Sporting Club de São Vicente (1928), uma iniciativa do na época reitor do Liceu, Daniel Duarte Silva, ele mesmo goleiro da equipe de futebol; o Club Sportivo Derby (1929); o Grêmio Desportivo Amarante (1936), entre outros. Já em Praia, em 1919 fora criado o Sport Club e em 1926 a União Desportiva de Cabo Verde.

Merece referência especial o Grêmio Recreativo do Mindelo (1938), que não tinha equipes esportivas e tinha entre os seus sócios alguns dos envolvidos com o movimento nacionalista, organizados ao redor da revista *Claridade*, entre os quais Baltasar Lopes Silva. Essa agremiação é um marco final definitivo da mudança de padrões nos clubes locais, cada vez mais esportivos e menos literários:

Principalmente com a popularização do futebol – por sinal introduzido pelos ingleses – os clubes desportivos imperaram então. Atraíndo uma enorme massa associativa e despertando paixões ruidosas que contrastavam com o caráter restrito e a vida aparentemente calma dos antigos clubes estas novas associações impuseram-se no panorama social cabo-verdiano de forma esmagadora.⁵⁷

Vale comentar o envolvimento de Baltasar Lopes, um dos mais importantes intelectuais cabo-verdianos dos anos 1930-1960, com a prática esportiva. Nascido em 1907, em São Nicolau, formado em Filologia e Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor e reitor do importante Liceu Gil Eanes, juiz, advogado, político, poeta, escritor. Antes disso, contudo, teve em Portugal uma longa e vitoriosa carreira no atletismo, notadamente em provas de corrida, e no futebol (era goleiro), tendo sido também habitual praticante de cricket. Na verdade:

⁵⁶ *Idem*, p.101.

⁵⁷ *Idem*, p.193.

Baltasar Lopes, apesar de hoje ser apontado como o intelectual mais completo do movimento, ao contrário dos seus companheiros, até então não se fizera notado como poeta. O nome de Baltasar Lopes (...) aparece com frequência nos jornais da época, mas principalmente, em assuntos ligados ao desporto, quer como dirigente federativo quer como promotor de campeonatos.⁵⁸

No âmbito de suas posições sobre a construção de uma “caboverdianidade”, o esporte esteve contemplado. Vejamos que curioso um de seus posicionamentos:

O cricket, antes de o futebol se impor às massas, era o “desporto-rei” do Mindelo, suscitador de enorme entusiasmo popular até as duas primeiras décadas do presente século. Lamento, disse, a substituição do cricket pelo futebol por duas ordens de razões: - o futebol é de aprendizado técnico e de execução mais elaborado e difícil que o cricket; em segundo lugar o desgaste físico produzido pelo consumo de energias na prática do futebol implica o contrapeso de uma alimentação quantitativa e, principalmente qualitativamente fora do alcance do jogador comum. Ora, o cricket pelas suas características acomoda-se às potencialidades da cachupa extrema.⁵⁹

Mesmo que o desejo de Baltasar fosse recuperar o cricket, ele percebe Lopes que o futebol se impôs mesmo como o grande esporte popular em Cabo Verde, notadamente a partir dos anos 1930, sendo constantemente mobilizado no âmbito das reivindicações locais, que expressavam o peculiar processo de construção da identidade daquela na época futura nação. Vejamos alguns exemplos pontuais.

Em 1931, em *Notícias de Cabo Verde*⁶⁰, vemos a reivindicação de que as equipes de futebol do arquipélago deveriam ser aceitas no campeonato português de futebol, já que, se argumentava, as ilhas *não são africanas*, mas sim *européias*. Nos jornais, aliás, era comum a publicação de notícias das competições da metrópole e da seleção portuguesa (apresentada como a *nossa* seleção). Em 1949, o mesmo *Notícias* defendia enfaticamente a realização dos Jogos Desportivos Portugueses, com o envolvimento das colônias, para o jornalista indiscutivelmente uma parte do território de Portugal.

Vejamos que esse periódico tinha um perfil mais independente, bastante ligado à defesa de Cabo Verde. Quando tratamos de um jornal mais ligado ao poder metropolitano, as conexões com Portugal ficam ainda mais

⁵⁸ *Idem*, p. 469.

⁵⁹ Citado por Antero Barros, *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*, *Op. Cit.*, p.65.

⁶⁰ *Notícias de Cabo Verde*, ano 1, n.10, 8 de agosto de 1931.

explícitas. Por exemplo, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* (1954)⁶¹, vemos um curioso posicionamento sobre o episódio em que a Índia invadiu Goa: “Ao desporto não interessa a política, mas quando se trate da defesa da terra portuguesa, o desportista reage com o mesmo sentimento patriótico geral” (p.30).

Alguns anos mais tarde, o mesmo jornal informa que tendo em vista o início das lutas coloniais em Angola, o Boavista Futebol Clube de Praia fez campanha de recolhimento de donativos e liderara a criação de uma Comissão, “com um alto sentido patriótico e de fraternidade humana”, para as vítimas “do terrorismo” (p.4)⁶².

Essas ocorrências, entre outras, têm forte relação com os movimentos políticos do arquipélago. Como lembra Fernandes (2006):

Os chamados protonacionalistas cabo-verdianos terão sido, na verdade, nacionalistas lusitano-crioulos, na medida em que atrelados politicamente à nação lusa, reavivam as bases étnico-culturais que os constituem, a um tempo, como crioulos e cidadãos portugueses. Nas suas relações com o poder, eles se destacam como exímios manuseadores dessa condição híbrida, explorando ora o seu vínculo pátrio ora sua alma crioula e, com isso, inaugurando uma modalidade nova de ser e sentir-se nacional.⁶³

Afirma ainda o autor:

Note-se que ao contrário do verificado nos outros territórios africanos, onde em virtude dos confrontos iniciais e das fissuras constitutivas do colonialismo português contemporâneo, os povos dominados não esperaram muito – e nem morreram esperando – um (im)provável alargamento dos direitos de cidadania, em Cabo Verde a pressuposição desses direitos é que energizava o tecido social e sustentava suas legítimas demandas.⁶⁴

O esporte e a nação cabo-verdiana dos dias de hoje: debates identitários

Os ingleses da Western Telegraph também foram os responsáveis pela introdução de outra modalidade em Cabo Verde: o golfe. Segundo Barros (1981), já nos anos finais do século XIX eles construíram um campo na Ilha

⁶¹ *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 5, nº 60, 1 de setembro de 1954.

⁶² *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 12, n.140, 1 de maio de 1961.

⁶³ Gabriel Fernandes, *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis/Praia, Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 128.

⁶⁴ *Idem*, p.129.

de São Vicente, onde disputavam jogos com certa constância. O St. Vicent Golf Cape Verde Island and Lawn Tennis Club, fundado em 1933, um dos mais importantes da história do país, foi resultado da fusão de outros clubes de ingleses, todos criados na década de 1920: o The Western Athletic Club, o St. Vicent Sport's Club, o St. Vicent Golf Club e o St. Vicent Lawn Tennis Club.

Com esse esporte se deu um processo semelhante ao do que ocorrera com o cricket: se a princípio era uma prática exclusiva e restrita, logo a população se aproximou, se apropriou e deu um sentido bastante inusitado, tão curioso que destacou a Ilha mundialmente. No início, os *caddies*, os responsáveis por carregar os tacos e bolas, utilizavam o campo no momento em que os ingleses e/ou portugueses não estavam jogando. Nos anos finais dos 1930, Antero Barros lidera a criação de um clube local, o Lord Golf Club. Nesse momento já havia mesmo competições entre os sócios de agremiações locais.

Aproveitando que os ingleses do St. Vicent mudaram de sede, para se afastarem ainda mais dos nativos, de forma a manter o sentido de exclusividade, alguns funcionários públicos portugueses fundaram uma nova agremiação, o Clube de Golfe de São Vicente (1940), impedindo qualquer participação dos *caddies* locais, que, descontentes com a decisão, construíram com grande esforço um campo próprio para o Lord Golf Club.

Não tardou para que os cabo-verdianos fossem convidados para integrar o Golfe de São Vicente, já que os portugueses não davam conta de manter o clube; com isso deixa de existir o Lord. Em 1969, fundem-se esse clube e o St. Vicent Golf, dando origem ao Club Anglo-Português de Golfe, que se transformou em uma das sedes do pensamento nacionalista cabo-verdiano nos momentos pré-independência, palco de reuniões políticas e cerimônias que buscavam demonstrar o alto grau elevado da cultura local. Com a separação jurídica de Portugal, houve nova mudança de denominação: Clube de Golfe de São Vicente.

O curioso é que nesse percurso o golfe tornou-se um esporte popular. Daniel de Oliveira, um dos golfistas nacionais, em matéria publicada no periódico *Expresso das Ilhas*⁶⁵, garante: “Em São Vicente, costuma-se dizer que o golfe é um desporto para ‘pés descalços’, porque em Cabo Verde é uma modalidade que está ao alcance de todos”. Segundo ele, mesmo que sejam caros

⁶⁵ Golfe: modalidade desportiva que teima em ficar, *Expresso das ilhas on line*, 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/noticias/detail/1d/5619>, acesso: 24 de novembro de 2008.

os equipamentos, sempre se encontra uma forma de consegui-lo, por meio de empréstimo, envio do exterior e mesmo manufatura local.

Essa longa ligação do golfe com o arquipélago hoje se vê reforçada, embora de forma distinta, com as iniciativas de desenvolvimento do turismo, uma das alternativas econômicas que tem sido pensada para Cabo Verde. Muitos dos grandes empreendimentos que se instalam em Santiago, Sal e São Vicente têm como principal mote o esporte, de forma a atrair o turista de alta renda.

A diretoria do Clube de São Vicente viu aí uma opção de renovação e através de uma parceria internacional decidiu pela:

construção de um campo relvado de 18 buracos, moderno e actual, e de um club house de elevado padrão, capazes de servir devidamente os sócios, a comunidade local, os turistas amantes e praticantes dessa modalidade desportiva, e em condições efectivas de acolher qualquer competição internacional. De acordo com o conceito básico dos termos de referência do projecto, os promotores garantem ainda, manter o campo e financiar essa manutenção, durante dois anos, que poderá elevar-se até três anos, credenciá-lo junto da P.G.A. e promover o Open do Mindelo⁶⁶.

A despeito dessas promessas, muitas foram as polémicas: alguns formadores de opinião se posicionaram contrário às mudanças, tendo em vista preservar a memória e a tradição popular do golfe na Ilha, algo inusitado quando mundialmente trata-se de uma típica prática de elite.

Um dos que mais se debateu contra a proposta foi Antero Barros. Em artigo publicado no *O Liberal* deixa claro que considera que:

O seu valor turístico reside precisamente no facto de ser um campo pelado, de terra batida, onde os “greens” são transformados em “blacks”, na superfície dos quais a bola desliza como se fosse na própria relva. Talvez seja, actualmente, o único campo de terra batida, pelado, existente no globo. Se for arrelvado, numa análise comparativa com os milhares de campos existentes no globo, perde todo o seu valor. O campo necessita, sim, duma manutenção mais cuidada, assim como o “club house”, situado na encosta. O Campo de Golfe da Amendoeira é intocável. O seu traçado original dos 9 buracos implantados naquela superfície da horta agrícola dos Serradas não tem uma melhor alternativa. 67

⁶⁶ Golfe: modalidade desportiva que teima em ficar, *Expresso das ilhas on line*, 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/noticias/detail/id/5619>, acesso: 24 de novembro de 2008.

⁶⁷ Antero Barros, O Clube de Golfe de São Vicente não está à venda, *O liberal online*, 24 de junho de 2008, disponível em <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=14195&idSccao=546&Action=noticia>, acesso: 24 de novembro de 2008.

Segundo Barros, se implementadas essas mudanças acabariam por expulsar os “pés descalços” do esporte, o que faria com que Cabo Verde deixasse de ser “o único país do globo onde esta modalidade é um desporto popular e do povo, e isso será, por certo, considerado, na história desportiva do nosso país, o seu maior sacrilégio”.

Entende-se o sentimento de indignação de Barros: além de ser um dos pioneiros do esporte no país, há muitos anos ele vinha defendendo a peculiaridade do golfe de Cabo Verde. Por exemplo, em *O Arquipélago* (1962) podemos encontrar um de seus posicionamentos:

O clube de golfe de São Vicente deve ser um caso único no globo: o fenômeno de democratização humana é perfeito neste clube onde se pratica a modalidade esportiva mais aristocrática do mundo (...). Aqui neste clube, professores do Liceu, médicos, engenheiros, comerciantes, industriais, patrões, empregados comerciais, enfermeiros, operários, afinando pelo mesmo diapasão – a sinceridade – jogando lado a lado, almoçam à mesma mesa e trocam impressões sobre os problemas mais importantes da vida cotidiana, com um pensamento comum: ser útil a Cabo Verde e a sua pátria: PORTUGAL.⁶⁸

Vejamos que a grande diferença naquele momento é a defesa da pátria PORTUGAL (em letras maiúsculas), mas os argumentos são os mesmos mais de 40 anos depois.

Há uma clara disputa de memória, algo que expressa tanto conflitos geracionais quanto antigas tensões no interior do Arquipélago, inclusive no que se refere aos rumos do país: tradição e modernização chocam-se claramente. Isso fica claro quando Barros afirma:

Imploro a quem de direito, e mesmo ao poder político instituído no nosso País, para não consentirem que um grupo de intrusos e de oportunistas queiram enriquecer-se, vendendo um património para o qual não deram o mais pequeno contributo. O País precisa, sim, de campos arrelvados, mas noutro local de S.Vicente e noutras ilhas do nosso arquipélago, para servir um turismo de luxo (...) Se eu fosse “espírita”, invocaria e pediria aos defuntos, velhos amantes e construtores do golfe em Cabo Verde, que saíssem das suas covas e viessem, pela calada da noite, transformados nos capatonas e canilinhas, citados por Onésimo Silveira, espantar e assustar esses intrusos e oportunistas que estão por trás dessa afronta.⁶⁹

⁶⁸ *Arquipélago*, ano 1, n.5, 20 de setembro de 1962, p. 4.

⁶⁹ Antero Barros, O Clube de Golfe de São Vicente não está à venda. *Op. Cit.*

De fato, um grupo de sócios, na Assembléia convocada pela direção do clube para tratar do assunto, já demonstrara insatisfação com essas mudanças, como se pode ver em matéria publicado no *O Liberal* de 17 de maio de 2008⁷⁰. Vale a pena comentar que ao final da notícia, no espaço reservado ao leitor, muitos foram os comentários de apoio aos que são contrários à mudança⁷¹.

Os descontentes, ao pedirem a demissão da direção, afirmam desconfiar da proposta e discordar da idéia de que o turismo será a salvação de todos os problemas, ainda mais quando se tenta passar por cima de importantes tradições. Curiosamente, apresentam o golfe não como imposição inglesa, mas exatamente como estratégia de resistência, algo que persiste no imaginário de muitos, notadamente dos mais velhos:

A história do golfe em São Vicente confunde-se com a resistência anti-colonial. Os ingleses possuíam o seu golf mas os cabo-verdianos, (...), criaram com suor e sangue o Clube de Golfe de São Vicente. Figuras importantes da intelectualidade mindelenses como Baltasar Lopes, Júlio Monteiro, Jonas Wahnon, António Aurélio Gonçalves, José Duarte Fonseca, Aníbal Lopes da Silva foram a um tempo praticantes e dirigentes do clube e excelentes oradores nos convívios organizados no clube sob a batuta dos ideais da independência política e cultural.

O presidente do Clube, João M. Lizardo, reagiu aos posicionamentos dos sócios e mais diretamente à matéria de Antero Barros, ponderando que ele estava afastado do Clube e desconsiderava o esforço dos que nos últimos anos têm lutado para manter o esporte, julgando-se ofendido por ter sido chamado de oportunista⁷². A seu favor, fez uso da resolução do Boletim Oficial

⁷⁰ Grupo de sócios contesta tacada da direção, *O liberal online*, 17 de maio de 2008, disponível em: <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=13467&idSeccao=438&Action=noticia>, acesso: 24 de novembro de 2008.

⁷¹ Algumas frases: “Boa tacada! Haja dignidade e respeito pela história do clube e sobretudo pela histórica luta dos ‘rapazes’ do Monte e Dji d’Sal que sofreram na pele para que o golfe tornasse um desporto popular”; “Alto aos massacres culturais, desporto também é cultura”; “BASTA ! Já perdemos muito terreno e acho isto injusto e escandaloso como Homem que lutou pela Independência do seu País, de que muito me orgulho, para que todos nós, Cabo-Verdianos sem excepção pudéssemos ter uma vida melhor e sermos LIVRES!”; “SACRILÉGIO !!! Acabo de ser alertado por este facto. Só de pensar em vender o Golf é já um sacrilégio de gente gananciosa e/ou incompetente. Querem fazer do golf o que fizeram do cricket e isso é motivo de revolta”.

⁷² Essa carta, um panorama das discussões e outras informações sobre o clube podem ser encontradas em: <http://www.esnips.com/web/ClubedeGolfedeSoVicente>, acesso em: 24 de novembro de 2008.

que autorizou a criação do clube, demonstrando que desde as origens se previra a relação entre esporte e turismo:

1º Que seja classificada como zona do turismo na Ilha de São Vicente a faixa de terrenos compreendida entre coordenadas tais...

2º Que a faixa de terreno mencionada seja entregue a uma associação desportiva com o fim de dar incremento ao turismo em São Vicente criando e organizando desportos que atraíam os turistas

3º Que sendo o golfe um desporto hoje universal jogado pela maioria dos passageiros que ali tocam, seja fundado na cidade do Mindelo um Club de Golf cujos estatutos serão os seguintes:

Art. 1º É fundada na cidade do Mindelo uma associação desportiva denominada Club de Golf de S. Vicente composta por um número ilimitado de sócios. (Significa que há 67 anos os sócios do Clube de Golfe estão a contrariar o desenvolvimento previsto pelo Governador da Colónia de então).

Por fim, depois de apresentar o projeto e contestar todas as acusações dos que são contrários à iniciativa, conclui:

Nós respeitamos a memória dos nossos sócios e certamente não sairão das suas covas só pelo facto de sermos ousados e empreendedores e com visão para o futuro (...) Espero que estas horas que eu perdi na redacção desta pequena nota em reacção à vossa datada de 19 de Junho de 2007, sirva para esclarecer os cabo-verdianos e os sócios do Clube de Golfe que o Clube de Golfe não está á venda.

Na verdade, reflexos da relação entre a prática esportiva e as tensões que se estabeleceram na construção da nação Cabo Verde podem ser encontrados em outros aspectos dos dias de hoje. Por exemplo, é digno de nota o grau de mobilização da população ao redor do campeonato português de futebol; aliás, *A Bola*, um jornal esportivo de Portugal, é o mais vendido no arquipélago.

Isso é uma ocorrência comum em outras colônias africanas, inclusive naquelas em que foram ferozes e longínquos os conflitos bélicos (caso, por exemplo, de Angola). Parece haver um duplo esquema de vinculação: a seleção nacional mobiliza a população e cria laços identitários; as agremiações locais nem tanto.

Poder-se-ia ver esse fato como o estabelecimento de um vínculo neocolonial? Não creio que essa seja uma apreensão tão linear, ainda mais nos dias de hoje, em que os clubes europeus são formados por jogadores originários

das mais diferentes nações, inclusive por um grande número de africanos. Na verdade, os times de futebol de Portugal parecem ter sido incorporados pela população local como um patrimônio próprio.

Uma pista interessante pode ser encontrada no estudo de Benilde Caniato. A autora identifica que, no que se refere à língua, em Cabo Verde coexistem o português e o crioulo. Em cada âmbito da vida cotidiana é mobilizado um desses idiomas:

Nas situações de diálogo, o caboverdiano (porteiros, contínuos, policiais, caixeiros, etc.) mantém o mesmo código do emissor. Os alunos falam português com os professores, mas com os colegas falam crioulo. Os jogos de futebol são relatados em português, o povo discute e comenta, no entanto, em crioulo. Enfim, existe em Cabo Verde o bilingüismo, duas línguas que, a partir de um determinado momento histórico, deixaram de estar em conflito ou tensão. O português é língua estrangeira – talvez – mas não é estranha na nossa terra.⁷³

Na verdade, não é incomum entre os cabo-verdianos o sonho de jogar no futebol europeu, algo contumaz em vários países africanos.⁷⁴ Antes, a condição de colônia fazia com que os atletas locais participassem diretamente das seleções européias (como é o caso do famoso moçambicano Eusébio). Nos dias de hoje, é o dinheiro dos clubes da Europa que compra os atletas dos países em desenvolvimento. Esse êxodo acaba por fragilizar as contendidas locais, privadas que são de seus melhores jogadores.

Os debates acerca dessa questão são comuns em Cabo Verde. Jorge Tolentino, por exemplo, em fala proferida na Associação Cabo-Verdiana de Lisboa, afirma:

Permitam-me que aponte um aspecto, porventura lateral. Os resultados obtidos pelas equipas africanas no actual Copa do Mundo dizem-nos do muito que ainda há fazer no nosso continente, em todos os domínios. Tendo sido Ministro dos Desportos, sei perfeitamente que esta é uma área preterida ou adiada nos orçamentos e planos de investimento. Mas o que aqui quero sublinhar é apenas isto: também neste domínio a África tem sido uma fonte de enriquecimento para muitas nações. Ou seja, a imigração tem

⁷³ Benilde Justo Caniato, *Língua portuguesa e línguas crioulas nos países africanos*, *Via Atlântica – Revista da área de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa*, São Paulo, nº 5, p.128-138, out. 2002.

⁷⁴ Paul Darby, *Africa, football and FIFA: politics, colonialism and resistance*, Londres, Frank Cass & Co, 2002.

contribuído largamente para a revitalização do desporto, e desde logo o futebol, em vários países de acolhimento.⁷⁵

Vejamos a esse respeito a ironia de um jornalista ao comentar a visita do presidente da FIFA à Cabo Verde no ano de 2006:

Aproveitando que o Joseph Blatter que esteve por essas bandas recentemente agora é um dos nossos, só tínhamos que convencer o homem a aprovar uma lei especial autorizando que, mesmo os atletas que já tenham representado as suas selecções nacionais, possam vestir dez estrelas ao peito⁷⁶. Que bonito, aí a profecia de Nho Puxim poderia mesmo se tornar realidade, e não é que ele quase acertou? Em ano de Mundial, Cabo Verde joga amanhã com Portugal, uma selecção que vai à Copa na Alemanha, nosso adversário naquela épica final. Nunca estivemos tão perto do Mundial, não é verdade?⁷⁷

Voltando à fala de Jorge Tolentino, ele vai direto ao ponto, demonstrando os problemas nacionais que estimulam essa fuga de talentos:

Nos nossos países, para além das deficiências de organização e infraestruturais e de uma defeituosa postura em relação ao desporto, tanto da parte do Estado quanto do lado dos cidadãos, a verdade ainda é que os craques que militam nas galáxias do futebol milionário não regressam à terra ainda a tempo de ajudar a imprimir o necessário entrosamento e uma dinâmica ganhadora às equipas nacionais. Sem esquecer que nem todos regressam.⁷⁸

Essa questão repercute ainda com mais força no Arquipélago, dado que a emigração sempre foi uma constante na sua história. Dados recentes de Kátia Cardoso (2004) indicam que há cerca de 83.000 cabo-verdianos em Portugal, 25.000 na França, 16.500 na Holanda, 3.000 em Luxemburgo, comunidades em Suécia, Noruega, Alemanha e Bélgica, e 300.000 nos Estados Unidos; isto é, no total quase o mesmo, ou talvez até mais, número de habitantes que vivem no arquipélago (420.000 em 2004)⁷⁹.

⁷⁵ Publicada em *Visão News* em 30 de junho de 2006, disponível em: <http://www.visaonews.com>, acesso: 24 de maio de 2008.

⁷⁶ Essa é uma referência à bandeira de Cabo Verde.

⁷⁷ Publicada em *Visão News*, em 28 de maio de 2006, disponível em: <http://www.visao-news.com>, acesso: 24 de maio de 2008.

⁷⁸ Publicada em *Visão News* em 30 de junho de 2006, disponível em: <http://www.visaonews.com>, acesso: 24 de maio de 2008.

⁷⁹ Dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde indicam que aproximadamente 500.000 cabo-verdianos nascidos no país vivem fora (800.000 se consideradas suas famílias nascidas no exterior). Para mais informações, ver: <http://www.ine.cv>

Também articulado com esse quadro, o esporte segue sendo encarado como uma forma de divulgação da imagem do país. São comuns os elogios e exaltações a atletas de origem cabo-verdiana que competem em outros países: eles são encarados como mensageiros da existência do Arquipélago, algo bem notável no caso de Josh Ângulo. Diz a matéria publicada em *Visão News*, em 28 de maio de 2006:

Mas não são só os atletas de futebol a sucumbirem aos encantos desta terra crioula. Imagine o que não dirão os praticantes de desporto aquático, principalmente de windsurf, surf, pesca e mergulho submarino com as qualidades sobejamente conhecidas das nossas ondas, águas cristalinas e recheadas de peixes e corais. Há até alguns que enfeitados pelo canto de alguma sereia crioula, decidem ficar mesmo por cá. Um caso assim é o do windsurista profissional e campeão do Mundo, o americano Josh Ângulo que veio pela primeira vez em 1998 e nunca mais foi embora. Mais, Josh corre hoje pelos circuitos internacionais com a bandeira azul vermelha e branca de Cabo Verde. Já imaginou se a moda pega também com os futebolistas, a selecção que poderíamos ter?⁸⁰

Essa exaltação segue ocorrendo até os dias de hoje. Na edição de 1 de março de 2009⁸¹, o *Expresso das Ilhas* publica uma matéria em que se exalta a vitória de Ângulo na primeira etapa do circuito mundial de Windsurf; a foto é explícita: o atleta comemorando com uma bandeira de Cabo Verde nas mãos.

Recentemente também foi muito ressaltada a conquista de Nelson Évora nos Jogos Olímpicos de Pequim (2008): medalha de ouro no salto triplo. Mesmo que tenha nascido na Costa do Marfim, e hoje compita pelas cores de Portugal, como seus pais são originários de Cabo Verde, e como viveu no arquipélago, os jornais locais sempre a ele se referem como “atleta de origem cabo-verdiana” ou “lusó-cabo-verdiano”.

Sidónio Monteiro, Ministro Adjunto da Juventude e dos Desportos, chegou a se pronunciar oficialmente por ocasião da vitória:

O Governo de Cabo Verde, em nome de toda a comunidade nacional, felicita o Jovem Atleta Nelson Évora e aos “irmãos” portugueses pela conquista da Medalha de Ouro nos Olímpicos de Pequim (...) É orgulho para todos os cabo-verdianos o feito de Nelson Évora (...) os cabo-verdianos torceram e viveram as emoções do jovem atleta de origem cabo-verdiana que competiu pela bandeira

⁸⁰ Disponível em: <http://www.visaonews.com>, acesso: 24 de maio de 2008.

⁸¹ Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/noticias/detail/id/7491/>, acesso: 1 de março de 2009.

portuguesa (...) A nação cabo-verdiana encheu-se de orgulho e regozijo ao ver o nosso Nelson ÉVORA saltar para o lugar mais alto do Pódio Olímpico, como se pela bandeira cabo-verdiana tivesse sido.⁸²

A matéria publicada pelo *o Liberal* de 21 de agosto de 2008 resume bem o sentido dessas vitórias para uma parte da população local. Primeiro, a exaltação do fato de o atleta ser de origem cabo-verdiana e não poder competir pelo país, algo que toca diretamente nos problemas gerais da própria construção da idéia de nação:

Campeão olímpico, campeão mundial, Nelson Évora honra-nos. É fruto da nossa Diáspora pelos caminhos da Terra: cabo-verdianos de origem ou descendentes vêm dando contributo para a afirmação dos países que os acolhem. Somos dos que gostaríamos que o Arquipélago tivesse condições para que os seus filhos não se dispersassem por “terra longi”: olhando só para o desporto, já alguém pensou que selecção de futebol poderíamos ter? Que atletas ergueriam bem alto a nossa bandeira? que equipas de basquete teríamos? que judocas, karatecas e lutadores nos trariam triunfos? Quantas vezes congeminamos sobre isto e nos perguntamos: que país somos, que país podemos ser?⁸³

Isso, contudo, não é só um lamento, mas um alento, um estímulo para que o país possa progredir:

Confiamos que, vencendo dificuldades, ultrapassando obstáculos, cerrando os dentes, lutando, trabalhando, porfiando, seremos capazes de, em djunta mon, fazer deste pequeno país com alma grande uma realidade desenvolvida e moderna. Um dia isso será possível. Até lá vamos olhando o exemplo que a nossa Diáspora nos dá: ela afirma-se e, com ela, aprendemos que somos tão bons ou melhores que os outros povos, que somos capazes de o demonstrar desde que tenhamos condições.⁸⁴

Por fim, o grande significado: a difusão de uma bela imagem do país. Isso é de tal ordem que o jornalista sente-se inclusive no direito de partilhar simbolicamente a conquista:

Neste momento, saudamos Nelson e somos solidários com seu pai que, hospitalizado, soube em Lisboa do triunfo do filho. E sorrimos ao pensar se a Informação portuguesa, sempre lesta a identificar como cabo-verdiano um eventual responsável por algo de nefasto que no seu país aconteça, será capaz

⁸² *O liberal*, 22 de agosto de 2008, disponível em: <http://liberal.sapo.cv>, acesso: 1 de março de 2009.

⁸³ Disponível em: <http://liberal.sapo.cv>, acesso: 1 de março de 2009.

⁸⁴ *Idem*.

desta feita dizer aos seus leitores que o medalha de ouro português é, afinal, luso-cabo-verdiano. Em Cabo Verde também nos congratulamos com este ouro olímpico. Ele é, queiram ou não, um pouco nosso. E não só por afinidade.⁸⁵

Logicamente que essa relação também se dá, no caso cabo-verdiano, porque os atletas locais, competindo pelas cores do país, não obtêm significativos resultados internacionais. É diferente, por exemplo, em Angola, sempre um destaque em competições de Futebol, Handebol e Basquetebol.⁸⁶ Isso, contudo, não impede que os jornalistas cabo-verdianos também comemorem o que consideram conquistas relevantes.

Por exemplo, Luiz Nobre Leite, em matéria para *O Liberal*⁸⁷, é bem explícito ao estabelecer a relação entre as conquistas esportivas e a construção de uma imagem para o país. Comentando o bom desempenho da equipe de Cabo-Verde no Campeonato Africano de Basquete de 2007, afirma:

O basquetebol cabo-verdiano está de parabéns pelo 3º lugar alcançado no Afro-basket 2007, que representa, sem sombra de dúvidas, o maior feito desportivo da história destas ilhas. De parabéns estão, também, o desporto cabo-verdiano e o País, que vêm o nome de Cabo Verde projectado ao mais alto nível no contexto das nações - Graças ao bronze, com sabor a ouro, de mais uma proeza do basquetebol cabo-verdiano.⁸⁸

Mais a frente, é ainda mais enfático:

Os nossos bravos de hoje, referências de amanhã e heróis para sempre, conseguiram, com o seu espírito guerreiro e a sua união, colocar este pequeno país, mas peculiar na sua grandeza pelos quatro cantos do mundo, em apoteose. O tempo é de festa e de euforia. Merecida... completa e plenamente!⁸⁹

O esporte é usado para compor uma ode ao patriotismo:

impulsionados pelo apelo do Presidente da República para sonharem, os jogadores e a equipa técnica – serão perpetuados na história como os “bravos” que conquistaram África, a partir de Angola – com muita humildade, vestidos de “fato-macaco” e guiados pela crença e pela luz que acompanha os heróis, encarregaram-se de deixar o sonho comandar a vida. O que poucos se atreviam

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ Victor Andrade de Melo, O esporte e a construção da nação: apontamento sobre Angola, *Op. Cit.*

⁸⁷ *O liberal*, 28 de agosto de 2007. disponível em: <http://www.liberal-caboverde.com>, acesso: 24 de maio de 2008.

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *Idem.*

a sonhar, transformar-se-ia em realidade para todos os cabo-verdianos: CABO VERDE BRONZE NO AFROBASKET 2007.⁹⁰

Obviamente que devemos considerar o quanto de ideal há nessa representação. O fato de a população de um país se envolver profundamente ao acompanhar um selecionado em uma competição internacional, mesmo cantando hinos e desfilando com bandeiras, não garante que isso possa ser extrapolado para outros momentos. Da mesma forma, devemos discutir se patriotismo significa simplesmente o louvar de símbolos nacionais. De qualquer maneira, não parece prudente abandonar a força discursiva do que é expresso ao redor do esporte, notadamente pelo imprensa e/ou discursos governamentais.

O esporte e a independência de Cabo-Verde

Penso que já foram apresentados elementos suficientes para que se sustente a argumentação de que a investigação da prática esportiva no decorrer da história pode nos ajudar lançar um olhar sobre a formação da nação cabo-verdiana. Quero, para concluir, discorrer um pouco mais sobre de onde partimos nesse longo intróito: os movimentos de independência.

Um breve levantamento no *Novo Jornal de Cabo Verde*, editado entre agosto de 1974 e julho de 1975, período de preparação da independência (que teve início com a Revolução dos Cravos em Portugal e se encerrou com a proclamação em Assembléia), e no *Voz Di Povo*, o periódico oficial do Partido Único do país já independente (PAIGC), permite-nos ver algo dos novos relacionamentos com o esporte.

No primeiro jornal, o grande debate era o futuro de Cabo Verde, sendo claramente perceptíveis os embates e as tensões entre os diversos grupos políticos locais, algo que tinha relação com o próprio cenário de instabilidade em um Portugal pós-revolucionário.

Até mesmo por esse quadro, com tantas questões a serem tratadas, o esporte demora a aparecer em suas folhas. No número 8, de 19 de setembro de 1974, vemos uma breve notícia sobre a final do campeonato de futebol de Cabo Verde, o jogo entre Travadores e Sporting, vencido pelo primeiro. No número 13, de 24 de outubro de 1974, publica-se uma reportagem sobre a organização dos Jogos Olímpicos de 1980, a serem realizados em Moscou. Demonstra-se simpatia pelo governo soviético, mas nada que denuncie claramente um alinhamento que futuramente seria adotado. De qualquer

⁹⁰ *Idem.*

forma, de fato as discussões sobre o socialismo na ainda Metrópole ecoavam diretamente nos debates locais.

A primeira posição mais categórica sobre o esporte pode ser observada no número 22, de 9 de janeiro de 1975, um artigo de Jorge Pereira, intitulado “Que desporto...”. Segundo o autor, “Antes propriamente de fornecer os meios necessários a prática de tal ou tal desporto, nesta ou naquela localidade, impõe-se um difícil trabalho de sensibilização e mentalização das pessoas em relação aos benefícios e necessidade de uma prática desportiva livre”.⁹¹

Como se pode ver, já se aponta, mesmo que de forma tímida, para a necessidade de uma prática esportiva que possa esteja sintonizada como os sinais de um novo tempo. Para tal, segundo o autor, o intuito de uma política de esporte deve ser o de democratização e dinamização cultural, sustentado em 3 eixos: a escola, o local de trabalho, as associações civis e religiosas.

Na verdade, era um posicionamento bastante impreciso, o lançar de algumas idéias que depois seriam aprofundadas e bastante caras ao Partido Único, pelo menos nos discursos, mas que naquele momento ainda tinham menos um tom propositivo e mais um caráter de conclamação:

Que todos participem na elaboração, discussão e concretização de programas que, no domínio da educação física e desportiva, sejam criadas as condições mínimas permissivas de levar a prática de um desporto para todos por aqueles que sempre por ele pugnaram, por todos os que queiram e sejam capazes.⁹²

Nesse sentido, não surpreende que no número 23, de 16 de janeiro de 1975, tenha sido publicado um extrato de um jornal português (não informado): “Para um esporte democrático”. Devemos ter em conta que em Portugal, onde se discutia o futuro a partir da crítica ao longo período de ditadura Salazar/Caetano, as organizações esportivas e intelectuais também estavam a repensar o papel da prática esportiva no novo país que supostamente estava a ser construído.⁹³

Depois de uma série de breves notícias espalhadas por vários números, algo relevante relacionado à prática esportiva pode ser encontrado no número 32, de 20 de março de 1975. O Grêmio Amarante organizara um torneio de futebol para comemorar seu aniversário e solicitara a Aristides Pereira (na época ainda não presidente, mas já secretário geral do PAIGC) autorização

⁹¹ *Novo Jornal de Cabo Verde*, 9 de janeiro de 1975, p. 7.

⁹² *Idem*.

⁹³ *Idem*, 16 de janeiro, 1975.

para homenageá-lo com o nome da taça. A resposta de Aristides, na forma de um telegrama, é bastante indicadora de como o esporte passaria futuramente a ser buscado, até mesmo como base de, pelo governo a ser constituído, uma relação de troca bastante comum em várias ocasiões da história:

Sinto-me honrado vossa proposta a qual aceito muito agrado convencido libertação nossa terra pressupõe necessariamente fundamentalmente nossa libertação cultural isso exige esforço crescente campo desportivo fim permitir sobretudo nossa juventude de realizar-se totalmente sã física espiritualmente nosso partido garante no seu programa trabalhar sentido criar condições necessárias indispensáveis nosso povo realizar uma política campo desporto totalmente aberta dignos filhos nossa terra sem discriminação valorizando melhor forma aqueles merecedores confiante futuro desportivo nosso país independente.⁹⁴

Como curiosidade, ocorreu nesse torneio algo que é bastante comum na história do futebol cabo-verdiano: o jogo final não foi concluído por brigas relacionadas aos erros de arbitragem. Isso futuramente inclusive muito incomodará o governo a ser instituído.

É somente no número 39, de 15 de maio de 1975, que vemos uma ação mais concreta do governo de transição: a criação de uma Comissão para a Educação Física e Desporto, formada por 3 portugueses, 3 representantes das ilhas de Sotavento e 5 representantes das ilhas de Barlavento, o que demonstra que, pelo menos simbolicamente, São Vicente continuava sobrepujando a capital Praia em questão de prestígio no tema. Esse órgão deveria propor políticas, propostas e programas a partir de um inventário das ações, dos fundos e dos bens do antigo Conselho Provincial de Educação Física, criado em 1958 a mando da Metrópole, com o intuito de controlar a política colonial de esporte, inclusive as ações da Mocidade Portuguesa, um importante órgão do governo ditatorial.

Com o fim do período de transição, extinguiu-se o *Novo Jornal* e é lançada a primeira edição de *Voz di Povo*, em 17 de julho de 1975. Nos primeiros números, as matérias fazem uma prestação de contas de projetos para o desenvolvimento do país. Algumas notícias esparsas sobre o esporte são identificadas, mas é mesmo somente no número 18, de 21 de novembro de 1975, que o tema é abordado diretamente na matéria “Por um desporto novo”. Já se percebem os novos pressupostos políticos em vigor:

⁹⁴ *Idem*, 20 de março de 1975.

Com efeito, o vedetismo, o sensacionalismo, o desporto comercializado, com venda e compra constante de jogadores, o atleta escravizado, são factos que não podemos deixar de deplorar, dado que são a negação do desporto como atividade saudável, não só para o corpo, como para o espírito.⁹⁵

Segundo o posicionamento do jornalista (que de alguma forma tinha a responsabilidade de expressar a posição do Partido), havia um excesso de atenção para com o futebol, que no tempo colonial teria servido como forma de alienação e divisão do povo cabo-verdiano, uma chave para entender os constantes tumultos e a má-organização dos torneios. Assim, afirma-se: “Não pretendemos minimizar o chamado ‘desporto-rei’, mas tão-só chamar a atenção dos nossos desportistas para outras modalidades”⁹⁶.

A promessa era de que com a independência tudo mudaria. Os jogos agora deveriam ser encarados como forma de confraternização e união, “tanto da parte dos jogadores, como do público, finalmente conscientes de serem filhos da mesma terra e de se estar a viver uma situação totalmente nova”⁹⁷.

Por fim, a matéria apresenta as visões de esporte da União Soviética e da Alemanha Oriental, já deixando claro o novo alinhamento do país. Tornaram-se constante com o tempo a publicação de notícias dessa natureza, uma propaganda política clara.

O relacionamento com os países do leste europeu foi muito comum no continente africano. Baruch Hazan⁹⁸ lembra que o investimento via esporte foi uma importante parte da política externa soviética, uma das ferramentas utilizadas para estimular a adoção do socialismo e conformar a sua hegemonia. A relação basicamente se estabelecia com o apoio às reivindicações de países da África nos organismos internacionais (notadamente no Comitê Olímpico), com o envio de auxílio financeiro, de material e de especialistas para atuar com as equipas nacionais e com a concessão de bolsas de estudo na União Soviética. Enfim:

Aparentemente, as relações do esporte soviético com a África serviram a finalidade de facilitar o desenvolvimento das relações em outras áreas, bem como demonstrar as vantagens do sistema político soviético. Essas conclusões

⁹⁵ *Voz di Povo*, 21 de novembro de 1975, p. 4.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Idem*, p. 5.

⁹⁸ Baruch A. Hazan, Sport as an instrument of political expansion: the Soviet Union in Africa, In: Willian J. Baker, James A. Mangan, *Sport in África: essays in social history*, Nova Iorque, African Publishing Company, 1987.

parecem óbvias quando analisamos as declarações oficiais de africanos sobre a importância das relações esportivas com a URSS. Muitos deles sublinharam os aspectos políticos das relações e da sua utilidade em muitas áreas.⁹⁹

No número 20, de 5 de dezembro de 1975, mais uma vez vemos o novo enfoque político na notícia sobre a partida final do primeiro campeonato de futebol pós-independência, que contou com a presença do presidente Aristides Pereira e de todo o corpo ministerial (inclusive Carlos Reis, Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto). A ocasião foi celebrada como renascimento do esporte em Cabo Verde e oportunidade para reafirmar os compromissos e desafios do novo regime no que se refere à prática: “O desporto, para que cumpra a função na sociedade nova, tem que se encaminhar pela via da desalienação, a fim de se consciencializar e melhor servir a sua massa de praticantes”.¹⁰⁰

Paulatinamente foi ficando mais clara a proposta esportiva do novo governo, que seguia a linha adotada pelos soviéticos, alemães orientais e cubanos (que também passaram a apoiar a nova administração em muitas áreas, inclusive na esportiva). Assim, vemos a seguinte proposta no *Voz di Povo*, de número 38, de 19 de abril de 1976:

Massificação e diversificação das actividades desportivas, particularmente para as modalidades que durante a época colonial nunca se efectuaram ou foram praticadas de uma forma inconseqüente, desintegradas do sistema educativo e caracterizadas por uma quase ausência de técnica.¹⁰¹

Teor semelhante se vê no número 29, de 26 de abril de 1976:

Desempenhando um papel bastante educativo na evolução duma sociedade, o desporto exige, nessa fase de Reconstrução Nacional, uma atenção delicada. Foco donde provinham graves ameaças para a sociedade caboverdiana – divisionismo, alienação, etc., o desporto foi então inteligentemente utilizado pelo inimigo com a finalidade de fazer enfraquecer nossa unidade. Na nova sociedade que pretendemos construir o desporto terá que ser modelado de acordo com a nossa realidade, a fim de satisfazer os reais interesses da massa.¹⁰²

As coisas, contudo, não seguiram exatamente o que esperava o pensamento oficial. Da mesma forma que os envolvidos com o esporte não se-

⁹⁹ *Idem*, p. 267.

¹⁰⁰ *Voz di povo*, 5 de dezembro de 1975, p. 7.

¹⁰¹ *Idem*, 19 de abril de 1976, p. 8.

¹⁰² *Idem*, 26 de abril de 1976, p. 2.

guiram exatamente o que esperava o poder colonial, também não o fizeram com o encaminhamento do Partido Único, até mesmo porque, do ponto de vista dos resultados, algo que interessa centralmente aos membros do campo esportivo, não houve grandes mudanças (nem seria possível em tão pouco tempo e no quadro conjuntural do arquipélago, que tinha mesmo problemas mais urgentes a resolver).

Assim, no número 59, de 18 de setembro de 1976, o jornalista não consegue conter a decepção, a despeito de ter tentado a todo custo provar o quão fora importante a participação da seleção de futebol de Cabo Verde em um quadrangular internacional:

Razão tínhamos nós quando (...) nos mostrávamos seriamente apreensivos em relação ao torneio quadrangular (...) com efeito no final dos 4 jogos (...) vimos plenamente confirmados (...) o fraco nível técnico e tático das nossas equipes de futebol e o mal que pesa sobre essa modalidade em Cabo Verde.¹⁰³

O tom de desculpa fica também claro em matéria publicada no número 76, de 15 de janeiro de 1977: “Sendo Cabo Verde um país subdesenvolvido não é de esperar que (...) tenha de imediato a bandeira olímpica. Aliás, o desenvolvimento do desporto não deve, segundo cremos, ter por objecto ir aos Jogos Olímpicos”.¹⁰⁴

Fica ainda mais explícito que se trata de um subterfúgio para tentar dar resposta a certas pressões populares quando sabemos que duas edições antes, número 74, de 1 de janeiro de 1977, o jornal celebrara intensamente o 4º lugar do atleta cabo-verdiano José Correia na Corrida de São Silvestre de Angola. Ao ser entrevistado o treinador, e perguntado o porquê não um resultado melhor, a resposta beira o hilário: “Há alguns vícios que um atleta tem de por de lado (tabaco e álcool inclusive) e já falei com o Zé acerca disso porque actualmente ele tem um papel a desempenhar servindo de exemplo aos mais jovens”.¹⁰⁵

Enfim, se para o Partido Único o esporte era uma ferramenta de formação, para os envolvidos era uma ocasião de festa: Zé Correia não via nenhum problema em fumar, beber, não treinar e correr.

Da mesma forma, a todo tempo vemos em *Voz di Povo* que seguem os conflitos entre jogadores e torcedores por causa dos resultados. No número 37, de 10 de abril de 1976, conclama-se: “Os jogadores precisam perder o feio

¹⁰³ *Idem*, 18 de setembro de 1976, p. 8.

¹⁰⁴ *Idem*, 15 de janeiro de 1977, p. 6.

¹⁰⁵ *Idem*, 1 de janeiro de 1977, p. 8.

hábito de falarem entre si e com o público e este deve deixar de dar instruções constantes aos jogadores em campo”.¹⁰⁶ No número 38, de 19 de abril de 1976, encontramos a observação de que as confusões e brigas no campo são uma traição dos princípios da nova sociedade: “Um jogo de futebol pode dar origem a uma lição de ética, pode constituir uma aula de moral. Mas no domingo, no campo da Fontinha, essa imagem foi desvirtuada”.¹⁰⁷

Na verdade, em meio a tantos problemas, o governo cobrava o que não dava, e isso acabou escapando na observação do jornalista em matéria publicada no número 74, de 1 de janeiro de 1977: “Claro que falamos aqui de desporto no seu sentido e dimensão universais que, por enquanto, em Cabo Verde, anda um pouco esquecido. Que é evidente, há tarefas mais prioritárias. Mas devemos chegar lá”.¹⁰⁸

Não surpreende, assim, que tenhamos encontrado um recente artigo de Casimiro de Pina, polêmico jornalista local; o título, “A alucinante demagogia”, já dá o tom de sua posição.¹⁰⁹ O autor critica exatamente que, no período pós-independência, o Partido Único tenha implementado uma política esportiva instrumental, orientada por preocupações ideológicas e por um caráter totalitário, simplesmente para servir aos interesses de controle do Estado:

O desporto, prática humanamente significativa, não valia por si mesmo. Não era um direito individual, algo inerente ao carácter e à liberdade do praticante. O desporto não era uma escola de emulação e excelência. Era, tão somente, um instrumento do Partido, um veículo da ideologia dominante e da “transformação social” pretendida.¹¹⁰

Para Casimiro, sob inspiração soviética, o esporte que era apresentado como: “uma perene e inquebrantável corrente de unidade..., perspectivando aos atletas, dirigentes e clubes a grandeza dum país, que se guinda ou se queda à medida das vitórias que consiga ou das derrotas que sofra, as quais, mesmo individuais, são sempre colectivas”.

A crítica se dirige à natureza da intervenção estatal no esporte, entendido apenas como apêndice de outros projetos para o país. O autor considera ainda que nos dias de hoje seguem existindo resquícios dessa forma de compreender

¹⁰⁶ *Idem*, 10 de abril de 1976, p. 8.

¹⁰⁷ *Idem*, 19 de abril de 1976, p. 8.

¹⁰⁸ *Idem*, 1 de janeiro de 1977, p. 9.

¹⁰⁹ Publicado em *Expresso das Ilhas on line*, no dia 21 de setembro de 2007, disponível em: <http://www.expressodasilhas.cv/noticias/detail/id/466/>, acesso: 24 de maio de 2008.

¹¹⁰ *Idem*.

a política esportiva, uma consequência inclusive da continuidade de relação com Cuba:

Labora no erro quem julga que a “política desportiva” do Partido Único passou, sem remissão, à história. Só quem não ouviu o excelentíssimo secretário de Estado Américo Nascimento pode repetir esse equívoco. Pedro Pires e José Maria Neves, com aberrantes aproveitamentos, iriam, aliás, abençoar o esculacho demagógico do responsável pela “política desportiva”.¹¹¹

Enfim, uma vez mais vemos o esporte inserido e refletindo algo das tensões que constituíram Cabo Verde. Em função desse grau de relação e da originalidade do processo cabo-verdiano, esse país parece ser um interessante estudo de caso para os que desejam entender as relações entre a prática esportiva e a construção do ideário e imaginário da modernidade; ou, se quisermos ser mais exatos, das diferentes modernidades.

Para concluir esse item, vale usar as palavras de Luandino Vieira, um dos escritores angolanos mais identificados com as lutas anti-coloniais, em entrevista a Alexandra Lucas Coelho (do jornal Público), no ano de 2006, quando fora agraciado, e não foi receber, o Prêmio Camões. Ainda que não seja relativo a Cabo Verde, vale a pena para situar como o esporte é considerado como um importante elemento de auto-referência, de auto-identificação.

Luandino, quando perguntado sobre a missão política do escritor, afirma que o fundamental da luta pela independência está salvo. A entrevistadora pergunta então o que ele considera fundamental, ao que responde Vieira:

A independência política. Ninguém a beliscou, muito embora tenham tentado e se continue a tentar. O jogo político no mundo é esse, limitar a independência dos outros. A integridade territorial. Em certa altura da guerra, das guerras de invasão e depois da guerra civil que se generalizou, na mente e nos relatórios de muita gente estava a partição de Angola em bocados. Aliás, Angola, quando proclamou a independência, foi invadida pelo norte e pelo sul, não era para mais nada, era para partir. Não houve uma beliscadura. E a consciência de angolanos. A consciência nacional, que se reforçou. Mesmo com esta terrível guerra dos últimos anos. As pessoas terão motivos de ódio, é um país estilhaçado, mas se perguntarem se são angolanos... Os angolanos passam para o exterior, e aqui em Portugal já várias vezes me acusaram disso: “Vocês são muito arrogantes.” E eu digo: “Não, só temos é uma alta auto-estima.” E isso ficou. Se estas três coisas em 30 anos não têm valor... Uma consciência nacional muito forte - e

¹¹¹ *Idem.*

viu-se, **no campeonato [do mundo] de futebol**. Integridade territorial e independência política. Isso dá-me serenidade e confiança para o futuro¹¹².

Objetivos

Esta proposta de investigação está relacionada ao projeto guarda-chuva “Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo em Países Africanos de Língua Portuguesa”, já em desenvolvimento com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital 18/2007/CPLP/CNPq e Edital 13/2008/CPLP/CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Edital Apoio a Grupos Emergentes/2008 e Edital Jovem Cientista do Nosso Estado/2008).¹¹³

Muitos autores já argumentaram que há uma grande relação entre a prática esportiva e a construção de discursos acerca de uma identidade nacional¹¹⁴. No Brasil essas temáticas já têm sido constantemente discutidas, destacadamente desde as considerações de Gilberto Freyre acerca de uma possível originalidade brasileira na forma de jogar futebol, posições que inspiraram as reflexões de dois importantes intelectuais: Mário Filho, que em 1947 escreveu o importante “O negro no futebol brasileiro”¹¹⁵, e José Lins do Rego¹¹⁶, torcedor fanático do Clube de Regatas do Flamengo, cuja produção literária constantemente incorporava a discussão sobre o papel do esporte na formação cultural brasileira.

Nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito das universidades, a temática se tornou mais estudada: percebe-se o início de uma realização mais freqüente de investigações sociológicas e antropológicas ligadas ao esporte, onde se destacam as contribuições de José Sérgio Leite Lopes, Simoni Lahud Guedes e Roberto DaMatta. Desde a década de 1990, até os dias atuais, identifica-se a proliferação, inclusive em outras áreas de conhecimento (História, Educação

¹¹² Disponível na íntegra em: <http://espacotempo.wordpress.com/2006/12/27/luandino-vieira-quebra-um-aparente-silencio-de-quase-30-anos/>

¹¹³ Para informações sobre o projeto, ver: <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/projetos/africa/>

¹¹⁴ Para mais informações, ver: Antonio Jorge Soares, Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre, In: Pablo Alabarces (org.), *Futbológicas: fútbol, identidad y violencia en America Latina*, Buenos Aires, CLACSO, 2003; Richard Giulianotti, *Sport: a critical sociology*, Cambridge, Polity Press, 2005; Édison L. Gastaldo, Simoni Lahud Guedes (orgs.), *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*, Niterói, Intertexto, 2006.

¹¹⁵ Para maiores informações sobre o pensamento de Freyre e Mário Filho acerca do futebol brasileiro, ver os estudos de Antonio Jorge Soares.

¹¹⁶ Para maiores informações sobre a relação de José Lins do Rego com o futebol, ver estudo de Fátima Martin Rodrigues Ferreira Antunes, “Com brasileiro, não há quem possa!”, São Paulo, Editora da Unesp, 2004.

Física, Economia, Comunicação Social, entre outras), e o aperfeiçoamento das iniciativas de pesquisa: busca-se discutir o espaço e o papel da prática esportiva na construção sociocultural nacional.

Tais questões foram ainda constantes em outros âmbitos. Na literatura, as encontramos já no século XIX, em Machado de Assis, Olavo Bilac e Artur Azevedo, passando no século XX pela importante obra de Néelson Rodrigues, entre muitos outros. Na música, estiveram presentes nas letras de Wilson Batista, Chico Buarque, Ari Barroso, entre tantos. No cinema, receberam olhar privilegiado de Joaquim Pedro de Andrade (*Garrincha, alegria do povo*, 1963), Roberto Farias (*Pra Frente Brasil*, 1980), e recentemente de Cao Hamburger em *O ano que meus pais saíram de férias* (2006), uma pequena amostra do grande número de filmes que tematizam o esporte em nosso país¹¹⁷.

Devemos ter em conta, para melhor situar um dos porquês dessa forte relação entre esporte e identidade nacional, o grau de penetrabilidade da prática esportiva, notadamente do futebol, por todo o mundo. Em uma ordem mundial em que o sentido de nação parece difuso perante o poder das empresas transnacionais, algo que tem impacto maior nos países em desenvolvimento, e em que as organizações internacionais (ONU, Unesco etc) se encontram fragilizadas, as competições esportivas se apresentam como um dos principais fóruns para se louvar e exaltar a idéia de pátria, algo de grande importância para países que se tornaram independentes recentemente, como é o caso dos africanos de língua portuguesa.

No âmbito dos eventos esportivos, ainda que marcados por situações de desigualdade, esses países tornam-se ativos, conhecidos, mesmo surpreendentes: há sempre a possibilidade de uma vitória, de um empate ou de uma bela atuação, que será celebrada pela população local, com o incentivo de dirigentes e da imprensa, como uma grande conquista. As competições permitem uma performance pública internacional de nação não encontrável em praticamente mais nenhum outro espaço contemporâneo. Como bem capta Giulianotti (1999):

Por último, a longo prazo, a função mais importante do futebol e outros esportes na África deve estar relacionada ao seu potencial como meio de comunicação entre culturas. Especificamente, a atenção global que é dada às estrelas esportivas, e a constante cobertura mediática dos atletas de elite, deve fornecer uma ponte de mediação entre o mundo em desenvolvimento e países desenvolvidos. Os êxitos de atletas africanos no nível internacional

¹¹⁷ Para maiores informações, ver estudo de Victor Andrade de Melo, *Cinema e esporte: diálogos*, Op. Cit.

proporcionam enormes oportunidades educacionais para explicar a freqüente terrível história desses jogadores de elite.¹¹⁸

Além disso, e mesmo por isso, o esporte foi e continua sendo utilizado por regimes políticos e administrações governamentais tanto como estratégia para encaminhar propostas de intervenção social quanto como propaganda de uma suposta eficácia administrativa, para alguns um reflexo dos “avanços do país”.

Tendo em vista essas considerações e o apresentado nos itens anteriores, apresentamos os objetivos desse estudo.

Objetivo geral

Os estudos preliminares apresentaram a possibilidade de dividir o período de construção e consolidação do campo esportivo em Cabo Verde em cinco fases:

- *Fase 1 – do fim do século XIX até a década de 1930 - “Somos europeus” – o cricket e o golfe*

Momento de criação dos primeiros clubes, na Ilha de São Vicente, influência de ingleses que por lá se estabeleceram. Aparentemente as primeiras experiências esportivas têm forte relação com os primeiros momentos de um nacionalismo/protonacionalismo/nativismo local.

- *Fase 2 – da década de 1940 até 1975 - “Somos portugueses” – o futebol*

Período em que se sistematiza melhor o conceito de “caboverdianidade” não como uma proposta separatista, mas sim como uma conclamação para que Portugal reconhecesse que os cabo-verdianos eram portugueses peculiares; decresce a prática dos esportes pioneiros e cresce a importância do futebol, que de alguma forma expressa algo das tensões do momento, internacionais e locais.

- *Fase 3 – de 1975 até 1980 - “Somos cabo-verdianos, somos africanos”*

Momento de construção de um novo formato e compreensão do esporte, no primeiro instante da independência, sob a égide de um governo de Partido Único, de viés socialista, alinhado com o bloco soviético.

¹¹⁸ Richard Giulianotti, *Sport and Social Development in Africa: Some Major Human Rights Issues*, 1999. (Papers from the First International Conference on Sports and Human Rights/ September/Sydney/Australia, disponível em: <http://www.ausport.gov.au/fulltext/1999/nsw/p18-25.pdf>).

- *Fase 4 – de 1980 até 1991 – “Somos cabo-verdianos; não somos guineenses; somos africanos?”*

Com o golpe de estado na Guiné-Bissau, encerram-se os planos de unificação entre os dois países e reorienta-se a política do Partido Único, que seguindo as tendências e o quadro contextual internacional começa a preparar a abertura para o multipartidarismo. Nesse cenário, percebe-se uma grande imprecisão sobre os rumos do esporte.

- *Fase 5 – de 1991 até os dias de hoje – “Somos cabo-verdianos, o que somos?”*

Com a realização de eleições livres, desencadeia-se fortemente um processo de repensar o país e de busca de um espaço no cenário internacional. O esporte vai dialogar claramente com os movimentos esportivos mundiais (marcado pela forte comercialização da prática e sua relação com a cadeia produtiva), mas também continuará a ser mobilizado como ferramenta de construção de uma boa imagem para o país.

Tendo em vista o anteriormente discutido e essas cinco fases, esse estudo objetiva investigar a presença, o papel e a importância do esporte em dois desses momentos, o primeiro (a configuração da prática esportiva e sua relação com os primeiros momentos de um pensamento nativista) e o terceiro (o esporte e a construção de discursos e prática de um país independente).

A opção pela comparação entre esses dois períodos tem em vista que mais do que investigar um esporte específico, pretende-se analisar a presença do fenômeno social nos discursos sobre a construção de uma identidade cabo-verdiana em dois momentos-chave de sua história.

Objetivos específicos

- a) Investigar o papel que o esporte ocupou no quadro de tensões políticas coloniais;
- b) investigar a mobilização do esporte nos projetos de construção de uma identidade nacional;
- c) investigar a mobilização do esporte como ferramenta política governamental.

A viabilidade do projeto é garantida pelos seguintes aspectos:

- a) serão utilizadas como fontes primárias fundamentalmente os periódicos publicados em Cabo Verde; a coleta de dados já está em andamento há um ano (um ano e meio quando se iniciar o pós-doutorado); já foram consultados: Boletim Oficial de Cabo Verde (1898/1940); Independente (1912), Futuro de Cabo Verde (1913), Notícias de Cabo Verde (1931-1953), Claridade (1933-1935), Eco de Cabo Verde (1933-1935), Boletim dos Falcões de Cabo Verde (1936), Goal (1944-1945), Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação (1949-1963), Mocidade: Órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa (1955); Diário de Cabo Verde (1956); O Arquipélago (1962-1974); Novo Jornal de Cabo Verde (1974/1975); Voz di Povo (1975/1976);
- b) já foi consultada a literatura básica sobre a construção da identidade cabo-verdiana, bem como os poucos livros centralmente dedicados ao esporte em Cabo Verde;
- c) as outras fontes necessárias (estatutos, livros de memória, documentos diversos) já estão previamente localizadas em arquivos e bibliotecas de Cabo Verde e Portugal; já houve uma primeira consulta na Biblioteca Nacional de Lisboa; há recursos para realizar as viagens para coleta de dados em Cabo Verde e Portugal.

Justificativa

No decorrer da história, foram intensas e múltiplas as relações estabelecidas entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa. No caso de Cabo Verde, duas interessantes marcas podem ser apontadas: na década de 1820 surgira no arquipélago a idéia de uma composição/união autônoma com o Brasil, obliterada pela ação de Portugal; na década de 1930, o movimento organizado ao redor da revista *Claridade* tinha forte relação com o modernismo brasileiro. Na verdade, não poucas vezes na história cabo-verdiana houve argumentos sublinhando as relações de semelhança e irmandade com o Brasil.

A despeito dessas ocorrências, como aponta Marcelo Bittencourt (2003) para o caso de Angola, o que certamente pode ser extrapolado para as outras nações lusofalantes da África, compreender tais encontros nem sempre se estabeleceu como prioridade para o pensamento intelectual brasileiro.

A riqueza dos relacionamentos com os países africanos é algo que deve ser melhor entendido, sendo fundamental não só para o âmbito das Relações Internacionais, a partir de uma compreensão mais profunda do cenário geopolítico contemporâneo¹¹⁹, como também para que possamos ampliar o grau de entendimento de nossa própria trajetória, a partir de novas questões que vão emergir do contraste entre as peculiaridades históricas.

Por certo podemos observar mudanças alvissareiras nesse quadro de distanciamento. Percebe-se o crescimento do interesse e um maior número de investigações e de iniciativas de intercâmbio. Como aponta Bittencourt:

Esse interesse tem sido acompanhado (ou será a causa?) da abertura de disciplinas ligadas à temática africana nos departamentos de história e ciências sociais. O que se traduz em espaço de trabalho, estímulo para o professor ampliar seus conhecimentos, expansão dos grupos de interesse (...). Vivemos, portanto, um momento de amplas possibilidades no campo de estudos africanos no Brasil. Cabe a nós, pessoas interessadas em aprofundar esses conhecimentos e em divulgar tais percursos, a tarefa de expandir esses estudos e vencer os obstáculos ainda teimosamente existentes.¹²⁰

Esse projeto, nesse sentido, intenta tratar de um tema relevante ainda pouco abordado nesse novo quadro: o esporte.

Devemos lembrar que, no que se refere à prática esportiva, no âmbito governamental já existem algumas iniciativas de intercâmbio entre os países de língua portuguesa. Uma das mais significativas é a realização, desde 1993, da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa. Na ocasião de sua primeira edição, foi lançada a “Carta dos Desportos”, estabelecendo os princípios de uma colaboração mais estruturada.

Independente dessas iniciativas institucionais, ou mesmo as antecedendo, há que se ressaltar uma série de vínculos simbólicos entre o esporte brasileiro e o dos países africanos. Um destes, bem claro nos discursos em geral, é a importância atribuída ao futebol na construção cultural e na propagação da imagem da nação no exterior. Outro é a constantemente reafirmada admiração dos africanos pelo futebol brasileiro. Esse aspecto merece ser mais profundamente discutido, pois expressa algumas das dimensões que marcaram os relacionamentos estabelecidos entre nosso país e a experiência histórica africana.

¹¹⁹ Essa orientação é clara na ação das agências de fomento à pesquisa; no CNPq com os editais Pró-África e CPLP, e na Capes com os editais de colaboração internacional.

¹²⁰ Marcelo Bittencourt. *Op. Cit.*, p. 88.

No âmbito da investigação científica que tem o esporte como tema, não identificamos grande número de iniciativas de colaboração entre os países africanos de língua portuguesa e o Brasil. Embora venham sendo realizados há 18 anos os Congressos de Educação Física e Ciências do Esporte para Países de Língua Portuguesa, nos quais Brasil e Portugal desempenham papel de liderança, esses importantes eventos ainda não foram capazes de desencadear um movimento generalizado de intercâmbio e contribuição acadêmica¹²¹.

Para compreender o estágio das discussões relativas à presença do esporte em países africanos, com ênfase naqueles de língua portuguesa, foram realizadas consultas nas seguintes bases: a) na plataforma de periódicos da Capes/MCT/Brasil, em mais de 60 revistas nacionais e internacionais, entre os anos de 1970 e 2007, específicos de esporte, África ou cultura portuguesa em geral¹²²; b) no sítio da Los Angeles 84 Foundation, em mais de 20 periódicos internacionais dedicados ao esporte, onde prospectamos cerca de 400 referências¹²³; c) na página do African Studies Center¹²⁴; d) no Scielo, onde fizemos uso de palavras-chave¹²⁵; e) na página do projeto Memória da África¹²⁶; e) no Google (geral, acadêmico e livros), onde procedemos uma busca exaustiva; f) em arquivos e bibliotecas nacionais de Cabo Verde e Portugal.

Tendo em vista tal revisão preliminar, podemos considerar que:

a) Esporte e pós-colonialismo

Os estudos vinculados ao pós-colonialismo têm negligenciado o esporte enquanto objeto de investigação. Como afirmam Bale e Cronin (2003):

A despeito da vasta literatura que acompanha e tem analisado o pós-colonialismo, há pouco que foca o espaço do esporte no pós-colonial (...) a ausência do esporte, uma das mais globalizadas e compartilhadas formas de atividade

¹²¹ Esses encontros têm sido, na verdade, mais uma oportunidade de apresentação de um panorama do que se produz nos países do que uma instância de gestação de propostas de pesquisa em comum (o que certamente não invalida a relevância da iniciativa). As poucas experiências de investigações conjuntas foram desenvolvidas por colegas de Portugal e Moçambique, ligadas a cineantropometria, aprendizagem motora e epidemiologia. Destaca-se que no último edital Pró-África/CNPq/2008 foi agraciado com recursos um projeto conjunto da Universidade de São Paulo e da Universidade Pedagógica de Moçambique; o tema: efeito do exercício de resistência muscular em hipertensos Moçambicanos.

¹²² <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

¹²³ <http://search.la84foundation.org/>

¹²⁴ www.ascleiden.nl

¹²⁵ www.scielo.org

¹²⁶ <http://memoria-africa.ua.pt/Default.aspx>

humana é uma lacuna (...). Esporte e práticas corporais oferecem um potencial veículo produtivo para considerar o pós-colonialismo.¹²⁷

b) Esporte e estudos sobre a África

No que se refere à produção bibliográfica, foram encontrados e consultados os seguintes livros:

- “Sport in Africa: essays in social history”, coletânea organizada por James Mangan e Willian Baker (1987)
- “Sport in Asia and Africa: a comparative handbook”, coletânea organizada por Eric Wagner (1990)
- “Sport in África”, de Ossie Stuart (1993)
- “África, football and FIFA: politics, colonialism and resistance”, de Paul Darby (2002)
- “Leisure and society in colonial Brazzaville”, de Phyllis Martin (1995);
- “Football in Africa – conflict, conciliation and community”, de Gary Armstrong e Richard Giulianotti (2004)

Como se pode perceber, ainda se trata de uma produção limitada sobre tema de grande importância em um continente que desde a década de 1960 tem se destacado por seu envolvimento com a prática esportiva. Além disso, no que se refere a nosso interesse específico, há bem poucas referências aos países da CPLP.

No que se refere aos periódicos, duas iniciativas recentes demonstram que o esporte começa a ser mais considerado pelos pesquisadores que se dedicam a estudar a África: foram centralmente dedicados ao futebol, no ano de 2006, o periódico *Afrika Spectrum*, editado pelo Institut fur Afrika-Kunde/German Institute of Global and Area Studies, e, em 2007, a revista *Ufamahu: a Journal of African Studies*, números 2 e 3, editado pela Universidade da Califórnia.

Ainda assim, observa Bea Vidacs:

a prática dos esportes modernos na África tem sido negligenciada, a despeito de sua grande importância para os africanos. Sugiro que isso está relacionado em parte à deficiência dos estudos sobre o esporte e em parte pela idéia de pesquisadores que o esporte é algo trivial e seu estudo não pode contribuir para a solução dos graves problemas da África.¹²⁸

¹²⁷ John Bale, Mike Cronin (eds.), *Sport and postcolonialism*, Nova York, Berg, 2003, p. 5.

¹²⁸ Bea Vidacs, Through the prism of sports: why should Africanists study sports? *Afrika Spectrum*, v.41, n° 3, 2006, p. 344.

Como no caso da produção de livros, não foi possível também encontrar um número significativo de estudos sobre os países africanos de língua portuguesa. Sobre Cabo Verde, nada foi encontrado. Uma referência especial merece o lançamento de uma edição temática do periódico português *Análise Social*, que segundo os organizadores, Nina Tiesler e João Coelho:

Dedicado ao futebol, este número temático da *Análise Social* quebra uma tendência geral de indiferença das ciências sociais em Portugal em relação ao estudo do futebol. No caso da sociedade portuguesa, a centralidade social do futebol é por demais inegável, tornando surpreendente, não só para acadêmicos internacionais, o número muito limitado de estudos neste campo no país.¹²⁹

Dos artigos publicados, três são mais interessantes para nosso estudo, o de Paul Darby¹³⁰, o de João Nuno Coelho e Nina Clara Tiesler¹³¹, e notadamente o de Nuno Domingos, uma aproximação inicial sobre o esporte em Moçambique, assunto de sua tese de doutorado na época em andamento. Trata-se de uma reflexão interessante, que certamente no futuro trará contribuições para pensar a prática esportiva naquele país, mas que naquele momento ainda se encontrava em estágio embrionário, algo, aliás, assumido pelo próprio autor no decorrer do texto.

c) Esporte e estudos sobre países africanos de língua portuguesa

Como visto, são poucas as investigações dedicadas ao esporte nos países africanos de língua portuguesa, notadamente as de natureza sociológica, antropológica e histórica. Mesmo em Portugal só recentemente a prática esportiva tem sido alvo de maiores preocupações por parte de pesquisadores ligados às ciências sociais e humanas¹³². Vale considerar a conclamação de Domingos:

Muitos dos princípios analíticos utilizados em estudos acerca do papel desempenhado pelo desporto em meio colonial, nomeadamente em trabalhos sobre

¹²⁹ Nina Clara Tiesler, João Nuno Coelho, O futebol globalizado: uma perspectiva lusocêntrica, *Análise Social*, Lisboa, vol. XLI, n° 179, 2006, p. 315.

¹³⁰ Paul Darby, *Op. Cit.*

¹³¹ Nina Clara Tiesler, João Nuno Coelho, *Op. Cit.*

¹³² Para mais informações, ver estudo de Nina Clara Tiesler, João Nuno Coelho, *Op. Cit.*. No que se refere à história, são dignos de nota os estudos de Irene Maria Vaquinhas, O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do esporte em Portugal (finais do século XIX/princípios do século XX), *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 14, 1992; Manuela Hasse, *Op. Cit.*, e Vitor Manuel Mourão Gonçalves da Costa, *O desporto e a sociedade em Portugal – fins do século XIX – princípios do século XX*, Lisboa, ISCTE, 1999, dissertação (Mestrado em História Social Contemporânea).

as possessões francesas e britânicas, suscitam questões aplicáveis à análise do caso português. O benefício trazido pela comparação entre modelos nacionais não dispensa, porém, um escrutínio mais singular que remeta o objecto para o contexto particular das sociedades em estudo. A hipotética especificidade portuguesa deve ser estilhada em estudos sobre espaços de colonização concretos pela investigação das estruturas sociais locais, das dinâmicas regionais, dos padrões de desenvolvimento.¹³³

Ainda que no Brasil já estejam mais avançadas as investigações que fazendo uso do arcabouço das ciências humanas e sociais têm o esporte como objeto, não há estudos sobre a África; tampouco tem sido corrente o uso do método comparado¹³⁴, que poderia contribuir para ampliar nosso olhar sobre o local, no contraste com o que ocorreu em outras realidades, inclusive com as quais, de alguma forma, compartilhamos códigos e relações históricas, como é o caso dos países africanos de língua portuguesa.

Esperamos que esse estudo possa contribuir para preencher uma lacuna que pode nos permitir lançar novos olhares tanto sobre o esporte quanto sobre a África. Mais ainda, pensamos que futuramente podemos abrir uma linha de investigação sobre o papel do esporte na construção da experiência moderna dos países de língua portuguesa.

Metas

Pretende-se ao final do período de um ano de pós-doutorado:

- Apresentação de comunicações em eventos científicos (ao menos uma);
- Publicação de artigo em periódico científico (ao menos um);
- Organização de um evento científico sobre o tema Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo nos países africanos de língua portuguesa (viável graças aos recursos do Edital 13/CPLP/CNPq/2008);
- Oferecimento, no segundo semestre de 2010, de uma disciplina sobre Esporte e África no Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ;
- Concretizar uma proposta de colaboração de investigação com a Universidade de Santiago/Cabo Verde e a Universidade de Cabo Verde.

¹³³ Nuno Domingos, *Op. Cit.*, p. 397.

¹³⁴ Victor Andrade de Melo, O esporte e a construção da nação: apontamento sobre Angola, *Op. Cit.*.

Métodos

Young considera que o debate sobre o pós-colonialismo seria mais simples se ele fosse definido somente como um período que se segue ao colonialismo e imperialismo. Dada a complexidade da discussão, o autor enumera os possíveis significados do conceito¹³⁵:

- “O pós-colonial é um conceito dialético que marca os grandes fatos históricos de descolonização e a busca determinada por soberania -, mas também as realidades dos povos e nações emergentes em um novo contexto imperialista de dominação econômica e política”;
- “O pós-colonial também especifica uma situação histórica transformada, a formação cultural que surgiu em resposta a uma mudança das circunstâncias políticas da antiga formação colonial”;
- “A pós-colonialidade pode ainda registrar a pressão resistente do mundo pós-colonial, demonstrando que não há ‘condição pós-colonial’ fora dos casos específicos de tensões de forças estruturais com a experiência pessoal e local”;
- Por fim, “Mais radicalmente, pós-colonialismo denomina uma posição política e teórica que encarna conceitos ativos de intervenção dentro de circunstâncias opressivas”.

Alinhando-nos às peculiaridades conceituais levantadas por Young¹³⁶, a título de complementação e síntese apresentamos ainda o ponto de vista de Sanches. Para ela, o pós-colonialismo:

corresponde menos a uma mudança do objecto de estudo do que uma outra forma de interpretar a tradição europeia, lendo-a, (...), de um ponto de vista simultaneamente exterior e interior à Europa. A abordagem pós-colonial questiona as certezas epistemológicas disciplinares, a linearidade de um tempo histórico centrado no Ocidente, ao mesmo tempo que se apropria criativamente da sua teoria a fim de recuperar outras subjectividades e narrativas silenciadas pelo eurocentrismo, assinalando o papel central da violência colonial na constituição das totalidades que o pós-modernismo viria a questionar e a pós-colonialidade a interpretar de um modo alternativo”.¹³⁷

¹³⁵ Robert J. C. Young, *Postcolonialism: an historical introduction*, Oxford, Blackwell Publishing, 2001, p. 57.

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ Manuela Ribeiro Sanches, Introdução, In: Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*, Lisboa, Livros Cotovia, 2005, p. 8.

Dialogando com esses autores e tendo em vista as peculiaridades do nosso objeto de investigação, pretendemos de início seguir as sugestões de John Bale e Mike Cronin no que se refere às possíveis contribuições do pós-colonialismo para os estudos do esporte. Considerando as necessidades de enfatizar a tensão das relações entre o colonizador e o colonizado, de providenciar leituras alternativas sobre as compreensões coloniais convencionais, de reinterpretar afirmações coloniais, de identificar resistências à colonização durante e após o período colonial e de demonstrar as contradições e ambigüidades dos discursos coloniais, os autores sugerem que uma agenda para os estudos do esporte, desde uma perspectiva pós-colonial, deve observar os arranjos e manipulações dos códigos esportivos e incluir:

o desvelamento da cumplicidade do esporte no processo de dominação colonial; a consideração das possibilidades e potencialidades do esporte como uma forma de resistência; o exame da natureza da representação do esporte no discurso colonial, incluindo uma interrogação das práticas dos autores, fotografias, gráficos e outras coisas envolvidas na representação colonial; a ligação do esporte com as teorias metropolitanas e seus sistemas totalizantes de generalizações; e a valorização dos espaços ocupados e investidos com seus significados próprios, pelas práticas corporais-culturais colonial e pós-colonial.¹³⁸

Alguns dos autores dedicados a estudar o esporte no continente africano já têm procurado captar essas tensões. Darby, por exemplo, critica o grau de representatividade concedido aos países da África nas instituições esportivas internacionais (FIFA, COI, entre outras). Para ele, o interesse dos países centrais nas nações africanas deve-se exclusivamente a questões de natureza econômica e de poder:

Análises empíricas podem demonstrar que o núcleo de membros europeus da FIFA tem tentado monopolizar o poder e recursos no mundo do jogo, procurando minimizar a presença ativa do Terceiro Mundo, restringindo a sua influência no centro das estruturas de tomada de decisão política do futebol mundial.¹³⁹

O autor argumenta que há sim perceptíveis mudanças recentes no papel ocupado pelo continente africano, tanto em função da estabilidade pós-independência de alguns países quanto devido à administração do brasileiro João Havelange. Mas há que se ter em conta que as próprias dificuldades internas,

¹³⁸ John Bale e Mike Cronin, *Op. Cit.*, p. 12.

¹³⁹ Paul Darby, *Op. Cit.*, p. 41.

de natureza política e econômica, contribuem para obliterar uma tomada de posição mais frontal a ainda desvalorização que persiste no cenário internacional.

Anteriormente, Eric Wagner já se perguntara se a difusão do esporte na África não poderia ser explicada pela idéia de americanização. O autor investe, contudo, no argumento contrário: pode-se observar um processo de africanização da prática. Em suas palavras:

Às vezes, aspectos da sociedade americana, como o esporte, são emulados. Mas isto não é americanização tanto como é modernização internacional (...) Eu acho que nós pensamos demasiadamente em dependência cultural no esporte quando na verdade é o próprio povo que geralmente determina o que quer e não quer, e é o povo que modifica e adapta as importações culturais, o esporte, para atender suas próprias necessidades e valores.¹⁴⁰

Para Darby¹⁴¹ seria difícil negar que o desenvolvimento do futebol (e o esporte em geral) esteve enquadrado pelos modelos coloniais, sendo utilizado pelos países europeus como estratégia para impor sua hegemonia e seus valores. Ainda assim, conclama o autor, devemos considerar que não houve sucesso total e mesmo houve efeitos contrários. Como vimos preliminarmente, as agremiações esportivas também eram usadas como estratégia de organização política de contraposição, tanto nos momentos que antecederam as independências quanto no decorrer dos primeiros anos de soberania, quando se observa um novo vínculo estabelecido com a antiga URSS.

Parece ser mais produtivo considerar não que o esporte substituiu e/ou destruiu as manifestações típicas de cada país, mas sim que ocupou espaço paralelo e foi ressignificado desde o diálogo com as peculiaridades locais, sem negar, todavia, que também em certa medida alcançou-se algo da intencionalidade estabelecida pela matriz européia, inclusive porque os eventos e agências internacionais esportivas são certamente fóruns de ressonância que interessam a um país recém-liberto. O próprio Darby resume bem a questão:

É interesse considerar as capacidades das populações locais para absorver, modificar e adaptar as importações culturais, como o esporte, para atender suas próprias necessidades e valores (...) Além disso, da mesma forma os esportes também serviram como fórum de resistência contra a exploração econômica e cultural externa (...) Isto foi conseguido utilizando o jogo como um mecanismo de expressão política radical e resistência às pressões hegemônicas da

¹⁴⁰ Eric Wagner, *Sport in Asia and Africa: a comparative handbook*, Londres, Greenwood Press, 1990, p. 402.

¹⁴¹ Paul Darby, *Op. Cit.*

Europa, em primeira instância, e posteriormente por aproveitá-lo como uma força mobilizadora na construção e promoção do sentimento de nação, tanto nos limites internos quanto na cena internacional.¹⁴²

Na verdade, há aqui uma tensão acerca do espaço e do significado da adoção do esporte no continente africano: controle ou resistência? Estou de acordo com Darby que parece mais interessante: “explicar o impacto da difusão do futebol na África em termos de um processo de mão dupla, ainda que desequilibrado, de troca cultural, interpenetração e interpretação do que constitui a hegemonia cultural”.¹⁴³ Alan Tomlison, analisando o cenário britânico, ainda chama a atenção para outra dimensão que devemos ter em conta:

Formas de esporte e lazer cresceram em padrões específicos das condições sociais. As formas de dominação potencialmente estabeleceram formas de resistência, mas não há nenhuma característica inerente ao esporte que o faça um objeto utópico ou subversivo no que se refere às estruturas de dominação.¹⁴⁴

Assim, parece ser necessário um olhar mais detido para a peculiaridade do que ocorreu em cada país, a busca de desvendar de forma mais complexa o quanto a prática do esporte significou possibilidade de resistência (notadamente por ser possibilidade de agrupamento), o quanto se adequou e/ou foi ressignificado pelas características culturais locais (notadamente por ser motivo de festa); o quanto foi mesmo controle: um processo sempre tenso e simultâneo.

Para o desenvolvimento desse estudo, os dados serão coletados em arquivos e/ou bibliotecas; a princípio: Arquivo Histórico de Cabo Verde, Biblioteca Nacional de Cabo Verde, Biblioteca de Mindelo, Mediateca de Mindelo, Biblioteca Nacional de Portugal, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino/Lisboa/Portugal.

As fontes serão basicamente periódicos publicados em Cabo Verde (já identificados a partir do livro de Oliveira, 1998, e parcialmente consultados), documentos sobre o esporte e/ou clubes de Cabo Verde (já parcialmente identificados e consultados na Biblioteca Nacional de Portugal) e livros sobre

¹⁴² *Idem*, p. 44.

¹⁴³ *Idem*, p. 45.

¹⁴⁴ Alan Tomlison, *Good times, bad times and the politics of leisure: working class culture in the 1930's in a small northern English working class community*, In: Hart Canteloni, Robert Hollands, (eds.), *Leisure, sport and working class cultures*, Toronto, Canadian Press, 1988, p. 59.

o esporte em Cabo Verde (já parcialmente identificados e consultados; falta apenas possíveis monografias de fim de curso a serem consultadas na Biblioteca da Universidade de Cabo Verde); serão também utilizados livros de memória, como o de Ramos (2003, já consultado) e o de Évora (2005).

Os conceitos de nacionalismo e de identidade nacional serão trabalhados a partir das posições de Benedict Anderson¹⁴⁵, atualizadas para o caso de Cabo Verde pelo estudo de Gabriel Fernandes.¹⁴⁶

Será aprofundada e constantemente atualizada a revisão da literatura tendo em conta a produção relacionada aos países africanos (com ênfase nos de língua portuguesa), ao esporte e ao pós-colonialismo, notadamente difundida em livros, periódicos e anais de eventos científicos. Para tal, pretende-se usar o Boletim Africanista do Centro de Estudos da Universidade do Porto, que periodicamente envia o sumário de publicações sobre o tema.

Plano de Trabalho

Agosto de 2009 a outubro de 2009

Realização de viagem a Cabo Verde e Portugal

Seguimento do tratamento dos dados coletados

Preparação de trabalho para evento científico (resumo já enviado para o “Lupor IV, Travelling Theories: Hybridisms, Diasporas, and Identities”, a ser realizado em Cabo Verde em Novembro de 2009)

Participação nas atividades do Núcleo de Pesquisa

Obs: No decorrer desse trimestre serão definidas as atividades no Núcleo, estando certas as participações nas reuniões periódicas e abertas as possibilidades de envolvimento em disciplinas de graduação, pós-graduação e quaisquer outras atividades que o supervisor julgar interessante/importante.

Novembro de 2009 a Janeiro de 2010

Realização de viagem a Cabo Verde e Portugal – coleta de dados e participação no congresso “Lupor IV, Travelling Theories: Hybridisms, Diasporas, and Identities”

Seguimento do tratamento de dados

Início da preparação de evento científico

¹⁴⁵ Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 1991.

¹⁴⁶ Gabriel Fernandes, *Op. Cit.*

Fevereiro de 2010 a abril de 2010

Seguimento de tratamento de dados
Envio de trabalho para evento científico (a ser escolhido)
Início de preparação de artigo para periódico
Seguimento da preparação de evento científico
Preparação de viagem a Cabo Verde e Portugal

Maio de 2010 a julho de 2010

Viagem a Cabo Verde e Portugal
Preparação de relatório final
Envio de artigo para periódico
Seguimento da preparação de evento científico

2º semestre de 2010 (depois do período de 1 ano de pós-doutorado)

Promoção de evento científico
Oferecimento de disciplina sobre Esporte e África no PPGHC/IFCS/
UFRJ (possibilidade de oferecimento de disciplina em conjunto)
Preparação de continuidade da investigação, buscando consolidar relacionamento com a Universidade Federal Fluminense e com as 2 Universidades de Cabo Verde.

Novas tecnologias da presença: o videofone e a cobertura da imprensa na Guerra do Iraque.

Vanessa Pedro¹

Um novo elemento tecnológico utilizado por redes de televisão de todo o mundo durante a cobertura do conflito anglo-americana no Iraque, iniciada em 20 de março de 2003, modificou a forma de reportar a guerra. A utilização do “videofone” contribuiu para construir uma nova forma de narrativa de guerra ou talvez uma maneira nova de contar o velho. O uso desse artefato tecnológico foi o principal elemento da cobertura jornalística da TV Globo² no Brasil juntamente com o envio pela emissora de um repórter no Oriente Médio. A TV Globo, através da utilização do videofone como um elemento de inovação tecnológica, apresentava um jornalista no *front*, como se houvesse colocado seus “olhos” a relatar os acontecimentos da guerra direto do campo de batalha. A cobertura de TV, com a presença do repórter e da tecnologia móvel, não deixa dúvidas de quando a guerra está acontecendo nem onde. São utilizadas as imagens ao vivo do “teatro de operações”, via satélite através do videofone, de onde quer que o repórter queira estar, para os telespectadores nos seus respectivos sofás. Duas questões centrais deste artigo são o papel do repórter na cobertura de guerra e a utilização das novas tecnologias que garantem a presença eletrônica do enviado e dos espectadores a registrar os acontecimentos bélicos, numa conjugação de elementos que, apesar de promover em tese a aproximação tanto da cobertura quanto espectador, em diversos episódios pode significar apenas a reprodução de discursos já estabelecidos, oficiais ou de registros periféricos realizados às margens do conflito.

¹ Jornalista, doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutoranda em História na Unversidade Federal Fluminense (UFF).

² A TV Globo é a principal rede de televisão do país, com alcance em todo o território nacional. Seu principal telejornal (*Jornal Nacional - JN*) é o mais assistido no horário nobre brasileiro, no ar por volta das 20h.

Essa conjugação de elementos, uso da tecnologia de transmissão ao vivo e presença do repórter, é utilizado em diversos momentos da cobertura como na declaração de guerra, no início da guerra, ao mesmo que tempo que apresenta o inédito anúncio ao vivo do início da ofensiva ao mesmo tempo em que imagens também em tempo real apresentam o local do conflito à espera do primeiro bombardeio. Essa combinação e a presença dos novos elementos tecnológicos e de presença diferem enormemente da maneira como a guerra era reportada e foi registrada antes da Guerra Total e do desenvolvimento da comunicação de massa. Tolstoi, em *Guerra e Paz*, trata da transmissão da informação sobre a declaração da guerra de Napoleão Bonaparte na Rússia. A tecnologia empregada e a presença do relator imprimem um outro tempo e uma outra configuração ao relato da guerra e à certificação das informações.

Do lado dos homens, a conversa ia cada vez mais animada. O coronel contava que o manifesto da declaração de guerra já fora publicado em Petersburgo, e um exemplar, que ele próprio lera, fora trazido por um estafeta especial, nesse dia, ao general-chefe.

Afinal de contas, por que essa guerra com Bonaparte: - disse Chinchine.

Ele já abaixou o topete da Áustria. Receio que agora seja a nossa vez.

O coronel, que era alemão, robusto, alto, sanguíneo, evidentemente bom patriota e bom soldado, sentiu-se ofendido com essas palavras.

- Porque, senhor – disse com um forte sotaque alemão -, porque o Imperador sabe o que faz. Disse no manifesto que não pode olhar, com indiferença, o perigo que ameaça a Rússia e que a segurança do império, sua dignidade, a santidade das *alianças* – acentuou especialmente a palavra aliança, como se nisso estivesse todo o sentido do caso, e, com uma memória impecável, oficialmente repetiu as primeiras linhas do manifesto... – “E o desejo que constitui a única finalidade do Imperador, que é estabelecer apaz na Europa sobre bases sólidas, levou-o a fazer passar uma parte do exército para o estrangeiro e a enviar novos esforços para chegar ao fim colimado”. Eis por que, senhor – concluiu, esvaziando o copo de vinho e solicitando um olhar a aprovação do conde³.

No *Guerra e Paz*, de Tolstoi, as personagens vão e voltam nas páginas discutindo a declaração de guerra, quem tem cópia do que foi dito, se existe mesmo a tal declaração, os motivos oficiais e se afinal existe uma guerra em curso e antes disso, se o império russo declarou guerra a Bonaparte. Uma personagem afirma que “parece” que publicaram em Petersburgo, centro do poder, a declaração de guerra do imperador e que a informação vai passando

³ Leon Tolstoi, *Guerra e Paz*, Rio de Janeiro, Ed. Ediouro, 2002, p. 88 e 89.

de boca em boca. Alguém lê a declaração e conta em um círculo de nobres, e assim a guerra vai sendo declarada e colocada em dúvida.

O velho príncipe parecia convencido, não apenas que os homens públicos atuais eram todos uns garotos que não entendiam o abc da obra militar ou governamental, e que Bonaparte não passava de um miserável francesinho que só tivera sucesso por não ter encontrado pela frente um Potemkin e um Sukorov, mas também estava certo de que havia apenas um mal-entendido político na Europa, que não havia guerra e que tudo isso não passava de uma comédia de fantoches que os homens de governo representavam para dar a impressão de estarem fazendo alguma coisa⁴.

Mesmo depois de páginas e discussões nos salões como a que o coronel alemão fala de cor trechos da dita declaração de guerra, que ninguém lê em público mas sempre fica sabendo por alguém ou leu em algum outro lugar distante como Petersburgo. A declaração de guerra é quase um boato que corre pelo país a partir do que se conta sobre um texto publicado pelo imperador em Petersburgo. As discussões sobre a declaração e as dúvidas sobre a guerra duram até que as mesmas personagens que a discutem passam a ir para os batalhões que se formam para enfrentar Napoleão. E a partir das despedidas e dos encontros no campo de batalha começa a se dar a narração da guerra através dos relatos em cartas dos soldados e generais para suas famílias.

Na guerra contemporânea, se tomar principalmente a invasão do Iraque, a narrativa do conflito é instantânea através das tecnologias da comunicação, como a transmissão ao vivo e as tecnologias móveis, e a presença do repórter na frente de batalha é o diferencial. Principalmente a guerra iniciada em 2003 no Iraque porque a guerra do Golfo anterior, ocorrida em 1991, já trazia a presença do repórter no *front* como o principal instrumento, mas a cobertura se concentrava especialmente nas imagens de visão noturna transmitidas pelos aviões da coalização liderada pelos Estados Unidos que bombadeavam a região. A guerra foi declarada ao vivo pelo presidente norte-americano George W. Bush, direto de sua sala em Washington, nos Estados Unidos, enquanto imagens também em tempo real mostravam Bagdá, a capital do Iraque, à espera das primeiras bombas, que efetivamente caíram algumas horas após a declaração pela TV.

Nesta guerra, a partir da declaração de guerra, a presença do repórter e a transmissão da guerra ao vivo se acentuaram e tornaram-se o carro-chefe

⁴ *Idem*, p.126.

das representações do conflito. Mas do que a guerra ao vivo, o elemento de portabilidade conferiu um novo caráter à cobertura. O uso do videofone é definidor da forma de narrar, principalmente no início do conflito, na declaração de guerra e nas primeiras semanas da ocupação, oferecendo a sensação buscada pelos meios de comunicação há tempos: a presença do repórter ao vivo, em “tempo real” na cena da batalha, só que agora possibilitando ao jornalista estar virtualmente onde ele quisesse ou pudesse estar para reportar o que vê, já que se tratava de um equipamento portátil que poderia ser transportado em uma valise e transmitir imagens e som de onde quer que se estivesse.

A presença do videofone, por outro lado, termina por reforçar ainda mais essa exigência da cena ao vivo e, em função da sua novidade e de sua promessa, ofereceu a sensação ao repórter, e por conseqüência, ao espectador de estar no *front* quando na verdade o enviado da TV Globo esteve todo o tempo transmitindo de um país vizinho ao conflito, o Kwait, com a urgência de quem estava vivenciando a guerra em Bagdá. “O atual é o instante em que a câmara converte em fato”⁵. As principais preocupações de Martin-Barbero, que escreve a partir da realidade de guerra da Colômbia e sobre seus meios de comunicação, são a busca por relações entre memória e esquecimento em tempos de guerra e a reflexão sobre o papel dos meios de comunicação nos modos de recordar e esquecer⁶. Também nesta guerra no Iraque, a cobertura das emissoras de televisão, e principalmente o que interessa neste ensaio, a TV brasileira, é o ponto fundamental para definir o que as pessoas vão lembrar ou esquecer. Através de diversos enviados especiais de TVs européias muitos lembrarão das cenas de Bagdá, mas a cobertura realizada por jornalistas brasileiros produzirá memória a partir das imagens com interferência do repórter Marcos Uchôa que tinha ao fundo a cidade do país vizinho, o Kuwait.

A TV Globo enviou à guerra contra o Iraque apenas um repórter, mas dispendeu ao conflito grande parte do noticiário de seu principal telejornal, o Jornal Nacional⁷, durante o período em que houve a invasão e o enfrentamento dos exércitos que atacavam e o local. Além de reservar muito tempo do seu noticiário diário para a cobertura da guerra, especialmente nos primeiros dias

⁵ Jesús Martin-Barbero, “Medios: olvidos y desmemorias”, *Revista Número*, Colômbia, # 24, 1998. “Lo actual es el instante que la cámara convierte en suceso”

⁶ *Idem*.

⁷ O Jornal Nacional (JN) não é apenas o mais importante telejornal da emissora como o mais prestigiado e assistido pelos brasileiros em canal aberto.

da invasão⁸, a TV Globo desde o início destacava como parte de sua estratégia editorial a mobilização de sua rede de correspondentes internacionais por todo o mundo e usou isso como propaganda. “Do que mais falam os noticiários hoje é de si mesmos, muitíssimo mais do que do país”⁹, afirma Martin-Barbero. Antes de tudo, os correspondentes da TV Globo estavam quase todos situados nos Estados Unidos (Washington e Nova York) e na Europa (principalmente Londres, onde estavam dois jornalistas: Marcos Lozecan e Caco Barcellos; também na Espanha; na Itália e eventualmente se deslocando a outros países). As principais fontes de informação sobre o conflito eram o governo norte-americano e governos europeus e especialistas em guerra ocidentais. No Oriente Médio, com exceção do repórter Munir Safatli, que há anos cobre a região a partir do Líbano para o canal de TV a cabo da Rede Globo, a Globo-news, apenas estava presente o jornalista Marcos Uchôa.

O aparelho de videofone é composto por uma câmara de vídeo digital que capta as imagens e as envia ao vivo através de um aparelho de telefone por satélite de onde quer que o jornalista esteja em função da sua autonomia para a geração de imagem em movimento e som. O equipamento se tornou a grande novidade desta guerra em função da sua praticidade, já que todo o aparato sempre utilizado para transmissões ao vivo (câmeras, geradores e etc.) foi reduzido a alguns quilos e pode ser manuseado pelo próprio jornalista que está diante da câmara. Como pode ser carregado para onde quer que o repórter queira ou possa chegar, a tecnologia já vem conseguindo imagens inéditas para as emissoras de TV como transmissões ao vivo do meio do deserto, para usar uma imagem recorrente nas incursões armadas no Oriente Médio. Mas como ainda está em sua estréia de massa possui algumas limitações. A imagem não tem a mesma nitidez de uma transmissão convencional via satélite, as cores não são definidas e há chuviscos o tempo todo percorrendo a tela.

Mas ao longo da cobertura da guerra, o que seria uma amostra da precariedade da tecnologia acabou servindo como modo de transmitir a urgência dos acontecimentos. O repórter direto do cenário do conflito, com sua câmara sem nitidez, correndo riscos, transmitindo de onde poucos têm coragem de estar e enviando imagens que jamais seriam vistas pelos espectadores se aquele aparelho não tivesse sido inventado. O videofone reforça a idéia da constru-

⁸ A primeira edição do Jornal Nacional durante a guerra foi integralmente dedicada ao assunto e durou mais tempo do que as demais edições. O JN ficou no ar por uma hora no dia 20 de março.

⁹ Jesús Martin-Barbero, *Op. Cit.* (“De lo que más se hablan los noticieros hoy es de sí mismos, muchíssimo más que del país.”)

ção de um *presente autista* que Martin-Barbero define ao tratar da narrativa jornalística. Para o autor, os meios de comunicação se dedicam a fabricar um eterno presente, autista porque acredita bastar-se a si mesmo, sem contextualizar, sem se referir ao passado, à história. Quando a referenciam, em geral é apenas como uma citação ou adorno para colorir o presente¹⁰. Marcos Uchôa e o videofone estão lá, supostamente direto do conflito, com sua urgência e seu presente que retorna a cada edição do Jornal Nacional. Em suas reportagens há sempre o número de mísseis enviados e interceptados pelos norte-americanos, a necessidade de andar com máscaras de gás para o caso de um ataque com armas químicas (máscara que ele mostra através do videofone dentro de uma pequena sacola amarrada à perna) e quantas tropas mais entraram no Iraque naquele dia. Tudo isso, apesar da sensação de urgência e de perigo, de “direto da guerra”, sendo falado ao Brasil do alto de um hotel onde ficam os jornalistas na cidade do Kuwait. “*Contentious ideas about ‘the other’ are the staple of modern war coverage in the media, each idea promising to tell something more real about the enemy*”¹¹. Neste tipo de cobertura o perigo aparece como estando em qualquer parte, no Kuwait e em todo o Oriente Médio.

A precariedade tecnológica de uma transmissão de baixa qualidade técnica é utilizada para dar o grau de urgência de uma guerra. Esse grau de urgência e gravidade já alcançados chega a superar a novidade oferecida pelo videofone e que o colocou como vedete da guerra: a presença do jornalista em lugares inóspitos onde jamais um repórter chegaria antes para transmitir imagens ao vivo. A narrativa final que chega ao aos telespectadores brasileiros é de um repórter que aparentemente está na cena principal do conflito, mas que na verdade transmite do alto de um hotel numa cidade que não corre maiores riscos com a guerra do que outro país vizinho ao Iraque. As pessoas estavam morrendo em Bagdá enquanto as transmissões brasileiras direto da região falavam do pânico e da tensão dos moradores na cidade do Kuwait. Eram reportagens transmitidas com imagem tremida sobre a cidade, que certamente estava em tensão com os soldados norte-americanos entrando em território iraquiano através de seu país e podendo ser um novo alvo caso a guerra se alastrasse por outros países do Oriente Médio, especialmente considerando que o Kuwait já havia, dez anos antes, sido invadido pelo Iraque. “*Nesta nova era de alienação, na época da internet, da World Culture, ou “cultura global”, e*

¹⁰ *Idem.*

¹¹ Mohammed El-Nawawy e Adel Iskandar, *Al-Jazeera: the story of the network that is rattling governments and redefining modern journalism*, Westview Press, Cambridge, 2003.

da comunicação planetária, as tecnologias da informação desempenham um papel ideológico fundamental para amordaçar o pensamento”¹². No início da cobertura da guerra, este era o quadro da cobertura da Rede Globo: uma autopropaganda que anunciava a grande rede de correspondentes pelo mundo e um repórter direto do conflito. Eram os enviados internacionais direto de Washington, Nova York e Londres e um repórter da cidade do Kuwait falando sobre as tensões da cidade vizinha à guerra.

Todos os repórteres nesta guerra foram impedidos de seguir por território iraquiano sem estar em companhia de uma tropa norte-americana ou inglesa, ou melhor, a não ser que fizessem parte dela. A maioria esmagadora dos repórteres apenas foi autorizada a acompanhar o conflito se entrasse no Iraque junto com o exército invasor, da mesma forma que acontece com os jornalistas que sobem os morros do Rio de Janeiro apenas acompanhados da polícia, só que pior, porque havia sido proibido no Iraque de “subir” sem ela. Toda informação transmitida, por ordem do exército norte-americano, não poderia dar detalhes da localização nem passar conteúdos sem a autorização dos militares. Ou seja, nada saía para o mundo sem a leitura prévia, a autorização ou a censura do governo norte-americano. Tanto é que uma das apresentadoras da rede de TV norte-americana FOX chega a lembrar no ar, ao vivo, que todas as informações que seu repórter acaba de transmitir foram autorizadas pelo Pentágono.

Todas as informações que o repórter da Globo possui vêm dos militares norte-americanos e tudo o que ele testemunha vem de uma população vizinha ao conflito, que vive na tensão de receber uma resposta militar iraquiana, e o que ele transmite todas as noites através de seu aparelho de videofone são dados, números e não histórias da guerra. Para Walter Benjamin, “narrar é uma das mais velhas formas de comunicar. Não tenta transmitir o puro em-si do acontecimento (como faz a informação), mas ancora o acontecimento à vida da pessoa que relata, para passá-la como experiência àqueles que escutam.”¹³. Na cobertura brasileira de TV, o mais importante não eram as histórias que o narrador presenciou ou as notícias que pudessem mostrar algo além das informações repassadas pelo exército norte-americano, mas a presença de um enviado nas bordas do conflito transmitindo através de um ultramoderno

¹² Ignácio Ramonet, *Guerras do Século XXI: el imperio contra Irak*, Barcelona, DeBolsillo, 2004, p. 15.

¹³ Walter Benjamin, “O narrador”, In: *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985 [1936].

aparelho que pelo seu uso insere a TV brasileira na cobertura mundial ao lado das demais emissoras internacionais e pela sua tecnologia oferecia todas as noites a sensação de estar onde ninguém jamais esteve.

Os apresentadores do Jornal Nacional nos estúdios do Brasil reforçavam a idéia de que os espectadores estavam direto do *front*, mais próximos do que alguém jamais esteve em uma guerra. Numa das edições da primeira semana do conflito, a apresentadora do JN, Fátima Bernardes, avalia durante a transmissão que os repórteres nunca chegaram tão próximos do *front*. São palavras do governo norte-americano que a apresentadora da Globo repete como se fosse uma constatação devido à sua moderna transmissão e ao seu enviado especial na “região do conflito”. No dia seguinte à esta edição, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, conclui em declaração transmitida pela imprensa que a imprensa nunca foi tão livre para acompanhar a guerra.

Depois de algumas edições, no entanto, o repórter ou seus editores se deram conta de que o centro do conflito não era a cidade do Kuwait e passaram a transmitir informações sobre o que acontecia no Iraque ainda que a partir do hotel onde estavam instalados no país vizinho. Em transmissão ao vivo através do videofone para o Jornal Nacional em 25 de março de 2003, Marcos Uchôa fala de uma suposta revolta da população iraquiana na cidade de Basra, no sul do Iraque, contra o próprio governo iraquiano, que estaria sendo contida com bombas pelas tropas de Saddam Hussein. O jornalista não cita nenhuma fonte que pudesse ter visto a revolta popular e tampouco diz ter testemunhado algum dos acontecimentos que narra. Conta como notícia, como fato. Sequer afirma que os militares norte-americanos ou ingleses passaram à imprensa esta informação. Em sua entrada ao vivo, chega a dizer simplesmente que a revolta “está acontecendo naquele momento”. Era um acontecimento que naquele momento do conflito, caso confirmado, poderia alterar drasticamente o rumo da opinião pública. Bastaria que as pessoas acreditassem que Saddam Hussein estava novamente massacrando a própria população iraquiana para que a guerra dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha contra o Iraque começasse a ganhar legitimidade.

No dia seguinte, várias TVs de outros países noticiaram que a revolta jamais existiu e tampouco a repressão com bombas pelo governo iraquiano. A informação do dia anterior foi, segundo essas matérias, plantada pelos militares ingleses para tentar incentivar a revolta na cidade iraquiana. Na edição de 26 de março não houve notícia sobre o desmentido da revolta e nem o repórter

voltou ao ar para dizer que havia sido enganado ou que teria sido apressado ao divulgar a notícia sem citar fontes ou checar as informações. O dia já era outro, a narrativa já era substituída por uma mais recente, a batalha descrita era a seguinte. “A informação só tem valor no momento em que é nova. Então precisa entregar-se inteiramente a esse momento e explicar-se nele”¹⁴, afirma Walter Benjamin. Para Martin-Barbero, os meios de comunicação em geral se preocupam apenas com transmitir uma seqüência de acontecimentos não encadeados entre si que instalam um “presente contínuo”¹⁵. As matérias de Marcos Uchôa se encadeavam pelo tema, a guerra no Iraque, e pela presença do repórter e de seu equipamento de vídeo, mas não se encadeavam para formar uma história mais ampla, com um sentido que refletisse sobre os motivos do conflitos, que apresentasse suas contradições. “*No lugar de trabalhar os acontecimentos como algo que ocorre dentro de um tempo longo ou pelo menos mediano, os meios os apresentam sem nenhuma relação entre eles, em uma sucessão de fatos (...), em que cada acontecimento acaba apagando o anterior, dissolvendo-o*”¹⁶. Assim, a notícia da suposta revolta dos iraquianos contra Saddam e do novo massacre não é mais revisitada ou explicada ou desmentida na edição seguinte.

Quando analisa a presença da imprensa norte-americana nas coberturas das guerras do século XX, Noam Chomsky volta sua atenção para as “*técnicas de propaganda*”, usadas pelo próprio Estado em sintonia com a mídia e também através dela, na formação da opinião pública do país. “*Propaganda is to a democracy what the bludgeon is to a totalitarian state*”.¹⁷ Chomsky analisa as coberturas realizadas pela imprensa norte-americana durante as duas guerras mundiais, a Guerra Fria e contemporaneamente as guerras no Afeganistão e no Iraque no sentido de perceber como foi construído na sociedade americana nesses vários momentos o desejo da guerra. A mesma avaliação não cabe ser feita à imprensa brasileira mas de certa forma a cobertura, especialmente de TV, no Brasil durante o início da guerra do Iraque se utilizou de um aparato de propaganda também para convencer seus espectadores de que realizava uma cobertura de ponta, que estava ao lado das grandes redes de TV dos países desenvolvidos e diretamente ligados à guerra no Iraque. Como se participar

¹⁴ *Idem*, p. 204.

¹⁵ Jesús Martin-Barbero, *Op. Cit.*, p. 02.

¹⁶ *Idem*. (“En lugar de trabajar los acontecimientos como algo que sucede en un tiempo largo o por lo menos mediano, los medios los presentan sin ninguna relación entre ellos, en una sucesión de sucesos (...), en la que cada acontecimiento acaba borrando al anterior, disolviéndolo”)

¹⁷ Noam Chomsky, *Media Control: the spectacular achievements of propaganda*, Seven Stories Press, New York, 2002. (“Propaganda é para a democracia o que o porrete é para o totalitarismo”).

da própria cobertura da guerra através dos enviados especiais espalhados pelo mundo e utilizando equipamentos de alta tecnologia fosse uma forma de ingressar numa certa modernidade e a possibilidade de se colocar lado a lado com canais como CNN e BBC. Ainda que esses correspondentes não estivessem tão bem distribuídos assim nem a tecnologia os tenha feito mostrar eventos que outras TVs não mostraram. Mas era a guerra ao vivo e as notícias sobre as incursões dos exércitos norte-americano e inglês os principais focos da cobertura, restando pouco interesse na discussão sobre os motivos e a legitimidade da guerra. O videofone insere a TV Globo na cobertura mundial.

A cobertura da TV Globo continuou a enviar notícias da guerra a partir do Kuwait durante todo o tempo em que os soldados norte-americanos lutavam no sul do Iraque, que foi o período de maior resistência armada iraquiana no início da guerra e que causou surpresa em todos os jornais e ao próprio governo dos Estados Unidos. Quase três semanas depois, Marcos Uchôa começou a transmitir do Iraque quando então acompanhava os soldados norte-americanos que já haviam avançado país adentro até Bagdá. Também na capital do Iraque o repórter fala da tomada da cidade depois que ela já está invadida pelas forças estrangeiras. Não se trataria de cobrar que a TV brasileira corresse todos os riscos para transmitir ao vivo os acontecimentos da guerra e a presença do repórter em Bagdá também não seria garantia para uma cobertura crítica, mas trata-se de analisar como a emissora e seu correspondente apresentaram o clima da Guerra e utilizaram a pretensa tensão de ser testemunha de uma catástrofe, onde a suposta presença do repórter era ela mesma o centro da cobertura, sem uma análise que fosse mais reflexiva e não focada nos dados militares, nas informações oficiais, na tecnologia como notícia e na presença do repórter. Transmitir uma notícia é selecionar informações, refletir sobre os eventos que reporta e testemunha, ouvir pessoas e escolher o que será noticiado. Para Chomsky, o resultado do que se vê nos noticiários tem sido uma limpeza e uma ação para moldar o material cru através de definições prévias do que é ou não publicável. “O material cru da notícia precisa passar por sucessivos filtros, deixando apenas o resíduo purificado pronto para publicação. Em primeiro lugar eles estabelecem as premissas do discurso e da interpretação, e a definição do que é publicável”¹⁸. Notícia na maior parte das

¹⁸ Noam Chomsky e Edward S. Herman, *Manufacturing Consent: the political economy of the mass media*, New York, Pantheon Books, 1994, p. 02. (“The raw material of the news must pass through successive filters, leaving only the cleansed residue fit to print. They fix the premises of discourse and interpretation, and the definition of what is newsworthy in the first place”)

entradas ao vivo do repórter da TV Globo foram as manobras dos exércitos norte-americano e inglês, dados da artilharia disponível e a própria presença do repórter. Por estarem à margem da cena da guerra em função de diversos fatores, inclusive por censura do governo norte-americano, a TV brasileira também não tentou voltar a sua cobertura para a análise do conflito, mas ao contrário buscou dar a sensação de estar recebendo notícias da guerra minuto a minuto. O máximo da análise oferecida pela emissora era um mapa dos países do Oriente Médio onde um outro repórter nos estúdios da TV no Brasil dava detalhes sobre o tipo de máquina de guerra utilizada nas ações daquele dia e por onde os generais norte-americanos afirmavam ter avançado.

A maior parte das imagens apresentavam apenas o poderio norte-americano e como seria infantil tentar detê-lo ou questioná-lo. A estratégia de demonstrar um poder tão grande que chega a paralisar o outro foi utilizado no início da guerra pelo governo dos Estados Unidos ao apresentar slogan “Chock and Awe” (Choque e Temor), cuja doutrina significa mostrar tanto poderio militar, o lançamento de grande número de bombas num único momento e a tomada em massa das cidades que a população do lugar ficaria paralisada e se entregaria. Em outros momentos outros impérios também já utilizaram a estratégia de demonstrar tanto poder, não apenas militar, a ponto maravilhar e paralisar outras nações com o objetivo de desmobilizar qualquer reação contrária. Esse foi o papel da Exposição Internacional de Londres, montada pela primeira vez em 1851: o de grande vitrine e símbolo de todo o poder sufocante do Império Britânico. Para entender a presença desse poder é importante saber que a Exposição Internacional juntava no Palácio de Cristal todo tipo de cenário, trajes típicos de diversos países, animais empalhados, estátuas e principalmente todo tipo de invenção e novo produto e máquinas industriais, especialidades britânicas. Mas a exposição era tida como vitrine da “Indústria de Todas as Nações”. Myriam Ávila avalia a presença da Grande Exposição nas obras de escritores como Lewis Carroll e Edward Lear. Conforme reafirma Myriam Ávila, todo o espetáculo servia para deslumbrar e mostrar o tamanho do poder da Inglaterra. A idéia era uma apenas: “a ideia do poder ilimitado diante do qual todas as forças da natureza, todas as culturas, por mais remotas no tempo e no espaço, todas as idiossincrasias deveriam se curvar”¹⁹. A autora lembra que até mesmo as classes trabalhadoras, que começam a ser organizar politicamente na Inglaterra, são obrigadas por seus patrões a visitar

¹⁹ Myriam Ávila, *Rima e solução: a poesia nonsense de Lewis Carroll e Edward Lear*, São Paulo, Ed. Annablume, 1996, p. 183.

a exposição. De maneira semelhante, todos os dias é exposto o poderio bélico norte-americano, em atividade mais recentemente no Iraque. O mapa diário da guerra no *Jornal Nacional*, horário nobre da televisão brasileira, mostrava diariamente como os Estados Unidos têm em suas mãos o poder de subjugar um país como o Iraque ou qualquer outro. A resistência iraquiana, durante mais tempo do que se imaginava (o governo norte-americano e a imprensa), mostrou que a estratégia do “choque e terror” não conseguiu encerrar a guerra em apenas algumas semanas, ainda que o governo norte-americano tenha dado o conflito como oficialmente encerrado em maio de 2003. Depois dessa data, mais soldados norte-americanos foram mortos do que do período inicial da invasão até a data oficial para o final da guerra.

As demais emissoras de TV brasileiras não enviaram correspondentes ao Oriente Médio. Elas usavam em geral cenas compradas de emissoras de outros países, na maioria das vezes da norte-americana CNN e da inglesa BBC, assim como a TV Globo, que não tinha cenas do Iraque através das suas próprias lentes que estavam no Kuwait. Ainda que neste cenário exista uma padronização do noticiário e das imagens, duas surpresas alteraram sobremaneira a transmissão das TVs de todo o mundo, inclusive as brasileiras: as emissoras Al-Jazeera, do Catar, e a RTP, de Portugal, que tinham ambas jornalistas em Bagdá e em outras partes do Iraque antes mesmo que os soldados norte-americanos pudessem circular por esses lugares.

A Al-Jazeera começou a ficar conhecida no final de 2001 quando os Estados Unidos atacaram o Afeganistão. Quando os bombardeios no Afeganistão começaram, parecia que tudo seria como na Guerra do Golfo: imagens distantes que mostravam luzes verdes cruzando um céu também esverdeado como se tudo parecesse com um simples jogo de vídeo game. Sem vítimas aparentes, um bombardeio “cirúrgico” e “limpo”, com no máximo alguns “efeitos colaterais”. Um jornalista da CNN chegou a se desculpar e a dizer no ar que aquela não era uma guerra para a televisão porque eles não tinham imagens para mostrar. Uma das questões é que os jornalistas estrangeiros estavam proibidos de entrar no Afeganistão por ordem dos talebans, que comandavam a maior parte do país até então. O Taleban proibia a entrada dos repórteres e ao governo norte-americano serviriam as “imagens de vídeo game”, uma imagem ‘limpa’, sem mortos.

Então surge a Al-Jazeera, de um pequeno país árabe no Oriente Médio, o Catar. Se por alguma ligação com o governo no poder ou pelo fato de ser

a única TV árabe de projeção, a Al-Jazeera passa a ser a única emissora com permissão para entrar no Afeganistão e o fato obrigou de alguma forma o resto do mundo a contar outras histórias. A TV passou a mostrar que gente morria nos bombardeios. Era a única a apresentar Bin Laden falando em vídeo direto de cavernas no país. Os chamados “efeitos colaterais” dos bombardeios são traduzidos em número de mortos e casas destruídas. A Cruz Vermelha no Afeganistão é atacada “por engano”, um engano revelado apenas depois que a TV distribui as imagens do prédio destruído. As TVs do mundo todo tiveram que mostrar imagens da guerra, gente que morria, por mais que o governo norte-americano tenha pedido aos canais que “selecionassem melhor” as imagens antes de transmiti-las. Mas não foi possível. Era uma questão de audiência.

Desde então a Al-Jazeera tem se transformado em centro de discussões sobre as coberturas das guerras no Oriente Médio e de algum modo alterou o modo como as notícias sobre os conflitos são apresentadas. “Al-Jazeera has become a global trendsetter among mass media networks, shaping public opinion and politics from London to Jakarta. The war on Iraq has also served to place Al-Jazeera among the elite of television broadcasters worldwide”²⁰, afirmam Mohammed El-Nawawy e Adel Iskandar no livro que escreveram sobre como o canal de TV a cabo do Qatar emergiu no Oriente Médio e teve tanto impacto nos últimos anos no Ocidente. Os autores afirmam que o que aconteceu com o canal desde os atentados de 11 de setembro de 2001 pode ser chamado de “*unique and revolutionary phenomenon to date*”²¹.

Para não se tornar dependente da cobertura da Al-Jazeera, as TVs ocidentais tiveram que encontrar uma maneira de entrar no Afeganistão. Era isso ou ficar o restante do conflito mostrando imagens produzidas pela Al-Jazeera e fazendo a fama da TV do Catar. No início, os repórteres entravam clandestinamente, às vezes disfarçados sob uma burca, depois passaram a circular em lugares comandados por forças contrárias ao Taleban. Não significa que as imagens e os discursos produzidos tenham de todo expressado as diversas vozes e opiniões sobre a guerra. Muitas vezes, o registro da situação de pobreza pela qual passava e ainda passa grande parte da população servia para legitimar a interferência norte-americana na região. Mas o olhar da imprensa depois da Al Jazeera teve que se modificar alguns graus a Leste.

²⁰ Mohammed El-Nawawy e Adel Iskandar, *Op. Cit.* (“A Al-jazeera tem se originado uma tendência global entre as emissoras de massa, moldando a opinião pública e política de Londres a Jacarta. A guerra no Iraque também tem serido para colocar a Al-Jazeera na elite das empresas de televisão mundiais.”)

²¹ *Idem.*

No Iraque lá estava novamente a Al-Jazeera mostrando que era possível e necessário contar outras histórias da guerra, não simplesmente a partir do Kuwait ou dos porta-aviões. Seus repórteres estavam nas ruas de Bagdá e em outras cidades entrevistando pessoas, ouvindo e transmitindo a outros países histórias e opiniões que a maioria das TVs ocidentais não faziam questão de contar com suas próprias lentes. Novamente como no Afeganistão, inclusive as TVs norte-americanas em muitos momentos tiveram que transmitir imagens produzidas pela Al-Jazeera e não puderam mostrar apenas cenas de vídeo game como aconteceu na Guerra do Golfo, em 1991. Ramonet diferencia as guerras contemporâneas das do século XIX e parte do século XX em razão da supremacia militar não se traduzir necessariamente em conquistas territoriais e pelo papel central dos meios de comunicação. Segundo o autor, quando o poderio militar resulta em conquistas territoriais os resultados são incontrolláveis e midiaticamente desastrosos. Sobre as conquistas territoriais Ramonet afirma que “na conjuntura atual, e consideradas em longo prazo, estas resultam politicamente incontrolláveis, militarmente perigosas, economicamente ruinosas e midiaticamente funestas, em um contexto que tem confirmado os meios de comunicação como atores estratégicos de primeira ordem”²². A guerra no Iraque, que voltou a mostrar um conflito com conquistas territoriais quando isto já não era mais realizado, tem tido o resultado analisado por Ramonet: o conflito saiu do controle apregoado pelo governo norte-americano, com descontrole político e milhares de mortes da população local, tendo reservando à mídia um papel estratégico. Este papel varia entre o apoio à guerra, a crítica à invasão e a possibilidade de outras formas de narrar o conflito.

Além da Al-Jazeera, a novidade desta guerra foi o canal português RTP, que foi a primeira emissora a mostrar o início dos bombardeios aéreos em Bagdá. Foi a RTP, instalada na capital do Iraque, que mostrou as primeiras bombas caindo, antes mesmo das poderosas CNN, BBC e etc. Como no Brasil a TV Globo normalmente compra imagens dessas grandes emissoras anglo-americanas, também não foi a maior emissora brasileira que transmitiu as primeiras imagens da guerra. Foi a TV Cultura de São Paulo, uma emissora pública administrada pelo governo do Estado de São Paulo, a primeira emissora de TV brasileira a transmitir a invasão. Sem garantias para estar no Iraque, os jornalistas transmitiram, durante todas as primeiras semanas que duraram os combates, notícias direto da capital iraquiana e de outras partes do país. Também utilizando um aparelho de videofone mas transmitindo de

²² Ignácio Ramonet, *Op. Cit.*, 2004, p 12.

dentro da cena da guerra (e não a partir do vizinho) e com muitos momentos de reflexão e análise contaram histórias, saíram às ruas, entrevistaram pessoas. Dois jornalistas da RTP foram inclusive presos e espancados por soldados norte-americanos quando se aproximaram de um comboio mesmo depois de mostrar suas credenciais. É importante anotar que esses e muitos jornalistas de outras nacionalidades se arriscaram em estar em Bagdá muito antes das tropas norte-americanas e inglesas entrarem na cidade. E não foram bem vistos pelo governo dos Estados Unidos e muito menos protegidos por ele, tanto que o hotel Palestine onde estavam hospedados todos os jornalistas internacionais foi bombardeado pelo exército norte-americano. Dois jornalistas morreram no ataque que o exército chamou de “fogo amigo” e não de um ataque intencional. A RTP foi uma das poucas emissoras a mostrar o protesto de repórteres fotográficos em Londres que se recusaram a fotografar uma entrevista coletiva do ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, Jack Straw, e da ministra das Relações Exteriores da Espanha, Ana del Palacio, organizada no dia seguinte ao ataque ao hotel.

As imagens da RTP e da Al-Jazeera em muitos momentos furaram o cerco das imagens padronizadas ou das cenas de vídeo game. O vídeo game se tornou impossível ainda que muito se deixe de mostrar, mas a era do videofone foi inaugurada e talvez por enquanto tenha saciado o desejo de imagens direto da cena do conflito dos espectadores que aprenderam a não se contentar apenas com as luzes verdes que cruzam o céu sem matar ninguém, apenasstituindo governos. “La radio y especialmente la televisión trabajan sobre la simultaneidad de tiempos y la instantaneidad de la información que, possibilitadas por las tecnologías audiovisuales y telemáticas, se han convertido en perspectiva, esto es, en modo de ver y de narrar”, conclui Martin-Barbero que, ainda que fale dos meios convencionais utilizados pelas emissoras de TV, ilumina questões sobre a nova vedete da Guerra no Iraque, o videofone. Apesar de tudo, outra novidade é que nesta guerra os espectadores mostraram no Brasil e em muitos países do mundo que a sua opinião não se forma apenas na frente da TV ou por uma só emissora e nem se mostra apenas na poltrona enquanto a novela não começa.

Poder político e regulação do pré-sal: concessão e partilha

*José Alexandre Althayde Hage*¹

O que se tenciona analisar neste artigo são as razões e implicações políticas que devem impulsionar as decisões governamentais no momento de se criar o marco regulatório para a exploração petrolífera. De antemão, o artigo se concentra na questão brasileira, com algumas comparações internacionais. O escrito também tem a intenção de analisar alguns conceitos políticos que marcam presença na investigação sobre política energética que se faz no País, sobretudo no instante em que emergem defesas a favor do regime de concessão e de partilha.

Não há dúvida de que os temas relacionados à energia, principalmente petróleo, já são de grande interesse acadêmico e político no Brasil, constituindo grupos que passam a se especializar nos problemas de hidrocarbonetos sob a ótica da ciência política. Saindo de uma posição de expectador sobre questões energéticas internacionais, boa parte delas no Oriente Médio, o País passou a se interessar ainda mais por questões agora situadas nas Américas do Sul, quando não dentro do próprio território nacional. Neste aspecto são frisados dois acontecimentos.

Primeiro o desgaste político-econômico provocado pelo episódio do “apagão”, em que houve diminuição drástica de energia elétrica em todo o ano de 2001. As razões que levaram àquela crise vão desde alterações no regime das chuvas, muito pouca para aquele ano, até falta de planejamento e investimentos por parte do governo federal da época e das empresas que haviam se transformado em controladoras e proprietárias das antigas plantas estatais. O resultado disso foi mais uma vez o malogro de crescimento econômico que se havia iniciado.

A segunda razão se deu pela ascensão de plataforma eleitoral nacionalista na Bolívia, governo Evo Morales, em 2006, que transferiu para o Estado, via Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia – YPF, duas refinarias da Petrobrás.

¹ Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Exerce atualmente atividade pós-doutoral no Departamento de História da UFF.

A petroleira do Largo da Carioca se transformou em prestadora de serviços, baixando sua condição naquele país. De fato, são duas questões que podemos incluir uma terceira por meio da também plataforma nacionalista no governo paraguaio de Fernando Lugo, em 2007. Da mesma forma que o boliviano a atual presidência paraguaia vê na energia elétrica fornecida pela binacional Itaipu uma forma de aglutinar a opinião pública contra o Brasil e rever termos considerados injustos, de acordo com Assunção.

Não são questões energéticas que desembocam em conflitos de grande intensidade, a exemplo dos existentes no Oriente Médio e Ásia Central. Mesmo assim, podem conturbar e provocar descrédito nos governos que não conseguem resolvê-los a contento. No caso do governo Fernando Henrique há quem veja na sua dificuldade em lidar com o apagão para apontar o malogro da eleição presidencial de 2002, em que se saiu vitorioso Luiz Inácio da Silva. Por outro lado, sob termos denominados populismo, ou algo afim, candidatos que viram na energia meios para sensibilizar e ganhar apoio das massas foram vencedores, como Morales na Bolívia.

Para quem só percebia questões sobre energia em terras distantes, ou em outros períodos, como a crise do petróleo de 1973, a sociedade brasileira teve logo duas preocupações a tratar: o apagão e a nacionalização dos ativos da Petrobrás na Bolívia. Como eram assuntos de relativa despreocupação a universidade e partidos políticos não haviam desenvolvido instrumentos conceituais e especializações para trabalhar com o tema; a não ser um ou outro grupo multidisciplinar, mas mais voltados para engenharia, como a COPPE/UFRJ e IEE/USP. De modo salutar os interessados em ciência política e relações internacionais também se sensibilizaram com a energia, além dos politécnicos, isto porque em muitas vezes a sorte e desenvolvimento dos Estados têm relação direta com estoques de energéticos.

E pelo motivo de haver maior preocupação com energia surge a necessidade de existir, de igual modo, maior atenção com os conceitos ou com o desdobrar das idéias. Não seria demais falar, nem redundante, que muitos interesses são voltados para petróleo, gás natural, etanol, urânio etc, sendo que o debate pode se tornar turvo e parcial. Por isso mesmo o momento é bastante propício por causa das descobertas das jazidas de Tupi, o chamado pré-sal.

De modo geral, boa parte dos interessados no assunto sabe das características básicas do pré-sal. Compreendem que suas reservas são de tal importância que podem alterar qualitativamente a posição brasileira no sistema

econômico internacional, com efeitos que também poderão ser sentidos politicamente. De fato, se o Brasil se tornar fornecedor internacional de energia haverá a necessidade de se saber como isso se dará, com quais instrumentos e quais perspectivas. Sabe-se que só o petróleo, como fator suficiente para a riqueza, não se sustenta.

Por isso mesmo está em alto nível de preocupação, que deve se transformar em debate, para se saber qual o melhor regime (marco regulatório) que se deve adotar para a atual situação brasileira. A partir desse ponto, o debate e reflexões podem se tornar polarizados. Isto porque parte considerável dos interessados na questão é mobilizada em virtude dos reais interesses que estão em jogo e, por isso, sejam levados a defender um ou outro regime que, no final das contas, corre o risco de defender também um ou outro governo ou partido.

É lícito dizer que é legítimo que o analista tenha preferência partidária e política. Particularmente, neste artigo, não se corrobora a máxima de que o estudioso não possa apresentar suas preferências com o temor de exercer ideologia. A premissa de que o cientista, ainda mais social, tem de se divorciar de suas escolhas para não obscurecer o objeto de estudo pode ser falsa, autoritária e tão ideológica quanto a do crítico que o combate por esse expressar opinião. Afinal, quem vai corroborar ou refutar a opinião do analista são os dados da realidade. O defensor do marco regulatório de 1997, governo Fernando Henrique, tem toda a legitimidade de assim o fazer, até porque se trata de defender interesses econômicos.

Da mesma forma, é também pertinente que se advogue mudança no regime de 1997 para outro modelo; há também legitimidade na defesa de plataforma econômica nacionalista. Quem vai provar que a razão está com A ou com B é o amplo debate e a realidade em questão. Embora esse tipo de observação possa ser estranho para este veículo ele é pertinente. O regime feito há mais de dez anos é de concessão; agora se procura substituí-lo pelo o de partilha.

O debate sobre esta questão torna-se importante não somente pelo fato principal, a energia e riquezas provenientes das megajazidas de óleo, mas também pelas conotações políticas e instituições que o assunto provoca, fazendo com que analistas e interessados em geral venham a imputar características ao tema que representam mais interesses setoriais e visões de mundo do que a realidade. Certamente isso se aplica ao debate sobre o marco regulatório.

É certo e legítimo, e isso já foi aqui frisado, que setores empresariais privados queiram tirar proveito dessa riqueza. Afinal de contas, quem paga imposto, cria empregos e contribui para o desenvolvimento da economia nacional é a empresa, a iniciativa privada para realizar coisas. Dentro desse aspecto seria conveniente que o regime jurídico do petróleo continuasse sendo o de concessão, visto que a atuação do poder público sobre o setor tende a ser menor e as movimentações financeiras sofrem menos intromissões que o regime de partilha.

Contudo, não é lícito criar relações que não sejam críveis, que expressem comportamento ideológico, não assumido, de quem as aplica, sem sofrer críticas e observações necessárias para o bom debate. Trata-se da relação que liga automaticamente o marco regulatório de concessão em alguns países produtores de petróleo com regimes de governo. Vale dizer, Estados Unidos, Reino Unido e Países Baixos, por exemplo, são democracias maduras, portanto, seu marco é o de concessão, uma vez que as instituições são adiantadas para o momento.

Por outro lado, países produtores do mundo em desenvolvimento, membros da Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo – OPEP, preferem a partilha. Preferem a partilha porque não são democracias, suas instituições são corrompidas ou fracas. Deste modo, caberia ao Executivo planejar e observar diretamente a produção e negociação do bem.

Com efeito, a premissa é provocante e merece análise. Não há dúvidas de que as democracias dos países industrializados, como os citados acima, conformam instituições maduras, que pode dar maior margem de liberdade, inclusive econômica, para seus nacionais. Mas a relação entre marco regulatório e democracia não pode ser automática, pois pode ser falsa.

É congruente dizer que os países industrializados sejam democracias pioneiras, que a iniciativa empresarial goza de espaço que talvez não exista ainda em muitos países em desenvolvimento. Mas é incongruente dizer que naqueles Estados a concessão existe por causa da democracia e, em outro diapasão, que resta ao mundo em desenvolvimento ficar com o autoritarismo e com a partilha. Seria mais lícito afirmar que a concessão não guarda relação direta com o regime de governo, mas sim com o de quantum de poder político de tais Estados sobre o setor.

De início, se os Estados industrializados preferem adotar a concessão no lugar da partilha a razão disso deve ser encontrada no fato de que o poder político deles goza de grande autoridade. Em outras palavras, Estados Uni-

dos, Canadá, Reino Unido e outras potências não descuidam da economia da energia, nem deixam de formular estratégias que levem em consideração a “segurança energética”. Por isso, dentro desse aspecto há dois modelos de se exercitar estratégias desenhadas pelo Estado, pelo poder político, mesmo nos Estados Unidos e Reino Unido.

Primeiro diz respeito à tradição institucional mais liberal de alguns Estados que preferem atribuir papel relevante na economia da energia para determinadas empresas privadas, mas nacionais que cumprem algumas linhas estratégicas que coadunam com a visão do poder político. Talvez o exemplo mais bem acabado seja o dos Estados norte-americano e britânico, em que não há empresas públicas para o petróleo, mas nem por isso deixa de haver autoridade do Estado. Michal Mann já expressou essa idéia ao formular o conceito de “Estado infra-estrutural”, em que o poder político goza de tal autoridade que não é necessária à existência de algum ente público, caso de uma empresa, para fazer valer a palavra do Estado.²

Segunda razão cabe a Estados com histórico de maior presença na construção da economia nacional. São considerados, em parte, Estados de “industrialização tardia”, em que seu avanço contou com grande suporte do poder público. Sob esse nível encontram-se França, Japão e Noruega com relação heterogênea entre o Estado, empresa estatal e empresa privada. Nesse grupo há democracia, mas cabe ainda ao poder público observar diretamente a energia.

Dizer que o poder político de países com histórico avançado na democracia e no liberalismo econômico é pequeno justamente por causa de suas características pode ser errôneo. Da mesma forma pode também ser equivocado dizer que o Estado brasileiro é mais interventor do que os desenvolvidos. Já é conhecido o fato de que essas potências desenvolvem estratégias de longo prazo para assegurar a regularidade de petróleo, sobretudo do importado.

Outra questão que embaralha o raciocínio com respeito à concessão feita por alguns Estados industrializados é o fato de que as grandes petrolíferas internacionais, as maiores do mundo, são privadas. São companhias com sedes na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e nos Países Baixos. Seria demais apressado não atribuir relação proveitosa e complementar entre o poder político desses países com as empresas privadas, sem reflexões mecânicas que afirmam ser o Estado comitê especial da classe dominante; nem sua visão cosmopolita, no qual se prega o fim da soberania em prol de uma sociedade

² Michael Mann. “O Poder Infra-Estrutural dos Estados”, In: Michael Mann. (org.), *Os Estados na História*, São Paulo, Imago, 1990.

civil internacional, acima dos entes nacionais, e das megacorporações que não respeitam fronteiras ou regulações governamentais.

Neste texto se procura argumentar que a escolha do marco regulatório não tem relação direta com democracia, autoritarismo ou populismo. Mas sim com o quantum de poder que o Estado em questão guarda para fazer valer seu direcionamento que deve ser incorporado pela sociedade em geral. No entanto, além das razões políticas e institucionais aqui apresentadas, quais são os demais elementos que pesam para se saber qual regime escolher?

Certamente a escolha não deve passar pela democracia, mas sim pela natureza econômica e técnica das jazidas. Estados Unidos e Grã-Bretanha, por exemplo, fazem concessão pelo motivo de suas reservas estarem em condições de exploração de grande dificuldade, tornando-as mais onerosas – daí o regime de concessão para empresas que têm de obter mais incentivos para a empreitada. A exploração do Mar do Norte, iniciada em 1981 com parceria entre Estados Unidos, Canadá e Reino Unido foi descoberta de enorme relevância para a época, mas ninguém se deixou levar por entusiasmos com relação à facilidade de exploração; sabia-se que o pico da produção seria curto e a área de grande dificuldade geográfica.

O petróleo do Mar do Norte fora considerado de alto risco para as petrolíferas privadas. No entanto, fazia-se urgente explorá-lo em virtude da segunda crise do petróleo que atrapalhava muito a economia mundial, sobretudo dos países mencionados; não havia muito tempo para reflexões. O regime de concessão se deu justamente pela dificuldade de tirar o óleo do mar e era necessário atrair as empresas que só entrariam no risco sabendo que haveria atração econômica pelos resultados positivos. Tirando o pico de produção daquela área, de 1982 a 1986, não se falou mais em Mar do Norte. O eixo da discussão se voltou novamente para o Oriente Médio e adjacências.

Coincidência ou não, as maiores reservas de petróleo e gás natural não estão nas proximidades dos Estados industrializados, como ocorreu com o Mar do Norte nos anos 1980, embora haja esperança no golfo do México. Elas estão localizadas no mundo em desenvolvimento. Arábia Saudita, Coveite, Irã, Nigéria, Rússia e outros produtores com complicada vida política. A exploração de petróleo nesses países se dá de forma muito menos complexa, exigindo menos esforços, portanto, o risco tende a ser inferior. Explorar petróleo no Oriente Médio é muito mais promissor do que na Europa Ocidental ou no

Alaska. Eis a razão para escolher o modelo de partilha; ele tem pouco a ver com o autoritarismo.

Escolher a partilha não é questão de mais ou menos democracia, mas sim de tirar maior proveito de um recurso, cuja exploração é considerada “cheque visado”, sem grandes riscos. Sua escolha significa que os ganhos podem ser compensadores, mesmo para a empresa privada. É claro que pode haver Estados com menos riqueza petrolífera que tenha adotado a partilha, mas isso não muda o fenômeno. O liberal Chile não é alto produtor de óleo, mas seu regime é de partilha. A “estatizante” Noruega tem regime análogo ao de concessão, porém, sua penetração nos assuntos de energia, escolhendo empresas etc, é maior que seus primos do norte.

Eis a questão que deve interessar ao Brasil. Regime de concessão teve sua razão de ser em 1997. Um país que não era considerado promissor na economia internacional de energia teria de ter mecanismos de atração para que a empresa privada se sentisse compensada pelo trabalho. Não havia Tupi, nem suas estimativas volumosas. Em 2007 houve a descoberta de Tupi, Carioca e outros poços, com cálculos que beiram a mais de 50 bilhões de barris.

Assim, o marco regulatório tem de ser escolhido e analisado a partir das expectativas econômicas, geológicas e técnicas do termo, e não por meio de falso debate que procura ligar o Brasil aos desgraçados do Terceiro Mundo, cuja riqueza do petróleo mais atrapalha que ajuda o real desenvolvimento social daqueles povos. Mas a questão de fundo da infelicidade daquelas sociedades não devem ser imputadas ao marco, mas sim a uma visão mais larga. O Brasil não era mais liberal por causa da concessão, nem deverá ser estatizante por causa da partilha.

Gloriana's Inglorious Island: war and state formation in the early modern era, a case study

*Eoin O'Neill*¹

Introduction

Queen Elizabeth I has long enjoyed – and continues to enjoy – a very favourable reputation. This is true for both ‘popular’ portrayals of ‘Good Queen Bess’ and Gloriana in the media and the majority of historical works dealing with her. Her positive image is even deeply ingrained in academia. In the introduction to one of the few works concerning the ‘Dark Side’ of Elizabeth the editor, Julia Walker, describes the difficulties she had in attracting contributions due to the “Elizabeth’s perennial popularity.”² Nevertheless, anyone looking for material on the ‘dark side’ of Elizabeth can easily find it in Ireland, especially during the last decade of her reign. This is what this paper will focus on.

In England the Elizabethan period is seen as a sort of golden era. In Ireland Elizabeth’s legacy is much more complicated and contested than in England. Instead of a golden age Ireland witnessed numerous rebellions and wars which were often savagely put down. Martial law and scorched earth tactics were amply used, with many resulting horrors. It can be argued that Elizabeth herself must be held ultimately responsible for many of these wars and much of what was done within them. Her Irish policy was inconsistent and often negligent (though it also be asked if it could have been otherwise). Indeed, if she was consistent about anything regarding Ireland it was her wish

¹ Dr. Eoin Ó Néill is currently a post-doctoral fellow in the Post-Graduate Program in History, Fluminense Federal University, Brazil. His doctoral thesis was on the Nine Years War and the Formation of the State in Ireland. He has published a number of articles on sixteenth/seventeenth century Ireland and his first book, *The State That Never Was: a theoretical narrative of the Nine Years War* will be published in Autumn 2010 by Irish Academic Press.

² Julia M. Walker (ed.), *Dissing Elizabeth: negative representations of Gloriana*, Durham (NC): Duke University Press, 1998, p. 1-2.

to have little to do with the island and to spend as little money as possible there. Unfortunately for her, she was forced more and more to deal with Ireland as it became the main problem she had to face during the final years of her reign.

Elizabeth's reluctance to deal with Ireland, or to define or follow a consistent policy for the country, meant that in many ways government became essentially reactive and local state power was left in the hands of individual officials and officers who had great autonomy to both interpret state policy and pursue their own interests. Human nature being what it is, their own interests were not always beneficial to the crown. Several officials – and other newcomers – were able to make their fortunes in Ireland, often at the expense of the crown purse or with detrimental long term impacts for state policy. Furthermore, the government was beset by infighting and factionalism, which was probably at its worst during the 1590s during the so-called 'second reign of Elizabeth'.³ At the same time the English-Irish or Old English were gradually excluded from the most important positions of power. Despite their constant loyalty and their proud claim of Englishness, they were suspect due to their religion. Spenser, among many others, accused them of having degenerated and no longer being English. Thus, the Elizabethan period was a time of great instability in Ireland. Land, power and privileges were lost by old elites while *arrivistes* made their fortune. Naturally this generated a reaction. In this paper I will be looking at one of these reactions, the Nine Years' War. I will focus on two central questions. The first looks at Elizabeth's responsibility for the war. To what extent did her policies and actions 'cause' the war? Could she have avoided the war by acting otherwise? The second is Elizabeth's impact on the running of the war itself.

Elizabeth and Responsibility for the Nine Years War

I will turn now to the question of Elizabeth's responsibility for the war. This is a question that I have never really seen discussed. On the one hand English historians tend to treat Ireland as somehow being separate and foreign to the English polity, something which when it is even dealt with is left to sections at the end of their works or to distinct works about Ireland and *not* England. The majority of Irish historians tend to focus on Ireland, take English intervention as a given and avoid the thorny question of responsibility.

³ John Guy, Introduction, the 1590s: the second reign of Elizabeth I, In: *The Reign of Elizabeth I: Court and culture in the last decade*, edited by Guy, John, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

Moreover, even historians such as Bradshaw who do not hide their 'nationalist' views have not dealt with this question. I am not sure why this is so, nor do I intend to explain why here. Rather in this section I will outline some of my thoughts on the question of Elizabeth's responsibility for the war.

As queen of England and Ireland Elizabeth, I believe, must take ultimate responsibility for the war. The propaganda of so many Tudor writers notwithstanding, Ireland was not a foreign country, it was not part of the New World. It had been held by the English crown since the twelfth century, while a large part of its population regarded themselves as English. Furthermore, the 1541 Kingdom of Ireland Act made all the inhabitants of the island subjects of the crown and theoretically gave them the same rights as 'Englishmen'. Yet the question of responsibility is much more complex than this. What is really of interest is how the queen's actions contributed to the war. Did her policies and decisions cause the war – perhaps this can be better phrased as to what extent did Elizabeth cause the war? Alternatively, was the war the result of other factors? Was it in some way inevitable, for example due to an unavoidable clash between an expanding state and marginal/fringe culture, a conflict between civilization and backwardness? Or was it something that was in some way structural – a misfortunate result of a European war being waged between Spain and Holland/England?

To answer these questions I will first focus on Elizabeth's general attitude towards Ireland, before moving on to more specific details. As I have already mentioned, Elizabeth was very not interested in Ireland, with her main concerns being not to spend money there and to prevent foreign powers from using the country to attack England. Although looking back at the Elizabethan era it may appear to be a time of a gradual but consistent expansion of state power over the country, this I believe is a mistaken view. English control of Ireland did expand considerably during Elizabeth's reign, however this was definitely not the result of a consistent or deliberate policy. The opposite tended to be true. Elizabethan policy to Ireland tended to be reactive. The same was true for most of the Tudors. In fact to a considerable extent this way the only option available because the destruction of the power of the Earls of Kildare and the imposition of English lord deputies, along with the progressive sidelining of the Old English elite, created a much more dynamic and volatile political situation in Ireland, cut off the crown from its natural supporters among the native elites and left policy ultimately in the hands of the Queen and her Privy Council whose knowledge of Ireland was severely limited and who also tended to be quite hostile to the Old English and Gaelic Irish. Thus, the expansion of

government power was to a great extent unintended. Elizabeth did subscribe to the idea that Ireland needed to be reformed (and probably also civilised), but she was unwilling to commit herself to any substantial project in this respect. Nor did she try to reform the administrative structure of the state, despite its all too obvious problems. Perhaps it would have been impossible to carry out the necessary radical reform, perhaps it was beyond the ability of Elizabeth. Instead she tried to leave Ireland be. However, her neglect of the country and her toleration of the actions of government officials, soldiers and settlers in the country who all helped to stir up trouble and caused wars and rebellions, meant that the Queen and her government had to react and intervene. This resulted in a gradual and rather chaotic expansion of state power, that depended to a large extent on the whims of government officials⁴. Allied to this was an intention, an ideal, of reforming and civilising the country, common to many different groups (with the exception of the Gaelic majority at whom this reform was aimed). There were vast differences over how to effect this reform, however by the 1590s Catholic Old English reformers had been sidelined, while Puritan influenced views – stressing the sword rather than the word – were becoming increasingly prevalent.

At the same time, neither the Gaelic Irish nor the Old English were passive ciphers merely reacting to the actions of English officials and settlers. They had, if you permit me to use sociological jargon, their own agency. They could make their own political, religious and ideological decisions. Indeed in many ways it was Elizabeth's actions that were reactive, catching up with the results of the actions of the many different social actors in Ireland. Yet in a dynamic and unstable situation, Elizabeth lacked the *virtú* that was required. Perhaps, as was the case of the Netherlands, what was required was a prince in residence - or at least one with a much more sympathetic understanding of her Old English and Gaelic Irish subjects. This would probably have been too much to ask of any European monarch at the time, though since Elizabeth is the only one of her contemporaries to be still regarded as a paragon of virtue, it may be fair to ask it of her⁵.

⁴ Lord Deputy Fitzwilliam's reform of Monaghan, involving the judicial murder of one important lord is an example of this.

⁵ Another question that arises here is that while Spanish (and Portuguese) atrocities in the New World are undeniable, defenders of the native peoples arose, notably Bartolomé de las Casas in the Spanish case and Padre Antonio Vieira in the Portuguese. There is no English equivalent in Ireland. Rather what exists is relatively large body of texts demanding the opposite, the extirpation or destruction of the Gaelic Irish and, though to a lesser extent, the Old English.

It is ironic that in two islands that have been closely tied for hundreds of years what may function well in one country (polity, kingdom, island or state – there are many options to chose from here) often has the opposite effect in the other. While the Tudors may have brought stability to England by bringing an end to the Wars of the Roses, curbing the powers of noble families, reforming institutional structures and imposing a state (as opposed to Catholic) church, their attempts to do the same in Ireland had the opposite effect, creating widespread conflict and what even may be regarded as structural instability. This became increasingly clear during Elizabeth's reign, yet the idea that state led reform was a cause of instability would have been anathema to the Elizabethan English – a category that, it is worth noting here, was becoming restricted to the English English (i.e., living in England and thereby assumed to be Protestant), excluding the Irish English (or Old English).

Following Henry VIII's suppression of the Kildare rebellion in the 1530s there would be no more Irish lord deputies. This proved to be quite destabilising for the country, as the network of alliances that had been built by the Earls of Kildare was not replaced by an alternative, resulting in increased factional conflict. Henry's break with Rome and the growing Reformist or Calvinist influence on the state church exacerbated the situation. Elizabeth inherited a complex, dynamic and instable country. She also inherited an institutional approach to Ireland that was clearly deficient and unable to deal with the country, or at least maintain peace, and which was essentially reactive. The Queen did little to change this approach – in part due to her own instincts and in part due to the constraints imposed by the context of a European war and shortages of funds.

It is interesting to compare Elizabeth's attitude to Ireland with that of Philip II and the Dutch⁶. Although Philip regarded the Dutch as heretics and rebels, he never accused them of being savages or barbarians. Nor, to the best of my knowledge, did any influential Spanish writers, soldiers or officials advocate the 'extirpation' of the Dutch, or boast openly about how many Dutch women or children they killed. In fairness it should be added that there were

⁶ It would also be interesting to compare the historiography of the Dutch Rebellion and Elizabeth's problems with Ireland, and more especially the Gaelic Irish. While Philip has been criticised as being too fanatical and too harsh in his treatment of the Dutch rebels, he (and his successors) balked when offered the option of opening dykes to flood Holland. By contrast, Elizabeth has received relatively little criticism for her generals' often horrific treatment of the Gaelic Irish. Chichester, the ultimate *arrieviste*, braggart and future Lord Deputy, openly boasted about killing women and children, while writers such as Spenser and Moryson graphically illustrate the horrors of the war their masters were waging.

numerous attempts to 'reform' or civilise the Gaelic Irish without resorting to coercive or military means. However, these proved generally to be failures, and had largely been abandoned by the end of the century. Reform now, to use Brendan Bradshaw's phrase, was to be with the sword instead of the word.

Elizabeth, as I have already said, inherited an unstable polity. Her negligence of the country exacerbated this instability, as did her toleration of the actions of many of her officials in Ireland, the gradual exclusion of the Old English elite from the positions of privilege they had formerly held in the state apparatus and the land-grabbing activities of English settlers, such as Peter Carew, on the basis of dubious ancient claims to lands long occupied by others. As a result, Elizabeth kept having to intervene in Ireland. Yet despite the continual efforts to pacify the island (or to defeat particular rebellions), and the subsequent apparent expansion of state power, including the Plantation of Munster in the 1580s, the country's problems, to the despair of the Privy Councillors in London, only seemed to get worse. To a large extent this was due to the inherent contradictions in Elizabeth's inconsistent policy towards Ireland (and to the Gaelic Irish in particular). While on the one hand she sought to pacify particular lords and impose order and civility, on the other she tolerated behaviour and policies that undermined the stability of the country.

However, as I have also mentioned, the Gaelic Irish – and the various other groups in Ireland – all had agency, they were active participants in the Irish polity. They also contributed to the general instability, through their pursuit of particular aims, their conflicts, and alliances. They also bear some responsibility for the war. It is now time to turn to Hugh O'Neill and look at his responsibility for the war.

In his interesting book on Shane O'Neill, Ciaran Brady argued that there was an inherent instability in the O'Neill lordship, due to its size and geographic features, but most of all because of the tension between the rich but militarily vulnerable Strabane and the poorer but more powerful and defensible Dungannon. This created an aggressive dynamic within the lordship which, according to Brady, "was the acceptance of the fact that if they were to survive, the O'Neills must also dominate."⁷ However, although the O'Neill lordship was the most powerful Gaelic lordship, it was unable to achieve hegemony over Ulster. In a way the lordship in its quest for stability was condemned to endless war as it sought to achieve this hegemony, a task

⁷ Ciaran Brady, *Shane O'Neill*, Dundalk, Dundalgan Press, Historical Association of Ireland, 1996, p. 9.

made harder by conflict and disputes within the lordship. Hugh O'Neill entered this world of O'Neill politics very inauspiciously. Both his father and elder brother were killed in the O'Neill civil war of the 1550s. Hugh O'Neill actually had to seek refuge outside the O'Neill lordship, but in Ireland not in England as is commonly believed. When he returned to Ulster as the Baron of Dungannon around 1569 he had to be supported by government troops. Yet over the next three decades he managed to expand his power and build alliances to effectively achieve the long desired O'Neill aim of domination over Ulster, also building up a network of personal connections elsewhere in the country that would prove later extremely useful.

It is interesting to look at the O'Neill and Elizabeth's contrasting attitudes to his rise to power. Elizabeth believed that she was responsible for this, while O'Neill himself thought that he had achieved everything through his own 'scratching'. At the end of 1597 the Bishop of Meath, Thomas Jones, reported the following conversation with Hugh O'Neill in which he had tried to explain to the latter that the Queen had always dealt with him fairly:

To this he was willed to call to his remembrance how Her Majesty had dealt with him all that time, how from his cradle she had persevered him by her motherly care, and that, as soon as he could ride a horse, she not only enabled him by a large pension, but also, upon all occasions in his need, assigned all her forces to attend him for his defence, and at length had advanced him to this great honour. Hereunto he answered most ungratefully, that her majesty *had given him nothing but what belonged unto him*, and that he rather ascribed the things which he had gotten *to his own scratching in the world than to her majesty's goodness*; and also pleaded his great deserts, viz., that he had spent his blood, &c. And that it was he that had kept all quiet unto this time past.⁸

The next question that arises is whether O'Neill and Elizabeth could have reached some sort of lasting accommodation? In my opinion this is not easy to answer. Certainly Elizabeth did not want to wage an all out war in Ireland, yet in the 1590s to an extent events in Ireland were beyond the direct control of the Queen. During what Guy calls the 'second reign of Elizabeth' factions and the Queen's old age took a toll on her government, in Ireland things were much worse. Lord Deputy Fitzwilliam represents much of what

⁸ Thomas Jones, Bishop of Meath, to Burghley, Dublin, 28 December 1597, *CSPI, July 1596 – December 1597*, p. 484 (italics added.)

was wrong with the state⁹. He was seen as corrupt, while the execution of Hugh Roe MacMahon and, more especially the kidnapping of Hugh Roe O'Donnell undermined the trust of Gaelic lords in the state and helped O'Neill build up his Confederacy. This in itself was not enough to trigger the war or to change a localised rebellion into a countrywide conflict. It took O'Neill's skill and Elizabeth's ineptitude for this to happen. O'Neill built up a province wide alliance. Initially he only wanted to achieve the long coveted O'Neill aim of mastery over Ulster. He would probably have been satisfied with palatine status. Yet this was complicated by a number of factors – some of which have already mentioned, such as factions in the government and local officials' pursuit of their own aims. In addition, Elizabeth wavered constantly in the orders and advice she sent to her officials in Ireland. She also tended to avoid making decisions. She did not want a war and did not want to spend money, but at the same time she was initially reluctant to give O'Neill generous terms. For example, in a letter written in October 1594 by the Queen to the Council in which she criticised them for not arresting O'Neill when he had appeared before the Council in August, she also admonished them for letting O'Neill talk of a truce and peace: "Besides, in the Earl's letters to Moore mention is made of truce and peace, which we disdain to hear in the mouth of a subject; so we hope you have not given him cause to speak thus."¹⁰ At the same time the Queen sent a letter to Lord Deputy criticising him for not devising any scheme to capture O'Neill and for failing to follow a divide-and-rule strategy to bring the Earl to heel:

We hold it strange that in all this space you have not used some underhand way to bring in the Earl; and we think that by setting division in his country, wherein full many there are which would be glad to be maintained against him, and by other sound means, he may be disabled and reduced to obedient conformity, which were more honourable to us and commendable in you than to be put to trouble for such a base person.¹¹

⁹ Perrot summarises Fitzwilliam's government as follows: "He found the countrie in peace, it continewed soe for a time, and might have byn made better, had not particuler respectes and endes prevalyed above the consideration of publicke good both in the governors and governed." Sir James Perrot, *The Chronicle of Ireland, 1584-1608 By Sir James Perrot*, Edited by Wood, Herbert, Dublin, Coimisiún Lámhscríbhinní na hÉireann/The Stationery Office, 1933, p. 83.

¹⁰ The Queen to the Lord Deputy and Council, Richmond, 31 October 1594, *Carew, 1589 – 1600*, p. 100.

¹¹ The Queen to the Lord Deputy, Richmond, 31 October 1594, *Carew, 1589 – 1600*, p. 101.

The Lord Deputy, however, was constantly asking the Queen and the Privy Council whether they wanted war or peace, begging for supplies, money and men, and warning that O'Neill threatened the whole realm:

I find the Earl of Tirone's forces and means to be so strong, his late provision of munition so great, his friends and favourers, even in every place of the Pale, so many, and the malice extreme of the Jesuits and Seminaries possessing and incensing him so extreme, that unless Her Majesty will be pleased to resolve a speedy prevention, by supplies out of England, I see not what should let him to endanger the whole state.¹²

However, the Queen was reluctant to follow either course, appearing to want neither war nor an acceptable peace (which would essentially have involved a general pardon and given O'Neill palatine power over Ulster). The result was deadlock and a consequent drift to a long and very expensive war. Nonetheless, Elizabeth still refused to choose either course, only agreeing to send more soldiers to Ireland in November 1594. Moreover, when the Lord Justice of Ireland was sent to London to discuss the situation with the Queen, she not only refused to meet him, but also admonished the Council in Dublin for having sent so important a figure and complained that O'Neill was interested in the outcome of Gardiner's trip:

'But, that which is most strange to us, in the course of his letter we find a privacy acknowledged by the Earl of our Chief Justice's coming into England, including in further words both hope and expectation of his success in the journey'. A meaner person might have served, and therefore would we have him stayed.¹³

Elizabeth seems to have missed an opportunity here to achieve a settlement here. It is possible that at this early stage in the war some sort of peace could have been established. This may not have lasted long – since the Queen would have had to accept what was unacceptable to her, a limitation on her power and a return to the *status quo ante*. She would also have had to reform her government in Ireland, something that may not have been possible. In addition, it has to be asked if O'Neill would have respected a long-term peace? Again it is hard to say. O'Neill's initial aim was mastery in Ulster, which he

¹² Lord Deputy to Burghley, Dublin Castle, 8 November 1594, *CSPI, Oct. 1592 – June 1596*, p. 281. At the same time Russell wrote bluntly to Robert Cecil: "If present order is not taken for Tirone, her Majesty will in short time hazard the loss of the realm." Lord Deputy to Sir Rob. Cecil, Dublin, 15 November 1594, *CSPI, Oct. 1592 – June 1596*, p. 282.

¹³ The Queen to the Lord Deputy and Council, *Op. Cit.*, p. 100.

ruthlessly achieved. He also made Ulster essentially ungovernable through numerous small-scale raids, burnings, assassinations and other forms of harassment. Nevertheless, he appears by and large to have been able to control his forces when he wanted. Another question was trust. O'Neill had numerous contacts within the government and was friendly with several loyal lords and officials – though there were others, notably Bagenal towards whom he had a deep animosity (while others, especially new arrivals would in turn develop a deep animosity towards him). If used properly these networks of friendship, kinship and patronage, could have helped anchor a peace. However, they tended to run counter to the ethos of late Elizabethan government, dominated in Ireland by individuals who sought to increase their own fortunes, who tended to be strongly anti-Catholic, regarding the Old English as degenerates and disloyal, and who also favoured, to use Brendan Bradshaw's phrase 'the sword' rather than the 'word' in the reform of the Irish state. Many of these came to play an increasing role in the government during the war – and would dominate it after the war. Finally, the role of Spain has to be considered. It was to the interest of Spain that the war continue. No doubt if a peace had been established, the Spanish would have tried to undermine it.

The Nine Years War was very complex. It was not triggered by a single event, but rather was the result of the interaction of numerous factors and the actions of many individuals. In relation to the Elizabeth, although she was not solely responsible, as Queen, she must bear some responsibility. This might be best described as a failure of government, omission and perhaps even incompetence. Elizabeth, through her neglect of the country, her wavering and her toleration of factions, corruption, and the autonomy of officials created the conditions which led to the war. Admittedly, she had no direct control over many of the events but these were often the unintended consequences of her decisions or her policy towards Ireland.

Elizabeth was an absentee monarch in Ireland, as was common in sixteenth and seventeenth century Europe. Some monarchs of composite kingdoms were successful, many were not. They also faced particular problems, based above on all on the absence of a court, a physical point of contact between the monarch and local elites, through which the elite could gain access to the monarch and to the privileges the monarch could bestow. In exchange the monarch could forge alliances, build support, get information and gain experience. Elizabethan policy towards Ireland, notwithstanding the attempts

of some individuals, was critically hindered by the distance between Ireland and London (a distance that has meanings other than purely physical), as well as by prejudice and ignorance. Maps were lacking, the Gaelic Irish were seen as barbarians, as nomads or Scythians, and even in some way as being evil in some way. Admittedly, the Old English were often prejudiced against their Gaelic neighbours whom they were only too happy to see portrayed as barbarians – though the Old English too would be marginalised. This prejudice, as well as ignoring the essential contribution of loyal lords, hampered the Elizabethan war effort.

In this respect it is interesting to draw a comparison with other composite kingdoms. The most obvious comparison is with the Dutch Revolt. It has many parallels with the Nine Years War – religious differences, an absentee monarch, unpopular laws, etc. However, it would also be interesting to examine why no other of Philip II's kingdoms rebelled – such as Catalonia and Portugal, which both rebelled in 1640. It also needs to be considered is that the Spanish kept control of the Southern Netherlands. Here, the appointment of Archduke Albert and his wife the Infanta Isabella as co-sovereigns provided a court and a source of leadership and policy which played an important role in the failure of the revolt in the Southern Netherlands. Another comparison, which to the best of my knowledge has not been much discussed, is with Charles I. There are parallels between Elizabeth's treatment of Ireland and Charles' treatment of Scotland and Ireland, related to problems of absentee monarchs compounded by religious difficulties and conflict with local elites.

Waging the War

I will now turn to look at the second question, namely Elizabeth's impact on the running of the war. From the discussion in the previous section, two of the Queen's most direct impacts seem fairly obvious: her reluctance to spend money and her wavering. Throughout the war Elizabeth remained concerned about money. When Mountjoy was appointed he was ordered to reduce the size of the army and to control spending:

Has resolved for the present to maintain an army of 12,000 foot and 1,200 horse, and has appointed such sums of money to be sent to Ireland, as shall be necessary to defray the expenses of other officers and servitors. No addition is to be made to the army, except for some notorious peril to the kingdom, which is to be notified with all expedition. All superfluous charge is to be abridged.¹⁴

¹⁴ Instructions for Lord Mountjoy, Jan. 1600, *CSPI, Apr. 1599-Feb. 1600*, p. 441.

Even at the end of the war, the Queen was still complaining to Mountjoy about the 'infinite costs' of the war:

(...) as you can well consider of what importance it is to Us to ease our Kingdom of those great or rather infinite charges, which We have thus long sustained, which stil continuing in that height, would take away the true feeling of our Victories, We have thought good for Us to lacke a great part of their reduction, as to be driven to that charge in keeping them, which our Crowne of England cannot indure, without the extreme diminution of the greatnes and felicity thereof, and alienation of Our peoples minds from Us, considering that for these only rebellions in Ireland, We have bin forced to part with many of Our ancient possessions, which are part of Our flowers of our Crowne, and to draw from our subjects (a thing contrary to Our nature) those great payments, which (but for the hope they had, that the same should not serve to work their future ease and respiration) they would not so willingly have borne, nor We so justly could have imposed upon them.¹⁵

However, this concern with money can be said to be true for almost all the monarchs of the time. Both Philip II and Philip III of Spain were forced to declare bankruptcy on more than one occasion, while, with the exception of Holland, all other states had to deal with chronic shortages of money. This was especially true when war was involved, which at the time was extremely costly, as Elizabeth – and all other monarchs – found out time and time again.

Elizabeth's frequent changes of mind often had a detrimental effect. As mentioned at the end of the last section, during 1594 Elizabeth could not make up her mind about how to deal with Hugh O'Neill. As a result time and money were wasted and opportunities were lost. Even when the decision was take to proclaim O'Neill as a traitor and to take military action against him, there were still constant problems with supplies, money and men. Building up supply lines took time – however, by the end of the war the system worked reasonably well, though they were still quite fragile and compared rather unfavourably with the Spanish Road used to provision Spanish troops in the Netherlands. Elizabeth's reluctance to accept a total war, which she was constantly advised would be expensive, clashed with her desire to achieve a peace on terms she deemed honourable rather than terms that reflected

¹⁵ The Queen to Mountjoy, Richmond, 9 Oct. 1602, *apud Fynes Moryson, An Itinerary Containing his Ten Yeeres Travell through the Twelwe Dominions of Germany, Bohmerland, Sweitzerland, Netherland, Denmarke, Poland, Italy, Turkey, France, England, Scotland and Ireland*, Glasgow, James MacLehose and Sons/University of Glasgow, 1908, iii, p. 225.

the actual situation. Thus, we can find Norris in April 1597 in the middle of unsuccessful negotiations with O'Neill complaining of the 'strictness' of his 'instructions', also stating that "the State will not yield any advice to alter any part thereof."¹⁶ Elizabeth's inconstancy imposed a sort of paralysis on the government, which was neither able to wage war or achieve a maintainable peace¹⁷. It also allowed O'Neill to take the initiative, allowing him to expand his confederacy, which spread into Connaught and Ulster, and also to strengthen his ties with Spain. Both of these increased the volatility of the situation and weakened the possibility of a non-military solution being found.

Ironically, Elizabeth's unwillingness to decide on a strategy gave the initiative to O'Neill and meant that she was forced to make concessions she had initially been unwilling to grant. For example, in September 1595 the Queen demanded that fairly harsh terms be imposed on O'Neill: after being pardoned O'Neill would have to petition for his living and estate, and would be stripped of the title of Earl:

Let him know that, besides his life, he has forfeited his whole estate, so as whatsoever he may have hereafter is to come to him anew from us. he must leave all combinations with all disobedient subjects and all strangers. If he consent to this, you may tell him you will procure that he shall be restored to his former estate of the barony of Dungannon, as granted to his father, Matthew, when Con O'Neale, his grandfather, was made Earl by King Henry VIII; the Earldom to remain in our disposition until he deserve to be restored to the same. It is to be considered what lands might be restored to him; none to be near the bridge or the fort at the Blackwater, nor to Armaghe, or Monaghan, or the Newrie.¹⁸

¹⁶ The Lord President Sir John Norreys to Sir Robert Cecil, Drogheda, 21 April 1597, *CSPI, July 1596-Dec. 1597*, p. 274.

¹⁷ This paralysis and drift took its toll on government officials. Perrott, for example, says that Norris died of a broken heart following his failure to sign a peace treaty, military setbacks and the appointment of a new Lord Deputy: "The ill success of the treaties and small progresse of the warres, together with this unexpected change of the Lord Deputy, comming with supreme authority, as well in martiall as civill causes, brake the heart of Sir John Norryes Lord Generall, a leader as worthy and famous as England bred in our age. [...] Certainly upon the arrivall of this new Lord Deputy, presently Generall Norryes was commanded to his government of Mounster, and not to stirre thence without leave. When he came thither, this grieffe so wrought upon his high spirit, as it apparantly brake his brave and formerly undaunted heart, for without sicknes of any publike signe of grieffe, he suddenly died, in the imbrace of his deere brother Sir Thomas Norreys, his vicepresident, within some two moneths of his comming into Mounster." Fynes Moryson, *Op. Cit.*, p. 206-7.

¹⁸ The Queen to Sir William Russell, Lord Deputy, Nonesuche, 28 Sept. 1595, *Carew, 1589-1600*, p. 124.

A few months later, with the prospect of a Spanish invasion seeming imminent, Elizabeth was forced to soften her terms considerably, telling Lord Deputy Russell, Norris and others that they could grant a free pardon to O'Neill and the other lords telling them to "make all the conditions as honourable as you may, and especially that our revenue in Monaghan be still answered to us."¹⁹

Furthermore, the refusal to fund the war properly and the unwillingness to accept O'Neill's terms was aggravated by serious conflicts within the Irish government. Between 1595-1597 the government in Ireland was severely weakened by the division of power in Ireland between Lord Deputy Russell and Sir John Norris, appointed as commander of the army. The antipathy and division between them was exacerbated by the fact that they belonged to opposing court factions - Russell was part of Essex's faction, while Norris belonged to Burghley's. The division between these two officials seriously undermined the government's war effort in these two years. Both adopted different positions towards O'Neill, with the Lord Deputy arguing for a harder course to be taken against the rebels in contrast with Norris' more favourable attitude towards a peaceful settlement:

There was in many things no small emulation betweene the Lord Deputie and him, and no lesse in Tyrones particular. The Lord Deputies seemed to the Lord Generall, to be unequall and too sharpe against Tyrone, with whom he wished no treaty of Peace to bee held, (which he wisely did, having experienced his false subtilties, and knowing that he sought delaies, onely till hee could have aide from Spaine.) But the Lord Generall (whether it were in emulation of the Lord Deputy, or in his favour and love to Tyrone) was willing to reclaime him by a Gentle course (which that crafty Fox could well nourish

¹⁹ The Queen to Sir Wm Russell, Sir John Norries, Sir Harry Wallopp, and Sir Geffrey Fenton, Richmond, 8 Jan 1596, *Carew 1589-1600*, p. 131. Nevertheless, after a treaty of sorts was achieved following these orders from the Queen, Elizabeth refused to meet with Lord Justice Gardener who had been sent by the Irish council to London to report on the negotiations, for amongst other reasons they had been too friendly with O'Neill: "Sir Robert Gardiner has not been admitted to Her Majesty's presence, because he and Sir Hen. Wallop had used too gentle subscriptions in treating with the rebels as 'your loving friends' and 'our very good Lord'." Sir Rob, Cecil to the Lord Deputy, the Court at Richmond, 9 Mar. 1596, *CSPI*, Oct. 1592-June 1596, p. 488. The Queen also complained that "she findeth so great cause of mislike as she hath been offended with her Commissioners that would receive or give ear to any such presumptions and disloyal petitions and answers," 'Instructions for such of her Majesty's Council in Ireland as shall be deputed by the Lord Deputy and Council there to meet with the two rebels Tyrone and O'Donell,' Richmond, 11 March 1596, *Carew, 1589-1600*, p. 167.

in him.) And it seemes some part of the Winter passed, while this project was negotiated betweene them.²⁰

Although this division was the result of the Queen's own decision – and to an extent of her declining ability to successfully play the different factions in her court against each other –, she refused to accept any responsibility, placing the blame solely on the government in Ireland:

The faults of their plot for proceeding against Tyrone. Fourteen thousand six hundred and twenty persons never before kept in wages by England in Ireland. Has caused a new plot to be devised. (...). 'And considering the many disasters happened in that realm, whereof we mind not by this our letter to express our opinion in whose defaults amongst you of our Council the same happened, being such and so notorious as it is but too apparent to the whole world that never any realm was worse governed by all our ministers from the highest to the lowest'.²¹

However, the Queen was unable to stop the feuding and bickering. Although Norris was less at fault than the Lord Deputy, he sent a stream of missives to Cecil complaining about Russell, accusing him, amongst other things, of disobeying the Queen:

Nevertheless seeing that his Lordship hath made no haste to send Her Majesty's pleasure to the rebel, I have myself sent to summon him to receive Her Majesty's resolution with all the expedition that he can, according as I was directed by Her Majesty's letter; this much I protest to your Honour, that I know the Lord Deputy will not spare to do anything that might bring me in disgrace and remove me from troubling his conscience here, fearing much his own continuance in this his government whereof he hath taken so good a taste he will try the whole credit of all his friends before he will leave it;²²

We can find a similar situation a few years later. In 1600 Essex constantly complained about his enemies in London. In fact he started complaining before he had left England:

For myself, if things succeed ill in my charge, I am like to be martyr for her. But as, your Lordships have many times heard me say, it had been better for

²⁰ Fynes Moryson, *Op. Cit.*, p. 198.

²¹ Queen Elizabeth to Sir William Russell, Lord Deputy and the Council, Whitehall, 18 April 1597, *CSPI, July 1596-Dec. 1597*, p. 266.

²² Sir J. Norreys to Cecil, Dublin, Mar. 23 1596, *CSPI, Oct. 1592-June 1596*, p. 501-2.

her service to have sent a man favoured by her, who should not have had these crosses and discouragements, which I shall ever suffer. [...], yet to enable me to reduce that rebellious kingdom of Ireland to obedience, lies in Her Majesty; for, if I have not inward comfort, and outward demonstration of Her Majesty's favour, I am defeated in England.²³

During his time in Ireland, despite reassurance from the Privy Council, his complaints got even stronger:

For I may boldly protest that I have not failed to execute that which either myself could conceive, or what was remonstrated to me by my fellows, to be for the advancement of Her Majesty's service. But, as i ever said, i ever must say: i provided for this service a plastron and not a curate; that is, i am armed on the breast, but not on the back. I could not fight so well as we would in a good. Howbeit, if the rebels shall once come to know that i am wounded in the back, not lightly, but to the heart (as, i fear me, they have too true and too quick advertisements of this kind), then what will be their pride and the state's hazard, your lordships in your wisdoms man easily discern.²⁴

Although Essex's complaints may have been exaggerated – and were certainly the wrong way to address the problem - there was probably some truth in them as we heard yesterday.

In addition, the fact that even Mountjoy, Elizabeth's most successful Lord Deputy, made similar complaints of being attacked and criticised by others, highlights how prevalent the infighting and disputes in court were:

(...) neither in the whole course of my life hitherto, nor in respect of the success of my government here, nor of my years, that are now almost forty years old, i deserve so little belief or reputation as to find myself believed in nothing concerning this estate or my own particular while i am here, and every idle projector, or poor false discontented informer, to prevail in your judgements against me. (...). My own heart and the heart of my endeavours are broken, and therefore, Sir, I desire you, even for humanity's sake, to deliver me of this burden, which you know how violently it was thrust upon me; and my own conscience knoweth how much I am wronged in it.²⁵

Elizabeth's instructions to Essex and Mountjoy are also worth looking at as they illustrate quite clearly how Elizabeth tried to shape a strategy for

²³ The Earl of Essex to the Privy Council, Hilbree, 5 Apr. 1599, *CSPI, Apr. 1599-Feb. 1600*, p. 5.

²⁴ The Earl of Essex to the Privy Council, The Camp, 1 July 1599, *CSPI, Apr. 1599-Feb. 1600*, p. 76-7.

²⁵ Lord Deputy Mountjoy to Sir Robert Cecil, 31 Aug. 1600, *CSPI, Mar.-Oct. 1600*, p. 397.

the war. They also highlight how little was known about the condition of English forces armies in Ireland, with basic information such as the actual size and condition of the army being lacking. In turn this indicates the failure of attempts to reform the state and reduce corruption. For instance Essex was ordered to find out the size and state of the army, since the existing muster certificates were taken to be completely wrong:

Inform yourself of the state and strength of our forces, and how they are provided with munitions and victuals; and because we have, as you know, resolved within compass of what numbers we will have you contain our charge', and there have been continual levies and transportations in excess of those numbers, 'send us a perfect declaration what numbers you have, how you have sorted them under captains, colonels, and superior officers, and what are the names of those commanders and captains'.²⁶

Furthermore, Essex was instructed to send every two months an 'estimate' of the Queen's 'charge' for the army and receipts for all money received from England or any revenue obtained in Ireland. In addition, he was also told to save money where he could, and not to waste 'ordnance, powder, and munition'.

Mountjoy was initially ordered to reduce the army to 12,000 foot, a figure that after much pleading was increased to 14,000. In addition, he was to reform the army and curb corruption, especially in relation to musters:

And now to come to the matter, wherein you are like chiefly to be exercised, which is the well ordering and profitable employment of our army; first and above all things, we do hold it for certain, that no Prince can be more deceived, or kingdom more endangered, than we are in the matter of musters, which we cannot impute to any one thing more than to the bad choice of Captains; whereof although we know we have many that are valiant and well-deserving, yet divers are so needy and ill-disposed, as they do nothing but seek to deceive or corrupt those that are appointed Commissioners of our musters.²⁷

²⁶ *Idem*, p. 294.

²⁷ Instructions for Lord Mountjoy, Jan. 1600, *CSPI, Apr. 1599-Feb.1600*, p. 441-2. Mountjoy was also told that the government had no idea of the real state of the army: "Touching the estate of the army, in which resteth our chief confidence, all the other parts of the realm being universally disjointed and altered, we cannot at this time deliver to his Lordship a perfect list thereof, (...). Only we understand by many private advertisements out of those remote provinces, that the companies there are weak in numbers, not answerable to that they ought to be;" The Lord Deputy Mountjoy and the Council to the Privy Council, Dublin, 1 Mar. 1600, *CSPI, Mar.-Oct. 1600*, p. 2.

As regards instructions on how to fight the war, Mountjoy was given more detailed instructions than Essex. The latter was given an 'extraordinary power' to grant pardons, including to O'Neill himself – who he was allowed to pardon “upon such conditions as you shall find good and necessary for our honour and safety of that kingdom.”²⁸ However, Essex was not given specific military instructions because of his position and his closeness to the Queen: “Although it is not needful for us to instruct you, ‘to whom all particulars are better known (in respect of your inwardness in counsel and favour with us) than any other that hath gone before you,’ yet we think it not amiss to prescribe such things as are necessary for you to observe.”²⁹ Mountjoy in contrast was given very specific instructions. He was told to build garrisons which could sally out and attack the rebels:

(...) yet may you see by all men's opinions that it is plainly confessed that there is no course to be taken but by plantation of garrisons in the heart of the countries of the capital rebels; where you see we have resolved to make them of such condition as they shall not only serve for diversion by making good the place of their residence, but also to be able to sally out, and make continual incursions into their countries. For which purposes, seeing you perceive that we do sort our garrisons both for numbers and places to make a mixed war, we doubt not but you will labour by all means possible to make the right use and application of the same.³⁰

In addition, he could be lenient on the rebels in Ulster, though not on those from Munster. Finally, he was to try to impose harsh conditions on O'Neill, but, if necessary, a simple submission would suffice:

But if his overtures do continue, and that you think any good opportunity may be lost in sending to us, then if he will simply submit himself to our mercy, we can be content you do receive him. But of this liberty given you, we would have you keep secret, for we could better like that by all means you should notify to the world, that you will only receive all others that will leave him.³¹

Apart from detailed instructions sent to Lord Deputies upon assuming office, or during negotiations of truces, the Queen tended not to actively

²⁸ Instructions for our Cousin and Councillor Robert, Earl Essex, Earl Marshal of England &c, Lieutenant and Governor General of our kingdom of Ireland', Richmond, 25 Mar. 1599, *Carew*, 1589-1600, p. 295.

²⁹ *Idem*, p. 294.

³⁰ *Idem*, p. 442.

³¹ Instructions for Lord Mountjoy, Jan. 1600, *CSPI, Apr. 1599-Feb.1600*, p. 444-5).

interfere in the daily running of the war. As in her Irish policy in general, she was content to let her officials in Ireland run the war. To an extent this was practical since communications and intelligence were less than desirable and subject to the vagaries of bad weather. At the same time, as I have shown above, the Queen did not hesitate to criticise her officials in Ireland, especially when she thought her honour had been damaged or when money was being wasted. She also praised her officials (though much less). In one such letter, in a very rare moment of mirth during the war, the Queen referred to herself as Mistress Kitchenmaid:

Mistress Kitchenmaid – I had not thought that precedency had been ever in question, but among the higher and greater sort; but now I find by good proof that some of more dignity and greater calling may by good desert and faithful care give the upper hand to one of your faculty, that with your frying-pan and other kitchen stuff have brought to their last home more rebels, and passed greater break-neck places, than those that promised more and did less. (...). Your Sovereign that dearly regards you.³²

At the same time the Queen appears to have expected flattery and thankfulness from her officials in Ireland. For example in July 1601 while campaigning on the Blackwater Mountjoy convinced himself that he had fallen into Elizabeth's displeasure when one of his officers had rejoined him after being in court. However, according to the officer in question, what had annoyed Elizabeth was the fact that Mountjoy had not written thanking her for her grace and goodness: "she blamed him that, having received letters written by so royal hands, he had been so careless to return answer or thanks, till I returned again".³³

³² The Queen to Lord Deputy Mountjoy, *Carew, 1589-1600*, p. 481.

³³ Sir Oliver St. John to Sir Robert Cecil, the Blackwater, 17 July 1601, *CSPI, Nov. 1600-Jul. 1601*, p. 433-4). The Queen seemed to prefer letters such as the following obnoxiously sycophantic doggerel from Carew: "To my unspeakable joy I have received your Majesty's letters signed with your royal hand, and blessed with an extraordinary addition to the same, which although it cannot increase my faith and zeal in your Majesty's service which from my cradle (I thank God for it) was ingrafted in my heart, yet if infinitely multiples my comforts in the same; and wherein my endeavours and poor merits shall appear to be short of inestimable favours, my never dying prayers for your Majesty's eternal prosperity shall never fail to the last day of life. But when I compare the felicities which other men enjoy with my unfortunate destiny to be deprived from the sight of your royal person which my heart with all loyal affection (inferior to none) evermore attends, I live like one lost to himself." Sir G. Carew to the Queen, Cork, 3 Jun. 1601, *Carew, 1601-1603*, p. 74-5.

Conclusion: Elizabeth and the Nine Years War

In this paper I have dealt with two main questions, namely Elizabeth's responsibility for the Nine Years War and her impact on the running of the war itself. The answers to both are related to the Queen's rather negligent approach to Ireland. She wanted to have as little to do as possible with Ireland, reacting to events there rather than formulating an active policy. Nevertheless, she was willing to tolerate – and at times support - the activities of officials and new settlers that often disrupted the social fabric of the country, created unrest and led to revolts, all of which meant that Elizabeth had to both intervene in the country and spend money there – and which also hindered any projects to reform the country peacefully. Reducing her Irish policy to being little more than reaction to events along with vague aspirations towards reform, the Queen surrendered any possibility of maintaining control over what happened in Ireland. It also resulted in her being dragged into a major war in Ireland that was only won at great cost.

In an age of composite kingdoms at a time when the physical presence of the monarch had a particular significance, notably the court - a defined point of contact and communication between the monarch and local elites through which elites gained access to the person of the monarch and the government gained both knowledge and sometimes allies -, absentee monarchs faced particular problems. These problems if not handled properly could turn into revolts – more often than not against the monarch's representatives, the 'evil councillors', rather than directly against the monarch. When old social elites were being supplanted by new ones and/or when religious difficulties were involved these problems could be aggravated. The most famous example is the revolt of the Dutch against Philip II, while Charles I's difficulties with Scotland and Ireland in the 1640s can also be looked at from a similar perspective. So too, I would argue, can Elizabeth's Irish problems. Elizabeth can be said to be responsible for the Nine Years War to the extent that she allowed the conditions to develop that led to the war, but she also missed chances to avoid the war, end it earlier and/or prevent a local revolt from becoming a countrywide war. Obviously the Queen was not solely responsible for the war, nor was she even the direct cause, nevertheless, she was the Queen – and one regarded by many as a sort of paragon of virtue – and thus must be assigned a considerable portion of the 'blame'.

Turning to the question of the Queen's running of the war, here too she adopted a hands off approach. Nevertheless, she was responsible for choosing the Lord Deputy in Ireland and other important officials. At times Elizabeth also outlined the general strategy for the war – though this was done in conjunction with the Privy Council. Perhaps her greatest impact was financial. Elizabeth was always concerned with money and reducing costs. This meant that during the initial years of the war she wavered between a military solution and negotiations. She was reluctant – or perhaps unable - to provide sufficient funding for the war, notwithstanding the advice she received about the harm this would cause. Furthermore, the constant shortage of funds adversely affected both the efficiency and well-being of the army. For several years a vicious circle was followed. It would be attempted to defeat O'Neill militarily. This would fail due to lack of men and supplies, but also because of a misunderstanding of the nature of the war and of the Gaelic way of fighting. As a result negotiations had to be resumed, but the deficiencies in the army were not rectified during the periods of peace. When negotiations broke down, due either to O'Neill raising the stakes or the Queen refusing to accept the terms demanded by O'Neill, military force had to be turned to, once again achieving the same unsatisfactory results. Financial difficulties and the lack of a constant policy also meant that the necessary skills, experience and processes to adequately raise, transport, provision and pay soldiers – in other words to wage war – took much longer to develop and institutionalise (in contrast with Spain). In addition, the Queen's obsession with money and her wavering meant that in the long run the war in Ireland became much more serious – even perhaps threatening the English lordship of Ireland – and ended up costing Elizabeth much more money. Despite numerous warnings from officials in Ireland, even at the beginning of the war, about the problems caused by the lack of money, the miserable state of her troops in Ireland and of the threat to the realm, Elizabeth chose to ignore this advice, trying to achieve peace with honour in Ireland, but without addressing the causes of her Irish problem. As a result the Queen made a dual error. First, by continually opting for the cheapest solution and by not properly funding her army in Ireland, and having an Irish policy that was essentially reactive, she condemned herself to a war that would get ever more costly and also played into the hands of O'Neill, whose aim was not to fight or win decisive battles, but rather to survive and preserve his power. This was compounded by an inability to reform her go-

vernment in Ireland, to eliminate corruption and actually discover where her money went, and also to properly control the actions of her government and officials in Ireland. The actions of Lord Deputy Fitzwilliam and numerous others undermined many of Elizabeth's own policies and directly led to the war, while Norris complained on several occasions that Lord Deputy Russell was disobeying the Queen and undermining his efforts at peace.

The Nine Years' War was one of the greatest challenges that Elizabeth faced during her reign. Although she ultimately proved victorious, this was not a foregone conclusion. Indeed, the outcome could very well have been radically different. Furthermore, Elizabeth's victory was won at a very steep cost. This cost was greatest to those who died during the war, Gaelic Irish, Old English, Scots and English, but it nearly bankrupted Elizabeth. In addition, the Queen's victory meant something else, something radical, which although it offered many new opportunities also came at a complicated price that was far from evident at the time: the completion of the conquest of Ireland. For the first time the whole of the island was subject to English rule. Despite the massive transformations that the country would go through in the following years, the Irish polity would prove troublesome again to the English monarch.

Calendars

Hamilton, Hans Claude. *Calendar of the State Papers Relating to Ireland of the Reign of Elizabeth, October 1592-June 1596, Preserved in the Public Record Office, London*. Her Majesty's Stationery Office, 1890.

Atkinson, Ernest George. *Calendar of the State Papers Relating to Ireland of the Reign of Elizabeth, July 1596-December 1597, Preserved in the Public Record Office*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1893

Atkinson, Ernest George. *Calendar of the State Papers Relating to Ireland of the Reign of Elizabeth, April 1599-February 1600, Preserved in the Public Record Office*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1899.

Atkinson, Ernest George. *Calendar of the State Papers Relating to Ireland of the Reign of Elizabeth, March 1600-October 1600, Preserved in the Public Record Office*. Nendeln/Liechtenstien: Her Majesty's Stationery Office/Kraus Reprint, 1903, 1974.

Atkinson, Ernest George. *Calendar of the State Papers Relating to Ireland of the Reign of Elizabeth, 1 November 1600-31 July 1601, Preserved in the Public Record Office*. London: His Majesty's Stationery Office, 1905.

*Gloriana's Inglorious Island:
war and state formation in the early modern era, a case study*

Brewer, J.S. and Bullen, William. *Calendar of the Carew Manuscripts Preserved in the Archiepiscopal Library at Lambeth 1589-1600*, London: Longman and Co., 1869.

Brewer, J.S. and Bullen, William. *Calendar of the Carew Manuscripts Preserved in the Archiepiscopal Library at Lambeth 1601-1603*, London: Longman and Co., 1869.

*Além de pardo, nascera pobre:
Experiências de uma criança
negra numa vila fronteiriça
(Aurélio Viríssimo de Bittencourt –
Jaguarão/RS, século XIX).¹*

Paulo Roberto Staudt Moreira²

Pretendemos estudar como um homem negro – Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919) –, com suas redes de relações sociais, políticas e intelectuais, construiu sua trajetória em um mundo hegemônicamente branco, traçando suas estratégias de ascensão social. A ação se passa no Rio Grande do Sul, centralizada na cidade de Porto Alegre.

Ao longo de anos vimos estudando as experiências negras no estado (e província) do Rio Grande do Sul, seja em sua inserção como escravos ou como libertos. No decorrer destas pesquisas, nos defrontamos repetidas vezes com um personagem, cujo nome insistentemente aparecia nas fontes por nós pesquisadas. Tratava-se de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, personagem razoavelmente conhecido pela historiografia regional por suas relações com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. O *funcionário público de carreira* Aurélio de Bittencourt, com sua reconhecida eficiência e fidelidade, foi secretário do

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq e da FAPERGS.

² Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS, Doutor em história pela UFRGS, historiador do Arquivo Histórico do RS (moreirast@terra.com.br). Este artigo é parte dos resultados do projeto de pós-doutoramento desenvolvido junto a Universidade Federal Fluminense, sob supervisão da professora Dra. Sheila de Castro Faria, intitulado “*Itinerário de um Burocrata: funcionalismo, etnicidade e associativismo religioso (O caso Aurélio Viríssimo de Bittencourt - 1848/1919)*”. Uma versão deste artigo foi publicada sob o título: “*Fragments de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt | Jaguarão, século XIX)*”. In: PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão e Mestiçagens: populações e identidades culturais**. São Paulo: ANNABLUME, 2009.

governo de ambos os Presidentes do Estado, gozando da afeição pessoal de Júlio de Castilhos.³

Por referências diversas, sabemos que Viríssimo era um indivíduo negro. Seu nome constava freqüentemente em nossos fichamentos documentais, por ter participado como padrinho de batismos e casamentos de elementos da comunidade negra local, auxiliado a alforria de escravos, redigido petições e requerimentos e militado a favor da abolição. Começamos, assim, a pensá-lo como um indivíduo cuja análise poderia auxiliar-nos a aprofundar o estudo da sociedade rio-grandense durante a vigência do escravismo e no período logo posterior à abolição.

Pode deixar-se enganar pela ilusão biográfica de que fala Pierre Bourdieu⁴ quem avaliar a trajetória de Aurélio de Bittencourt apenas pela forma como se encerra. Em 1919, quando morre cego na capital do Estado do Rio Grande do Sul, cercado por numerosa família e pelo carinho dos governantes (principalmente do Partido Republicano Rio-Grandense), ele deixa um considerável patrimônio material (em imóveis, dinheiro e ações) e uma herança imaterial invejável, alicerçada em um currículo de extensos e preciosos serviços públicos prestados.⁵ Seu nascimento, entretanto, teve outro contexto.

Nos propomos neste artigo a traçar os primeiros anos da vida do tipógrafo, burocrata e abolicionista Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Aurélio nasceu em outubro de 1849, na cidade de Jaguarão, interior do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Filho da negra Maria Júlia da Silva e de um oficial da Armada Hipólito Simas de Bittencourt, ele foi batizado na Matriz local como *exposto*, filho de *pais não conhecidos*. Evidencia-se assim uma relação consensual entre um militar que participava da constante tarefa de vigiar a fronteira sul do Império brasileiro e uma mulher descrita nos documentos como *parda*.

Após passar a infância em sua cidade natal, junto da mãe, Aurélio mudou-se para Porto Alegre, onde passou por um breve período de educação. Na capital da Província, ele trabalhou como tipógrafo e jornalista, fundou com

³ Júlio Prates de Castilhos foi Presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre os meses de julho a novembro de 1891, e de janeiro de 1893 ao mesmo mês de 1898, primeiros anos do regime republicano que ajudou a instalar. Ao afastar-se por motivos de doença do executivo estadual, Castilhos deixou em seu lugar como sucessor o então Chefe de Polícia Antonio Augusto Borges de Medeiros, que permaneceu no cargo até 1928, com um breve intervalo de ausência durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves.

⁴ BOURDIEAU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

outros jovens intelectualizados a Sociedade Partenon Literário, militou pelo abolicionismo e ingressou no serviço público como amanuense. Além disso, ao longo de toda a sua vida Aurélio demonstrou profundo sentimento místico, sendo figura assídua do associativismo religioso local, membro de mesas diretoras de Irmandades e Ordens Terceiras.

Nosso objetivo neste artigo é abordar os primeiros anos de vida de Aurélio (do seu nascimento até os 12 anos), os quais passou junto a mãe na sua cidade natal de Jaguarão. Através de inventários, de uma lista nominal dos habitantes de Jaguarão de 1832 (com 5.457 nomes), além de documentos municipais e eclesiásticos, nossa pretensão é de entender como se desenrolou esta infância em uma sociedade escravista e numa vila fronteiriça. Como foi sua iniciação a cultura escrita, seus primeiros ensinamentos religiosos e em que contexto viveu estes anos iniciais de sua biografia.

1. As gentes de Jaguarão

A trajetória de Aurélio pode ser acompanhada pelas fontes que temos sobre ele e partes específicas de sua família. De seu pai temos o registro na marinha, a sua fé-de-ofício, as correspondências que trocava – enquanto piloto – com o Presidente da Província. Da fase adulta de Aurélio, já residindo em Porto Alegre, abundam fontes. De quando foi braço direito de Júlio de Castilhos e Borges, então, muito mais. Mas sua infância se confunde com a história de sua mãe e daí as fontes emudecem, rareiam. Com relação a Maria Júlia, apesar da *sorte* que tivemos localizando o seu inventário, foi-nos forçoso recorrer a fontes indiretas, que reconstituíssem o seu grupo social e étnico, mais do que nos informassem detalhes diretos de sua existência.

Aurélio nasceu em 1º de outubro de 1849 e seu batismo ocorreu três meses depois, em 1º de janeiro de 1850, na Igreja Matriz do Espírito Santo da Vila de Jaguarão. Ele recebeu os santos óleos amparado por seu padrinho Francisco José Vieira Valente e pela madrinha Maria Dorotéia do Nascimento, sendo introduzido na religião da qual nunca abdicaria, participando ao longo de sua vida de inúmeras irmandades,. O pároco encomendado João Francisco Cabral Dinis, após batiza-lo solenemente, anotou em seu registro de batismo que Aurélio era *filho de pais não conhecidos*. Na margem esquerda deste registro, ao lado do nome do batizando, constavam outras duas informações relevantes:

1º a sua caracterização como *exposto*; e 2º uma anotação de que em 18 de março de 1862 havia sido emitida uma certidão deste batismo.⁶

Como verificamos em nossas pesquisas, esta criança nunca foi um *exposto*, pelo menos não no sentido de não ter os pais ao seu lado para protegê-lo. A cor de seu pai não é referida em quase nenhum documento, o que nos faz considerar que era branco, ou que *embranqueceu* ao avançar hierarquicamente na marinha. Quando faleceu em 7 de janeiro de 1884, Hipólito Simas de Bittencourt era Capitão Tenente da armada⁷. Já Aurélio herdou de sua mãe a cor e o status de *pardo*, que o acompanhará – por vezes sendo silenciado – até o momento de sua morte.⁸

Jaguarão foi elevada ao status de vila em 6 de julho de 1832, tornando-se o 12º município da província. Sede administrativa de um território localizado na fronteira com o Uruguai, essa vila possuía considerável comércio, charqueadas e propriedades dedicadas a pecuária. Contamos para o Rio Grande do Sul com levantamentos populacionais para alguns municípios, executados em conjunturas específicas. É o caso da Relação nominal da População do Município de Jaguarão, apurada a partir das listas parciais dos juizes de paz do município, de 22 de novembro de 1833.

A Câmara Municipal de Jaguarão foi instalada em 22 de maio de 1833⁹, com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Vila de Rio Grande. Em 17 de julho daquele ano, a Presidência da Província já dava trabalho aos novos edis ordenando a remessa de um Mapa da População do município. Encontramos nesta lista 5.457 indivíduos, divididos entre brancos e pretos, perfazendo 52,34 % (2.856) de brancos e 47,66 % (2.601) de pretos. Entre os pretos constam 70 libertos, o que diminui o número dos declaradamente escravos para 46,38 % do total, ainda demonstrativo de um considerável contingente populacional cativo.

⁶ Livro de Batismos de Livres de Jaguarão nº 2 (1825 / 1849), folha 7v.

⁷ A alma de Hipólito Simas de Bittencourt foi encomendada aos oito dias do mês de janeiro de 1884, na Capela do Senhor dos Passos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, e seu cadáver foi sepultado no Cemitério da Santa Casa. Em seu registro de óbito consta ser natural da Província de Santa Catarina, solteiro, cor branca, morador no terceiro distrito, idade 61 anos, ter falecido de obliteração da veia cava superior. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – Livro de Óbitos do Rosário nº 5.

⁸ Aurélio, praticamente cego, faleceu de arteriosclerose generalizada em 23 de agosto de 1919, sendo sepultado no dia seguinte. Tinha 69 anos, era casado pela segunda vez, profissão: funcionário público, filho de Hipólito Simas de Bittencourt e Julia Bittencourt, cor parda. Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Livro de óbitos nº 30.

⁹ AHRS – Autoridades Municipais, Caixa 35, maço 79.

Em termos de gênero temos 52,38 % de homens brancos e 47,62 % de mulheres brancas para 64,17 % de pretos e 35,83 % de pretas. Interessante notar que comparando unicamente os homens, percebemos que existiam mais pretos do que brancos em Jaguarão.

Tabela 1 – A relação nominal de Jaguarão / 1833

Faixa etária	Brancos		Africanos		Pretos Crioulos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1 a 7	352	324	5	2	160	181	165	183
8 a 14	193	259	17	12	20	5	37	17
15 a 35	458	526	656	285	149	152	806	437
36 a 49	293	154	266	93	209	18	475	111
+ 50	200	95	177	53	9	131	186	184
Total	1.496	**1.360	1.121	445	547	487	1.669	932

* O escravo João, de 27 anos, não consta na lista se ele era da Costa ou crioulo.

** Em duas mulheres da lista não consta a idade.

Considerando as próprias formas de classificações dos censos e relações como projeções das representações dos contemporâneos sobre as divisões sociais e raciais, vemos que as definições dos indivíduos como *brancos* e *pretos* não estava centrada na cor da epiderme, mas na proximidade do cativo. Todos os livres eram brancos e todos os escravos e libertos eram definidos como pretos. Talvez a rapidez com que esta lista foi elaborada, de julho a novembro, tenha impedido maiores especificações étnicas, fazendo com que o status jurídico fosse o determinante.

Sem querer esgotar todas variáveis – pegando apenas a naturalidade -, constatamos que os indivíduos encarregados da relação dividiram os pretos simplesmente entre naturais (ou crioulos) ou da Costa. Não existe qualquer grupo de procedência ou nação específica, nem as conhecidas generalizações como africanos ou de Nação, mas apenas a denominação da Costa. E eram 60 % de africanos em comparação com os crioulos. Dos 16 anos em diante, todas as faixas etárias são dominadas pelos da Costa – ou seja, 66% dos crioulos estavam concentrados entre 1 e 15 anos de idade, indicio de reprodução endógena.¹⁰

O uso generalizado da expressão da Costa talvez indique o ingresso maciço neste período de indivíduos da África Ocidental, numa proporção tal que tenha impactado as autoridades públicas, que passaram a tratar todos os africanos como *da Costa*. Lembremos que este levantamento é de 1833, e os

¹⁰ Infelizmente, esta lista não traz o estado civil dos *pretos*, nem dá pistas sobre os núcleos familiares existentes.

proprietários escravistas e traficantes, alertados pela lei de 1831, procuravam aumentar a compra de trabalhadores africanos.

Os astutos leitores devem ter notado que estamos usando uma relação nominal de 1833, quando nosso personagem Aurélio só entra em cena em 1849. Além disso, entre estes dois marcos cronológicos temos a guerra civil farroupilha (1835/1845), que certamente provocou mudanças importantes naquele espaço fronteiriço. Nosso argumento defensivo é de que não podíamos deixar de fora um documento tão extraordinário. Além disso, a mãe de Aurélio, a *parda* Maria Júlia, nasceu por volta de 1834.¹¹

Pensando em conhecer o espaço fronteiriço onde Aurélio nasceu, iniciamos uma investigação dos inventários de Jaguarão. Considerando o seu nascimento em 1849 e as atribulações provocadas pela guerra civil de 1835/1845, pensamos em um marco cronológico que abarcasse o ano final do conflito farroupilha (1845) e se prolongasse por 10 anos, portanto até 1855, para que pudéssemos amear dados suficientes para contextualizar o lócus em que foi gerada esta criança *parda*.

Fichamos ao todo 206 inventários post-mortem, mas destes, 40 não foram inseridos na análise final por não apresentarem dados completos, por diversos motivos. Manipulando esta mesma fonte para seu estudo sobre Alegrete, entre 1831 e 1870, o historiador Luiz Augusto Farinatti¹² reuniu 232 destes autos sendo que destes 205 tiveram seqüência e não foram, por motivos variados, interrompidos ou apresentaram lacunas. Assim, teríamos 40 autos descartados para Jaguarão e 27 para Alegrete, respectivamente 19,42 % e 11,64% do total.¹³

Muitos destes autos foram descartados por obviamente faltarem partes, ou por misteriosamente terem seus trâmites interrompidos. Por vezes ocorreram percalços que impediram a avaliação dos bens ou então os inventariantes se mudaram da localidade. A posição fronteiriça de Jaguarão e a forte presença de proprietários rio-grandenses com terras no Estado Oriental do Uruguai¹⁴ explica parcialmente este índice de 19,42 % de inventários inconclusos ou incompletos.

¹¹ Maria Júlia da Silva faleceu em agosto de 1874 de entero-colite e em seu registro de óbito consta ter nascido nesta província, 40 anos, ser casada e de cor *parda*. Livro 4 - Assentos de óbitos de pessoas livres, libertos e inclusive escravos de Jaguarão, folha 54v, 25.08.1874. APERS – Cartório de órfãos e ausentes, maço 24, auto 619, 1874 (inventariado: Maria Júlia da Silva).

¹² FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. [Tese de doutorado]

¹³ Em sua minuciosa análise, Farinatti procedeu ao levantamento completo dos inventários entre 1831 e 1850 e daí até 1870, de um a cada dois anos.

¹⁴ ZABIELA, Eliane. *A Presença Brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e navegação, de extradição e de Limites*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. [Dissertação de mestrado]

O inventário de Antonio José de Freitas, por exemplo, aberto em 1846¹⁵, tinha como inventariante sua viúva Florência Pereira das Neves e uma relação de poucos bens, sem avaliação. O inventário, porém, não teve seqüência, pois sua viúva mudou-se para o estado Oriental, não sendo mais localizada. Já a viúva de Eleutério Pinheiro, Liberata Maria Cardoso, ao ser inquirida para realizar o inventário de seu falecido marido em 1851, declarou que tinha “gados, animais e alguns moveis” no Estado Oriental, na estância de seu pai, os quais bens “foram-lhe tirados pelas forças do Comando do General Manoel Oribe”.¹⁶

Dos 166 inventários pesquisados temos 25 sem escravos, o que corresponde a 15,06% e 141 (84,94%) com escravos. Scherer¹⁷ pesquisando Rio Grande entre 1825 e 1865, encontrou 85,24% (361) dos inventários com escravos, e 14,66% (62) sem cativos. Números bastante próximos, que indicam forte presença do braço cativo.

A posse escrava em Jaguarão era *democrática*, com a classe dos senhores composta de seres bem diferentes, como o charqueador e capitão Liberato Firmino de Almeida¹⁸ e a preta liberta Maria Anselmo Afonso, que residia na mesma rua habitada por Aurélio e sua mãe Maria Júlia.¹⁹

Tabela 2 – Faixas de Tamanho de Plantel: Rio Grande e Jaguarão.

FTP	n° de proprietários		% do total de proprietários	
	Rio Grande (1825/1865)	Jaguarão (1835/1845)	Rio Grande (1825/1865)	Jaguarão (1845/1855)
1-4	178	52	50,28	36,88
5-9	97	48	27,40	34,04
10-19	55	30	15,54	21,28
20-49	19	11	05,37	7,80
50 ou +	5	XX	01,41	XXX
Total	354	141	100	100

Fonte: APERS, Inventários *post-mortem*.

¹⁵ APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, Jaguarão, maço 8, auto 187.

¹⁶ O General Oribe foi o segundo presidente da República uruguaia e durante anos lutou contra a presença brasileira no Uruguai, sofrendo dura derrota em 1851 das tropas do Império que enfrentavam o líder argentino Juan Manuel de Rosas. APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, maço 12, auto 259.

¹⁷ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. (Dissertação de mestado)

¹⁸ Almeida possuía 11 escravos, avaliados no inventário por 5:358\$400, 21,2% de seu montem-mor. APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, maço 8, auto 178.

¹⁹ A preta liberta Maria Anselmo Afonso era da Costa da África e tinha dois filhos, os pretos Ricarda e Florentino, ainda escravos quando de sua morte em 1854. Em seu testamento afirmava ser dona de “uma morada de casas de meia água em que moro, citas nesta Vila, na Rua do Portão, e terrenos a ela pertencentes = Uma escrava da Costa de nome Januária = Roupas e trastes de Casa de minha serventia que se acharem e algumas patacas, que andarão por cinco onças de ouro, mais ou menos”. APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, maço 15, auto 336.

Percebemos na tabela acima um perfil de posse de escravo muito similar entre Rio Grande e Jaguarão. A maioria dos senhores de escravos (36,88 %) possuía plantéis pequenos, entre 1 e quatro escravos, seguido dos proprietários de 5 a 9 cativos (34,04%). Se somarmos estes dois grupos, chegamos a cerca de 71% de proprietários com plantéis entre 1 e 9 cativos. O maior plantel de escravos encontrado em Jaguarão, no período de 1845 a 1855 foi o do inventário do tenente Jerônimo Batista de Alencastro²⁰, de 1852, que possuía 45 cativos, avaliados em 7:960\$000. Alencastro possuía 4 léguas de campos no Estado Oriental (Catalan), avaliadas em 5 contos de réis e uma chácara nos arredores da vila (8 contos). O plantel de escravos deste proprietário era composto de 24 indivíduos do sexo feminino e 21 do masculino e as idades eram mencionadas apenas nos de *menor idade*, 8 do total.²¹

Encontramos nos inventários, além do já citado Capitão Almeida, dois registros explícitos de atividades de charqueada. No inventário de Febrônia Jerônima de Almeida, de 1855 (Jaguarão)²², encontramos uma charqueada na costa do Rio Jaguarão, avaliada em 16 contos de réis. Febrônia tinha 40 escravos, que somavam 33:200\$000, que compunha 43,8 % do monte-mor da afortunada defunta. Nos bens arrolados em 1849, pertencentes a Umbelina Gonçalves, falecida em 08.01.1842 no Estado Oriental, encontramos a Charqueada São José. Umbelina tinha 12 escravos, avaliados em 4:900\$ réis, o equivalente a 61,55% do monte-mor respectivo.²³

No ano de 1854 funcionavam no município de Jaguarão 9 charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte. Esta diminuição não se refletiu, entretanto, no número das reses mortas nestes estabelecimentos, que passou de 35.163 para 41.697, um aumento de 15,67%.²⁴ Os edis, entretanto, reiteradamente falavam da crise que afligia o município e exigiam providências, conforme podemos verificar no conteúdo do ofício de 21 de agosto de 1854:

²⁰ APERS – Cartório Cível e Crime, maço 10, auto 1, 1852.

²¹ Não é mencionado no inventário onde residiam estes escravos, o que poderia representar um problema já que a escravidão fora abolida no Estado Oriental em 1842.

²² APERS – Cartório Cível e Crime, maço 1, auto 18.

²³ APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, maço 1, auto 248.

²⁴ Em cumprimento da Portaria da Presidência da Província de janeiro de 1856, em 21 de abril daquele ano a Câmara enviou para a presidência da província um “Quadro das Charqueadas existentes no Município da Cidade de Jaguarão nos anos de 1854 e 1855”. AHRs – Autoridades Municipais - Correspondência expedida – 1855/1856, caixa 37, maço 84.

A principal indústria deste município é a pastoril da criação de gados vacuns, cavалares, muares, e lanígeros; cuja decadência é considerável há dez anos pouco mais ou menos, e a causa se atribui a falta de segurança individual e de propriedade de que tanto se ressenteste este município.

Em ofício de 26 de outubro de 1859, os vereadores de Jaguarão enviaram ao Presidente da Província, em resposta a circular de 20 de julho do mesmo ano, a “Estatística geográfica, natural e civil” do município, que englobava, além da sede, os distritos de Arroio Grande e Herval. Em termos econômicos esta estatística divide os empreendimentos do município em Agricultura, Manufaturas (Curtumes, Olarias e Fabricas), Criação (fazendas), Comércio (casas de negócio), Minas, Pedreiras e Artes e ofícios.²⁵ Esta *estatística* parece apontar três espaços com relativa disparidade e algumas similaridades.

Em termos de produção agrícola, temos o cultivo de trigo, cevada, milho, feijão e hortaliças, tudo em uma escala voltada para o consumo interno das propriedades e algum excedente para a comercialização na própria região. A lavoura era feita com bois e com os seguintes instrumentos: arados toscos, enxadadas e estava se introduzindo o uso do arado americano. Os elementos nocivos da agricultura eram os gafanhotos, formigas, lagartas, burrinhos, caturritas, capivaras, veados e preás.

No item *manufaturas* temos um curtume na sede do município (Jaguarão), 13 olarias (7 na sede, 2 em Arroio Grande e 4 no Herval) e 3 fornos de cal em Arroio Grande.

Já no item que, segundo os vereadores, era o mais importante do município, a *criação*, percebemos algumas diferenças da sede para os distritos. Segundo os vereadores o número de fazendas da sede e do distrito de Arroio Grande era absolutamente o mesmo: 22. Entretanto, Jaguarão possuía um rebanho total de 25.000 e Arroio Grande de 60 mil animais, com uma produção anual de 3.000 e 10.000 reses, respectivamente. Para o Herval, normalmente as informações eram mais inexatas. No quesito *criação* parece-nos que este distrito estava mais próximo da produção de Arroio Grande; diziam os vereadores:

Fazendas de criação de gado são numerosas, de menor a maior, tendo a mais pequena mais de 500 animais e a maior 4 a 5.000; a sua produção regula-se pela 4ª parte. O consumo é limitado e a exportação em pé é considerável, porém o valor variável.

²⁵ AHRS – Autoridades Municipais - Correspondência expedida - 1859 - Caixa 38, maço 86.

Já quando os vereadores descrevem as atividades de *comércio*, podemos perceber que a sede do município é que reunia algumas características que talvez possamos classificar de *urbanas*, para o período. No Herval existiam 14 casas de negócio de pequeno porte “surtidas com fazendas, molhados e ferragens”, em Arroio Grande 17 e na sede (Jaguarão) funcionavam 66 casas de negócio, 61 de molhados e 5 de fazenda. Ou seja, a sede monopolizava mais de 68% dos 97 estabelecimentos comerciais existentes em todo o município.

Em termos de *artes e ofícios* novamente a predominância da sede do município. No Herval existiam, segundo os vereadores: ourives, carpinteiros, alfaiates, pedreiros e ferreiros, mas nenhum oficial. Em Arroio Grande funcionavam várias lojas com um oficial em cada uma: duas de ourives, três de sapateiros, três de alfaiates, quatro de ferreiros e três de marceneiros, além de 7 pedreiros. Mas é na sede que se encontrava grande parte das *lojas* e dos trabalhadores especializados: barbeiros, chapeleiros, funileiros, correeiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, ferreiros, tipógrafos, armadores, etc. Num total aproximado de cerca de 345 oficiais, sendo livres 228 (66,09%) e escravos 117 (33,91%).

2. Pelo Natal de 1848 uniram seus destinos

Corria o ano de 1847 ou 1848, quando Hipólito Simas de Bittencourt chegou ao porto de Jaguarão, onde permaneceu (sempre passando temporadas embarcado) até 1857, quando foi para a Corte prestar exame e de lá seguiu para a província do Mato Grosso.²⁶ Hipólito era “oriundo de gente humilde”, filho de Antonio Bitencourt e de dona Damasia Caetana de Simas, nasceu em 14 de março de 1823 em São Miguel (Santa Catarina) e faleceu em Porto Alegre em 1884. Ainda menino, seus pais se transferiram para a cidade portuária de Rio Grande e em 11 de maio de 1841, aos 18 anos, ele foi nomeado pelo comandante da Força Naval da Província do Rio Grande do Sul para servir de Piloto a bordo do vapor “Fluminense”.²⁷

Em 20 de outubro de 1847 Hipólito passou a tomar conta da “escrituração de Fazenda” da canhoneira Jaguarão, que seria desarmada. Ele já havia exercido as funções de escrivão do cutter Guarany em 1842 e estava habilitado

²⁶ Arquivo Histórico da Marinha - 3º Livro Mestre dos oficiais da Armada Nacional Imperial (folhas 223/4) e 4º Livro Auxiliar dos Oficiais do Corpo da Armada – Fê-de-ofício de Hipólito Simas de Bittencourt. Ver também o Arquivo Particular de Aurélio Viríssimo de Bittencourt – Instituto Histórico Geográfico do RS - Pasta 2 – Estado e Anexos.

²⁷ ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria* - Os brasileiros mais ilustres de seu tempo. Vol. IV. Porto Alegre, Globo, 1966: p. 127 / 129.

para esta tarefa.²⁸ Talvez por esta época, tendo de permanecer mais tempo em Jaguarão, ele adquiriu um terreno (do qual tinha título) de 120 palmos de frente com uma quadra de fundos, na rua das Flores²⁹.

Acreditamos que por estes anos, Hipólito tenha entabulado uma relação de amizade com um português chamado Francisco José Vieira Valente. Valente tinha na época uns 28 anos, apenas quatro a mais do que Hipólito. A proximidade de idade deve tê-los aproximado, além de interesses mútuos com relação ao porto e a relação da cidade com o rio que a banhava³⁰. Não conseguimos ainda apurar qual a ocupação exata de Valente no momento de chegada de Hipólito a Jaguarão, mas poderia ocupar algum cargo na própria Câmara Municipal, que o colocou em contato com este marinheiro recém chegado³¹.

Desde 1844 ou 1845, coincidindo com o fim da guerra civil, Valente relacionava-se com uma família negra, composta da mãe Josefa e da filha Maria Júlia. Infelizmente, não sabemos muito a respeito deste núcleo familiar. Se moravam sozinhas, que ligação tinham ou tiveram com o cativo, que tipo de relações entretinham com Valente. Sabemos que Valente participava do associativismo religioso local – que será uma das marcas da trajetória biográfica de Aurélio³² - e podemos cogitar que o campo da devoção tenha sido um ponto de encontro destes indivíduos.

²⁸ O envolvimento em questões burocráticas será uma das heranças deixadas Hipólito a seu filho Aurélio.

²⁹ AHRS – Autoridades Municipais – Caixa 36, Maço 80, ofício dos vereadores de Jaguarão ao Presidente da Província, em 11 de outubro de 1848. A rua Dr. Flores também se chamou rua das fontes, rua do Imperador e, após a proclamação da república, Mal. Deodoro.

³⁰ Em 1856 a assinatura de Valente aparece em um abaixo-assinado remetido pela população de Jaguarão para os senhores da Câmara Municipal local reclamando do “quanto é sensível aos viandantes a proibição de lanchas e botes no passo arrematado no rio Jaguarão em frente a esta cidade, emanada da ordem do senhor delegado de polícia do Termo”. AHRS – Autoridades Municipais – Caixa 37, Maço 84, ofício de 24.08.1856 com 72 assinaturas.

³¹ Francisco José Vieira Valente foi escrivão da Mesa de Rendas da Vila de Jaguarão desde sua provisão em 19.11.1859, até a sua aposentadoria, por título de 05.09.1888. Em 17 de junho de 1888 pediu ao Presidente da Província para manda-lo *inspecionar de saúde*, pois se achava “impossibilitado de continuar no exercício de seu emprego, devido a sua avançada idade, maior de 69 anos, e incômodos de saúde, e mais que tudo a perda quase total da vista esquerda, que o inabilitam para o serviço”. AHRS - F-312 (Folha de Pagamentos dos Empregados Licenciados e aposentados – 1886/87) e F-0326 (Diversos funcionários, 1848 / 1889); Requerimentos, maço 259.

³² Em 1859 Valente enviou um convite para José Feliciano Gonzaga (Capitão Comandante do Piquete às Ordens da Comissão de Demarcação de Limites): “A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição desta cidade convida a Vossa Senhoria para que no dia 08 do corrente mês se digne a assistir as dez e meia horas da manhã a missa solene que se há de celebrar na Igreja Matriz, em festividade da mesma Imaculada Virgem Senhora da Conceição, padroeira do Império; e a acompanhar a procissão, que sairá da Igreja às 6 horas da tarde do mesmo dia. Deus Guarde a Vossa Excelência. O secretário da Irmandade [assinado] Francisco José Vieira Valente. Jaguarão, 04 de dezembro de 1859. Arquivo Histórico do RS – Assuntos religiosos: caixa 07, maço 14.

O certo é que Maria Júlia, com aproximadamente 14 anos, morava com sua mãe Josefa quando foi “requestada e seduzida” por Hipólito de Simas Bitencourt³³. Notamos um certo embaraço do pesquisador Rocha Almeida ao referir-se à relação dos pais de Aurélio. Se no início do verbete biográfico ele romaneia que:

Por essa época, Hipólito ficou certo de que encontrara, nos encantos de uma moça jaguareense, o conforto e o carinho de que necessitava nos curtos inter-regnos dos longos cruzeiros a que o obrigava a vida do mar.

Ao tratar do casamento, porém, Almeida deixa entrever certo desconforto ao ter que reconhecer que esta relação foi meramente consensual, não ocorrendo sacramento religioso. Na prática, Hipólito e Maria Júlia eram amásios ou, segundo o biógrafo: “pelo Natal de 1848 uniram seus destinos”. Desta relação nasceu em 1º de outubro de 1849, Aurélio Viríssimo de Bittencourt.

Não foi difícil localizar o batismo de Aurélio, já citado anteriormente: ele está depositado no arquivo da Cúria Metropolitana de Pelotas, no livro de batismos de Jaguarão. A dificuldade estava reservada para entender o que realmente dizia aquele registro. Partíamos de dados do final da vida de Aurélio, quando ele era funcionário público de relevo e o nome de seus pais aparecia explicitamente em todos os registros. Por isso a estranheza de localizar as expressões - filho de pais não conhecidos e exposto.

Já havíamos perdido as esperanças em encontrar explicações palpáveis para isso, quando tivemos a sorte de pesquisador de localizar o inventário de Maria Júlia da Silva: várias peças do quebra-cabeças, inclusive algumas que julgávamos inúteis, se encaixaram harmonicamente.

Os que vivem ou que já passaram o inverno no Brasil meridional sabem da justificada má fama do mês de agosto - muita chuva, frio, geadas, dias sem que o sol apareça -, alcunhado pelos habitantes sulinos de mês do cão danado.³⁴ Pois foi numa terça-feira, dia 4 de agosto de 1874, que a mãe de Aurélio

³³ Assim declarou o Capitão João Alves de Andrade (solicitador do foro, nascido no RJ e morador em Jaguarão), quando da comprovação da filiação de Aurélio no inventário de sua mãe, em 1874. APERS – Cartório de órfãos e ausentes, maço 24, auto 619, 1874 (Inventariado: Maria Júlia da Silva).

³⁴ Analisando 1.525 óbitos de escravos registrados nos livros da Igreja Nossa Senhora Madre de Deus, de Porto Alegre, entre 1830 e 1834, percebemos que a maioria destes falecimentos – 29,04% - ocorreu nos meses de inverno MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E o Cadáver era Escravo: comentários sobre doença e morte entre a população cativa de Porto Alegre (1830/1834) In: *Anais da V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS*. Porto Alegre: CORAG, 2007, p.213 – 225.

faleceu de uma moléstia no sistema digestivo e foi encomendada e enterrada no cemitério das irmandades.

O Juiz Municipal do termo alertou o subdelegado do falecimento, pedindo que fosse realizada a arrecadação e arrolamento dos bens de Maria Júlia, por constar não existir herdeiros presentes. Maria Júlia, aparentemente, morava sozinha, pois sua mãe Josefa falecera mais de 10 anos antes, seu único filho Aurélio fora para Porto Alegre estudar e seu ex-amásio Hipólito residia em Porto Alegre comandando a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul.

Maria Júlia tinha uma vida humilde, sendo seus bens avaliados em 1:398\$000 réis, concentrados principalmente em uma casa de meias águas, na rua dos Andradas (antiga rua do Portão), com 33 palmos de frente e fundos a meia quadra que valia 1:300\$000 réis.³⁵ Seus bens foram à praça pública e leiloados, principalmente para sanar algumas dívidas que a falecida deixara.

O primeiro documento de dívida que fazia parte de seu inventário era um papel firmado por Maria Julia da Silva, com uma assinatura legível e bonita, na qual reconhecia ser devedora do senhor Gonçalo Joaquim Pinto, da quantia de 204\$166 réis, “cuja quantia o mesmo senhor assim me supriu para construção de uma murada de casas que sou possuidora na Rua do Portão desta Vila”. Este documento era datado de 19 de outubro de 1853 e a bela grafia da assinatura indica que Maria Julia, então com 19 anos, possuía certo letramento e contato com a cultura escrita.

Não sabemos se o amasiamento entre Hipólito e Maria Júlia ainda perdurava. Após ficar 15 dias baixado ao hospital, entre 15 e 30 de abril de 1852, ele foi nomeado Piloto encarregado da barca de Escavação do Sangradouro da Lagoa Mirim, tarefa que desempenhou durante alguns anos.³⁶ Não sabemos se este trabalho o tirou de Jaguarão definitivamente ou se a proximidade da

³⁵ Os outros bens eram dois consolos, meia dúzia de cadeiras de palhinha em mau estado, duas mesinhas pequenas, um baú de couro novo e grande, um vestido branco sem corpo, um dito de lã de cor, dois ditos de cassa riscada, um dito de seda cor de Havana, um casaco de nobreza prata, um corpinho de seda preta, um meio chalé de lã de cor, uma manta de lã de cor, uma calça de chita, um chapéu de sol, uma capa de filó, um par de manguitas brancas, uma manga de vidro sem castiçal, 2 pratos de vidro, uma compoteira, dois floreiros e dois vidros de extrato vazios, 3 registros e um álbum com retrato, um par de brincos de ouro, uma cestinha com papeis, 1 vaso de barro com flores de papéis, um balão e cama francesa nova, um colchão de lã, um travesseiro grande e um dito pequeno e uma caixa velha com panos dentro, 2 panelas de ferro, 1 pote para água, fogareiro de ferro, 1 chaleira de ferro, 1 bacia velha para banho, 1 oratório velho, uma bacia de louça para rosto, 1 lavatório de madeira e 1 bacia velha de folha para banho.

³⁶ AHRS – Fundo Marinha, Caixa 73, maço 47.

lagoa permitia que ele desembarcasse ocasionalmente neste porto e vivesse momentaneamente com seu filho e amásia. O certo é que o documento de 1853 não menciona o seu nome em nenhum momento e, ao atribuir a propriedade da casa a Maria Júlia, atribui a ela a chefia daquela unidade familiar.

Outro credor da falecida, Herculano Domingos dos Santos, não tinha documento que comprovasse que tinha direito a 180 mil réis da herança, por isso arrolou três testemunhas que comprovaram o que alegava. Segundo ele, a Câmara Municipal de Jaguarão havia *há tempos* mandado *desmanchar e assegurar* a casa de Maria Julia na rua dos Andradas, “por estar ameaçando ruína”. Herculano, então, foi chamado pela falecida e entrou com o material e trabalho fazendo a obra, que orçou em 180\$. Nenhuma das testemunhas clarifica o que significa em termos cronológicos a expressão *há tempos*, mas pelo menos o Alferes Francisco de Macedo e Andrade (casado, 54 anos, proprietário) nos deu uma informação interessante quando comprova que Herculano levantou parte da parede da frente da casa “por estar ameaçando ruínas” e que várias vezes depois ele cobrara de Maria Júlia esta dívida, “e que esta nunca lhe pagou pela fala de recursos pecuniários em que se achava”.

Se o inventário tivesse sido interrompido neste momento, já estaríamos satisfeitos, mas uma agradável surpresa nos aguardava. A notícia da morte de Maria Júlia demorou a chegar até Porto Alegre, onde morava seu filho Aurélio, já naquela época funcionário público, atuando como 2º oficial da Secretaria de Governo Provincial.³⁷ Em 13 de maio de 1875 Aurélio enviou um requerimento ao Juiz de Órfãos e Ausentes de Jaguarão onde almejava provar:

[...] que o habilitando é filho natural da dita falecida, e nessa qualidade seu legítimo herdeiro, visto não ter ela deixado filho algum legítimo ou natural, e menos ascendentes com direito a sua sucessão, além do habilitando, que o houve no estado de solteira com Hipólito de Simas Bitencourt, também solteiro, e sem impedimento algum dirimente pelo qual não pudessem contrair matrimônio. que a mãe do habilitando, querendo ocultar a maternidade deste, pois que nessa época vivia com recato e era tida geralmente como honesta, deixou por isso de declarar no respectivo assentamento de batismo, que o habilitando era seu filho natural; porém, tendo requerido certidão d’esse assento em 18 de maio [sic] de 1862, na petição que dirigiu ao Reverendo Vigário da Vara desta

³⁷ Aurélio assumiu como amanuense da Secretaria do Governo, por concurso, conforme a provisão de 6 de abril de 1868, passou a 2º oficial em 23 de agosto de 1871 e daí por diante até a sua aposentadoria em 1813. AHRS – Fazenda, Pagamento a funcionários provinciais: F-336 a F-353.

Freguesia, por ela própria assinada, confessa que o habilitando é seu filho, e por tal o trata.

Aurélio, propenso a burocracia e a valorização dos documentos comprobatórios como seu pai, sabia que não bastava dizer ser filho natural da falecida, por isso tratou de provar seu parentesco. Anexou, então, um requerimento original (e assinado) feito por Maria Julia da Silva em 18 de março de 1862 ao Vigário da Vara, pedindo cópia do registro de batismo de “seu filho” Aurélio Virissimo de Bittencourt. A anotação que já mencionamos existir na margem esquerda do registro de batismo de Aurélio confirma a expedição da certidão solicitada, a qual foi feita na própria margem inferior e no verso do requerimento de Maria Júlia. Este documento tinha uma importância ímpar, não tanto pelo teor do batismo em si, mas pelo reconhecimento de Maria Julia de que Aurélio era seu filho. Equivalia, quase, a uma perfilhação.

Para a felicidade dos pesquisadores e infortúnio de Aurélio, o administrador das rendas de Jaguarão não aceitou a habilitação, alegando que qualquer pessoa podia pedir o batismo se fazendo passar por Maria Julia.³⁸ Aurélio, então, buscou indivíduos probos que testemunhassem sobre ele e sua mãe, comprovando o vínculo consanguíneo que alegava.³⁹

As quatro testemunhas apresentadas asseveraram – por “perfeito conhecimento e cabal ciência” - que Aurélio era filho natural de Hipólito e Maria Júlia, os quais viveram amasiados “por longos anos”, apesar de serem ambos

³⁸ Ao contrário de Gonçalo Joaquim da Silva, Aurélio não apresentou testemunhas de que a assinatura aposta ao documento era de sua mãe.

³⁹ Quatro testemunhas foram apresentadas pelo procurador de Aurélio, Henrique Francisco d'Ávila: 1^a Antonio José Barbosa (desta província, 52 anos, casado, morador em Jaguarão, proprietário), 2^a Francisco José Vieira Valente (de Portugal, 56 anos, viúvo, morador de Jaguarão, empregado público), 3^a Alferes Francisco de Macedo e Andrade (54 anos, casado, proprietário, morador desta cidade, natural da Bahia) e 4^a Capitão João Alves de Andrade (63 anos, casado, solicitador do foro, nascido no Rio de Janeiro, morador desta cidade). Henrique Francisco era um político ligado ao Partido Conservador, bacharel em direito formado em São Paulo (1855) e nascera no Herval, distrito de Jaguarão, em 1831, filho do fazendeiro Francisco Antônio de Ávila, e faleceu em Porto Alegre em 5 de junho de 1903. Foi Deputado Provincial e Geral, senador, Presidente da Província entre 19.04.1880 e 06.03.1881 e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras-públicas (1883). Aparece qualificado na lista dos cidadãos votantes de Jaguarão de 1867, quanto tinha 33 anos, casado, advogado e morador no 7^o quarteirão do 1^o distrito (AHRS – Fundo eleições) Piccolo, Helga. (Org.) *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Volume II*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998: 400 (V. II). VARGAS, Jonas Moreira Vargas. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. (Dissertação de Mestrado)

solteiros quando do início do relacionamento e sem impedimento algum para o casamento formal (“não existindo entre ambos parentesco algum, quer consanguíneo quer espiritual, que os impedisse de contrair matrimônio”). José Vieira Valente afirmou que conhecia Maria Júlia há trinta anos e sabia que ela não teve outro filho, nem deixou ascendente algum:

[...] que tem plena certeza e cabal conhecimento que o habilitado é de fato filho da dita falecida Maria Julia da Silva, por se achar presente no ato de dar a luz, tendo também sido convidado por esta para servir de padrinho do habilitado. Que a referida Maria Julia da Silva, amamentava o habilitando em seus próprios peitos, e o criou como seu filho até a idade de dez a doze anos.

O Alferes Francisco de Macedo e Andrade embasava seu depoimento em “relações de intimidade” que manteve com Maria Julia por 23 anos, por isso podia dizer que ela havia *escondido o nascimento*:

[...] afirm de não desmerecer o conceito em que era tida de honesta, deixou por isso de declarar na ocasião de ser o habilitando batizado, que este era seu filho natural; que a mãe da finada Maria Julia, de nome Josefa, foi quem a induziu a isto, porem logo que, apesar dessa precaução e das cautelas empregadas para ocultar a maternidade do habilitando, esta se tornou matéria publica, a mãe do habilitando não tinha escrúpulo em confessar que este era seu filho, e por tal era geralmente tido e havido, que também sabe que a finada Maria Julia, sempre que escrevia cartas ao habilitando o tratava de filho, e que ele leu diversas cartas nesse sentido.⁴⁰

Exterioriza-se novamente o contato de Maria Julia com a cultura escrita, já que trocava cartas com seu *filho* Aurélio, quando este mudou-se para Porto Alegre. Duas das testemunhas dizem que esta mudança de endereço, feita a requisição de seu pai Hipólito, ocorreu quando o menino tinha entre 10 e 12 anos. Ou seja, por volta de 1859 a 1861.

O documento mais antigo que localizamos da estada de Aurélio em Porto Alegre está no seu acervo particular, custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. É uma certidão de 21.11.1861, quando prestou exame no Seminário São Feliciano, em Porto Alegre, sendo aprovado em francês (cum laude) e geografia. Tinha 12 anos e talvez tivesse a seu lado

⁴⁰ Só uma das testemunhas, o Capitão João Alves de Andrade, insinuou que após o nascimento de Aurélio, Maria Júlia teria sido estigmatizada na cidade. Segundo ele Maria Júlia era recatada e “tida como honesta, tanto que visitava algumas casas de família nesta cidade, e só depois que vulgarizou-se o nascimento do habilitando, foi quando ela perdeu o conceito que gozava como pessoa honesta”.

seu pai Hipólito, naquele momento 2º Tenente, que coincidentemente (ou não) naquele mês de novembro havia entrado em um longo período de licença de seu serviço na Armada. É provável que este tenha sido o período em que Aurélio tenha chegado à capital da Província, instalando-se na casa assobradada que seu pai possuía na rua General Bento Martins nº 53, centro de Porto Alegre, bem próximo aos prédios públicos principais.⁴¹ Seguindo no campo das conjecturas que nos permitem as fontes disponíveis, e considerando que Hipólito estava sempre viajando embarcado, a responsável por cuidar deste jovem pardo recém chegado deveria ser a sua tia Leocádia Virginia de Castro.⁴²

Coincidem estes anos com indícios de que Maria Julia da Silva apresentava problemas de saúde, que talvez a impedissem (ou limitassem), de cuidar com o desvelo necessário de seu filho Aurélio. Vasculhando a correspondência da Câmara Municipal de Jaguarão com o Presidente da Província notamos a constante preocupação destas autoridades com o estado sanitário e higiênico da vila e de sua população. Este quadro só tendeu a crescer após a calamitosa epidemia de cólera de 1855, quando a maioria dos vereadores debandou da cidade, que ficou acéfala de delegado e subdelegado. Entre os poucos que permaneceram na cidade estava o cirurgião de partido da Câmara Boaventura Alves Ferreira.⁴³ Na descontínua documentação desta Câmara encontramos vários Mapas Sanitários enviados por este cirurgião ao Presidente da Província, listando os indivíduos que tratava, as doenças que os achacavam e o resultado do tratamento recebido. Era certamente uma lista de indivíduos pobres ou remediados que não tinham como recorrer a médicos particulares.

No mapa de 30 de junho de 1857 aparece a parda Maria Júlia, atacada de reumatismo agudo. Apesar de curada, certamente não da doença, mas provavelmente da crise que a afligia, novamente Maria Julia da Silva, sempre referida como parda, reaparece nos mapas de dezembro de 1862 e junho de

⁴¹ No inventário de seu pai, de 1884, esta casa foi avaliada por 5 contos de réis, quase quatro vezes mais do que a meia água em que morava Maria Júlia. APERS - Cartório da Provedoria, maço 36, auto nº 822, 1884.

⁴² Leocádia, segundo o testamento de Hipólito, era a sua única irmã viva e “há muitos anos habita a casa de minha propriedade à rua do General Bento Martins, número 53, onde, quando eu venho a esta capital, paro. Declaro: os trastes, trem de cozinha, louça, mobília, ornamentos de casa e tudo quanto existe na dita propriedade são de minha referida irmã [...] excetuando-se apenas as roupas de que uso”.

⁴³ Na Lista dos Cidadãos Votantes residentes no Primeiro Distrito da Cidade de Jaguarão, de 16 janeiro de 1864, o médico Boaventura Alves Ferreira aparece listado com o número 117, casado, com 60 anos de idade, morador do 6º quarteirão. AHRS – Eleições, maço2.

1863, continuamente com o mesmo mal.⁴⁴ Não era um bom momento para ficar sozinha, mas também não era adequado ter a seu lado uma criança que não tinha condições de cuidar. Lá se foi então Aurélio, com 10 ou 12 anos, em direção a Capital Província. Nunca mais viu sua mãe, pois só retornou a sua cidade natal mais de 50 anos após, em 1910.

3. *O sumiço da madrinha*

Nestas fascinantes pesquisas biográficas, em que vamos agregando pequenos cacos aparentemente desconexos, abundam as alcunhas individuais e familiares gerando a sensação de que estamos nos “afogando em nomes”.⁴⁵ Os arquivos que vamos acumulando trazem indivíduos que cruzam de forma ocasional ou permanente a vida de nossos personagens principais. O cenário de nossas pesquisas vai ficando aos poucos densamente povoado de um rol de nomes tamanho, que não raras vezes nos enveredamos por atalhos que não levam a lugar nenhum. Muitos nomes, assim como surgem, desaparecem, e o seu sumiço – ou apagamento – pode nos trazer informações significativas.

Muitos autores já destacaram a importância dos laços simbólicos ou fictícios que se forjavam nas pias batismais.⁴⁶ Os padrinhos eram os responsáveis pela introdução dos batizados no universo católico e deveriam atuar como progenitores substitutos no caso de faltarem os pais originais. Segundo o dicionário do Padre Bluteau, padrinho é “aquele que faz o ofício de pai &

⁴⁴ AHRS – Autoridades Municipais – Jaguarão: Caixas 38 (maço 86), e 39 (maços 87 e 88).

⁴⁵ Ver FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Revista Topóis*. Rio de Janeiro, Dezembro, 2002 e GINZBURG, Carlo: O Nome e o Como. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1989. pp.169-178.

⁴⁶ Ver, entre outros: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX). Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO (1997), SLENES (1999), BRUGGUER, Silvia. *Minas Patriarcal – Família e sociedade (São João Del Rey, século XVIII e XIX)*. Niterói, UFF / PPGH Social, 2002. (Tese de doutorado); ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos Mistos*. Liberdade e escravidão em São Paulo Colonial. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 2004; GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Para Além das Fontes: Im/Possibilidades de Laços Familiares entre Livres, Libertos e Escravos (Santa Maria – 1844/1882)*. Porto Alegre, 2005. PUCRS – PPGH em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

impõe o nome nos sacramentos do batismo e da confirmação [...] Contraí o padrinho parentesco espiritual com os pais do batizado”.⁴⁷

O batismo tem sido usado pelos historiadores para decifrar as tramas que envolviam os indivíduos, as famílias. O convite para o apadrinhamento dos filhos significava a afirmação ou a reafirmação de laços de aliança, que *deveriam* ser vitalícios. O apadrinhamento, neste caso, constituiria um jogo estratégico onde os indivíduos investiriam no estabelecimento de redes sociais, almejando potenciais ou efetivos aliados. Mas evidentemente a existência humana é dinâmica, as afinidades se diluem e as coligações se alteram.

Como vimos anteriormente, Aurélio recebeu os santos óleos sendo conduzido por seus protetores Francisco José Vieira Valente e Maria Dorotéia do Nascimento. Quanto a Valente já falamos o suficiente: estava presente no nascimento de Aurélio, conhecia Maria Júlia desde que esta tinha 10 anos, etc. Já com relação a madrinha nossos esforços tem sido absolutamente inúteis em descobrir pistas que nos falem de sua vivência. No batismo, ela é mencionada apenas Dorotea do Nascimento e no requerimento de Maria Julia de 1862 é chamada de Maria Dorotea do Nascimento. Nada que nos ajude muito.

Mas o interessante não é sua difusa presença, pois muitos personagens coadjuvantes passam sem deixar muitos vestígios, mas o apagamento gradual de seu nome dos registros de Aurélio. Não sabemos exatamente em que momento – e qual o motivo –, mas Dorotea foi apagada das referências posteriores de Aurélio sobre seu batismo. O que sabemos com certeza é que Aurélio passou a vida consagrando-se a Nossa Senhora da Conceição, sua santa de devoção, que ele dizia ser sua protetora desde o nascimento. A primeira menção a este processo de amnésia ou invisibilização, nós encontramos no testamento de seu pai:

Declaro que Aurélio Virissimo de Bittencourt, casado, empregado na Secretaria da Presidência, é meu filho natural, havido de D. Maria Júlia da Silva, hoje falecida, mulher solteira e desimpedida, não tendo, pois, em tempo algum, existido entre mim e ela impedimento que obstasse o casamento, e porque isto é verdade e sempre o tive por meu filho, aqui, como é minha vontade e sempre foi meu desejo, o reconheço como filho, para que seja por essa razão o herdeiro universal de meus bens [...] Declaro mais que o referido meu filho nasceu em primeiro de outubro de 1849, foi batizado como filho de pais incógnitos na

⁴⁷ BLUTEAU, Padre d. Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> - acessado em 12 de dezembro de 2008).

Igreja Matriz da Cidade de Jaguarão, nesta Província, sendo padrinhos Nossa Senhora da Conceição e Francisco José Vieira Valente.

No final do século XIX, Aurélio Viríssimo de Bittencourt era o chefe de gabinete do presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros. Em 8 de dezembro de 1899, Aurélio remeteu a seu superior um pequeno cartão que dizia:

Dr. Medeiros. A Igreja Católica consagra o dia de hoje ao culto da Virgem da Conceição. O que acontece em Porto Alegre, onde em diversas Igrejas se realizam festas imponentes, sucede no mundo inteiro. Além disso, existe um motivo particular para o júbilo de que a minha alma se reveste nesta pronta data: **é que eu tenho a suprema fortuna de ser afilhado de batismo da Gloriosa Dominadora do Céu e da Terra.** Vem tudo isto a propósito do seguinte: Poderei assistir às 10 ½ à festa na época da Conceição? E, na ausência do Dr. João Abbott, que não vem hoje, podem os meus rapazes retirar-se ao meio-dia? Fica aguardando resposta o vosso. [assinado] Aurélio.⁴⁸

A elaboração das redes que podem ser verificadas nos documentos eclesiásticos, com os apadrinhamentos, compadrios, casamentos, depende em muito da situação dos que investem nestas relações. No caso do batismo de Aurélio, por exemplo, verificamos que seu pai estava em *transito*, era um marinheiro⁴⁹, portanto suas relações eram dotadas de certa dose de fluidez. Aurélio ainda precisou de seu padrinho quando da sua habilitação para receber a herança de sua falecida mãe, mas a madrinha sumiu de vez! Valente aparece como viúvo em 1874, mas não conseguimos localizar o seu casamento. Teria ele algum tipo de relação afetiva com Dorotéia? Se este foi o caso, o rompimento da relação ou a morte de Dorotéia provocaram o seu desvanecimento?⁵⁰ Se

⁴⁸ AHRS – Arquivo Particular de Aurélio Viríssimo de Bittencourt: Maço 11 – Caixa 36, documento n° 1322. Na margem superior do documento estava anotado por Borges de Medeiros: “Deferido à vista de tão convincentes argumentos, devendo, porém, o expediente encerrar-se um pouco mais tarde”.

⁴⁹ Talvez estejamos incorrendo em um exagero em chamar Hipólito de *marinheiro*, já que ele seria melhor descrito como um oficial da armada. Entretanto, consideramos um erro estabelecer uma dicotomia exacerbada entre os oficiais e a marujada, como se não existissem estágios intermediários. Hipólito era de uma família humilde e entrou na Marinha como Piloto, talvez contando neste alistamento com experiências náuticas que acumulara na cidade de Rio Grande. Sua trajetória na marinha foi lenta. Não foi um privilegiado, mas um marinheiro de carreira.

⁵⁰ Qualquer fonte analisada isoladamente pode fomentar uma análise carente de dinamismo. Assim, considerando os documentos eclesiásticos, não podemos cogitar que o estabelecimento destes parentescos fictícios seja garantia incondicional de alianças perenes. As parcialidades não eram eternamente as mesmas, as amizades e famílias se desestruturavam e, não raro, compadres estavam em trincheiras opostas de lutas diversas.

o compadrio pretendia não só consagrar afinidades afetivas, mas cimentar *parcialidades* e ampliar o leque de aliados, o sumiço do nome da madrinha deve ser entendido como resultado do entendimento dos envolvidos de que ela não cumpria mais estas exigências.

Mas ela não foi trocada com qualquer uma à toa. Em seu lugar assumiu Nossa Senhora da Conceição que por não ser deste mundo, não deve nos fazer pensar que não tinha influência no cotidiano mundano. Ter Nossa Senhora por Madrinha também angariava parentescos simbólicos, afinidades, aliados.

O culto a Nossa Senhora da Conceição, inclusive, pode ter aproximado estas gentes dispare, como o português Vieira Valente, o marinheiro Hipólito e a família negra de Josefa e Maria Julia. Em 1859, como já vimos, Valente aparece como secretário da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, devoção a que ele tinha proximidade por ser português (Conceição é padroeira do Reino de Portugal desde o século XVII). Além disso, Nossa Senhora da Conceição tem afinidades com os portos, a pesca, as gentes que vivem embarcadas.⁵¹

Também entre os negros – e os *pardos* – Nossa Senhora da Conceição tinha muitos devotos. No início do século XVIII “a sede do Bispado de Angola e Congo possuía apenas duas freguesias – Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora dos Remédios - cerca de uma dezena de modestos templos e quatro casas religiosas”.⁵² Na Bahia, na mesma época, esta mesma autora cita a existência de uma Irmandade da Imaculada Virgem Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pretos. Em sua pesquisa sobre os inventários de libertas Minas de São João del Rey e Rio de Janeiro, a historiadora Sheila Faria informa que:

Das testadoras minas do Rio de Janeiro, 70% eram proprietárias de objetos de ouro e prata, muitos deles imagens e medalhas sacras. Predominava, por exemplo, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, de ouro.⁵³

Maria, mãe de Jesus, era *santa* de devoção da comunidade negra colonial e imperial e recorrentemente buscada para a obtenção de amparo, nas

⁵¹ A rua dos Andradas (ou do Portão), onde ficava a meia água de Maria Júlia, começa no rio Jaguarão e supomos que sua casa ficasse na segunda ou terceira quadra a partir do porto.

⁵² REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005: p. 33 e 87.

⁵³ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói, Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense no Concurso para Professor Titular em História do Brasil. 2004: p. 229.

suas várias expressões.⁵⁴ No mesmo ano em que aparece como secretário da Irmandade da Conceição, em Jaguarão, Francisco José Vieira Valente redigiu e assinou a rogo do senhor Antonio de Oliveira Carvalho, uma carta de alforria a favor de sua escrava mina Felicidade Maria da Conceição, mediante o pagamento pela mesma de 704 mil réis. O fato de Valente ser secretário desta irmandade neste ano de 1859, e também por Felicidade assumir *Conceição* como seu sobrenome de liberta nos faz cogitar o envolvimento desta associação religiosa como agenciadora desta liberdade.⁵⁵ Valente provavelmente tinha um bom trânsito entre a comunidade negra local e talvez ele e Felicidade compartilhassem a devoção a Santa Imaculada.

Nossa Senhora da Conceição foi uma das irmandades que Aurélio Virissimo de Bittencourt frequentou em Porto Alegre. O historiador Mauro Dillmann estudou três irmandades que funcionavam na capital da Província de São Pedro - a de São Miguel e Almas, a de Nossa Senhora da Conceição e a de Nossa Senhora do Rosário -, “respectivamente destinadas a brancos, pardos e negros”.⁵⁶ Ao se inserir em seu novo espaço de residência, trabalho e sociabilidade Aurélio manteve a sua identidade de *pardo*.⁵⁷ Como percebemos

⁵⁴ HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. 4ª ed., Petrópolis: Paulinas, Vozes, 1992. Sabemos da existência de uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, desde a segunda metade do século XVIII no Arraial de Viamão, cujo compromisso data de 1756. Mas também Nossa Senhora da Conceição era alvo da religiosidade dos libertos e escravos dos campos de Viamão, como podemos perceber através de uma *desordem* ocorrida nos dias consagrados a sua homenagem em 1867. Lembremos que, na correspondência entre os santos católicos e os orixás, Nossa Senhora da Conceição seria Oxum, “dona da água-doce, ouro, riqueza, amor, vida”. ORO, Ari Pedro (org.). *As Religiões Afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994: p. 50; BAHY, Cristiane Pinto. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Arraial de Viamão (1780-1820): fontes primárias e perspectivas de pesquisa. *II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006; LAYTANO, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul*: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. Caxias do Sul, EDUCS; Porto Alegre, escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro, 1984: 210; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os Campos negros de Viamão: Notas sobre a presença escrava no século XIX In: *Raízes de Viamão*: Memória, história e pertencimento. Porto Alegre: EST / FAPA, 2008, p. 185-200.

⁵⁵ APERS - 2º Tabelação - Livro 1, folha 64v.. Carta de 29.06.1859, registrada em 2 de julho do mesmo ano.

⁵⁶ TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igrejas e Devoção no Sul do Império do Brasil*. São Paulo, UNISINOS/ OIKOS, 2008.

⁵⁷ A primeira esposa de Aurélio foi Joana Joaquina do Nascimento, com quem casou às 20 horas de 26 de dezembro de 1868, na Igreja do Rosário, filha natural de Joaquim Manuel do Nascimento e Maria Madalena da Conceição. Joana faleceu em 15 de agosto de 1894, de insuficiência aortica, com 47 anos de idade, *parda*. AHCMPOA – Livro de Casamentos da Igreja do Rosário nº 3, folha 97v / Dores (livro no. 08 – 12/06/1891 a 01/09/1898).

ao longo este artigo, invariavelmente Maria Júlia foi mencionada nos documentos como *parda*, nunca como forra, demarcando a cor de sua epiderme, mas principalmente a localizando social e etnicamente. Pensamos que Aurélio já estava acostumado com esta identidade desde sua infância. Uma forma de representação que somava atribuição de terceiros (como *não-branco*), mas também uma percepção de si como indivíduo afastado do cativo (*não-pretu*).

Como percebemos no processo de habilitação de Aurélio, de 1874, Maria Júlia da Silva trocava cartas com seu filho, quando este já estava em Porto Alegre. Se em 1861 Aurélio já prestava exame para francês é porquê já havia sido alfabetizado bem antes. Assim, trata-se de uma família *parda* letrada, que talvez tenha investido neste critério de diferenciação, já que raros eram os alfabetizados naquela sociedade dos oitocentos.

A constituição de 1824, no artigo 179, “assegurava que a instrução primária gratuita era direito de todo o cidadão brasileiro”. Já o Ato Adicional à Constituição de 1834, como uma medida de descentralização do poder, passou a educação para a alçada das Assembléias Provinciais. Em 22 dezembro de 1837 a lei provincial nº 14 deu *Regulamento para as escolas publicas de instrução primária do Rio Grande do Sul*, determinando em seu artigo 3º que eram “proibidos de freqüentar as escolas públicas”:

Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas;
Os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos.⁵⁸

Este artigo mistura as idéias de higienização e preconceito racial, excluindo considerável contingente populacional do direito à educação pública. Não sabemos de sua efetividade, mas imaginamos que o acesso à escrita não deveria ser um caminho fácil para os não-brancos. Vasculhamos a documentação da Câmara Municipal em busca de alguma referência a Aurélio ou sua mãe terem freqüentado alguma das aulas públicas locais. Nada encontramos, mas chama a atenção a alteração rápida do quadro local. Em 5 de maio de 1848 a câmara implorava a Presidência da província a resolução do problema educacional do município, pois estava “penalizada por ver a crescente juventude de seu Município de um e outro sexo definhar na ignorância por falta de Aulas publicas de instrução primária”. Em 9 do mesmo mês os edis comunicavam ter se apresentado à Câmara o professor de instrução pública Thomas Henrique de Carvalho, para o qual iam alugar uma casa propícia. Em 27 de julho do ano

⁵⁸ AHRS - Índice das Leis Promulgadas pela Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o ano de 1835 até o de 1851. Porto Alegre, Tipografia do Rio Grandense, 1872.

seguinte o problema já era o espaço reduzido da casa alugada para a instrução pública de meninas, que já somavam 150 alunas!⁵⁹

Segundo Maria Luiza Marcílio⁶⁰, a instrução das classes populares dos oitocentos era essencialmente oral, sendo a Igreja um dos:

veículos importantes desta cultura oral e que exerceu através de vários meios: os sermões dominicais, as liturgias das missas, os coros de crianças com o mestre de capela das igrejas catedrais, as procissões e festas religiosas, as confrarias de leigos, as fórmulas de testamento e as cerimônias fúnebres, as peregrinações, além das missões e das visitas esporádicas do Santo Ofício, em algumas partes do Brasil.

O historiador⁶¹ aponta Vieira Valente como membro ilustre do *professorado* de Jaguarão, o que não conseguimos confirmar em documentos. Talvez o padrinho tenha sido responsável pela alfabetização de Aurélio e mesmo de sua mãe. Em 1910, Aurélio Viríssimo de Bittencourt retornou a Jaguarão como representante do Presidente do Estado Carlos Barbosa Gonçalves, escolhido como paraninfo da formatura da primeira turma de bacharéis em Ciências e Letras do Ginásio Espírito Santo.⁶² Depois de ser conduzido em carro *descoberto* da “Pensão Susini” ao teatro, O Coronel Aurélio fez uma “brilhante alocução” tratando dos “benefícios de uma boa educação”.

Como percebemos na trajetória deste *pardo* o acesso a cultura foi um elemento essencial em sua ascensão social, tanto na sua carreira de funcionário público, membro da diretoria de irmandades, tipógrafo, literato, etc.

Encerramos este artigo alertando que nosso intento era tratar dos anos iniciais da vida de nosso personagem. O que esta sendo desenvolvido nesta pesquisa é uma biografia, mas também é um pretexto. Aurélio merece ser pesquisado por si só, por sua trajetória extraordinária, mas investiga-lo também nos dá o ensejo de abordar várias experiências nas quais se inseriu.

Abreviaturas:

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS - Arquivo Público do Estado do RS

⁵⁹ AHRS - Fundo Documental Instrução Pública, Maço 2 (Charqueadas a Jaguarão), caixa 1.

⁶⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

⁶¹ CECHIN, Noeli Schiller. *Jaguarão. Ontem e Hoje*. Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1997.

⁶² GYMNASIO ESPÍRITO SANTO. Equiparado ao Gymnasio Nacional por decreto nº 6818 do dia 9 de janeiro de 1908. Jaguarão. Estado do Rio Grande do Sul. Anno lectivo de 1910. Distribuição Solemne dos Premios. 17 de Dezembro de 1910. Typographia Santa Familia.